

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO

Fernando Luiz Alves Barroso

JORNAL DO NUANCES

A PRÁTICA MIDIÁTICA DE UMA ONG DE PORTO ALEGRE – RS
PARA O CONFRONTO POLÍTICO ENTRE O “GAY CLASSE MÉDIA” E
A “BICHA BAFONA”

São Leopoldo (RS)
2007

Fernando Luiz Alves Barroso

JORNAL DO NUANCES

A PRÁTICA MIDIÁTICA DE UMA ONG DE PORTO ALEGRE – RS
PARA O CONFRONTO POLÍTICO ENTRE O “GAY CLASSE MÉDIA” E
A “BICHA BAFONA”

Tese apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciências da Comunicação – área de concentração em Processos Midiáticos

Orientador: Prof. Dr. Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre

São Leopoldo (RS)
2007

Fernando Luiz Alves Barroso

JORNAL DO NUANCES

A PRÁTICA MIDIÁTICA DE UMA ONG DE PORTO ALEGRE – RS
PARA O CONFRONTO POLÍTICO ENTRE O “GAY CLASSE MÉDIA” E
A “BICHA BAFONA”

Tese apresentada à Universidade do Vale do
Rio dos Sinos (Unisinos) como requisito
parcial para obtenção do título de doutor em
Ciências da Comunicação – área de
concentração em Processos Midiáticos

Aprovado em ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre – Unisinos (orientador)

Prof. Dr. Ronaldo Henn – Unisinos

Profa. Dra. Denise Cogo – Unisinos

Prof. Dr. Fernando Seffner - UFRGS

Prof. Dr. James Naylor Green – Brown University (Providence – RI – EUA)

Dedico este trabalho
ao meu sobrinho
Pedro Dantas Sousa – *in memoriam*

Agradecimentos

Muitas pessoas ajudaram-me a realizar este trabalho. Quero, portanto, manifestar meus sinceros agradecimentos a:

- meus pais, meus irmãos, minhas irmãs, meus sobrinhos, minhas sobrinhas, meus cunhados e minhas cunhadas, pela amizade e o apoio de sempre
- meu orientador, o Prof. Dr. Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre, pela confiança e apoio que sempre manifestou em relação ao meu desempenho acadêmico
- meus professores, pela competência e entusiasmo com que desempenham seu ofício
- meus queridos amigos José Rodorval Ramalho, Paulo Roberto de Almeida Rodrigues e Odimar Olívio Bonfim, pelo maravilhoso presente que me trouxeram na visita a Porto Alegre em dezembro de 2003
- meus colegas de turma, pelos exemplos de dedicação e solidariedade que sempre representaram
- meus colegas (professores e funcionários) do Departamento de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Sergipe, pelo apoio que me prestaram para a realização deste trabalho
- minha família no Rio Grande do Sul, Dona Thereza e os filhos Emma, Maria, Tito e Vitor Cademartori Siliprandi (*in memoriam*), pelo carinho com que sempre me receberam
- meus amigos queridos, tantos que é impossível listar, pelo luxo de tê-los ao meu lado e pelo afeto que sempre manifestaram por mim
- aos ativistas do grupo Nuances, pela atenção e pela gentileza com que sempre atenderam às minhas solicitações para a realização desta pesquisa
- à CAPES e à UFS que proporcionaram a bolsa de estudos para a realização deste trabalho
- às “gurias” da Secretaria do Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação (Unisinos), pela atenção com que sempre nos atendem

“Os grupos de direitos homossexuais estão esvaziados, com uns quatro gatos-pingados lutando em nome de todos, enquanto boates e bares estão abarrotados de homossexuais fazendo de conta que são felizes” (TREVISAN, João Silvério, Homossexual algum é uma ilha. In *Revista GMagazine*, São Paulo, Fractal Edições, n. 67, abril de 2003, p. 17).

“Quando critico a venda da idéia de que somos comportados, critico esse conformismo burro, essa submissão aos valores morais que buscam a *Todos* domesticar. Não queremos tolerância, não queremos ser normais. Somos o que somos, sem uma identidade a nos moldar. Pedir licença pra que, pra quem?, se só a nós cabe a decisão de como ‘ser’. A todos os demais, sobra somente respeitar”. GOLIN, Célio (2002, p. 162).

“Beijos para as amigas e boa leitura para todos e todas”. (*Jornal do Nuances*, editorial [página 2] da edição número 34 [agosto de 2005]).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 1 – Capa da edição número 1 do <i>Jornal do Nuances</i>	13
Fig. 2 – Capa de revista publicada para divulgação no Fórum Social Mundial de 2005	133
Fig. 3 – Página reproduzida do jornal <i>Lampião da Esquina</i> na edição número 29, de agosto de 2004, do <i>Jornal do Nuances</i>	135
Fig. 4 – Página 2 da edição número 22, de dezembro de 2002, do <i>Jornal do Nuances</i>	138
Fig. 5 – Coluna social do <i>Jornal do Nuances</i> da edição n. 35, de novembro de 2005	143
Fig. 6 – Capa da edição número 5 do <i>Jornal do Nuances</i>	147
Fig. 7 - A Nêga Lú (de véu), musa do <i>Jornal do Nuances</i> , na capa da edição n. 9	293

RESUMO

O objetivo deste trabalho é explicar o *Jornal do Nuances*, um meio de comunicação produzido, desde 1998, por uma ONG voltada para a defesa dos direitos humanos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Nosso interesse principal consistiu em levantar e explicar os temas recorrentes e as posições políticas e ideológicas sustentadas por aquele jornal a respeito destes temas. A teoria da mídia radical alternativa foi o principal aporte teórico para a abordagem do objeto de estudo. Dentre os principais desenvolvimentos da pesquisa, percebemos que o *Jornal do Nuances* expressa os (e resulta dos) impasses políticos, no movimento homossexual brasileiro, decorrentes da crescente visibilidade pública alcançada pelos indivíduos identificados com as designações apresentadas acima. Com seus temas e posições, o referido meio de comunicação faz a louvação da “bicha bafona” em detrimento do “gay classe média”.

Palavras-chave: Imprensa alternativa. Movimento homossexual. Identidade homossexual.

ABSTRACT

The aim of the study is to explain the political and ideological positions sustained by the *Jornal do Nuances*, a communication medium produced, since 1998, by a NGO devoted to the defense of the human rights for gays, lesbians, bisexuals, transvestites, and transsexuals living in the city of Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil. The study was oriented by the theory of the alternative/radical media. It was concluded that the *Jornal do Nuances* expresses the political impasses existing in the Brazilian homosexual movement as a whole, which are a result of the growing visibility achieved by the above mentioned individuals. With its polemical themes and political positions, the referred journal celebrates and defends the “bicha bafona” at the expenses of the “middle class gay”.

Key-words: Alternative Press, Homosexual Movement, Homosexual identities.

SUMÁRIO

Introdução – 10

Capítulo I - Pontos de partida para o estudo do *Jornal do Nuances* - 32

- a) Revisão da literatura sobre a imprensa homossexual - 33
- b) Marco teórico de referência - 53

Capítulo II - Os gays na mídia e a mídia gay - 97

- a) A representação dos homossexuais pela mídia - 100
- b) A mídia gay brasileira - 112

Capítulo III - O *Jornal do Nuances* – características gerais - 132

- a) A comunicação *nuanceira* - 132
- b) As estruturas jornalísticas do *Jornal do Nuances* - 134
- c) A visão do *Jornal do Nuances* sobre si mesmo - 149

Capítulo IV – Posições políticas e ideológicas do *Jornal do Nuances* - 166

Capítulo V – O contexto do *Jornal do Nuances* - 221

- a) O movimento homossexual brasileiro - 223
- b) O movimento homossexual em Porto Alegre - 233
- c) As paradas do movimento homossexual em Porto Alegre - 240

Capítulo VI - Silenciamento, estereotipização, normalização. Alternativa: visibilidade transgressora - 260

- a) O *Jornal do Nuances* como veículo de intervenção política e cultural - 262
- b) O *Jornal do Nuances* como mídia radical alternativa - 280

Conclusões - 297

Referências Bibliográficas - 305

Introdução

Esta pesquisa toma a *mídia gay* como campo mais amplo de investigação. Por *mídia gay* entendemos os veículos de comunicação midiática tais como revistas, jornais e *sites* voltados para os homossexuais e que tratam de assuntos que *devem* interessar a este grupo social. Além de apoiar-se em suportes diferenciados e de tratar de assuntos de interesse dos homossexuais, a *mídia gay* mantém uma grande diversidade de propostas editoriais. Essa heterogeneidade de propostas é uma característica marcante deste campo midiático.

O campo empírico de investigação é o *Jornal do Nuances*. Trata-se de um *jornal gay*, com periodicidade irregular, em formato tablóide, publicado desde janeiro de 1998, pelo *Nuances – grupo pela livre expressão sexual*, uma organização não-governamental (ONG) de Porto Alegre (RS), voltada para a defesa dos direitos humanos dos homossexuais. A edição mais recente, de número 38, foi publicada em outubro de 2006. Até o número 32, de março de 2005, o *Jornal do Nuances* circulou com 12 páginas¹. As edições número 33, 34 e 35 foram publicadas com 16 páginas. As edições subseqüentes circularam com as 12 páginas do projeto original. Sua distribuição é gratuita e ocorre em lugares de sociabilidade homossexual, universidades, centros culturais, sindicatos, etc. O *Nuances* também distribui exemplares em várias cidades do interior do Rio Grande do Sul. Nosso principal interesse/propósito é *levantar e explicar os temas e as posições políticas e ideológicas sustentadas pelo **Jornal do Nuances***.

Tomamos como ponto de partida a idéia de que este é um jornal gerado no ambiente do movimento homossexual brasileiro e, em particular, na cidade de Porto Alegre. Portanto, este jornal existe em função dos (ou é contaminado pelos) desafios, das dinâmicas, das divisões internas e dos processos inerentes a este movimento. Deve-se levar em conta sua condição de instrumento (ou ferramenta) para atender a objetivos e a estratégias na luta contra a homofobia. O *Jornal do Nuances* reflete (e existe para refletir) sobre estas divisões, estes desafios e processos e para sugerir trilhas no seu enfrentamento.

Mas acreditamos também que, além de *arma política*, o *Jornal do Nuances* deve ser compreendido como uma das *expressões culturais* do movimento homossexual brasileiro

¹ À exceção das demais edições, a de número 7, sem data, circulou com apenas 8 páginas.

no contexto mais local porto-alegrense. *Trata-se, portanto, de um veículo de difusão da política e da cultura homossexuais no Rio Grande do Sul*, segundo a ótica da organização que o produz. Assim, este jornal pode ser classificado sob a rubrica de *imprensa de opinião* ou *jornal de reflexão*, gerado a partir dos movimentos sociais. A *imprensa de opinião* seria a matriz a partir da qual se constrói este jornal.

Significa dizer que a explicação dos temas e das posições políticas e ideológicas sustentadas pelo *Jornal do Nuances* não pode ficar restrita a uma visão do jornal em si, tomado isoladamente. Esta explicação deve pressupor que o que o jornal *é* deve ser sempre em decorrência das relações que se vêm estabelecendo entre o movimento homossexual, os demais movimentos sociais, a sociedade mais ampla e o Estado; deve ser sempre em decorrência de suas relações com o conjunto da imprensa e, em particular, com a mídia gay; e deve ainda ser sempre em decorrência do modo como este jornal situa-se em relação a estas modalidades de imprensa. Portanto, adotaremos a orientação metodológica de problematizar e investigar o jornal como um veículo de comunicação tomado a partir deste conjunto de relações (relações sempre complexas, ambíguas, tensas, contraditórias), constituindo e sendo constituído por este conjunto.

Acreditamos também que a explicação dos temas e das posições do *Jornal do Nuances* pela via de suas relações tensas e contraditórias num contexto determinado não implica enveredar pelas *disputas pequenas* do cotidiano do movimento homossexual brasileiro local. Pelo contrário, a preocupação é alcançar o nível das *estruturas* que orientam a feitura do jornal. Nosso propósito é *identificar estruturas e processos mais amplos que envolvem esta produção editorial*. Acreditamos que o *melhor* caminho para não tomar os processos do cotidiano como estruturas e processos mais amplos é o permanente controle que só o aporte teórico de análise pode garantir ao pesquisador.

Partimos também da idéia de que, por estar voltado para uma *causa* (a militância contra a homofobia e em favor da cidadania dos homossexuais), o *Jornal do Nuances* desobriga-se a atender a um conjunto de regras (ou exigências) consagradas no campo profissional sobre o fazer jornalístico². Construir politicamente esta *causa* para contribuir para a consecução de seus objetivos estratégicos parece ser a regra a partir da qual todas as

² Esta afirmação tem como pressuposto a idéia de que, por se voltar para o “interesse público” e ter como leitores um público heterogêneo, a grande imprensa profissional pauta-se pelo privilegiamento da informação, da atualidade, pelo pluralismo, pela obrigação e pelo interesse de ouvir os dois lados, etc.

escolhas editoriais são feitas. Parece que *a dimensão política (o atendimento aos objetivos políticos de um movimento social) determina a dimensão propriamente jornalística.*

O ponto de vista que estamos defendendo é que este jornal não é e nem pretende ser um jornal da *imprensa convencional*³. Em última instância, a imprensa convencional e o *Jornal do Nuances* pautam-se por modelos gerais de jornalismo qualitativamente diversos. Enfim, entendemos que a explicação sobre os temas e as posições sustentadas pelo *Jornal do Nuances* deve tomar como ponto de partida sua condição de jornal que atualiza o modelo da *imprensa militante*, da *imprensa de opinião* e que compõe (atualiza) o campo mais específico da chamada *imprensa alternativa*.

O JORNAL DO NUANCES DE PORTO ALEGRE E O PROBLEMA DA PESQUISA

Em meio à variedade de propostas editoriais que compõem o campo midiático gay⁴, queremos chamar a atenção para o *Jornal do Nuances*. O título do editorial do primeiro número, *Apresentamos mais um integrante na luta*, é indicativo de seus propósitos. E, conforme a citação que se segue, colhida deste texto, o significado da empresa midiática se esclarece:

“Os tempos têm sido de batalha. (...)Queremos dizer para o mundo que existimos e estamos munidos com uma arma poderosa: o berro. Dando continuidade em nossa jornada, a partir de agora contamos com um incremento de munição – nosso grito vai alcançar mais gente, outras fronteiras. O *Jornal do Nuances* é nossa mais recente forma de interlocução com a sociedade⁵”.

Neste sentido, o *Jornal do Nuances* guarda uma relação de continuidade com o *Lampião da Esquina*. O jornal carioca apresentava-se como *voz das minorias oprimidas* e o gaúcho porta-se para *uma batalha* e elege o *berro* como arma apropriada. Tratam-se, portanto, de jornais destinados à discussão de idéias, à levantar a auto-estima dos homossexuais e à encorajá-los para fazer parte das fileiras do movimento homossexual. Suas ambições vão além do mero entretenimento. São *jornais militantes, associados (ou*

³ Entendemos por *imprensa convencional* a atividade jornalística profissional, proveniente das empresas de comunicação, e que concebe a notícia e os veículos de comunicação como mercadorias.

⁴ Esta variedade decorre do fato de que a mídia gay pode vir do mercado (e aí assumir características mais “pornográficas” ou mais ligadas a “comportamento” e “sociabilidade”) e pode vir das organizações não governamentais. E decorre ainda do fato de se apresentar a partir de suportes tradicionais tais como jornais, revistas e boletins, e também pela internet.

⁵ *Jornal do Nuances*, no. 1 – Janeiro 1998, p. 2.

destinados a atender) aos objetivos políticos da militância homossexual. Equivale a dizer que superam a ambição de colunismo social produzido artesanalmente, típico dos jornais pioneiros⁶, e também não se prestam à difusão de valores tais como o consumismo, o hedonismo e o individualismo, próprios dos veículos gerados pelo mercado.



Fig 1 - Capa da edição número 1 do *Jornal do Nuances*

⁶ Green (2000) apresenta *O Snob* como um dos jornais pioneiros da imprensa homossexual brasileira. Surgiu no Rio de Janeiro, em 1963, com método caseiro de produção. O autor acrescenta que *O Snob* era um jornal “recheado de fofocas, humor *camp* e auto-afirmação” (p. 253).

No capítulo das diferenças, talvez a mais imediatamente apreensível remeta à origem institucional dos veículos. Enquanto o *Lampião* era um jornal produzido por uma empresa, a partir de um capital levantado entre *amigos e amigos de amigos de todo o país* (conforme expressão recorrente a respeito desta questão na literatura sobre a homocultura nacional) e vendido nas bancas de revistas, o *Jornal do Nuances* é bancado por uma ONG (com fundos provenientes de projetos de financiamento firmados com o governo brasileiro e agências internacionais) e distribuído gratuitamente. Hoje o jornal tem anunciantes, mas seu financiamento mais significativo sempre partiu do Ministério da Saúde e da UNESCO. Enquanto isento das pressões do mercado, o *Jornal do Nuances* não tem para si o desgaste do enfrentamento com esta mediação, na luta pela conquista de leitores e de lucro. Assim, a energia economizada pode ser canalizada para outras frentes de luta.

Talvez a grande novidade do *Jornal do Nuances* seja o fato de que sua feitura não sofre os constrangimentos enfrentados pelas publicações congêneres brasileiras passadas e atuais⁷. Parece que sua feitura não sofre cerceamentos de

- ordem cultural. Seu processo de produção não é contaminado pela homofobia internalizada que gera a recorrência aos pseudônimos para produtores e articulistas. Também não sofre os efeitos da discriminação e do preconceito marginalizantes do mercado publicitário (as publicações comerciais têm dificuldades em conseguir anunciantes que não sejam do mercado gay) e dos donos de bancas de revista (as publicações estão sempre postas na área de pornografia [erotismo], embora nem sempre sejam pornográficas). Pelo contrário, o *Jornal do Nuances* toma-se como um meio suficientemente *independente* para reagir a estas e a todas as outras formas de homofobia
- ordem política. Ao invés de combater politicamente (ou policialmente) esta modalidade de imprensa (tal como o fazia nas décadas de 1960 e 1970), o Estado brasileiro passa a ser um parceiro financiador. Deve-se levar em conta que o Estado brasileiro financia a mídia gay investida de características específicas.
- ordem jurídica. Sua produção, sua circulação e seu consumo não são ameaçados de constrangimento jurídico com base no Código Penal, na Lei de imprensa ou em

⁷ Esta afirmação tem por base um levantamento sobre a configuração geral da mídia gay brasileira desde os anos de 1950 até o presente. As descobertas decorrentes deste levantamento estão sistematizadas no capítulo 2, destinado a discussão sobre *o gay na mídia e a mídia gay*.

quaisquer outros instrumentos legais que não os tradicionais constitutivos das democracias modernas ocidentais

- ordem técnica. Para a produção do *Jornal do Nuances*, a ONG Nuances tem acesso às tecnologias mais atualizadas de editoração. Este acesso se dá tanto em relação aos computadores próprios da instituição cuja manipulação é feita pelos próprios ativistas, como também pela contratação de serviços gráficos
- ordem econômica/mercadológica. Sua sustentação institucional isenta este jornal de apresentar-se no espaço público como *mercadoria*. Não é produto cuja permanência neste espaço dependa da concorrência com produtos semelhantes. Para se manter e chegar aos leitores, o *Jornal do Nuances* não depende de anunciantes ou da venda de exemplares.

Esta *condição* ou *particularidade* (a feitura sem os constrangimentos referidos acima) causa inquietação e gera questões passíveis de investigação no ambiente acadêmico. A condição de possibilidade do *Jornal do Nuances* advém de sua produção por uma ONG que celebra contratos de parceria com o Estado, através do Ministério da Saúde. Assim, o Estado, que antes se apresentava como um dos agentes constrangedores desta modalidade de imprensa, é, agora, através do estabelecimento de projetos de parceria, um de seus promotores⁸. Afinal, já no Expediente, o jornal afirma que é “material financiado pela PN DST/AIDS do Ministério da Saúde e UNESCO” e que é material para *distribuição gratuita*.

Esta explanação é indicativa de que *um fato novo no campo midiático gay é a emergência de mídias produzidas por ONG’s, com propostas editoriais decorrentes desta condição institucional*. Somente no campo do jornalismo impresso, além do *Jornal do Nuances*, temos notícia da existência do jornal *A Colméia*, produzido pelo *Mel* –

⁸ O modo como o Estado relaciona-se com os homossexuais e com o movimento homossexual organizado no Brasil exprime muitas ambigüidades. Se, por um lado, o Estado celebra contratos de parceria com ONG’s do movimento homossexual para desenvolver programas de prevenção às DST’s, por outro, não é ágil em relação aos direitos civis dos homossexuais. Esta indolência manifesta-se, por exemplo, no descaso apresentado na apuração de crimes de ódio cometidos contra esse grupo social. Enquanto o Estado lança campanhas na mídia para denúncia e combate ao espancamento de mulheres, o mesmo não ocorre em relação aos homossexuais. Por outro lado, financia projetos de organizações para as paradas do orgulho gays que ocorrem todos os anos em vários estados e, em 2004, através do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, lançou o *Brasil sem homofobia – programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Outro aspecto desta problemática é que o programa de prevenção e apoio aos doentes de AIDS do Ministério da Saúde é considerado modelo pela OMS.

Movimento do Espírito Lilás, da cidade de João Pessoa, na Paraíba, e do *Somos Notícia*, publicado pelo *Somos Comunicação, Saúde e Sexualidade*, da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. E, no Expediente, estes jornais sempre informam que seu financiamento é proveniente da UNESCO, da Secretaria de Estado da Saúde e da Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde.

Até por sua novidade no campo midiático geral (e mesmo no campo mais específico da imprensa gay), *faltam estudos acadêmicos feitos no Brasil sobre a imprensa gay produzida pelas ONG's brasileiras*. Em vista da emergência desses periódicos, uma contribuição desta pesquisa consiste em trazer essa experiência para o ambiente da academia como objeto de estudo.

Nossas explorações pelas páginas do *Jornal do Nuances* permitiram perceber que uma de suas características consiste em eleger certos temas como temas recorrentes nas várias edições e em apresentar o posicionamento político e ideológico do grupo Nuances a respeito dos mesmos. Pode-se argumentar que esta característica faz com que este jornal assuma o sentido de “arma poderosa” expresso no editorial da primeira edição, citado acima.

Esta característica já está presente nas capas de diferentes edições como chamadas de matérias. Como exemplos, podemos citar os enunciados “o que pensamos sobre a bichice do Lula” e “o que pensamos sobre o Fórum Social Mundial”, presentes respectivamente nas capas das edições número 14 (janeiro de 2001) e número 15 (maio de 2001). Os termos destes enunciados expressam o interesse inequívoco em manifestar opinião.

Também através dos textos curtos presentes na editoria intitulada “Notas”, o *Jornal do Nuances* mantém este procedimento. A citação abaixo, uma nota intitulada “Masculino ou feminino”, publicada na página 4 da edição número 16 (agosto de 2001), ilustra a questão que está sendo discutida:

“Durante a Conferência Estadual de Dst/Aids, Cassandra Fontoura recebeu seu crachá com dois nomes. Ela é travesti e militante da Igualdade. O nome masculino vinha em destaque. Em baixo, o feminino em menor tamanho. A comissão justificou que ela receberia dois certificados, um com o nome masculino e outro feminino. Cassandra fez uma moção de repúdio contra a comissão organizadora, que foi votada na plenária final da Conferência. A moção de repúdio de Cassandra foi rejeitada. *Não podemos deixar de registrar que um fato como este é lamentável em se tratando de uma Conferência que trata justamente da exclusão social. Quem decide como quer ser chamado e identificado são as próprias pessoas. As travestis*

batalham para serem respeitadas em todos os espaços, identificando-se no gênero feminino. Para o restante da sociedade só resta respeitar esse direito (grifo nosso)”.

O *Jornal do Nuances* sempre elegeu o artigo como um dos gêneros textuais constitutivos de sua estrutura jornalística. Se reconhecemos que este é um dos gêneros textuais mais apropriados para a emissão de posicionamentos e argumentação a respeito de temas, concluiremos que esta eleição resulta do investimento político e ideológico pretendido por seus editores. No artigo intitulado “Gays no parque, muito prazer”, publicado na página 07 da edição número 02 (fevereiro de 1998), afirma-se que

“No imaginário dos porto-alegrenses, a Redenção é violenta, principalmente à noite, seja pela presença de gays, ou de outros indivíduos. Tal imagem construída pela população desde o século passado, quando esta área verde já servia de abrigo aos escravos fujões e outros marginalizados pela sociedade, serve, há muito tempo, de escudo para idéias que pregam o cercamento do parque. (...) Acreditamos que a Redenção deve ser um espaço ocupado democraticamente pela população de Porto Alegre. Isto se dará a partir da compreensão que a mesma deve desenvolver em relação a ocupação dos espaços públicos. Para nós, o direito de ir e vir, garantia fundamental dos cidadãos, tem nos parques como a Redenção um cenário ideal. É nossa convicção de que o parque deve ser um reflexo da diversidade sócio-cultural de nossa cidade, contribuindo para uma convivência democrática de todas as pessoas, sem violência e com muito prazer (grifo nosso)”.

Admitindo-se que a eleição destes temas e que a emissão midiática destes posicionamentos se dão sem os constrangimentos discriminados acima, somos levados a acreditar que esta característica do *Jornal do Nuances* representa um foco de questões inspiradoras de pesquisas. Sua manifestação permanente é indicativa de que o jornal define-se como um veículo para a emissão destes posicionamentos, sente-se livre para expressá-los e efetivamente o faz. Em vista desta efetividade, é possível defender que um dos caminhos para a explicação deste jornal pode ser a análise dos temas recorrentes e das posições sustentadas sobre os mesmos.

Em decorrência desta característica do *Jornal do Nuances*, um dos passos desta pesquisa consistiu no levantamento dos temas recorrentes e das posições políticas e ideológicas sustentadas pelo jornal a respeito destes temas. O desenvolvimento desta etapa permitiu perceber que o próprio movimento homossexual brasileiro era um destes temas recorrentes e que as posições sustentadas eram sempre de natureza *crítica*. Referindo-se às demais organizações e às posturas políticas de suas lideranças, o jornal sempre apresenta uma avaliação num sentido de *reacionarismo* e *conservadorismo*. Nas palavras de um

informante *nuanceiro* em entrevista para esta pesquisa, a crítica *nuanceira* funda-se na idéia de que, enquanto a maioria das organizações se pauta pelo horizonte político e cultural do “gay classe média”, o grupo Nuances opta pela perspectiva da “bicha bafona”⁹.

Assim, as perguntas geradoras da pesquisa podem ser expressas nos seguintes termos: *por que um jornal produzido por um coletivo do movimento homossexual apresenta esta característica? Por que o jornal elege este tema e sustenta as posições que sustenta a seu respeito? Como isso é possível?* Acreditamos que a busca de respostas para estas questões contemplam problemáticas específicas cujo exame não pode deixar de ser feito. Noutras palavras, é importante saber sobre:

- o produto *Jornal do Nuances*. A importância dessa questão reside no fato de que, para compreender os temas e as posições sustentadas por um jornal (e dentre estes, o tema e as posições a respeito do movimento homossexual brasileiro), é necessário não perder de vista o produto acabado. Isto é, a configuração do produto resultante do processo produtivo. Assim, é preciso levantar as estruturas jornalísticas do veículo estudado
- o contexto ou cenário no qual a organização *Nuances* atua. A importância dessa questão reside no fato de que, para compreender a organização, é necessário situá-la no contexto político, sociocultural, midiático e institucional mais específico sobre o qual atua e do qual recebe influência. Por contexto mais específico, estamos nos referindo ao movimento homossexual brasileiro (MHB), suas particularidades no Rio Grande do Sul, as relações entre o *Nuances* e as organizações congêneres locais e ainda suas relações com o Estado e ainda com o mercado GLS¹⁰ local
- a institucionalidade que dá sustentação ao jornal, a natureza institucional da organização que produz o jornal. A importância dessa questão reside no fato de que

⁹ O termo *bafona* (ou a sua variação no masculino *bafão*) não tem registro no Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Também não temos notícia de seu uso entre os nordestinos em geral e entre os homossexuais nordestinos. Nossa descoberta e contato com este termo parece ter se dado somente a partir do momento em que começamos a morar na cidade Porto Alegre. De modo que estamos julgando se tratar de um termo constitutivo do léxico sulista e/ou gaúcho. E, desta vivência, entendemos que *bafão* é um substantivo que designa um acontecimento ou um comportamento apresentado por pessoa ou grupo social que incomoda, escandaliza e gera polêmica. E *bafão* pode ser ainda um adjetivo que qualifica a pessoa ou grupo social que apresenta este comportamento. Assim, podemos entender que *bicha bafona* refere-se a um homossexual cujo comportamento não é discreto e tende a incomodar, gerar mal-estar e polêmica entre pessoas e grupos sociais moralmente *conservadores*.

¹⁰ A sigla GLS refere-se a gays, lésbicas e simpatizantes.

o caráter jurídico de ONG da organização *Nuances* conforma o processo de produção do jornal e explica e/ou justifica os temas e as posições sustentadas. Assim, é necessário pensar sobre/compreender essa institucionalidade

- a lógica que ordena (ou os critérios que ordenam) o processo de produção. Noutras palavras, busca-se apreender e entender o princípio e os critérios que orientam esse processo. A importância dessa questão reside no fato de que, se não se trabalha orientado por um critério ou uma lógica profissional (como na grande imprensa do mercado), pauta-se por uma lógica (ou um critério) de ativismo. E as implicações desta orientação precisam ser levantadas e compreendidas. Um nome “alternativo” deste aspecto pode ser a *política homossexual* concebida ou operada pelo grupo
- os fazedores do jornal, seu perfil sociocultural. A importância dessa questão reside no fato de que é necessário compreender *quem são* os fazedores do jornal, bem como *as motivações* que orientam sua ação midiática. É preciso compreender sua concepção de jornalismo. E aqui se pode incluir questões sobre como localizam e justificam o *Jornal do Nuances* dentro dos objetivos mais gerais definidos pelo grupo e sobre *para quem* fazem o jornal. Isto é, é preciso descobrir a visão que os fazedores têm a respeito do destinatário e de suas demandas políticas e culturais.
- o processo de produção propriamente dito. A importância dessa questão reside no fato de que é preciso compreender *como* é feito o jornal. Noutras palavras, podemos compreender como a produção militante de jornais (as escolhas editoriais feitas nesta produção) se diferencia da produção profissional.

Este levantamento de problemáticas específicas contempladas pelas perguntas geradoras da pesquisa é indicativo de que o processo de produção do jornal envolve problemas de ordem técnico-operacional e problemas de concepção jornalística, de princípios e critérios do jornalismo proposto e efetivamente apresentado.

Partimos do pressuposto de que, na medida do possível, estas segundas questões subordinam (determinam) os problemas técnico-operacionais. Os aspectos mais decisivos e determinantes do processo de produção do jornal são os relativos às escolhas editoriais. São estas escolhas que informam sobre (e expressam) a missão que a organização e o jornal assumem para si. Assim, esta pesquisa deve focar-se nesta ordem de problemas: interessa

levantar e compreender os temas recorrentes e as posições sustentadas pelo jornal a cerca destes temas.

JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

O circuito de indagações no qual esta pesquisa se insere tem como centro a problemática da mídia gay. Esta é, portanto, a área de conhecimento para a qual pretendemos dar uma contribuição. Os estudos já realizados sobre a mídia gay no Brasil ainda são incipientes e formam a campo de pesquisas praticamente inexplorado. Grande parte dos estudos toma esta mídia como aspecto complementar de problemáticas mais amplas e não aborda os veículos de comunicação estudados a partir de uma perspectiva midiática, jornalística ou comunicacional.

Por outro lado, quando se voltam especificamente para a mídia gay, as análises são ainda marcadas por um caráter impressionista ou por abordagens exploratórias e descritivas. Estas parecem ser características típicas de uma área de conhecimento em estágio inicial de construção. Todas essas características resultam em que o campo de estudos que, no Brasil, ainda dá seus primeiros passos e carece de adensamento teórico e metodológico.

Consideramos que por se tratar de modalidade midiática que se vem mostrando dinâmica, rica e variada, e voltada para exprimir a cultura de um grupo social específico e promover sua luta por cidadania, este campo não pode continuar ignorado pela academia. Assim, julgamos esta pesquisa relevante pela lacuna teórico-científica que pretende contribuir para preencher.

Ao mesmo tempo, temos consciência de que esta pesquisa contribui para a reflexão sobre a homofobia e os meios que vêm sendo mobilizados para combatê-la. A homofobia e seus efeitos sobre o destino de cada indivíduo homossexual não poderia deixar de determinar também a emergência, o crescimento, os conteúdos e a diversificação do empreendimento midiático gay. Assim, consideramos que este estudo contribui também para o combate à homofobia e, neste sentido, representa uma contribuição de ordem mais propriamente política, cultural e social em favor do interesse em que a homossexualidade possa ser vivida sem restrições.

EXPLICITAÇÃO DOS OBJETIVOS

Tendo em vista as formulações apresentadas acima, podemos dizer que o objetivo geral dessa pesquisa é **explicar o *Jornal do Nuances***. Dito de modo mais específico, nosso objetivo é **levantar e explicar os temas recorrentes e as posições políticas e ideológicas sustentadas pelo jornal a respeito desses temas**.

Os objetivos específicos são:

- descrever as características mais gerais da representação das homossexualidades na mídia hegemônica brasileira;
- descrever as características gerais da mídia gay brasileira desde os jornais pioneiros da década de 1950;
- identificar as estruturas jornalísticas do *Jornal do Nuances*;
- identificar as posições sustentadas pelo *Jornal do Nuances* a respeito de si próprio;
- identificar os temas recorrentes e as posições sustentadas pelo *Jornal do Nuances* a respeito destes mesmos temas;
- descrever o contexto político, cultural e institucional mais específico do qual a organização *Nuances* recebe influência e sobre o qual busca influir, inclusive com o referido jornal
- apresentar uma reflexão teórica capaz de explicar as particularidades apresentadas pelo referido jornal.

HIPÓTESES DA PESQUISA

Os jornais e as revistas são sempre feitos para a esfera pública¹¹. Seu propósito sempre é afetá-la de algum modo. Isto é, os jornais e as revistas podem almejar apenas o entretenimento de setores da sociedade ou podem ambicionar contribuir para a transformação desta mesma sociedade em termos de valores e práticas sociais. Ou podem ainda provocar intencional e criativamente o embaralhamento das formas discursivas

¹¹ Entendemos que a noção de esfera pública é equivalente à noção de espaço público. Mattelart e Neveu (2004, p. 109) definem o espaço público como “o conjunto de instituições políticas, midiáticas, nas quais uma sociedade se visibiliza, organiza o debate sobre seus valores e funcionamento”.

tradicionalmente empregadas para entretenimento ou para a crítica (e a proposição) política e cultural com o fim de produzir novos e inquietantes sentidos.

É sempre possível atestar muitas diferenças entre todos os jornais e todas as revistas de todos os lugares e de todas as épocas. Cada jornal ou cada revista busca afetar a esfera pública de modo diferente, a partir de problemas e preocupações diferenciadas e a partir do lugar político, cultural e/ou institucional de onde é produzida. No entanto, quaisquer que sejam o suporte técnico ou o lugar de produção, a ferramenta é sempre o discurso. Hall afirma que

“É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída, de uma ‘identidade’ em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, sem diferenciação interna” (2000, p. 109).

Periódicos *militantes* tais como o *Lampião da Esquina* e o *Jornal do Nuances*, produzidos por e para homossexuais, também se voltam para a esfera pública de sentido de afetá-la de algum modo. Em princípio, esta modalidade jornalística visa levantar a auto-estima dos homossexuais e orientá-los/encorajá-los na luta pela transformação dos valores dominantes (preconceito, homofobia) a respeito das homossexualidades. Seu objetivo é contribuir para a promoção de mudanças no pensamento e nas práticas dominantes a respeito desta questão e, assim, neutralizar a homofobia.

Os fazedores desta modalidade de jornal parecem reconhecer que a ação neutralizadora da homofobia deve ser assumida pelos próprios homossexuais. Por isso, sua produção está sempre subordinada às políticas de construção das identidades homossexuais implementadas pelas organizações ativistas. É neste sentido que aceitamos o ponto de vista de Howes quando afirma (2004, p. 288) que “as revistas gays ajudam a consolidar esta identidade (homossexual), refletindo e promovendo os costumes, a linguagem e os valores da comunidade”.

Os periódicos militantes homossexuais são produzidos tendo em vista promover alterações políticas e culturais entre os próprios homossexuais e também na sociedade mais ampla. Eles servem para o que serve o movimento social. Precisam desenvolver uma ação coletiva voltada para a base (o trabalho interno) e também sobre o processo social externo.

Assim, os temas eleitos como recorrentes e as posições sustentadas pelo *Jornal do Nuances* a respeito destes temas (e, dentre estes, o tema e as posições a respeito do movimento homossexual brasileiro, da maioria das organizações e de suas lideranças) podem ser entendidos como decorrentes da visão *nuanceira* sobre os desafios culturais e políticos presentes nos processos de decomposição e de recomposição identitárias das homossexualidades na sociedade brasileira contemporânea.

A hipótese *mais* empírica para explicar a escolha feita pelo referido jornal de tais temas e de tais posições é que estes temas e estas posições servem para que, frente a crescente visibilidade pública alcançada pela população GLBTT¹² e frente aos impasses políticos que esta visibilidade vem gerando no interior do movimento homossexual, o grupo faça a crítica do *silenciamento* e da *estereotipização* das homossexualidades presente nas posturas e nos discursos da mídia hegemônica e a crítica da *normalização*, *domesticação*, *assimilação* das homossexualidades presente no discurso e nas práticas de grande parcela da população GLBTT e da maioria dos grupos do movimento homossexual brasileiro (o chamado “gay classe média”). Através do jornal, em contrapartida a estas posturas, o grupo Nuances propõe a alternativa da *visibilidade transgressiva das homossexualidades* (a chamada “bicha bafona”) como caminho para os homossexuais alcançarem uma cidadania plena e contribuírem para mudanças significativas nas relações de poder presentes nas sociedades contemporâneas.

Em associação direta com esta hipótese *mais* empírica, uma hipótese *mais* teórica é que embora as teorias (e estamos nos referindo, particularmente, à teoria da *mídia radical alternativa*) que defendem a *associação* entre esta modalidade midiática e os movimentos sociais estejam corretas, deixam de *ressaltar* aspectos significativos desta *associação*. No nosso ponto de vista, devido ao fato de a imprensa produzida pelas organizações dos movimentos sociais não estar apenas (ou necessariamente) atrelada à afirmação da *unidade* do movimento, de uma *univocidade* político-ideológica alicerçadora destes movimentos, é necessário *ressaltar*, na teoria, que a *associação* entre as mídias produzidas pelas organizações dos movimentos e estes mesmos movimentos podem estar *também* atreladas ao destaque de suas divisões, tensões e disputas internas.

¹² A sigla GLBTT refere-se a gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Como não nos orientamos pelo positivismo e achamos que os dados não são indiferentes à forma de sua obtenção, julgamos necessário apresentar uma reflexão sobre a noção de metodologia que orienta esta pesquisa, bem como descrever/discutir os procedimentos (os métodos e as técnicas) para coleta de dados.

A investigação e a análise dos dados desta pesquisa ocorreram com base nos princípios gerais que fundamentam os *estudos culturais*. Assim, é necessário examinar as noções de metodologia que têm pautado os estudos empíricos deste campo. Acreditamos que este exame pode contribuir para a explicitação das escolhas metodológicas específicas de nosso estudo. Nelson, Treichler e Grossberg (1995, p. 9) afirmam que

“Eles (os estudos culturais) não têm nenhuma metodologia distinta, nenhuma análise estatística, etnometodológica ou textual singular que possam reivindicar como sua. Sua metodologia, ambígua desde o início, pode ser mais bem entendida como uma *bricolage*. Isto é, sua escolha da prática é pragmática, estratégica e auto-reflexiva”.

E acrescentam que

“Rearticular aos Estudos Culturais os métodos privilegiados por disciplinas existentes exige considerável trabalho e reflexão, um trabalho que não pode ser feito de forma definitiva, nem de forma antecipada. Pois os Estudos Culturais não têm qualquer garantia sobre quais são as questões importantes a serem feitas em dados contextos nem como respondê-las; portanto, nenhuma metodologia pode ser privilegiada ou mesmo temporariamente empregada com total segurança e confiança, embora nenhuma possa tampouco ser eliminada antecipadamente. A análise textual, a semiótica, a desconstrução, a etnografia, entrevistas, a análise fonêmica, a psicanálise, a rizomática, a análise de conteúdo, o *survey* – todas podem fornecer importantes *insights* e conhecimentos” (1995, p. 10).

E concluem afirmando que

“As metodologias sempre carregam os traços de sua história, incluindo metodologias que agora têm uma história dentro dos próprios Estudos Culturais” (1995, p. 10).

Destas formulações interessa-nos reter a idéia da especificidade (historicidade) de cada pesquisa e que, portanto, a justificação metodológica – ou uma metodologia justificada – sempre é necessária. Não podemos apresentar um corpo de técnicas de investigação tal como uma receita de validade e aplicação universalizantes. Assim, seguiremos a recomendação de pensar a metodologia em função do objeto e de sua historicidade.

Johnson também apresenta um ponto de vista sobre o método nos estudos culturais. Ele afirma que a questão sobre como as culturas devem ser estudadas tem provocado fraturas neste campo de estudos. Assim, torna-se possível atestar a existência de formas particulares de estudos culturais. O autor indica que

“Existem, por um lado, aqueles que insistem que as ‘culturas’ devem ser estudadas como um todo e, *in situ*, localizadas, em seu contexto material. Desconfiados das abstrações e da ‘teoria’, sua teoria prática é, na verdade, ‘culturalista’. Eles são, freqüentemente, atraídos por essas formulações em Raymond Williams ou em E. P. Thompson, os quais falam das culturas como formas globais de vida ou como formas globais de luta” (2004, pp. 41/42).

E acrescenta que

“Metodologicamente, eles enfatizaram a importância de descrições complexas, concretas, que sejam capazes de apreender, particularmente, a unidade ou a homologia das formas culturais e da vida material. Suas preferências são, portanto, por recriações sócio-históricas de culturas ou de movimentos culturais, ou por descrições culturais etnográficas, ou por aqueles tipos de escrita (por exemplo, autobiografia, história oral ou formas realistas de ficção) que sejam capazes de recriar ‘experiências’ socialmente localizadas” (2004, p. 42).

Johnson chama ainda a atenção para

“aqueles que enfatizam uma independência relativa ou uma autonomia efetiva das formas e dos meios subjetivos de significação. A teoria prática é, aqui, usualmente estruturalista, mas de uma forma que privilegia a construção discursiva de situações e de sujeitos” (2004, p. 42).

O autor esclarece que, neste caso,

“O método preferido consiste em tratar as formas de um modo abstrato e, algumas vezes, bastante formalista, desvelando os mecanismos pelos quais o significado é produzido na linguagem, na narrativa ou em outros tipos de sistemas de significação” (2004, p. 42).

E conclui afirmando que

“Se o primeiro conjunto de métodos é usualmente derivado de raízes sociológicas, antropológicas ou sócio-históricas, o segundo conjunto filia-se, em grande parte, à crítica literária, especialmente às tradições do modernismo literário e do formalismo lingüístico” (2004, pp. 42/43).

Estas formulações de Johnson chamam a atenção para o esclarecimento de pressupostos do pesquisador sobre a natureza da cultura como objeto de estudo e da pesquisa em andamento. Neste sentido, conforme dito acima, nos inclinamos para a crença de que este objeto e sua explicação se situam em meio a relações e processos sociais concretos dos quais recebe influência e sobre os quais pretende influenciar. Nosso objeto empírico, o *Jornal do Nuances*, existe como efeito de *relações de poder*, compõe estas relações e é concebido para agir nelas. Isso ocorre tanto em relação ao ambiente

sociocultural mais específico das homossexualidades (e das mídias voltadas para este público), bem como em relação à sociedade mais ampla. Acreditamos que sua explicação deve tomar estas noções como pressuposto.

Em síntese, temos em vista que esta é uma pesquisa empírica (pois centra-se na observação de fatos concretos), qualitativa (pois privilegia a interpretação dos dados – busca as significações contidas nos atos e nas práticas – em lugar de sua mensuração), que se volta para um jornal determinado, para a organização que o produz e para o processo no qual este jornal e esta organização existem. Por fim, estamos voltados para uma abordagem prevalentemente sociocultural.

A estratégia metodológica desta pesquisa tem por base a idéia de que a explicação do *Jornal do Nuances* compreende o levantamento e a explicação dos temas recorrentes no jornal e das posições sustentadas a respeito destes temas. E de que a eleição *nuanceira* destes temas e das posições assumidas ocorrem frente ao movimento homossexual e ao campo midiático sobre os homossexuais e sua expressão segmentada para os homossexuais na sociedade brasileira contemporânea. Por isso, a estratégia desta investigação deve permitir avaliar aqueles temas e aquelas posições como decorrentes das relações concretas do grupo *Nuances* com os desafios criados (ou postos) pelo movimento homossexual e pelo campo midiático sobre a homossexualidade na atualidade brasileira e, em particular, na cidade de Porto Alegre. Portanto, *o núcleo de nossas preocupações deve ser entender como os ativistas do grupo representam estes desafios e definem as respostas midiáticas apropriadas para seu enfrentamento*. Acreditamos que este pode ser o caminho mais promissor para levantar e analisar os temas e as posições efetivamente assumidas.

Achamos que a resposta para o problema colocado pressupõe que o pesquisador deve dirigir sua atenção tanto para o nível da subjetividade quanto para o nível da objetividade. E tentar compreender um pelo outro, a dialética complexa que se realiza pela emergência e pelo entrelaçamento de ambas as dimensões. A análise do objeto deve se dar pelo estudo da ação dos sujeitos, pelo modo como eles descrevem e compreendem o sentido de sua ação fazedora de um jornal, e relacionando esta ação às condições objetivas nas quais operam.

Assim, a compreensão do problema proposto (ou a verificação/demonstração da hipótese proposta) deve assumir uma vertente de reflexão teórica e uma vertente de

pesquisa empírica. Reconhece-se que o desenvolvimento de ambas vertentes ocorre sempre de modo associado, alimentando-se (nutrindo-se) reciprocamente. Também a exposição seqüencial dos passos inerentes a cada vertente não implica a idéia de que, na pesquisa, elas ocorram seqüencialmente. A reflexão teórica e a pesquisa empírica devem avançar concomitantemente e, claro, metodicamente.

Na vertente teórica, julgamos necessário avançar no debate teórico e político sobre os conceitos de *mídia radical alternativa* e *identidade cultural*. Para a abordagem de ambos os conceitos, nosso estudo deve tomar as contribuições dos estudos culturais como fundamentais.

Estes esclarecimentos iniciais favorecem a elucidação, em primeiro lugar, do caminho percorrido para a definição do foco da pesquisa (as posições do jornal a respeito do movimento homossexual brasileiro) e, em segundo lugar, da estratégia que julgamos apropriada para a verificação/demonstração da hipótese. Basicamente, a elucidação desta estratégia consiste em determinar quais são os fatos ou dados da realidade que devem ser observados e analisados, as fontes às quais recorrer e a maneira de recolher os dados e analisá-los.

Na vertente mais propriamente empírica, o caminho mais promissor deve ser:

- a) um levantamento sobre as posições assumidas por membros da comunidade profissional midiática (o campo profissional), por militantes homossexuais e por indivíduos do campo acadêmico sobre a cobertura feita pela mídia hegemônica aos temas das homossexualidades e da população GLBTT
- b) um levantamento sobre as posições assumidas por membros da comunidade profissional midiática, por militantes homossexuais e por especialistas do meio acadêmico sobre a chamada “mídia gay” brasileira
- c) a identificação do *Jornal do Nuances* (suas características gerais, suas estruturas jornalísticas)
- d) um levantamento das posições sustentadas pelo jornal a respeito de si mesmo
- e) um levantamento dos temas e das posições sustentadas pelo jornal a respeito destes temas

- f) o **contexto** imediato (o movimento homossexual brasileiro e suas particularidades no Rio Grande do Sul) que influencia a produção do jornal e sobre o qual seus produtores desejam exercer influência
- g) uma descrição sobre a construção *nuanceira* do *Jornal do Nuances*

O levantamento referido no item “a” foi feito a partir do exame da produção acadêmica tanto na área dos chamados “estudos gays e lésbicos”, quanto na antropologia, na psicologia, na história e na comunicação midiática, dos militantes homossexuais e dos próprios jornalistas sobre o modo como a mídia hegemônica tem representado os homossexuais. As fontes para coleta de dados foram textos especializados provenientes do ambiente acadêmico, entrevistas e depoimentos de militantes homossexuais em jornais ou revistas da “grande imprensa” e ainda artigos escritos por jornalistas.

O levantamento referido no item “b” foi feito com o objetivo de rastrear, nas revistas e nos jornais voltados para os homossexuais, os procedimentos editoriais, os discursos e as imagens promotores da reversão do sensacionalismo e do preconceito vistos como prevalentes na mídia hegemônica. Precisamente, esta exposição toma como ponto de partida uma caracterização geral desta modalidade midiática. Neste sentido, buscamos retratar suas origens no mundo e no Brasil, os processos de produção e formato das primeiras publicações, os modelos adotados, sua diversificação editorial atual, sua proveniência do mercado e das ONG’s Aids e de direitos humanos dos homossexuais, etc. Para alcançar estes objetivos, elegemos como fontes e dados, os pontos de vistas de acadêmicos (historiadores, antropólogos, etc.) expressos em publicações especializadas, reportagens publicadas em revistas especializadas em jornalismo e nossas próprias leituras e observações das publicações voltadas para o público homossexual.

O levantamento referido nos itens “c”, “d” e “e” foram feitos tomando o próprio *Jornal do Nuances* como fonte e através da busca de respostas para perguntas tais como: que espécie de jornal é este? O que aparece nas suas páginas? Como fotografias e ilustrações são empregadas? Quais os gêneros textuais privilegiados? Quem escreve no jornal? Qual o perfil sociocultural dos seus fazedores e articulistas? Quem são os entrevistados? Qual seu perfil sociocultural? Como é a linguagem empregada? Como são as capas? Quais os temas mais recorrentes? Que recursos textuais e/ou gráficos especiais o

jornal veicula? Quais os enfoques? O que o jornal diz a respeito de si mesmo? Quais as posições que o jornal adota a respeito destes temas?

Em princípio, os editoriais foram as fontes decisivas para o levantamento destas posições. Porém, reconhecemos que as notas, os títulos, as capas, os artigos, as entrevistas contêm dados significativos a respeito das questões referidas. Nosso percurso sobre o texto *nuanceiro* orientou-se pelo interesse em levantar os temas e as posições que o jornal apresenta a respeito de cada um desses temas. Tivemos o cuidado de desenvolver esta investigação na seqüência cronológica das edições. Assim, foi possível desvelar a interessante questão sobre que temas o jornal manteve suas posições originais e sobre que temas alterou significativamente suas posições e em que sentido essas posições foram alteradas.

Para desenvolver o item “f”, partimos do pressuposto de que a explicação dos temas recorrentes e das posições sustentadas a respeito deles pelo *Jornal do Nuances* remete para o contexto do movimento homossexual brasileiro e para a correlação de forças presentes neste movimento. E que, portanto, era necessário reconstruir a história deste movimento no Brasil e em Porto Alegre. As questões fundamentais foram: quais as condições políticas, culturais e sociais para a emergência deste movimento no Brasil e em Porto Alegre? Como tem sido seu desenvolvimento? Que perspectivas culturais e políticas mais amplas o tem orientado? Como são as políticas de alianças? Como tem sido o relacionamento com os outros movimentos sociais? Como a questão da saúde (prevenção às DST's e o tratamento aos portadores do vírus HIV) tem repercutido no movimento e nas organizações? Qual a relação com as organizações políticas tradicionais (Estado, partidos políticos da *esquerda*)? Quais os modelos institucionais adotados? Que lutas (estratégias) implementa? Como se dá a relação com o mercado GLS e como esta relação influencia as organizações?

Consideramos que as fontes e os dados necessários para desvelar um mapa geral da emergência e do desenvolvimento do moderno movimento homossexual no Brasil e em Porto Alegre são secundários e sua obtenção pode ocorrer através da pesquisa bibliográfica. Foi necessário levantar a bibliografia clássica e mais recente sobre o assunto e seguir as regras clássicas deste tipo de pesquisa. Julgamos necessário e interessante cotejar as análises “mais” acadêmicas e as “mais” militantes (escritas com um sentido de testemunho) e, deste cotejo, extrair perspectivas que ajudassem a elucidar nosso problema de pesquisa.

As principais questões para a reconstrução da história do movimento homossexual na cidade de Porto Alegre disseram respeito às suas origens, as organizações e o perfil sociocultural dos ativistas pioneiros, as modalidades de mobilização, as paradas, o advento da Aids e sua repercussão no movimento, a formação das ONGs, as relações/parcerias com o Estado, as relações das entidades com as bases do movimento, com o partidos políticos, com os demais movimentos sociais, as políticas de alianças, etc. Esta investigação demandou a busca por fontes e dados diversificados. Basicamente, exploramos os sítios das próprias organizações na internet, as publicações produzidas por estas organizações e por ativistas independentes e os textos acadêmicos sobre o movimento homossexual em Porto Alegre.

Certamente, nesta reconstrução, a organização Nuances foi alvo de atenção especial. Nosso interesse foi recuperar suas origens, seu processo de institucionalização, os projetos desenvolvidos, o estilo de militância, as estratégias desenvolvidas, as lutas e as conquistas, as manifestações, a produção das paradas livres, as parcerias estabelecidas, as disputas com as demais organizações nacionais e locais, etc. Para tanto, buscamos como fontes de dados as publicações (livros e relatórios de projetos) produzidas pelo grupo, notas e artigos publicados no próprio jornal, uma entrevista concedida por um de seus coordenadores, os textos de seus ativistas publicados em obras acadêmicas e na internet, e ainda os estudos acadêmicos voltados para sua análise.

A descrição referida no item “g” buscou reconstruir as condições institucionais e políticas que favoreceram o surgimento do *Jornal do Nuances* e que contribuíram para a sua formatação. As fontes para esta investigação foram as publicações do grupo Nuances sobre seus projetos e demais atividades e ainda entrevistas com dois de seus coordenadores e uma jornalista profissional contratada especialmente para apoiar a formatação do referido jornal. Os dados tomados como relevantes foram os trechos destas publicações e das entrevistas que destacavam o processo político e institucional no qual a ONG Nuances emergiu, os impasses e desafios vividos por seus ativistas e ainda as condições institucionais e políticas que favoreceram a produção do veículo de comunicação estudado.

Assim, nosso estudo não se voltou nem para o processo de produção nem para o impacto e/ou as conseqüências socioculturais do *Jornal do Nuances* entre o grupo social específico que busca representar, o Estado ou a sociedade mais ampla. Trata-se de um

estudo do jornal, do seu texto e das posições políticas e ideológicas que o mesmo expressa. Inspirados pela *teoria da mídia radical alternativa*, buscamos explicar o jornal e suas posições políticas e ideológicas a partir do contexto que o influenciou e sobre o qual tenta exercer influência. Nossas questões mais teóricas voltavam-se para os problemas que um estudo sobre as posições políticas e ideológicas de um jornal homossexual produzido por uma ONG voltada para os direitos humanos deste grupo social coloca para o conceito de mídia radical alternativa.

O desenvolvimento combinado da reflexão teórica e da pesquisa empírica que resultou no presente estudo ocorreu motivado por questões relativas ao problema definido acima. Nossas questões mais específicas podem ser expressas como segue. Quais as surpresas que o exame do *Jornal do Nuances*, dos temas e das posições que este jornal sustenta a respeito destes temas, apresenta para o conceito de mídia radical alternativa? Este caso concreto ajuda-nos a compreender mais sobre este conceito, levando-nos a avançar além do que ele já permitiu compreender? O que o estudo deste jornal nos faz ver sobre o conceito de mídia radical alternativa além do que foi expresso por seu propositor, o pesquisador John H. Downing?

Capítulo I

PONTOS DE PARTIDA PARA O ESTUDO DO *JORNAL DO NUANCES*

Como a questão geradora deste estudo diz respeito a um jornal produzido por uma ONG voltada para a defesa da cidadania homossexual, aos temas recorrentes e às posições políticas e ideológicas sustentadas por este jornal a respeito destes temas, reconhecemos que esta investigação deve partir do exame da bibliografia sobre a mídia gay.

Comparada à sua congênere produzida em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, pode-se dizer que a mídia gay brasileira é pequena. Talvez essa discrepância seja decorrente do tamanho do mercado de bens simbólicos naqueles países e no Brasil. Howes (2004, p. 288) afirma que um dos fatores que influem no desenvolvimento da imprensa gay é

“o desenvolvimento econômico, incentivando a urbanização e criando camadas sociais com os recursos e o tempo disponível para produzir publicações, além do mercado de leitores com poder aquisitivo para comprá-las”.

É possível que o modo como ocorre o desenvolvimento econômico no Brasil, e as camadas sociais que geram este (e são geradas neste) processo, resulte num nicho de mercado relativamente pequeno para publicações homossexuais.

Para tornar compensatória a “tarefa dura e dispendiosa” de produzir uma mídia, os editores dependem, dentre outros fatores, da venda de espaço para anúncios. Para além dos anúncios de empresas pequenas e médias que oferecem serviços especializados para os homossexuais¹³, importa disputar a disponibilidade das grandes empresas multinacionais em anunciar nesta modalidade de imprensa. Howes (2004, p. 291) acrescenta que estas empresas

“querem alcançar o consumidor gay de classe média, tido como rico por não ter responsabilidades de família, mas, ao mesmo tempo, não querem ‘contaminar’ a imagem do seu produto como ‘coisa de bichas’ nos olhos dos consumidores hetero. Neste caso, a revista tem que ajustar o seu conteúdo para não afugentar o anunciador desejado”.

¹³ O chamado mercado GLS, sigla para identificar gays, lésbicas e simpatizantes.

Qualquer exame mais atento nas páginas de revistas como a *Sui Generis* e a *GMagazine*¹⁴ (para citar apenas as revistas brasileiras provenientes do mercado, mais bem sucedidas) permitirá constatar a presença apenas de anúncios das pequenas e médias empresas do mercado GLS¹⁵. Portanto, as revistas brasileiras não contam com o aporte das grandes empresas multinacionais como anunciantes. Seguindo a argumentação de Howes, acreditamos que este deva ser um dos fatores que condicionam o desenvolvimento da imprensa gay brasileira em relação às congêneres da Europa e dos Estados Unidos.

a) Revisão da literatura sobre imprensa homossexual

A produção acadêmica brasileira sobre a mídia gay do país também não é numerosa. Pode-se dizer que esteja ainda em estado embrionário. É possível que um levantamento bibliográfico permita constatar que a imprensa feminina (ou feminista) brasileira deva ter sido objeto de uma quantidade significativamente maior de pesquisas acadêmicas¹⁶. Assim, conforme esta revisão tentará demonstrar, a imprensa gay brasileira representa um campo praticamente inexplorado pelo mundo acadêmico nacional¹⁷.

No entanto, da produção efetivamente disponível, pode-se dizer que os estudos sobre a mídia gay no Brasil são construídos seguindo duas orientações gerais. Segundo uma orientação, esta mídia relaciona-se à *imprensa alternativa* dos anos de 1970 e assume certas características do modelo geral de imprensa que a orienta. A outra corrente estuda a mídia gay como resultante do processo de *segmentação do mercado consumidor de revistas* e, portanto, segue as regras gerais do mercado editorial.

¹⁴ Estas revistas serão discutidas no capítulo II sobre os gays na mídia e a mídia gay brasileira.

¹⁵ Por “pequenas e médias empresas do mercado GLS” designamos saunas, cinemas, boates (clubes), agências de acompanhantes, sex-shops, vídeo-locadoras, websites, portais telefônicos e ainda escritórios de consultoria jurídica, investigação particular, psicanálise, clínicas voltadas para cirurgia plástica, estética, lojas de decoração, anúncios de preservativos, etc.

¹⁶ Embora seja um estudo de caso sobre uma revista norte-americana, um trabalho acadêmico recém lançado no Brasil apresenta características teóricas e metodológicas que contribuem significativamente para o debate sobre a imprensa feminina e também sobre a imprensa homossexual. Trata-se de FARRELL, Amy Erdman. *A Ms. magazine e a promessa do feminismo popular*. São Paulo, Barracuda, 2004.

¹⁷ Outra área de investigação acadêmica, igualmente embrionária, e cujo exame pode ser promissor para o desenvolvimento dos estudos sobre a mídia gay é o campo de estudos sobre a imprensa negra do Brasil, proveniente do mercado. Uma publicação destacável sobre este tema é: SODRÉ, Muniz. *Claros e Escuros – identidade, povo e mídia no Brasil*, Petrópolis (RJ), Vozes, 1999, pp. 233-257. Também é recomendável a leitura de Gênero e raça, em revista – debate com os editores da revista *Raça Brasil* In *Cadernos Pagu* (6-7) 1996: 241-297.

Esta corrente desenvolve-se inspirada numa formulação proposta por Maria Celeste Mira (2001) sobre o desenvolvimento do mercado de revistas no Brasil. Acompanhando este desenvolvimento, a autora chega ao conceito de *segmentação* e, assim, afasta-se de formulações clássicas da sociologia da cultura e da comunicação. Tomando como ponto de partida a descoberta mercadológica de que o mundo do consumo é complexo e fragmentado, a autora enfrenta o problema da segmentação e rejeita a noção *frankfurtiana* da cultura moderna “como algo direcionado a uma massa homogênea de consumidores” (2001, p. 10).

Os estudos sobre mídia gay associáveis a este pressuposto parecem concordar com a idéia de que, antes de ser uma invenção interna ao movimento homossexual, a sigla GLS é mais uma formulação do mercado especializado emergente e voltado para atender a demandas de consumo destes grupos. Portanto, torna-se possível estudar a mídia gay como resultado da aposta mercadológica nos grupos GLS como segmento de mercado. Aí encontramos estudos voltados para as condições de aparecimento e para a caracterização dos produtos midiáticos provenientes do mercado para consumo pelo segmento GLS.

Nesta corrente destacamos as pesquisas feitas por Monteiro (2000 e 2002) sobre revistas masculinas brasileiras e, em específico, as revistas gays *Sui Generis* e *Homens*, e a pesquisa de Howes (2004, pp. 288-292) voltada para o confronto entre as imprensas gays da Inglaterra e do Brasil.

O trabalho de Howes resulta em um ensaio curto e de natureza descritiva. A partir do pressuposto de que, “apesar das grandes diferenças entre o Brasil e a Inglaterra, há muitas semelhanças nas publicações gays”, o autor assume o objetivo de “inserir o desenvolvimento da imprensa dedicada a leitores homossexuais brasileiros no seu contexto internacional e fazer uma comparação com a imprensa gay inglesa” (2004, p. 288).

Deve-se ter em vista que o estudo de Howes é exploratório. Sua contribuição mais significativa consiste em apresentar e avaliar o panorama geral das imprensas para homossexuais da Inglaterra e do Brasil. E o panorama apresentado permite apreender a diversidade interna presente a este campo midiático. Howes informa sobre jornais ou revistas provenientes do mercado e das organizações civis, sobre a existência de publicações pagas e com distribuição gratuita, de publicações voltadas para o atendimento de demandas por informação para a saúde e o lazer/entretenimento, outras voltadas para

informação/atualização sobre estilo de vida, e ainda outras para a conscientização/mobilização dos homossexuais.

A classificação proposta por Howes contribui para orientar a pesquisa sobre mídia gay e aponta para a diversidade interna de produtos designados sob esta rubrica geral. Através de seu exame, pelas pistas e sugestões que apresenta, é possível avançar da postura de leitor comum para uma postura de pesquisa e de crítica. E descobrimos que, mais do que produtos de consumo, as publicações voltadas para o público homossexual apontam para uma vertente editorial no campo mais abrangente da cultura homossexual.

Após identificar os fatores que influem no desenvolvimento da imprensa gay e de dividir esta modalidade de imprensa em categorias mais específicas, Howes apresenta uma notícia breve sobre o desenvolvimento do movimento homossexual inglês e suas conquistas mais recentes. Em seguida, apresenta um panorama das revistas inglesas atuais. Através deste panorama tomamos conhecimentos da existência de boletins editados por grupos sociais locais ou que funcionam em escala nacional, de revistas eróticas, de pesquisa acadêmica, revistas específicas para lésbicas, jornais dedicados a notícias e comentários sobre aspectos políticos e culturais do movimento homossexual, revistas semanais e mensais a cores e impressas em papel *couché*. Alguns destes veículos são vendidos em bancas e outros, por serem totalmente financiados por anúncios de estabelecimentos comerciais e michês¹⁸, sendo distribuídos gratuitamente.

Howes refere-se às diferentes posições políticas de ativistas norte-americanos no debate sobre a comercialização do movimento homossexual. Segundo o autor, os críticos deste processo “lamentaram a tendência de alguns elementos no movimento norte-americano a confiar-se exclusivamente no poder aquisitivo do consumidor gay para obter aceitação social em vez de lutar por direitos políticos” (2004, p. 290).

Howes acrescenta que, pela postura de estímulo ao consumismo, as revistas gays foram eleitas como alvo privilegiado de ataque dos críticos. E estes ataques são válidos para todas as iniciativas editoriais que renunciam à contestação. Os efeitos desse debate aparecem nas publicações da Inglaterra, dos Estados Unidos e também do Brasil. No entanto, o autor lembra que, em algumas publicações inglesas, “entre os anúncios dos

¹⁸ Michê é o termo utilizado entre os gays para denominar os profissionais do sexo.

michês, encontro os programas dos candidatos a prefeito de Londres sobre os direitos gays, assim a revista serve como veículo para conscientizar o gay no bar” (2004, p. 292).

O trabalho de Monteiro (2000) é uma análise dos processos de produção e dos conteúdos de três revistas voltadas para o público masculino. Dentre elas, duas (a *Sui Generis* e a *Homens*) são voltadas para homens homossexuais. Assim, trata-se de um estudo que aborda a mídia gay inserida numa perspectiva mais abrangente das revistas masculinas¹⁹. O ponto de partida de Monteiro é a constatação de que estas revistas formam um mercado concorrido para atender a demandas diferenciadas emergentes no universo genericamente definido pelo termo *masculino*. O objetivo de sua análise é avaliar em que medida, para além da diversidade de estilos de vida comumente agrupáveis nesta categoria, ainda é possível reconhecer uma base comum definível através daquele termo.

Para demonstrar a relevância do objeto da pesquisa, Monteiro chama a atenção para as diferenças imediatamente apreensíveis entre as três revistas. O autor afirma que aquelas revistas “procuram atingir nichos pequenos do mercado, que de certa forma ainda não estão consolidados, por serem revistas em alguma medida inovadoras em suas temáticas e formas de abordagem” (2000, p.10).

Monteiro julga que, dada as diferenças na construção e circulação de sentidos a respeito das noções de homem e masculino em cada uma dessas revistas, sua análise pode levá-lo a alcançar os objetivos da pesquisa. A *VIP Exame* trata de moda, comportamento e cuidados com o corpo, temas habitualmente associados ao universo feminino. Nesse sentido, a revista promove um *alargamento* da idéia de masculinidade. No entanto, reitera a oposição fundamental entre masculino/feminino e entre homossexual/heterossexual. A *Sui Generis* apóia-se numa construção da identidade gay uniforme e oposta à heterossexualidade. E a *Homens* não reconhece essa oposição e aposta na fluidez entre os comportamentos heterossexual e homossexual²⁰.

Metodologicamente, Monteiro parte do princípio de que os critérios que orientam o processo de produção de *VIP Exame*, *Sui Generis* e *Homens* são deduzidos de um princípio

¹⁹ A revista masculina voltada para heterossexuais é a *VIP Exame*, produzida pela Editora Abril. As revistas *Sui Generis* e *Homens* são editadas pela SG Press, uma pequena editora do Rio de Janeiro. Estas revistas são discutidas na caracterização geral da mídia gay brasileira, presente no capítulo II, inclusive nos aspectos que as diferenciam.

²⁰ Monteiro defende que, mais do que uma oposição rígida entre homens homossexuais e homens heterossexuais, a revista *Homens* opera com o sistema hierárquico do *ativo* que domina e do *passivo* que é dominado.

geral. Este princípio é um saber já conhecido no mercado publicitário e resume-se na idéia de que *o processo de produção de revistas deve estar regido pela definição prévia do segmento de mercado a ser atendido*. É preciso definir com clareza esse segmento e disputar sua atenção. O sucesso editorial de uma revista dependerá da clareza dessa definição prévia e do profissionalismo no atendimento das necessidades simbólicas desse consumidor. Portanto, a condição deste sucesso diz respeito às estratégias comerciais adotadas por cada revista.

O fundamento deste princípio encontra-se no debate (interno ao mercado publicitário) a respeito do público consumidor com a crescente globalização da economia. E uma tese emergente nesse debate é que a noção de *massa* perde sentido frente à descoberta de que características individuais tais como estilo de vida, idade, padrão econômico-social e sexo biológico de cada pessoa leva-as a constituir *segmentos de mercado* com necessidades específicas. Monteiro (2000, p. 12) afirma que:

“As estratégias comerciais de uma revista, portanto, atuam no sentido de criar uma referência clara de um leitor ideal (um perfil sócio-econômico daquele indivíduo que é consumidor potencial da revista). Esse perfil norteia a produção das matérias e serve como referência para o mercado publicitário. Assim, o anunciante que deseja atingir aquele leitor em potencial irá anunciar na revista feita sob medida para receber seu anúncio”.

No processo de produção das revistas masculinas estudadas por Monteiro, as escolhas técnicas gerais e as escolhas mais propriamente jornalísticas (editoriais) são decorrentes deste princípio geral.

A orientação de pesquisa que relaciona a mídia gay brasileira com a *imprensa alternativa* dos anos de 1970 recebe contribuições de diferentes disciplinas acadêmicas e desenvolve-se a partir de diferentes concepções teóricas e metodológicas. Os estudos associáveis a esta corrente de pesquisa tendem a eleger o jornal *Lampião da Esquina* como marco de referência para esta modalidade midiática no Brasil. Talvez esta postura possa ser entendida como resultante do fato de o *Lampião* ser reconhecido como uma das expressões da imprensa alternativa, de ter ambicionado ir além da *fofoca de turma* e do *colunismo social* para ser um porta-voz político dos homossexuais, e também de ter sido o primeiro jornal gay brasileiro produzido por profissionais e com circulação nacional.

Outro aspecto desta corrente de estudos (e ainda relacionado ao *Lampião da Esquina*) é que este jornal não é sempre tomado como o objeto das pesquisas. Mais

propriamente, os estudos voltam-se para temas mais abrangentes tais como o movimento homossexual brasileiro, sua história e/ou seus aspectos organizacionais, políticos e culturais. É dentro deste campo temático mais geral que o referido periódico é examinado em muitos estudos acadêmicos brasileiros.

Alguns desses estudos provêm da Antropologia. Nesta área, destacamos a pesquisa pioneira de Edward MacRae (1990). Seu objetivo é compreender o grupo de militância homossexual Somos, na cidade de São Paulo, na virada das décadas de 1970 para 1980, como instância definidora da primeira onda do movimento homossexual brasileiro. Assim, sua análise sobre a imprensa gay (ou, especificamente, o *Lampião da Esquina*) aparece como um aspecto do objeto de estudo. Portanto, pode-se dizer que, neste trabalho, o periódico é percebido como um aspecto constitutivo da complexidade (caráter multifacetado) do objeto de estudo.

O autor localiza o *Lampião da Esquina* no ambiente político e cultural da chamada *imprensa alternativa* da década de 1970 e na primeira fase do movimento homossexual brasileiro. Privilegia as inquietações e os conflitos presentes neste momento no movimento e que aparecem no jornal, fazem a sua relevância e levam ao seu fechamento. O periódico aparece como espaço de difusão e discussão de interpretações sobre a homossexualidade e de uma *vontade* cultural e política de afirmação homossexual.

O problema era a não consensualidade desta *vontade* entre os membros do Conselho Editorial. A riqueza da experiência do *Lampião* decorre deste problema. O autor mostra o jornal como uma ação editorial que supera a *fofoca de amigos* construída artesanalmente e como instrumento de discussão e intervenção política e cultural num contexto específico.

Outra contribuição para a área vem dos historiadores. Durval Muniz de Albuquerque Júnior e Rodrigo Barcellos (2002, pp. 307-328), por exemplo, voltam-se para o estudo da imprensa gay através de uma análise das cartas publicadas no *Lampião da Esquina* e enviadas por homossexuais nordestinos. Assim, a rigor, neste trabalho, o objeto de estudo são as cartas de nordestinos publicadas num importante jornal gay. Através do exame destas cartas, os autores tentam compreender como foram se formando os espaços de sociabilidade homossexual nas cidades desta região do país.

Os estudos de Trevisan (2002) e Green (2000) representam painéis diacrônicos mais abrangentes nos quais se localiza a problemática da imprensa gay brasileira, com destaque

para a emergência do *Lampião da Esquina*. Assim, este jornal é sempre tomado como paradigmático em relação às experiências subsequentes.

Tanto Trevisan quanto Green caracterizam-se por tomar a imprensa gay num processo e num cenário muito amplos da história da homossexualidade e da história do movimento homossexual no Brasil. E estruturam sua argumentação como um painel sobre as configurações que as práticas homossexuais vão assumindo no processo de modernização da sociedade brasileira. Estes autores examinam a primeira onda do movimento homossexual brasileiro (as experiências do grupo Somos/SP e do *Lampião da Esquina*) para, no caso de Trevisan, concluir que as configurações mais recentes são de “cooptação, institucionalização, diluição”²¹. Assim, o *Lampião* aparece como uma instância de criatividade e combate político e cultural na luta organizada pelos direitos homossexuais no Brasil.

Entre os estudos de historiadores, deve-se registrar ainda a significativa contribuição de Cláudio Roberto da Silva (1998) que, com o emprego do método da história oral, sugere que tanto a primeira onda do movimento homossexual brasileiro como o *Lampião* resultam da influência de lideranças com trajetórias políticas e culturais diferenciadas. E que, por trazerem de suas histórias pessoais estes diferentes aportes, terminam por conferir visões e posturas muitas vezes contraditórias de militância homossexual e jornalística.

Outra vertente de pesquisa que compõe a corrente de estudos que associam à imprensa homossexual brasileira à imprensa alternativa provém do Design Gráfico. E, nesta vertente, encontramos o estudo de Jorge Luis Caê Rodrigues (2004).

O objeto de estudo de Rodrigues é o *Lampião da Esquina*. Seu ponto de partida é o clima cultural dos anos de 1960 nos Estados Unidos (caracterizado pela formação de movimentos sociais *libertários* gerados a partir das *minorias sociais oprimidas*), e a surpreendente revolta dos homossexuais à repressão policial ao bar novaiorquino *The Stonewall Inn*, em junho de 1969, que favoreceu a formação do moderno movimento gay. Rodrigues chama a atenção para o destaque concedido pelos ativistas deste movimento à produção de periódicos e para o caráter de *fórum de debates* que estes ativistas emprestaram aos periódicos.

²¹ É como historiador e militante que Trevisan analisa o *desvio* do movimento homossexual brasileiro de posturas libertárias da primeira fase para posturas mais recentes de institucionalização. O autor refere-se, por exemplo, aos processos de institucionalização como ONG's das organizações homossexuais.

Acreditamos que esta atribuição (pelos ativistas homossexuais e assumida por Rodrigues) de *fóruns de debates* concedida aos jornais surgidos a partir dos conflitos de *Stonewall* representa uma perspectiva de análise cujo desenvolvimento pode contribuir para a elucidação do *Jornal do Nuances*. Esta perspectiva chama a atenção para o destaque concedido, neste jornal, ao artigo e à entrevista em detrimento da notícia como gêneros textuais jornalísticos privilegiados. É provável que este destaque resulte de escolhas editoriais favorecedoras da intervenção almejada pelo grupo Nuances sobre as homossexualidades e sobre o movimento homossexual. Entende-se que o artigo e a entrevista sejam formatos adequados à argumentação e a disputa entre idéias. Assim, porque se pretende que o jornal seja um *porta-voz*, tomam-se os artigos e as entrevistas como os gêneros textuais jornalísticos privilegiados. Esta perspectiva fortalece ainda o interesse, contemplado nesta pesquisa, em compreender o *trabalho subjetivo* implicado no discurso do *Jornal do Nuances*.

A demonstração de como o Brasil foi afetado pelas idéias e pelas inquietações políticas e culturais provenientes dos Estados Unidos e da Europa dos anos de 1960 levam Rodrigues a apresentar a contracultura brasileira, o Tropicalismo, a geração do movimento homossexual organizado e o aparecimento do *Lampião da Esquina*. A descrição do autor sobre este jornal destaca a idéia de que, tal como os periódicos norte-americanos citados, prevalece o caráter de *fórum de debates*.

A problematização desenvolvida por Rodrigues sobre o *Lampião* decorre deste caráter percebido no jornal. E esta problematização é construída a partir da visão de projeto gráfico que o jornal sugere e da dicotomia forma-conteúdo. É que, como designer gráfico, o autor aborda os aspectos mais estéticos de sua produção. Rodrigues (2004, p. 287) afirma que

“Podemos (...) incluir o design gráfico do jornal dentro dos cânones do funcionalismo – uma tendência do design que surgiu no fim do século XIX. O lema do funcionalismo é ‘a forma segue a função’. Ou seja, é da função que deve nascer a solução do projeto”.

Este posicionamento teórico favorece o autor a enxergar e a criticar o privilégio concedido pelos editores do *Lampião* ao discurso verbal. E esta crítica aponta para o uso de manchas gráficas pesadas, poucos claros, diagramação dura e pesada, textos longos e *tijolados*, corpo da letra pequeno, etc. Rodrigues (2004, p. 286) conclui que “se em seu

discurso verbal o *Lampião da Esquina* iniciava uma nova era para uma minoria social, na linguagem gráfica o discurso era o mesmo dos jornais alternativos que seguiam a vertente da política – todos rígidos”.

Esta pesquisa traz para o debate a crítica do desequilíbrio entre a forma e o conteúdo do projeto editorial, em prejuízo da primeira. E sugere que este prejuízo não se fecha na dimensão estética. Chama a atenção para o fato de que, prejudicada a forma, tem-se o comprometimento do próprio sentido do jornal.

Esta revisão ajuda a constatar o quão variado, rico, dinâmico e complexo é o horizonte da imprensa homossexual. Esta riqueza e esta complexidade leva-nos a perceber que, quando escolhemos estudar periódicos produzidos por ONG's e, entre estes, um jornal específico, estamos fazendo uma escolha – opção por um tipo de jornal produzido por um tipo de organização – dentro do universo mais amplo e rico de possibilidades da imprensa homossexual. Esta localização é necessária para manter em vista a amplitude e o horizonte almejados por essa pesquisa.

Em segundo lugar, queremos chamar a atenção para o fato de que, conforme esta revisão está tentando demonstrar, a imprensa gay feita no Brasil constitui um campo praticamente inexplorado por estudos acadêmicos brasileiros. Do mergulho nas fontes tradicionais de depósito de pesquisas acadêmicas, emergimos com uma notícia de escassez bibliográfica sobre o tema²². Não se tem notícia de trabalhos teórica e metodologicamente

²² Uma fonte interessante de consultas são os cadernos de resumos de congressos voltados para os temas da homocultura e da relação entre gênero e mídia. O caderno de resumos do I Simpósio Brasileiro Gênero e Mídia, ocorrido entre os dias 14 e 17 de agosto de 2005, em Curitiba, encontramos referências a trabalhos apresentados no GT sobre Imprensa Escrita. Além da exposição feita por este autor, constam os seguintes trabalhos: GÓIS, João Bosco H. *Entre a publicização e o ocultamento: a violência anti-gay na imprensa escrita*; LACERDA, Paula e CARRARA, Sergio. *Representações da mídia impressa sobre a sexualidade de envolvidos em crimes contra homossexuais*; BORGES, Lenise S. *Práticas discursivas sobre a homossexualidade feminina na mídia contemporânea: sentidos em disputa*. Os títulos são indicativos de que se trata, não de estudos sobre a imprensa gay, mas sobre a representação da homossexualidade na grande imprensa. O caderno de resumos do II Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), realizado entre os dias 16 e 19 de junho de 2004, em Brasília, além da exposição feita por este autor, encontramos referências aos seguintes trabalhos: SILVA, Ellis Regina Araújo da. *Transgressão e felicidade: uma abordagem da temática homossexual a partir das cartas dos leitores enviadas à revista GMagazine*; GRAÇAS, Pedro. *A revista GMagazine: como discurso identitário do homossexual X como tecnologia de informação para o (mundo) homossexual*; TRINDADE, Eneus e COSTA, Valmir. *Sexualidade em trânsito: um estudo sobre as capas da revista GMagazine* e MATOS, Jacson. *Toda nudez será revista: G – Homoarte*. Também as coletâneas organizadas por SANTOS, Rick e GARCIA, Wilton (2002) e LOPES, Denilson, BENTO, Berenice, ABOUD, Sérgio e GARCIA, Wilton (2004), com artigos apresentados nos congressos da ABEH, citadas nas referências bibliográficas, trazem os textos de Marco Monteiro, Durval Muniz Albuquerque Jr e Rodrigo Ceballos, Jorge Luiz Caê Rodrigues e Robert Howes referidos acima e presentes nas referências bibliográficas.

consistentes, que marcariam paradigmaticamente o desenvolvimento dos estudos na área (e seriam, portanto, citados por todos os pesquisadores empenhados neste desenvolvimento), nem também um número significativo de pequenos estudos exploratórios e descritivos.

Esta, certamente, não é a situação nos Estados Unidos e na Inglaterra. Nestes países, ao lado de uma dinâmica e variada imprensa gay, ocorre igualmente um crescente interesse acadêmico pelo seu estudo. E este interesse tem resultado em análises que podem ser tomadas como contribuições indiscutíveis para o conhecimento na área²³. O estudo de Howes faz referência, inclusive, à revista de pesquisa universitária *Journal of Homosexuality*, editada nos Estados Unidos.

No Brasil, a imprensa feminina (e mesmo a imprensa feminista) parece ter ganhado maior atenção da universidade e, assim, ter gerado um número significativo de pesquisas. Inclusive, neste campo, proveniente da Psicologia Social, tivemos notícia do estudo feito por Thereza Montenegro sobre o jornal *Nós Mulheres*, produzido pela ONG paulista de mesmo nome. Por tratar-se de um estudo sobre um jornal produzido por uma ONG e destinado a uma *minorias social oprimida*, este estudo é de grande interesse²⁴. Ainda nesta área de estudos sobre imprensa voltada para *minorias sociais oprimidas*, tivemos a oportunidade de conhecer e examinar o estudo de Muniz Sodré sobre a imprensa negra brasileira²⁵. E podemos ainda apontar o estudo de Regina Vieira sobre o jornal *Porantim*²⁶, produzido pelo Conselho Indigenista Missionário e voltado para a questão indígena.

Assim, sobre o campo dos estudos acadêmicos brasileiros sobre a imprensa voltada para os homossexuais, pode-se dizer que se trata de um campo no qual todas as perguntas ainda estão por ser feitas, e todas as análises ainda podem ser desenvolvidas. Trata-se de um campo praticamente inexplorado, rico em problemáticas inspiradoras de novas pesquisas.

²³ Um levantamento inicial desta produção permitiu o conhecimento dos seguintes títulos: READING, Anna. Selling sexuality in the lesbian and gay press In STOKES, Jane e READING, Anna (eds.) *The media in Britain – current debates and developments*, MacMillan Press Ltd. (Londres) e St. Martin's Press, inc., (Nova York, 1999; STREIMATTER, Rodger. *Unspeakable – the rise of the gay and lesbian press in America*. Boston, Faber and Faber, 1995 e HALL, Stuart. Deviance, politics, and the media In ABELOVE, Henry, BARALE, Michèle Aina e HAPERIN, David M. (orgs.) *The Lesbian and gay studies reader*, New York and London, 1993, pp. 62-90.

²⁴ Tivemos acesso a um resumo desta pesquisa no livro de Thereza Montenegro citado nas referências bibliográficas.

²⁵ Também citado nas referências bibliográficas.

²⁶ Trata-se de VIEIRA, Regina. *O jornal Porantim e o indígena*, São Paulo, Annablume, 2000.

Por outro lado, o estudo acadêmico sobre o tratamento concedido pela grande imprensa aos homossexuais tem apresentado um desenvolvimento significativo no Brasil. Nesta área, tanto encontramos estudos voltados especificamente para a mídia²⁷, como também encontramos estudos que abordam a representação dos homossexuais pela imprensa como um aspecto de problemáticas mais amplas²⁸.

Esta é uma característica inerente também ao campo de estudos brasileiros sobre a imprensa homossexual. Conforme apontado acima, a maioria dos estudos feitos toma os jornais, os boletins e as revistas como um aspecto de problemáticas mais amplas. Assim, antes de serem abordados a partir de uma problemática propriamente jornalística ou midiática, favorecedora de uma tradição de estudos, estes veículos prestam-se a demonstrar a complexidade (ou a multifacialidade) dos verdadeiros objetos de estudo de cada pesquisa. Dado o caráter ainda incipiente da área, pode-se dizer que, quando as pesquisas se voltam especificamente para aqueles veículos, os procedimentos são quase sempre exploratórios e descritivos.

Como antropólogo, MacRae está preocupado com as posturas políticas e ideológicas assumidas pelos articulistas do *Lampião da Esquina* e em como estas posturas eram alimentadas e, ao mesmo tempo, alimentavam as visões de homossexualidade e de movimento homossexual na primeira fase deste movimento no Brasil, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Trata-se, portanto, de uma leitura antropológica do movimento homossexual brasileiro e do papel do *Lampião* em seu desenvolvimento. Sua pesquisa não é gerada nem reflete uma problemática propriamente jornalística ou midiática. Certamente, esta problemática se apresenta neste estudo. No entanto, seu papel é secundário (subsidiário) e presta-se a compor a natureza multifacetada do objeto de estudo. MacRae parte de uma problemática de ordem cultural e política.

MacRae tenta mostrar o *Lampião da Esquina* como um fórum de debates sobre a política homossexual e como as posições postas neste debate afetavam e eram afetadas pelo movimento homossexual brasileiro. O autor volta-se para as posturas/posições defendidas

²⁷ Entre estes estudos citamos SILVA, Alexandre Rocha da. *A dispersão na semiótica das minorias*, São Leopoldo (RS), UNISINOS, 2001 e BARBOSA, Jackson da Silva *Gayleria – um estudo sobre o tratamento que a Folha de S. Paulo dispensa ao homoerotismo*, São Bernardo do Campo (SP), Universidade Metodista de São Paulo, dissertação de Mestrado, 1997.

²⁸ Um exemplo deste tipo de abordagem é visto no estudo feito por Navarro-Swain citado nas referências bibliográficas.

pelos diferentes articulistas porque compreende (pressupõe) que o *Lampião da Esquina* era um jornal voltado principalmente para a expressão de opinião. Esta idéia sustenta-se pela verificação da eleição, pelos editores, do artigo como gênero textual prevalente.

Neste sentido, na produção do *Lampião*, certos aspectos mais propriamente jornalísticos (tais como uma renovação também no designer gráfico) eram tomados como secundários. A renovação deveria ser, antes de tudo, de ordem cultural, política e ideológica. E o texto, no formato de artigo, era reconhecido como o meio apropriado para expressar esta renovação. Ele era, em última instância, o valor defendido pelos editores.

É provável que seja este pressuposto para a feitura do jornal que faça o designer apelar por iniciativas de fuga da noção de que “é da função que deve nascer a solução do projeto gráfico”. É que os fazedores do *Lampião da Esquina* pareciam não acreditar no potencial comunicativo da imagem. Sua aposta era na força da palavra. Assim, é possível entender o desequilíbrio entre o conteúdo e a forma apontado pelo designer.

Para a pesquisa que estamos desenvolvendo, o exame feito por MacRae sobre a dimensão jornalística dos desafios e dos conflitos inerentes à primeira fase do movimento homossexual brasileiro é particularmente interessante. Dentre outras razões, o interesse deste estudo decorre do fato de que o acirramento destas posições (das contradições presentes no movimento e nos textos do jornal) ajuda a explicar a ruína do jornal, a crise do movimento, o esfacelamento dos grupos pioneiros e o encerramento da primeira fase do movimento. Neste sentido, o estudo de MacRae inspira o interesse em investigar as posições políticas, ideológicas e culturais presentes no *Jornal do Nuances*.

Todas estas considerações permitem reconhecer as lacunas existentes no conhecimento produzido nas universidades brasileiras a respeito da imprensa homossexual e afirmar que esta pesquisa pretende contribuir para reparar essa falta e, assim, desenvolver o conhecimento que vem sendo iniciado nesta área.

* * *

Como estamos pressupondo que algumas características do *Jornal do Nuances* permitem supor que este jornal atualiza certas regras relativas à imprensa alternativa dos anos de 1960, 1970 e 1980, gostaríamos de avançar esta revisão com uma discussão a

respeito de problemas teóricos e metodológicos presentes no debate acadêmico brasileiro sobre esta modalidade de imprensa.

Enquanto alguns desses estudos se voltam para o que se está chamando de *imprensa alternativa dos anos 70* tomada em conjunto (como um ciclo jornalístico), outras pesquisas podem ser mais apropriadamente qualificadas como *estudos de caso*.

Dentre as pesquisas que se voltam para o ciclo alternativo, deve-se registrar como marcante, a vertente voltada para os jornais *basistas* que proliferaram nas periferias das grandes cidades brasileiras, nas décadas de 1970 e 1980²⁹. Para além de suas diferenças, estes estudos parecem ter como traço teórico e metodológico comum as idéias de que aqueles veículos buscavam romper o *padrão vertical* (“autoritário”) da grande imprensa, e se voltavam para as *classes populares* e a discussão de sua mobilização política autônoma, tendo em vista a construção de um modelo econômico, político e social alternativo para o conjunto da sociedade brasileira.

Estas parecem ser as características mais marcantes dos primeiros estudos brasileiros sobre a imprensa alternativa: um procedimento fortemente exploratório e descritivo, e tomando como referência a crítica ao *modelo de comunicação vertical e autoritário* gestado a partir dos Estados Unidos (ideologicamente voltado para a manutenção do *status quo*), em nome de uma *comunicação popular* cujas características essenciais seriam a horizontalidade e o sentido “dialógico”, para a participação popular, conscientização político-social e apoio no processo de transformação da realidade.

O estudo feito por Pereira Filho (2004) representa uma manifestação acadêmica mais recente no estudo de caso sobre a imprensa alternativa. Seu objetivo é explicar o “jeito de ser e de fazer jornalismo” da revista *Caros Amigos*. A atualização do conceito de imprensa alternativa, nesse estudo, seria decorrente do fato de a *Caros Amigos* se afirmar, em primeiro lugar, como crítica ao padrão *globalizante* e *neo-liberal* assumido pela economia e pela cultura em todo o planeta e, em segundo lugar, se afirmar como alternativa midiática ao modo como aquele padrão se expressa na grande imprensa.

²⁹ Vários livros e artigos foram escritos sobre a emergência destes jornais. A título de registro apontamos os seguintes: MELO, José Marques de (org). *Comunicação e classes* subalternas, São Paulo, Cortez, 1980; GRINBERG, Máximo Simpson (org). *A comunicação alternativa na América Latina*, Petrópolis, Vozes, 1987; GOMES, Pedro Gilberto. *O jornalismo alternativo no projeto popular*, São Paulo, Paulinas, 1990; *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, IMS, números 5 e 6, de março e setembro de 1981.

O ponto de partida de Pereira Filho é uma crítica à grande imprensa e aos pressupostos que orientam seus processos de trabalho. O autor constrói sua problemática teórica a partir de uma contraposição entre as noções de *jornalismo de mercado* e de *jornalismo cidadão*. Basicamente, seu método consiste numa definição clara (e opositiva) desses modelos de jornalismo. Para construir esta oposição, o autor recupera conceitos elaborados em pesquisas sobre a revista *Realidade*,³⁰ sobre a imprensa alternativa brasileira dos anos de 1970 e, ainda, sobre o padrão orientador da grande imprensa atual.

Refazendo os percursos analíticos propostos por J. S. Faro em seu estudo sobre a revista *Realidade* e por Bernardo Kucinski em seu estudo sobre a imprensa alternativa, Pereira Filho faz o inventário da postura ética que movia os protagonistas destes veículos de comunicação, dos gêneros jornalísticos valorizados, dos processos de produção e da qualidade dos textos resultantes destes processos. Guardadas as devidas e marcantes diferenças entre a *Realidade* e os jornais da imprensa alternativa, o autor propõe que esses veículos, em conjunto, sejam examinados a partir do conceito de *jornalismo cidadão*.

O autor argumenta que a característica mais imediatamente apreensível desta modalidade de jornalismo é a valorização da *reportagem* e a desconfiança em relação à *notícia*³¹. Enquanto a reportagem requer o tratamento aprofundado dos acontecimentos, além do enfoque marcado pelos valores humanos e jornalísticos que o repórter necessariamente carrega, a notícia é regida pelo princípio da objetividade. A condição básica da reportagem é a afirmação da subjetividade (ou do *talento*) do jornalista³².

³⁰ A revista *Realidade* foi editada pela Editora Abril no final dos anos de 1960 e promoveu a reportagem como seu principal traço distintivo. O modelo de jornalismo ordenador do seu projeto editorial era o *new journalism* norte-americano. Pelo *talento* de seus profissionais, pela atualidade e caráter polêmico dos temas pautados, pelo enfoque emprestado a estes temas e pela qualidade dos textos nela editados, a revista *Realidade* renovou o jornalismo brasileiro e foi um grande sucesso de vendas.

³¹ Pereira Filho afirma que “a reportagem pode ser entendida como o representante maior e espécie de filho do gênero jornalístico interpretativo por excelência, na medida em que busca uma narração contextualizada, trata de ambientes, fala com personagens, abusa da pesquisa de campo e de sustentação teórica, aplica a observação participante, permite os fluxos de consciência, admite o tempo circular e não linear, aprofunda as discussões, avaliza diversas perspectivas, procura os nexos e as correlações, arrisca as perspectivas”. E acrescenta que “ficar preso apenas e sempre a ela (a notícia) e aos ditames dos manuais significa aceitar o jornalismo como um processo burocrático e desconector de sentidos, simplório uma tarefa cartesiana, mecânica, braçal e fragmentada; significa aceitar que o mundo gira de maneira quase estática, chata, incolor, indolor, linear, sem conflitos, sem contradições, sem graça, e que todos os acontecimentos planetários podem ser explicados quando se responde a seis únicas perguntas”. Cf. PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. Op. cit., pp. 45-46 e 43.

³² Na argumentação desenvolvida por Pereira Filho, as noções de *objetividade* e *subjetividade* parecem assumir um status político e ideológico e, deste modo, podem ser úteis na tarefa de desvelar os significados das práticas jornalísticas. Assim, podemos entender que a *objetividade* seria um artifício dissimulador da

Este, portanto, atua movido pela inquietação, pela crítica e pelo desejo de investigar até o ponto de levar para o leitor uma compreensão da complexidade dos acontecimentos. Assim, antes de tudo, o *jornalismo cidadão* requer a negação de constrangimentos políticos e/ou econômicos que comprometam os princípios consagrados da atividade jornalística. O jornalista cidadão luta pela reportagem e por suas exigências de procedimento. Sua crença básica é que o jornalismo deve servir à sociedade e ao seu desenvolvimento, e não ao *capital* e/ou à lógica do lucro.

Esta visão se apóia na crítica do *jornalismo de mercado* e fundamenta a proposição das idéias de que “um outro jornalismo é possível” e de que *Caros Amigos* realizaria essa possibilidade. A afirmação “imprensa alternativa e independente e jornalismo interpretativo e de debates – eis aqui conceitos-chave para que se possa entender o projeto *Caros Amigos*” (2004, p. 29) sintetiza o ponto de vista de Pereira Filho. Esse modelo permite compreender como, enquanto o jornalismo de mercado impõe uma visão única e autoritária dos fatos, o jornalismo cidadão requer (ou pressupõe) necessariamente a diversidade temática e de enfoques.

O autor informa que sua análise se concentra em investigações sobre o nascimento e a história da revista, as experiências e vertentes que a inspiram, as trajetórias profissionais de seus protagonistas, sua estrutura de funcionamento interno, suas pautas e textos de reportagem, as entrevistas, a *contra-hegemonia* que ela busca representar, a ética e o espírito da revista, as relações com o leitor e os anunciantes, seus conflitos internos, dificuldades e problemas, sua proximidade com a pluralidade e a cidadania (2004, p. 30).

Nesta análise, a *passionalidade* do pesquisador parece assumir um valor ético e cognoscitivo fundamental. No entanto, esta postura não é explicitada e problematizada enquanto ferramenta metodológica. Uma das conseqüências de sua centralidade irrefletida é uma argumentação marcada pela dicotomia e pela arbitrariedade.

Entendemos que os problemas envolvidos na assunção da *passionalidade* como instrumento de conhecimento reside principalmente no seu aspecto de irracionalidade e tendência a irreflexividade. A *passionalidade* é da ordem da irracionalidade e da

interferência de interesses de grupos ou classes sociais dominantes na descrição dos acontecimentos; artifício este que o jornalista, conscientemente ou não, se presta a difundir. Por outro lado, a *subjetividade* (e o que ela implica em termos de *vontade* e *talento*) seria a grande arma do jornalista no compromisso de informar para a cidadania.

subjetividade não passível de controle. E parece que é próprio ao ser passional a impotência frente à paixão, e mesmo o desinteresse (a não vontade) em exercer qualquer controle sobre seu sentimento. Então, uma das expectativas em decorrência do seu emprego irrefletido no processo de conhecimento é o alcance de resultados não confiáveis.

Esta postura crítica (cética) em relação à assunção da *passionalidade* como instrumento de conhecimento científico funda-se na reflexão proposta por Goldmann (1974) sobre o modo diferenciado de como o problema da objetividade deve ser colocado nas ciências humanas em decorrência de, nestas, haver a “identidade parcial entre o sujeito e o objeto do conhecimento” (p. 27).

Goldmann argumenta que as idéias de que “o estudo *científico* dos fatos humanos não pode *fundar logicamente por si só nenhum* (os grifos são do autor) juízo de valor” e de que “o pesquisador deve esforçar-se por chegar à imagem adequada dos fatos, evitando toda deformação provocada por suas simpatias ou por suas antipatias pessoais” são princípios para todo estudo sério (1974, p. 29). O autor acrescenta que, embora concordem com estes princípios, os fundadores da sociologia apresentam propostas diferenciadas para sua operacionalização em pesquisas concretas.

Neste sentido, são conhecidas a recomendação durkheimiana de que os fatos sociais devam ser estudados “como coisas” e a crítica da impossibilidade epistemológica desta mesma recomendação. Esta crítica sustenta-se no argumento de que evitar a contaminação de pré-noções, na pesquisa, não pode resultar apenas de um ato de vontade ou de treino do pesquisador. Goldmann (1974, p. 31) afirma que a perspectiva durkheimiana implica a crença de que

“a falta de objetividade no trabalho de um cientista só pode ser causada por defeitos pessoais (espírito de sistema, falta de penetração, *caráter apaixonado* [grifo nosso], vaidade e, no limite, falta de probidade intelectual”.

Assim, a perspectiva durkheimiana implica o entendimento de que o *caráter apaixonado* com que Pereira Filho trata o objeto impede a objetividade requerida pelo conhecimento científico e compromete o processo e os resultados da investigação. Goldmann aponta para a perspectiva weberiana como alternativa ao “otimismo cartesiano de Durkheim”. Segundo o autor

“Weber tem consciência do fato de que, se a ciência não pode logicamente nem infirmar nem confirmar qualquer juízo de valor, não lhe é menos impossível eliminar tais juízos do trabalho de pesquisa quando se trata de ciências humanas. Não

pretende pois suprimir toda pré-noção e todo juízo de valor mas, ao contrário, integrá-los conscientemente na ciência e fazer deles instrumentos úteis na investigação da verdade objetiva” (1974, p. 34).

Goldmann argumenta que Weber parte do princípio de que

“Ciência alguma nunca traduz a realidade de maneira exaustiva. *Constrói* (os grifos são do autor) seu objeto por uma escolha que guarda o essencial e elimina o acessório. (...) Para as ciências humanas, a individualidade histórica se constrói pela escolha daquilo que é essencial *para nós*, isto é, para nossos juízos de valor. Assim sendo, a realidade histórica muda de época para época com as modificações das tábuas de valor. A escolha obviamente diz respeito tanto aos conjuntos de fatos (Revolução Francesa, Guerra de Cem Anos, etc.) como antes de tudo aos elementos que nesses conjuntos são essenciais ou importantes *para nós* (personalidade dos chefes, movimentos de massa, fatos intelectuais, etc.)” (1974, p. 34).

Assim, é possível inferir que:

“A idéia fundamental de Weber é que, intervindo os juízos de valor somente na *escolha* (o grifo é do autor) e na construção do objeto, se torna possível em seguida estudá-lo de maneira objetiva e independente dos juízos de valor, sendo negligenciáveis os elementos eliminados” (1974, pp. 34-35).

Nosso argumento é que a dificuldade básica do estudo de Pereira Filho decorre do fato de que, não pretendendo seguir a escola positivista durkheimiana, o autor mostrou-se desatento em relação a esta recomendação weberiana³³.

Em Pereira Filho, o papel da *passionalidade* na construção do conhecimento científico funciona como equivalente da negação da objetividade que *deve mover/reger* o jornalista cidadão. Assim, além das dimensões ética e cognoscitiva, ela tem também uma dimensão política. Funciona como ferramenta de conhecimento e também como arma política para *contra-hegemonia*.

O discurso de Pereira Filho contém inúmeros exemplos de como a *passionalidade* se faz presente como ferramenta metodológica e de como seu emprego leva o autor a incorrer em juízos dicotômicos e arbitrários. Em primeiro lugar, podemos citar o cuidado metodológico em distinguir como opositivas categorias de jornalismo cujas complexidades

³³ Discutindo a combinação entre pesquisa e engajamento presente nos trabalhos acadêmicos produzidos no Centre for Contemporary Cultural Studies, de Birmingham, na Inglaterra, Mattelart e Neveu (2004, p. 92) afirmam que “o legado do Centro, no que ele tem de mais inovador e de mais durável cientificamente, não se explica *apesar* (grifos dos autores) dos engajamentos de seus promotores, mas *porque* duas gerações de pesquisadores aplicaram em um trabalho erudito formas diversas de paixão, de cólera, de compromisso contra uma ordem social que eles consideravam injusta e que pretendiam mudar. Claro que o engajamento não é a condição necessária e suficiente para uma boa ciência social. Mas o Centro encarnou um desses raros momentos da vida intelectual em que o engajamento dos pesquisadores não se esteriliza na ortodoxia ou na cegueira, mas se apóia em uma forte sensibilidade aos desafios sociais semeados pelo efeito-gueto do mundo acadêmico”.

exigiriam maior refinamento analítico. Em segundo lugar, e como consequência deste primeiro aspecto, vê-se a simplificação de atribuir ao discurso e à prática do jornalismo cidadão a qualidade da *independência*; e em atribuir ao discurso e à prática do jornalismo de mercado a qualidade de *ideológico*.

A análise de Kucinski (1991) sobre os jornais alternativos não incorre e não conduz a estas simplificações. Pelo contrário, sugere a complexidade do fenômeno jornalístico e a necessidade de o pesquisador refinar suas estratégias e instrumentos de investigação e análise como condição para alcançar uma compreensão adequada deste fenômeno e de seu papel na sociedade contemporânea. O estudo de Kucinski ajuda a entender que, se é possível distinguir jornalismo de mercado e jornalismo cidadão, não é aceitável tomar essas formas como opostas. Pelo menos no sentido proposto por Pereira Filho.

Pereira Filho sugere que o jornalismo de mercado seria o *inferno do jornalista* e que o jornalismo cidadão seria o seu *paraíso*. No entanto, Kucinski nos ajuda a entender que havia problemas, contradições e correlação de forças na imprensa alternativa. E que tais problemas, contradições e correlação de força forçavam os grupos proprietários de jornais a rearranjos permanentes. E muitas vezes a rachas e a criação de novos periódicos. Basta lembrar que muitos desses jornais funcionavam como *correias de transmissão* de doutrinas de partidos na clandestinidade.

Assim, é possível reconhecer dificuldades tanto num campo jornalístico quanto no outro. No entanto, a passionalidade de Pereira Filho o impede de fazer este reconhecimento. Isto ocorre porque a regra de análise da passionalidade parte do deslumbramento em relação jornalismo cidadão e do preconceito negativo em relação ao jornalismo de mercado. E ambos acabam mitificados positiva e negativamente.

A complexidade da imprensa alternativa é percebida por Kucinski e os preconceitos de Pereira Filho o impedem de alcançá-la. O estudo de Kucinski mostra que o campo (ou ciclo) da imprensa alternativa dos anos de 1970 não era o paraíso dos jornalistas. Era um campo contraditório, sectário, igualmente autoritário e sempre marcado por correlações de forças.

No estudo de Pereira Filho, aceitar a passionalidade como ferramenta analítica implica em aceitar o deslumbramento em relação à imprensa alternativa e o preconceito negativo em relação à imprensa de mercado como ferramentas analíticas legítimas e

aceitáveis. No entanto, acreditamos que seria necessário se desfazer dessas ferramentas para enxergar e entender os campos da grande imprensa e da imprensa alternativa como campos atravessados por conflitos, dificuldades e contradições.

O objetivo de Kucinski é analisar o significado da imprensa alternativa dos anos de 1970 no Brasil. Para alcançar este objetivo, o autor toma a noção de *imaginário social* dos protagonistas desta modalidade de imprensa³⁴ como categoria analítica básica. Quando está discutindo as explicações conferidas pelo senso comum para o desaparecimento destes jornais, Kucinski afirma que “a gênese e a morte da imprensa alternativa [são] fenômenos que devem ser buscados principalmente no imaginário de seus protagonistas” (1991, p. XXV). Kucinski define o termo como

“um mesmo conjunto de crenças, significações e desejos, alguns conscientes e até expressos na forma de uma ideologia, outros ocultos, na forma de um inconsciente coletivo” (1991, p. XVI).

Nas Notas, o autor acrescenta que

“uso o conceito de imaginário como uma síntese de dois significados: no sentido do conjunto de crenças, mitos e arquétipos que, muito mais do que a ideologia, podem explicar as ações humanas, ou seja o imaginário efetivo, de Cornelius Castoriadis, e no sentido da imaginação criadora de Gaston Bachelard, o dinamismo oriundo da imaginação, organizador e fator de homogeneidade na representação” (1991, p. XXXI).

O interesse de Kucinski é perceber como critérios políticos presentes ao imaginário dos protagonistas da imprensa alternativa dos anos de 1970 conformavam, criavam e recriavam os diferentes jornais. Portanto, suas escolhas metodológicas podem ser entendidas como resultando numa leitura *política* da mídia alternativa. A *motivação política* dos protagonistas dava a configuração dos diferentes veículos da imprensa alternativa.

Assim, compreendemos que o autor cuida menos dos discursos emitidos pelos diferentes jornais e mais dos bastidores e das disputas entre os partidos clandestinos neles envolvidos pelo *controle* de sua direção. O imaginário social dos protagonistas da imprensa alternativa expressa os (e resulta dos) enfrentamentos concretos de jornalistas, intelectuais e

³⁴ Por “protagonistas dos jornais alternativos” deve-se entender jornalistas, intelectuais e ativistas políticos de esquerda, movidos pelo sentido comum de oposição política à ditadura militar e pela contingência de fechamento dos espaços tradicionais da vida intelectual.

ativistas políticos concretos em oposição ao processo político-social brasileiro no período do pós-64 e ao modelo de imprensa que aí se estava desenvolvendo.

Para compreender a análise empreendida por Kucinski, deve-se ainda ter em conta que considerar os jornais alternativos dos anos de 1970 em conjunto não significa tomá-los indistintamente. É ainda a categoria analítica do *imaginário social* que apóia o autor em sua entrada no universo dos jornais e na proposição de uma tipologia. O autor afirma que

“à medida que se modificava o imaginário social e com ele o tipo de articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos, instituíam-se novas modalidades de jornais alternativos” (1991, p. XVI).

Essa definição abre caminho para Kucinski estabelecer critérios de classificação dos jornais e, assim, chamar a atenção para sua diversidade interna. Primeiro, o autor propõe uma classificação mais geral entre os *jornais políticos* e os *jornais existencialistas*.

Políticos seriam os jornais para os quais as articulações entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos assumiram feição predominantemente política. Os exemplos apresentados são *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*. Nessa modalidade de jornais alternativos, o autor enxerga a transferência da cultura política dos partidos de esquerda na clandestinidade para o ambiente interno dos jornais. Estes passam a ser objeto de disputa entre os diferentes partidos e, assim, tanto as concepções políticas (principalmente o vanguardismo como método revolucionário) quanto os mecanismos de gestão presentes a aqueles partidos (centralista e autoritário) passam a conformar os diferentes veículos.

Kucinski entende que essas características resultam da prevalência, entre os ativistas que protagonizavam os jornais políticos, da *concepção leninista de jornalismo*. Para o autor, o plano das intenções indicava uma *visão gramsciana de jornalismo*. Mas, na prática, o controle desses jornais era feito mediante posturas leninistas.

O Pasquim é apresentado como exemplo para a definição dos jornais existencialistas. Dentre outras características presentes a este jornal, verifica-se que a articulação que o gerou era predominantemente jornalística e voltava-se à crítica dos costumes pelo humor e à ruptura cultural.

Kucinski chama a atenção ainda para a emergência dos jornais ligados aos movimentos populares que dinamizavam a periferia das grandes cidades brasileiras nas décadas de 1970 e 1980 e voltados para o atendimento de demandas por conscientização e

mobilização populares. Com este recorte programático, esses jornais assumem características de *basistas*. O autor os descreve como “fruto(s) da necessidade da esquerda de recuar, de abdicar do papel de vanguarda e humildemente se realimentar junto ao povo” (1991, pp. XXVIII e XXIX).

Acreditamos que este exame da problemática da imprensa alternativa no Brasil pode nos ajudar a situar e avaliar a produção acadêmica brasileira sobre a imprensa voltada para o público homossexual no Brasil. Nosso objetivo deve ser apresentar, comentar e estabelecer posicionamentos em relação a esta produção. Dessa forma acreditamos ser possível estabelecer tanto a direção a ser tomada nesta pesquisa, como também o posicionamento teórico e metodológico que a área de conhecimento requer para avançar sua fronteira.

b) Marco teórico de referência

A pergunta geradora da presente pesquisa volta-se para o levantamento e a análise, no *Jornal do Nuances*, dos temas recorrentes e das posições políticas e ideológicas sustentadas a respeito destes mesmos temas. Acreditamos que o exame rigoroso e sistemático desta questão se deve apoiar em teorias desenvolvidas para criticar o modelo dominante/hegemônico de comunicação midiática e para avaliar as inquietações e alternativas que se vem desenvolvendo nesta área.

Desde a década de 1960 a crítica ao modelo dominante de comunicação midiática e a idéia de que *uma outra comunicação é necessária e possível* torna-se crescente entre ativistas políticos orientados por visões de mundo ideologicamente identificáveis como “de esquerda” e acadêmicos das humanidades e das ciências sociais. Os termos mais recentes deste debate tentam expressar a idéia de que a comunicação dominante é regida pelas (e presta-se a atender às) exigências de afirmação e reprodução da globalização e do neoliberalismo, e ainda se opera por meio das tecnologias digitais³⁵.

Para esta pesquisa, o interesse deste debate decorre do fato de o jornal estudado apresentar-se como uma alternativa às diferentes propostas midiáticas sobre a

³⁵ Uma contribuição acadêmica mais recente e significativa neste debate e nesta luta política é MORAES, Dênis (org.). *Por uma outra comunicação – mídia, mundialização cultural e poder*, Rio de Janeiro, Record, 2003.

homossexualidade. O *Jornal do Nuances* existe num contexto de clamor por uma outra sociedade e uma outra comunicação e, certamente, sua feitura é contaminada por este clamor, é um de seus resultados. Assim, faz-se necessário examinar as teorias que sustentam essa discussão. Suas perguntas básicas parecem ser: por que buscar alternativas comunicacionais? Qual a comunicação que se tem? Como ela é estruturada? Quais as suas regras de funcionamento? Que limites estas regras impõem à ampliação da cidadania? É enquanto construtor de análises sobre esta ordem de questões que esse debate pode contribuir para a análise de um jornal gay proveniente de uma ONG, para a elucidação de seus temas e posições políticas.

Num estudo que visa avaliar o debate sobre o processo de mundialização da cultura, Warnier (2000) constata a prevalência de duas posições teóricas e metodológicas antagônicas. Estas posições são demarcáveis na medida em que, na abordagem do objeto de estudo, ou assumem um ponto de vista global ou um ponto de vista local. As análises desenvolvidas a partir do ponto de vista global desdobram-se nas vertentes liberal e anti-liberal.

Segundo o autor, o ponto de vista global na vertente liberal caracteriza-se pela descontextualização dos produtos culturais. Eles aparecem dissociados dos processos socioculturais mais amplos aos quais estão ligados e os justificam. O horizonte analítico é de base mercadológica e pautado pela quantificação da produção e do consumo de bens culturais nos diferentes pontos do planeta. Por outro lado, a vertente anti-liberal é herdeira do “pessimismo frankfurtiano” e tende a reiterar a tese da tendência à homogeneização cultural.

Em síntese, a perspectiva global anti-liberal privilegia a análise do processo a partir do que seria seu centro de irradiação globalizante/mundializante e opera uma análise macrosociológica. O ponto de vista local, por outro lado, centra-se nas micro-realidades tomadas como múltiplas extremidades do processo e promove abordagens etnográficas.

Este modelo geral proposto por Warnier orienta para a definição desta reflexão teoricamente mais consistente de crítica ao modelo dominante de comunicação midiática como uma das expressões do ponto de vista global na vertente anti-liberal. Nesta reflexão (teórica e política), a postura de crítica ao capitalismo (e à globalização e ao neoliberalismo como suas determinações econômicas, políticas, ideológicas e culturais mais recentes) e a

crença no compromisso dos meios de comunicação de massa e das novas tecnologias da comunicação e da informação com o fortalecimento daqueles processos parecem constituir uma unanimidade.

No entanto, seus principais articuladores parecem assumir caminhos diferenciados na análise mais específica das relações entre o conjunto comunicação/cultura e a economia no estágio *globalizante* do processo social. Em síntese, estas diferenças consistem em, por um lado, tomar a cultura como simples reflexo da economia ou, por outro lado, enxergar uma autonomia relativa da cultura em relação ao campo econômico e uma lógica própria no processo cultural. *Esta perspectiva da autonomia relativa permite descrever ambigüidades, contradições, nuanças e sutilezas presentes no campo cultural.*

Neste sentido, podemos dizer que estamos frente a um debate teórico e político. Nosso interesse será discutir os termos mais gerais deste debate. Para tanto, resenharemos os pontos de vista de Muniz Sodré e Jesus Martín-Barbero, cujas contribuições vêm assumindo o estatuto de paradigmáticas na construção deste debate.

O objeto de estudo de Sodré (2002) é a mídia sob o controle do modelo neoliberal e seu objetivo é analisar as implicações econômicas, políticas, sociais e culturais deste controle. O autor pretende discutir a acomodação da comunicação midiática às determinações do mercado e, portanto, da economia, a partir da emergência da globalização.

Sua argumentação apóia-se na afirmação dos *meios de comunicação como tecnologias digitais conformadoras da economia digital transnacionalizante segundo as regras do mercado* e nos conceitos de *mediatização* e de *tecnocultura*. Estas ferramentas analíticas favorecem a construção da noção de que *os meios de comunicação realizam e dissimulam os objetivos estratégicos dos conglomerados transnacionais articuladores do padrão societal vigente*. Assim, *estes meios são tomados como agentes (agenciadores) da globalização*.

Para Sodré, a afirmação de que as tecnologias digitais compõem a sociedade da informação e promovem a revolução da informação é ideológica. Seu caráter ideológico poderia ser demonstrado pela análise das condições históricas, econômicas e políticas de criação e uso destas tecnologias. Esta análise permitiria mostrar o vínculo estabelecido entre estas tecnologias com as velhas estruturas de poder e a reiteração destas mesmas

estruturas. Assim, *ao invés de uma revolução da informação, tem-se uma associação entre as exigências de reprodução da economia capitalista na era da globalização e as tecnologias digitais*. Sodré (2002, p. 14) afirma que:

“Entram em questão as novas nuances da economia capitalista, que tendem a favorecer uma *catalaxia* (grifo do autor), ou seja, um ordenamento mercadológico do mundo, para além de qualquer desígnio humano. Isto se realiza historicamente por meio de políticas diferenciadas em seus modos de aplicação, mas com um denominador comum configurável como um novo tipo de ideologia planetarista capaz de perpassar as instâncias econômicas, políticas, sociais e culturais”.

As próprias condições históricas, econômicas e políticas de sua criação já embutem (imprimem) a ideologia mercadológica liberal e planetarista nos meios de comunicação. Eles já surgem marcados e condicionados por essa ideologia. E sua gestão termina por favorecer a condição de agentes difusores desta mesma ideologia pelo tecido social. Sodré argumenta que eles compõem “um novo tipo de exercício de poder sobre o indivíduo” e, ainda, “um novo tipo de formalização da vida social”. Trata-se da construção de um regime de visibilidade pública que a sociedade constrói para representar-se entre seus membros.

Com a emergência das tecnologias digitais, o regime de visibilidade pública é marcado pela *simulação digitalizada*. As interações sociais passam a ser mediadas por coisas ou fatos gerados por técnicas digitalizadas (tecnointerações). O código da simulação é definido pela noção de imagem-mercadoria. O processo de reprodução do padrão globalizado requer a exigência de aceleração e fluidez da imagem-mercadoria. Nestes termos (ou nestas condições) dá-se a associação entre o tecnológico e o econômico.

Sodré afirma que essa conjunção de economia com tecnologia na sociedade contemporânea confirma a centralidade da *mediatização*. Para o autor, a mediatização é a

“tendência à ‘virtualização’ ou telerrealização das relações humanas, presente na articulação do múltiplo funcionamento institucional e de determinadas pautas individuais de condutas com as tecnologias de comunicação” (2002, p. 21).

As tecnointerações favorecidas pela mediatização têm o *medium* como instância privilegiada de canalização dos processos e acontecem atreladas à informação e à sua ideologia. Portanto, resultam de estratégias pensadas em organizações empresariais. Sodré (2002, pp. 21/22) acrescenta que a mediatização consiste de um:

“dispositivo cultural historicamente emergente no momento em que o processo da comunicação é técnica e industrialmente redefinido pela informação, isto é, por um regime posto quase que exclusivamente a serviço da lei estrutural do valor, o *capital*, e que constitui propriamente uma nova tecnologia societal (e não uma

neutra ‘tecnologia da inteligência’) empenhada num outro tipo de hegemonia ético-política”.

No padrão societal promovido pela globalização, pela ideologia neoliberal e pelas tecnologias digitais, o *medium* assume a condição de *prótese*. Este termo é entendido no sentido de extensão e significa um espelho cujas imagens passam a reger as condutas individuais e as tecnointerações. Através da imagem especular, os indivíduos passam a habitar um outro mundo, com nova ambiência, código próprio e sugestões de condutas. Sodré (2002, p. 22) acrescenta que

“A palavra (espelho) deve ser agora tomada como metáfora intelectual, para um ordenamento cultural da sociedade em que as imagens deixam de ser reflexos e máscaras de uma realidade referencial para se tornarem simulacros tecnicamente auto-referentes, embora político-economicamente a serviço de um novo tipo de gestão da vida social”.

Deste empreendimento econômico, político, cultural, social, mas principalmente midiático resulta a mediatização entendida como uma mediação tecnologicamente exacerbada (uma tecnologia de sociabilidade gerada a partir do mercado e dos negócios) e promotora de um novo modo de presença do sujeito no mundo. Mas resulta também a forma cultural que orienta (que dita as regras de) todas as tecnointerações existentes: a tecnocultura. Sodré (2002, p. 27) afirma que a tecnocultura

“implica uma transformação das formas tradicionais de sociabilização, além de uma nova tecnologia perceptiva e mental. Implica, portanto, um novo tipo de relacionamento do indivíduo com referências concretas ou com o que se tem convencionalmente designado como verdade, ou seja, uma outra condição antropológica”.

Em conformidade com o modelo geral proposto por Warnier, torna-se possível dizer que a argumentação de Sodré sobre o papel da mídia nas sociedades contemporâneas se pauta por um ponto de vista global anti-liberal. O autor constrói sua visão sobre os meios como decorrente de um centro irradiador do processo globalizante. Em última instância, seu papel econômico, político e cultural e ainda sua agenda e protocolos seriam determinados a partir deste centro.

Parece que todas as virtudes e todos os problemas desta teoria decorrem justamente da perspectiva analítica a partir da qual o processo é tomado ou observado. Pode-se fazer sobre o pensamento de Sodré a observação de Vassalo Lopes sobre a teoria da Escola de Frankfurt. A autora afirma que “ela (a teoria frankfurtiana) tem o mérito de chamar a

atenção para certos problemas pertinentes, mas o demérito de impedir a compreensão de outros” (1990, p. 50).

Sodré ajuda-nos a compreender o cenário ou a paisagem mais ampla dentro da qual ocorre (e vem se transformando) o desempenho dos meios de comunicação. É o esforço de alcançar e apreender o processo social mais amplo, suas transformações e as forças econômicas e políticas capazes de promovê-las, que torna significativa esta contribuição. Sodré apropria-se do método marxista e, a partir das definições gerais do materialismo histórico, consegue traçar um painel rico, denso e instigante sobre as novas determinações do capitalismo e suas exigências nos planos cultural e midiático.

No entanto, sua visão consegue enxergar o que o método e a perspectiva de análise permitem apreender. Certamente, esta visão apresenta suas possibilidades e também os seus limites. Ela ressalta, por exemplo, o centro irradiador do processo globalizante como agente histórico, sua ação histórica, as estratégias e as forças (tecnologia, meios de comunicação, etc.) cuja subordinação e mobilização fazem fluir esta ação.

Esta perspectiva sugere a implacabilidade do processo globalizante e o apagamento do sujeito individual ou coletivo como agente capaz de pensar, agir e reagir sobre este processo. Temos a afirmação da estrutura ordenadora do padrão societal exigido pelo neoliberalismo como a variável cuja compreensão esclarecerá o significado da cultura e o papel político e ideológico das tecnologias digitais. Neste sentido, com Sodré, parece que temos um exemplo muito instigante do que Escosteguy (2001, p. 44) chama de *marxismo determinista*.

E, no entanto, acreditamos que é possível e legítimo questionar certas perspectivas macrossociais e pensar a sociedade como resultante da tensão entre objetividade e subjetividade. Nossa crença tem por base a perspectiva proposta por Martín-Barbero (2003, pp. 57-86) para analisar o mesmo tema do papel da comunicação e da cultura sob a globalização. O autor toma como pressuposto mais geral a idéia de que algumas transformações recentes nos modelos e modos da comunicação expressam uma das dimensões da globalização. Seu objetivo será entender estas transformações, perceber em que consistem e esclarecer seu significado no cenário mais amplo dos processos e das relações sociais.

Por modelos e modos da comunicação, Martín-Barbero tanto se refere às tecnologias da informação e da comunicação viabilizadoras da globalização e veiculadoras do discurso ideológico que favorece sua aceitação no imaginário social, como também o emprego dessas mesmas tecnologias (emprego sustentado por concepção diversa de comunicação) pelos indivíduos e comunidades formadas a partir do sentimento de exclusão/marginalização no padrão societário vigente. Esta talvez seja a característica mais decisiva do pensamento do referido autor: o interesse permanente em apreender os *processos sociais como realidades sempre constituídas por forças sociais e políticas em oposição*. Importa sempre examinar os processos sociais pela via de suas contradições e verificar como estas contradições resultam em ação coletiva positiva, em correlação de força.

Assim, deve ser este o sentido da expressão “transformações nos modelos e modos da comunicação”. Pensa-se tanto no modelo (usos) da comunicação comprometido com a globalização competitiva, quanto no modelo (usos) comprometido com sua oposição e com o resgate da cidadania, da dignidade e da solidariedade entre os indivíduos e os povos marginalizados por aquele padrão societário.

Martín-Barbero entende que, para que se compreendam as transformações que vêm ocorrendo de um modelo/modo para o outro, é necessário entender as mudanças que as novas tecnologias da informação e da comunicação vêm promovendo no “sentido de lugar no mundo”. Trata-se de alterações operadas na noção de espaço (o lugar local ou nacional concreto no qual cada um de nós habita) como consequência do espraiamento cultural daquelas tecnologias.

A dialética entre objetividade e subjetividade nos processos sociais é enxergada a partir da análise destas mudanças. Segundo Martín-Barbero, com a emergência daquelas tecnologias, o espaço passa a ser unificado pelo mercado globalizante (o mercado passa a ser a principal força ordenadora das relações e dos processos sociais) e assume a configuração de base para o atravessamento de *redes e fluxos* (isto é, redes e fluxos gerados para e pelo global e realizadores de sua estratégia econômica, política e cultural). Nestas condições, as noções de local e nacional, tradicionalmente empregadas para a descrição do espaço físico e simbólico ocupado pelos indivíduos, perdem sua força de referentes. Em sua

argumentação, Martín-Barbero descreverá este fenômeno através do termo *desterritorialização*. No entanto, o autor (2003, p. 59) acrescenta que

“Não é possível habitar no mundo sem algum tipo de *ancoragem territorial* (os grifos são do autor), de inserção no local, já que é no *lugar*, no território, que se desenrola a corporeidade da vida cotidiana e a temporalidade – a história – da ação coletiva, base da heterogeneidade humana e da reciprocidade, características fundadoras da comunicação humana, pois, mesmo atravessado pelas redes do global, o *lugar* segue feito do tecido das proximidades e das solidariedades”.

Em primeiro lugar, esta formulação torna visível o interesse do autor em deslocar a análise da comunicação e da cultura no estágio da globalização das macroestruturas para as realidades locais (e para o plano do cotidiano dos indivíduos nestas realidades) onde ocorre sua concretude. E, em segundo lugar, orienta a análise das realidades locais como realidades dinâmicas, complexas, contraditórias. Assim, ainda que culturalmente marcados pela *desterritorialização*, os indivíduos, a ação individual e a ação coletiva são reais, complexos e contraditórios. Os indivíduos e sua ação social são instâncias constitutivas das realidades sociais locais. Assim, torna-se necessário dirigir a atenção (o exame) para seus múltiplos movimentos (como indivíduos fragmentados e/ou potencialmente resistentes). O reconhecimento destes atributos leva Martín-Barbero a defender a não univocidade da noção de *lugar/local*. Para o autor (2003, p. 59)

“Um (sentido do local) é aquele que resulta da *fragmentação* (o grifo é do autor) produzida pela deslocalização que o global acarreta, e outro é a revalorização do local como âmbito onde se resiste (e se complementa) a globalização, sua auto-revalorização como direito à autogestão e à memória própria, ambos ligados à capacidade de construir relatos e imagens de identidade”.

Se por um lado, o atravessamento do *lugar/local* pelas redes e fluxos da globalização leva à fragmentação e à desterritorialização, por outro lado, gera a emergência de novas inquietações individuais e sociais (novas dimensões políticas e culturais) não necessariamente funcionais ao *status quo*. Assim, a idéia de *resistência* por indivíduos ou grupos sociais adquire relevância na análise. Pode-se entender que esta perspectiva está chamando a atenção para o fato de que as experiências concretas estão demonstrando que as mesmas redes impulsionadoras de um movimento fragmentador do indivíduo e do tecido social (das relações sociais) e desterritorializante favorecem o fortalecimento daquelas inquietações. Isto é possível porque:

“O novo sentido que o local começa a ter nada tem de incompatível com o uso das tecnologias comunicacionais e das redes informáticas. Hoje essas redes não são unicamente o espaço no qual circulam o capital, as finanças, mas também um

‘lugar de encontro’ de multidões de minorias e comunidades marginalizadas ou de coletividades de pesquisa e trabalho educativo ou artístico” (2003, p. 59).

Esta citação é esclarecedora do fato de que uma das particularidades do pensamento de Martín-Barbero consiste no reconhecimento, já apontado acima, do compromisso das *redes* e dos *fluxos* com a economia e a política da globalização, *mas também* de sua captura pelas comunidades marginalizadas como arma política e cultural. Esta dupla dimensão atribuída às (ou reconhecida nas) tecnologias da comunicação e da informação permite a percepção de que o processo estritamente econômico da globalização e a mundialização da cultura não obedecem à mesma lógica.

Este ponto de vista implica a idéia de que, enquanto o processo econômico se desenvolve tendo como meta a unificação do conjunto das relações sociais a partir do modelo do mercado, a mundialização da cultura não implica *padronização* ou *homogeneização*. Martín-Barbero argumenta que “a mundialização cultural não opera a partir de fora sobre esferas dotadas de autonomia, como seriam o nacional e o local” (2003, p. 59). Pelo contrário, a mundialização ocorre localizando-se, enraizando-se no cotidiano de realidades locais/nacionais concretas. Sua condição de existência requer negociações complexas com memórias coletivas e práticas sociais cotidianas de indivíduos concretos. Assim, em vez de padronização, sua emergência resulta em *hibridizações culturais*³⁶.

Em contraposição ao conceito de homogeneização (e em consonância com a noção de hibridizações culturais), Martín-Barbero propõe o conceito de *diversidade*. A relevância deste conceito advém do potencial analítico que o mesmo apresenta para o entendimento das *negociações sempre complexas e contraditórias entre as diferentes matrizes culturais que têm marcado os processos de modernização dos diferentes países latino-americanos*. Neste sentido, a noção de diversidade presta-se para pensar as negociações e os rearranjos socioculturais do presente. Refletindo sobre as condições do emprego deste conceito para o objetivo apresentado, o autor (2003, p. 60) alerta para o fato de que

“O que está em jogo hoje é uma profunda mudança no sentido da *diversidade* (os grifos são do autor). Até pouco tempo atrás a diversidade cultural foi pensada como uma heterogeneidade radical entre culturas, cada uma enraizada em um território específico, dotadas de um centro e de fronteiras nítidas. Qualquer relação com outra cultura se dava como estranha/estrangeira e contaminante,

³⁶ Esta colocação vai de encontro à noção de “cultura McWorld”, discutida no artigo da autoria de Benjamin R. Barber, presente na mesma coletânea na qual o texto resenhado está publicado. A argumentação de Martín-Barbero insurge-se justamente contra esta visão de uma cultura que, a partir dos Estados Unidos, desfaz as culturas nacionais e locais promovendo seu apagamento e promovendo uma homogeneização cultural.

perturbação e ameaça, em si mesma, para a identidade própria. O processo de globalização que agora vivemos, no entanto, é ao mesmo tempo um movimento de potencialização da *diferença* e de exposição constante de cada cultura às *outras*, de minha identidade àquela do outro”.

E acrescenta que

“O reconhecimento das diferenças culturais tradicionais – étnicas e raciais – tanto quanto o das modernas – de gênero ou dos homossexuais – passa sem dúvida pelo plano dos direitos e das leis, porém eles só se realizam no reconhecimento cotidiano dos direitos e no respeito dos indivíduos que encarnam essas culturas” (2003, p 61).

Estas citações são indicativas dos equívocos metodológicos inerentes aos conceitos de padronização ou homogeneização cultural e da centralidade e relevância atribuídas ao conceito de *diversidade*, por Martín-Barbero, para a análise rigorosa da dinâmica cultural nas modernas sociedades latino-americanas. Esta postura metodológica é reiterada com a adoção das noções de *cidadania mundial* e *esfera pública mundial*. Certamente, em Martín-Barbero, a recorrência a estas noções é decorrente da aceitação de uma realidade marcada por diferenças culturais e pelo permanente atravessamento de matrizes culturais no cotidiano de sociedades que caminham inexoravelmente para experimentações dos padrões societários modernos. Martín-Barbero (2003, p. 61) afirma que estas experimentações estão

“inaugurando novos modos de representação e participação social e política, pois também as fronteiras que constroem o campo da política e dos direitos humanos não são apenas pouco nítidas, mas móveis, carregando de sentido político os direitos das etnias, das raças, dos gêneros”.

Esta perspectiva analítica proposta por Martín-Barbero contribui, por um lado, para o reconhecimento da *experiência moderna* que os meios de comunicação proporcionam às maiorias populacionais urbanizadas das grandes cidades latino-americanas. Por experiência moderna entende-se o acesso, por estas maiorias, a bens materiais e simbólicos para consumo massivo nos países de capitalismo avançado e às mudanças de imaginário e estilo de vida que este acesso favorece. Dentre estas mudanças, o autor reconhece a relevância dos aspectos liberadores de novas sensibilidades e identidades proporcionados pela experiência da desterritorialização. Por exemplo, as já referidas identidades fundadas nos papéis de gênero. Mas, por outro lado, chama a atenção para os desafios que estes mesmos meios de comunicação (e as tecnologias digitais de informação) colocam para a superação das contradições configuradoras daquela mesma experiência.

Certamente, Martín-Barbero tem em vista a crítica de uma experiência moderna construída segundo os padrões da globalização. E tem em vista os modos como esta experiência vem sendo vivida pelas maiorias sociais de sociedades marcadas por desigualdades sociais, econômicas e políticas geradas desde um passado de subordinação aos padrões de acumulação capitalista da Europa e dos Estados Unidos e suas vicissitudes.

Martín-Barbero argumenta que esta experiência tem levado ao recuo do Estado (em favor do mercado ou das grandes empresas multinacionais e suas lógicas de competitividade e apropriação privada de lucro e da *financeirização* das relações sociais) como força reguladora das relações econômicas e sociais e garantidora de direitos sociais básicos. A transferência para a iniciativa privada de tarefas tradicionalmente assumidas pelo Estado, tais como educação e saúde (potencialmente favorecedoras de mobilidade social – uma das vítimas deste processo são as crianças e os jovens frequentadores de escolas que não lhes proporcionam o acesso ao novo ecossistema informacional e comunicativo) compõe o rearranjo geral do padrão societário capitalista segundo as exigências da globalização e do neoliberalismo.

As conseqüências mais visíveis destes rearranjos têm sido a fragmentação das relações sociais, a competitividade entre indivíduos, povos e nações latino-americanas (ou a contra-face da perda do sentimento de solidariedade necessário ao seu desenvolvimento), a exclusão e a marginalização de amplas parcelas das maiorias sociais dos processos de produção e do consumo e o comprometimento da cidadania destas parcelas.

Para Martín-Barbero, as transformações mais recentes nos modelos e nos modos da comunicação devem ser compreendidas à luz dos desafios postos pelas contradições presentes no neoliberalismo e pelas contradições mesmas do modelo e do modo de comunicação gerador e sustentador deste padrão societário. Refletindo sobre estas transformações e sobre como elas podem favorecer à emancipação dos grupos sociais excluídos e/ou marginalizados, o autor (2003, p. 69) sustenta que

“O *comunicador* (os grifos são do autor) deixa, portanto, de figurar como *intermediário* – aquele que se instala na divisão social e, em vez de trabalhar para abolir as barreiras que reforçam a exclusão, defende o seu ofício: uma comunicação na qual os emissores-criadores continuem sendo uma pequena elite e as maiorias continuem sendo meros receptores e espectadores resignados – para assumir o papel de *mediador*: aquele que torna explícita a relação entre a diferença cultural e a desigualdade social, entre diferença e ocasião de domínio e a partir daí trabalha para fazer possível uma comunicação que diminua o espaço das exclusões ao aumentar mais o número de emissores e criadores do que o dos meros consumidores”.

E acrescenta que

“Essa reconfiguração do comunicador como mediador volta-se basicamente para o entendimento da comunicação como *a colocação em comum de sentidos da vida e da sociedade* (os grifos são do autor). O que implica dar prioridade ao trabalho de ativação, *nas pessoas e nos grupos, de sua capacidade de narrar/construir sua identidade*, pois a relação da narração com a identidade não é meramente expressiva, mas constitutiva (P. Ricoeur): a identidade individual ou coletiva não é algo dado, mas em permanente construção, e se constrói narrando-se, tornando-se relato capaz de interpelar os demais e deixar-se interpelar pelos relatos dos outros (E. Levinas)” (2003, p. 69).

Esta citação demonstra que a construção intelectual de Martín-Barbero resulta, dentre outros aspectos, no conceito de *identidade* e em um modo específico de como o mesmo deve ser pensado. O autor destaca suas qualidades de fluidez, de fenômeno em permanente construção e cuja construção se dá pela ação de sujeitos individuais e coletivos no enfrentamento de condições objetivas e subjetivas presentes no cotidiano. O interesse desse conceito consiste na trilha que abre para a compreensão das múltiplas iniciativas, inclusive midiáticas, presentes nas sociedades contemporâneas.

Enquanto empenhada em destacar a ação de indivíduos e/ou grupos sociais, no cotidiano, tendo em vista o resgate da memória coletiva e da cidadania, esta perspectiva analítica apresenta um caminho teórico e metodológico através do qual se torna possível pensar a sociedade como resultante da tensão entre objetividade e subjetividade. Sua construção representa uma alternativa à visão determinística da sociedade (pelos limites explicativos que esta contém) e uma alternativa à perspectiva da implacabilidade das forças econômicas sobre os indivíduos e grupos sociais no cotidiano de microrealidades. Também é possível reconhecer que esta perspectiva analítica apresenta um caminho teórico e metodológico que permite pensar a cultura ou o conjunto comunicação/cultura como relativamente autônomos em relação à economia.

Além de apoiar-se nesta perspectiva teórica, nossa crença na idéia de que é possível e legítimo questionar certas perspectivas determinísticas de análise e pensar a sociedade como resultante da tensão entre objetividade e subjetividade apóia-se ainda num debate que conforma a teoria sociológica contemporânea.

Refletindo sobre as diferentes perspectivas de análise sobre a realidade mundial a partir da problemática da cultura, Ortiz (1994, pp. 20/21) afirma que a Antropologia institucionalizou-se construindo um conceito próprio de cultura e tomando as sociedades

primitivas ou recortes das sociedades contemporâneas como objeto de estudo. No entanto, uma análise sobre a mundialização da cultura requer uma estratégia compreensiva distinta. Enquanto a herança antropológica elege a observação participante para examinar particularidades, a mundialização da cultura propõe um objeto cuja originalidade é a assimilação de um mesmo estilo de vida por grupos sociais tidos até então como distintos.

Ortiz chama a atenção para dificuldades presentes em algumas perspectivas globalizantes de análise. O *world-system* é visto como um paradigma desta corrente e é avaliado nos seguintes termos:

“Se por um lado o paradigma do *world-system* faz avançar o pensamento, por outro, ele não deixa de trazer problemas que, ignorados, podem nos levar a impasses. O primeiro deles é a forte inclinação economicista das análises, pois a história do sistema mundial se confunde inteiramente com a evolução do capitalismo. Como a base econômica constitui a unidade privilegiada de análise, as manifestações políticas e culturais surgem como seu reflexo imediato” (1994, p. 22).

Por reconhecermos, no pensamento de Sodré, as características descritas na citação acima, é que identificamos o termo “rolo compressor” como uma metáfora apropriada para sintetizar sua representação do processo de irradiação da globalização, do neoliberalismo e de seu projeto midiático e cultural. Esta linha de pensamento leva ao risco (ou ao equívoco, pela simplificação que guarda) de pensar que outra comunicação é necessária e possível em decorrência da univocidade da mídia dominante³⁷.

Nossa crença na idéia de que a sociedade pode ser pensada como resultante da tensão entre objetividade e subjetividade tem ainda por base o discurso justificador do emprego de metodologias qualitativas nos estudos empíricos sobre a sociedade. E, neste discurso, temos o postulado de que “a sociedade é uma estrutura que se movimenta mediante a força da ação social individual e grupal” conforme apontado por Haguette (1995, p. 20).

O contexto da definição apresentada por Haguette é justamente uma defesa da pertinência de métodos quantitativos e qualitativos, das macroanálises fundadas em dados

³⁷ Lembramos ainda que em *A Ms. Magazine e a promessa do feminismo popular*, um estudo sobre “a primeira revista comercial americana a assumir a perspectiva feminista de forma tão desprovida de ambigüidade”, Farrell procura demonstrar a não sustentabilidade da tese de que os imperativos da produção capitalista de bens culturais anulam as possibilidades de difusão de discurso conflitante com a ordem burguesa. E também Downing (2002, p. 27), em *Mídia radical – rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*, lembra que as posturas teóricas e políticas voltadas para a denúncia e a crítica dos compromissos de classe dos meios de comunicação comerciais de larga escala “tornava(m) os ataques muitas vezes veementes que a direita e a extrema direita política lançam contra os principais meios de comunicação em algo incompreensível ou irrelevante”.

quantitativos, e das microanálises e dos estudos que tomam a perspectiva histórica como condição para apreensão das múltiplas dimensões da vida social. Haguette afirma que

“Há que considerar que esta reação (aos modelos quantitativos de análise) não representa um repúdio cabal às macroanálises e, sim, o reconhecimento de que a sociedade é constituída de microprocessos que, em seu conjunto, configuram as estruturas maciças, aparentemente invariantes, atuando e conformando inexoravelmente a ação social individual” (1995, p. 20).

E acrescenta que

“Não há dúvida que as estruturas existem e devem ser conhecidas, mas é a ação humana, a interação social, que constitui o motor da história” (1995, p. 20).

A argumentação apresentada por Sodré parece trazer subjacente a negação dos problemas postos por Ortiz e Haguette e a afirmação de que, sob o controle econômico, político e tecnológico do capital, a cultura tende à homogeneização. E voltamos às velhas formulações frankfurtianas apresentadas em Adorno e Horkheimer, e revistas, conforme vimos acima, por Martín-Barbero.

Como alternativa às perspectivas determinísticas (referidas acima) para apoiar nossos passos nesta pesquisa, optamos por buscar concepções teóricas que se mostrassem sensíveis à questão da autonomia relativa da cultura em relação ao fator “econômico”, à questão dos microprocessos socioculturais e à questão das subjetividades. E esta busca resultou num encontro e num contato que vimos mantendo e aprofundando com os *estudos culturais*. No entanto, nosso exame deste campo teórico nos fez perceber a variedade de perspectivas derivadas das concepções gerais propostas pelos *pais fundadores* na primeira fase (década de 1950 e início da década de 1960) do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), da Universidade de Birmingham, na Inglaterra.

Nosso percurso pelas abordagens teóricas (inclusive dentro do campo dos estudos culturais) sempre apoiou-se em indicações metodológicas tais como a proposta por Santaella (2001, p. 183) segundo a qual

“Problemas específicos exigem soluções específicas, do mesmo modo que soluções específicas só podem ser encontradas por meio do auxílio de teorias que se adequam às soluções buscadas. (...) Opções teóricas só podem nascer das exigências internas que o problema da pesquisa cria”.

E ainda na indicação proposta por Kellner (2001, p. 40) segundo a qual

“Estamos vivendo uma época de intensas modificações, e muitas das teorias atuais sobre a sociedade descrevem aspectos delas, sendo, portanto, pertinentes em vários contextos específicos. Nenhuma, porém, conta toda a história, e todas as

teorias contemporâneas têm suas limitações e pontos cegos, além de dar suas contribuições. (...) Os mapeamentos de cada teoria propiciam alguma nova compreensão, mas em geral são limitados de algum modo. Algumas teorias são úteis para certas tarefas (por exemplo, ideologia marxista como crítica para a análise de classes e da hegemonia), enquanto outras teorias são úteis para outras finalidades (por exemplo, feminismo para interrogar as questões entre sexos, ou a teoria *queer* para estudar a construção da sexualidade e das preferências sexuais, etc.). Nenhuma teoria poderia tratar de todos os tópicos ou elucidar todas as facetas da vida social. Portanto, *é preciso escolher as teorias que serão desenvolvidas, segundo as tarefas que devam ser cumpridas* (grifo nosso)".

Assim, um novo desafio seria, dentro do campo teórico mais amplo dos estudos culturais, buscar a perspectiva mais específica para apoiar a tarefa e o desafio de explicar um jornal com as características do *Jornal do Nuances*. E, dentre as alternativas consultadas, reconhecemos na teoria e no conceito de *mídia radical alternativa* as ferramentas mais promissoras como marco teórico de referência desta pesquisa. Em vista desse pressuposto, julgamos necessário explicar em que consiste este conceito e explicar por que e como o mesmo pode orientar nossa investigação.

Este conceito é proposto pelo pesquisador inglês, radicado nos Estados Unidos, John D. H. Downing. Um dos objetivos de Downing em "Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais" é *rever formulações anteriormente propostas pelo próprio autor a respeito deste conceito, de modo a torná-lo mais sensível à complexidade do referente*. A ressalva de Downing é decorrente do enquadramento "binarista" presente nas formulações originais sobre aquele conceito. Segundo o autor, aquele enquadramento comprometeria o objetivo de "compreender a mídia radical alternativa de maneiras muito mais sensíveis à sua complexidade do que temos até hoje" (2002, p. 32). E também

"essa posição (binarista) descartava qualquer movimento rumo aos meios de comunicação comerciais de larga escala, democratizantes, o que os livraria muito facilmente de uma situação embaraçosa. Tornava os ataques muitas vezes veementes que a direita e a extrema direita políticas lançam contra os principais meios de comunicação em algo incompreensível e irrelevante. Minimizava a importância dos usos que os movimentos e grupos de oposição podem às vezes fazer da mídia convencional" (2002, p. 27)³⁸.

A perda de toda a complexidade inerente ao universo da mídia radical alternativa em decorrência dos esquematismos e da rigidez da perspectiva binarista impediria ainda de perceber (e reconhecer como tal), dentre os inúmeros formatos midiáticos possíveis e dentre os diferentes contextos de mídia dentro dos quais possa emergir, o aparecimento de

³⁸ Na página 96, Downing reconhece o que chama de "elementos culturalmente subversivos da mídia tradicional".

cartuns com conteúdos e mensagens de “esquerda” nas páginas de “entretenimento” da imprensa hegemônica.

A empresa revisória proposta por Downing implica a revisão das ferramentas analíticas mobilizadas, dos procedimentos empregados, dos argumentos construídos e das conclusões alcançadas. Esta formulação sugere que os estudos deste autor sobre mídia radical têm uma história cuja periodização pode ser definida em duas fases. Numa primeira fase, o tratamento do tema é esquemático e simplificado. Numa segunda fase, tenta-se superar o reducionismo presente no campo de estudos e contemplar toda a sutileza e todas as nuances presentes no referente.

Para empreender esta superação, Downing propõe a mobilização criteriosa de uma série de problemáticas e conceitos potencialmente capazes de permitir (e favorecer) a revisão desejada. A problemática dos movimentos sociais e os conceitos de cultura popular, hegemonia e esfera pública são temas (dentre outros) enfrentados pelo autor tendo em vista o avanço de seu projeto.

Downing define seu objeto de estudo nos seguintes termos:

“Com o termo *mídia radical*, refiro-me à mídia – em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas” (Downing, 2002, p. 21).

Esta definição permite avançar da noção de *imprensa alternativa* comumente associada às iniciativas midiáticas voltadas para o combate político e cultural contra os valores e as práticas sociais dominantes e identificar uma variedade de iniciativas encaixáveis sob a rubrica de mídia radical. Assim, além da imprensa alternativa, podem ser identificadas como mídia radical certas práticas em rádio, teatro, televisão, cinema, música popular e também cartazes, gravuras, fotomontagens, cartuns, murais, broches, adesivos, pôsteres, grafites, vestuários, histórias em quadrinhos, etc. Downing apresenta o levantamento desta miscelânea de práticas midiáticas como uma *tapeçaria*. E demonstra que, muito mais do que remeter ao referente restrito da *imprensa alternativa*, o conceito de mídia radical alternativa contempla um conjunto variado, complexo e dinâmico de suportes técnicos e conteúdos voltados para a resistência política.

Outras qualidades gerais distintivas da mídia radical alternativa são a produção em pequena escala a partir de pouca disponibilidade de fundos financeiros e por ativistas mal remunerados ou não remunerados. Em vista destes condicionantes, grande parte destas

manifestações comunicacionais têm vida curta. No entanto, como sua emergência e/ou permanência no espaço público resultam de demandas políticas “oposicionistas” sistematizadas e encaminhadas por indivíduos ou grupos de pessoas construídos como ativistas de “oposição”, a precariedade das condições objetivas de produção são igualmente politizadas. O impulso ativista/militante dos promotores desta modalidade de mídia implica o enfrentamento e a superação das condições objetivas de produção vividas como “desfavoráveis”. Assim, o sentido democrático orientador dos processos de produção e distribuição/difusão dos veículos e das mensagens, bem como o caráter transformador dos valores e das práticas sociais dominantes nelas contidos, são prevalentes.

Downing (2002, pp. 29/30) sugere que, mais do que a condições objetivas, o processo de produção das mídias “verdadeiramente” radicais está sempre associado aos propósitos de

a) expressar verticalmente, a partir dos setores subordinados, oposição direta à estrutura de poder e seu comportamento; b) obter, horizontalmente, apoio e solidariedade e construir uma rede de relações contrária às políticas públicas ou mesmo à própria sobrevivência da estrutura de poder”.

Embora diversa quanto aos suportes técnicos utilizados, quanto aos formatos assumidos e quanto aos conteúdos apresentados e discursos proferidos, o sentido geral das mídias alternativas é (não obstante a pequena escala prevalente de seus produtos) promover a quebra dos “bloqueios da expressão pública”.

Downing sugere que a abrangência da definição apresentada acima permite uma visão ampla o suficiente para tornar o conceito impreciso e de difícil operacionalidade como ferramenta analítica no exame de casos concretos. Ele refere-se ao “vasto e movediço terreno das culturas de oposição e da mídia radical” (2002, p. 31). Esta mesma amplitude ainda favorece a abertura de flancos para uma série de mal-entendidos sobre as características distintivas da mídia radical. Quaisquer divergências nesta matéria resultam também do fato de que

“Não existe nenhuma alquimia instantânea, nenhum procedimento socioquímico incontestável, capaz de distinguir, num relance ou com resultados definitivos, a mídia verdadeiramente radical da mídia aparentemente radical ou mesmo não radical” (Downing, 2002, p. 24).

As preocupações de Downing em relação às dificuldades metodológicas para a identificação “incontestável” de mídias radicais são reforçadas com a seguinte questão:

“Neste caldo fervente e multifacetado que chamamos de sociedade, que artigos considerar como oposição política, como expressão pessoal, como experimentais, como fincados no presente cultural, como arautos do futuro do público, como resgate dos méritos esquecidos do passado?” (2002, p. 25).

E ainda com o reconhecimento de que “de tais caldeirões podem emergir mudanças sociais e culturais em muitas direções, positivas, negativas e situadas entre esses dois pólos”. Assim, “a questão específica de se determinada atividade nesse domínio público alternativo deve ou não ser considerada oposicionista, auto-indulgente ou reacionária – ou alguma combinação dos três – é tema de discussão” (2002, p. 25). Neste sentido, a questão sobre *o que pode ou não ser definido como mídia radical alternativa* impõe a recorrência a precauções metodológicas³⁹.

Uma chave metodológica sugerida por Downing para avançar na apreensão do objeto sem a interferência de pistas ou indicadores falsos consiste no reconhecimento do *contexto* gerador da empresa midiática e sobre o qual esta se volta com os sentidos da rebeldia, da resistência e do impulso transformador, como variável determinante. Será o contexto dentro do qual emerge um projeto midiático que apresentará as chaves para seu registro em termos de radicalidade. Mais exatamente, será o relacionamento entre as mídias e seu contexto, o exame das mídias em relação ao seu contexto – as tensões emergentes (e decorrentes) deste relacionamento – que permitirá sua identificação nos termos propostos por Downing. Assim, todo o exame empírico de experiências comunicacionais a partir do conceito que está sendo discutido deverá contemplar a questão do contexto como via para sua compreensão rigorosa.

À título de exemplo, Downing chama a atenção para o sentido muitas vezes diverso (não radical) aos objetivos da mídia radical na variedade de “jornaizinhos” e “murais comunitários” emergentes de movimentos de minorias étnicas ou de grupos religiosos. O limiar sutil entre a propriedade ou a impropriedade de sua qualificação nos termos de mídia

³⁹ Duas observações podem ser feitas sobre o problema e a dificuldade metodológica decorrente da imprecisão do conceito de mídia radical alternativa. Primeiro que, conforme pode ser verificado na página 127, Downing sugere uma equivalência entre os termos “mídia radical alternativa” e “comunicação de resistência”. Segundo que a abrangência e a diversidade de manifestações midiáticas potencialmente classificáveis sob a rubrica de mídia radical alternativa e a imprecisão contida no conceito sobre as características distintivas destas manifestações faz emergir a questão sobre o que é mídia convencional e o que é mídia radical alternativa dentro do campo midiático (editorial) mais abrangente e diversificado que estamos definindo como “mídia gay”.

radical pode ser estabelecido pelas “circunstâncias” em que tais veículos emergem. Sobre esta questão, Downing adverte que

“pode ser também que o adjetivo *radical* não seja adequado para referir-se a uma grande parte dessa mídia étnica, religiosa ou comunitária. Tudo depende do seu conteúdo e contexto. O que abstratamente pareceria uma ocorrência inofensiva e de baixo impacto, poderia, em determinado contexto, desferir um golpe de marreta em alguma ortodoxia” (2002, p. 28).

Neste sentido, num primeiro momento, a noção de mídia radical alternativa remete a um universo quantitativa e qualitativamente complexo de manifestações discursivas (um verdadeiro labirinto para o pesquisador), e, num segundo momento, para a necessidade de guias de apoio para o ordenamento (classificação) da matéria empírica e para a conduta apropriada para seu exame. Por isso, o autor chama a atenção para o fato de que

“Na verdade, *as reais intenções dos próprios comunicadores podem revelar-se inúteis como guias nesse labirinto ou, no mínimo, guias notavelmente insuficientes* (grifo nosso). A história está repleta de casos de indivíduos e grupos que não faziam idéia, e que não podiam ter idéia, da cadeia de acontecimentos disruptivos que estavam deflagrando” (2002, p. 28).

E acrescenta que

“Assim, *o contexto e as conseqüências devem ser nossos principais guias ao que pode ou não pode ser definido como mídia radical alternativa* (grifo nosso). As fronteiras são quase sempre indistintas. Toda tecnologia utilizada pelos ativistas da mídia radical é e sempre foi empregada principalmente para propósitos convencionais, não para os seus próprios” (2002, p. 28).

A centralidade da problemática do contexto como chave metodológica para a avaliação de empreendimentos midiáticos como radicais é indicativa da centralidade atribuída à questão do seu *impacto* nos processos socioculturais. Neste sentido, no estudo da mídia radical alternativa, o pesquisador deverá estar atento para “o caldo fervente e multifacetado que chamamos sociedade”, para os “caldeirões” onde fervem os projetos transformadores, para as manifestações midiáticas emergentes nestes “caldeirões” e para a qualidade do impacto (ou das conseqüências) de sua difusão.

São definições preliminares dessa ordem que orientam o autor na exploração de picadas conceituais que lhe permitam o alcance de seus objetivos teóricos e políticos. São questões, problemáticas ou conceitos propostos por diferentes autores, envolvidos em diferentes realidades históricas e voltados a encontrar resposta para desafios teóricos diversos, mas que, em conjunto, podem ser tomadas como “questões que devem compor um esquema satisfatório de análise da mídia radical” (2002, p. 119).

Dada a relevância que estamos atribuindo ao conceito de mídia radical alternativa como referência teórica para a abordagem do nosso objeto de estudo, julgamos necessário promover dois movimentos. Primeiro, refazer sinteticamente o percurso de Downing pelas questões e pelos conceitos que nutrem sua revisão e adensamento daquele conceito. Nosso interesse é destacar o tratamento metodológico empreendido pelo autor sobre cada problemática ou conceito referido no sentido de torná-lo útil ao seu projeto. Em segundo lugar, apresentaremos nossa avaliação pessoal sobre as condições teóricas e metodológicas favorecedoras da assunção deste conceito como ferramenta analítica para a abordagem do *Jornal do Nuances* e de suas posições políticas e ideológicas.

Importa reconhecer, de início, que o trabalho teórico promovido por Downing não se restringe ao mero transplante de conceitos e problemáticas tais como foram formuladas pelos pensadores que as formularam ou promoveram sua consagração no pensamento social. Downing tensiona aquelas contribuições teóricas à luz de abordagens subseqüentes e apresenta suas próprias questões e tensionamentos a respeito daqueles mesmos conceitos e problemáticas. Discutindo sobre o conceito habermasiano de esfera pública, por exemplo, Downing refere-se às suas próprias “tentativas de vincular o termo a alguma forma que fosse relevante para a análise da mídia radical” (2002, p. 63).

Verifica-se um esforço de recuperar conceitos e problemáticas teóricas como ferramentas analíticas potencialmente capazes de apoiar a compreensão dos fenômenos e processos históricos e sociais concretos. Assim, nosso exame da explanação teórica do autor orienta-se para a busca de respostas para questões como: que problemáticas e conceitos são mobilizados por Downing para apoiar seu esforço de compreender a mídia radical alternativa? Por que e como (em que condições) ele mobiliza estes conceitos e estas problemáticas? Em que condições elas são úteis ao seu projeto teórico e político?

A questão da cultura popular é uma destas picadas. Downing situa a questão da cultura popular na problemática mais ampla dos *processos culturais*. Seu interesse é propor um modelo teórico que permita apreender as diferentes matrizes culturais constitutivas destes processos e, ao mesmo tempo, entender como ocorre o seu relacionamento. Em *A Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer chamam a atenção para a *cultura popular* e para a *cultura de massa* como duas das matrizes culturais constitutivas destes processos. Downing critica a visão, presente naquela obra, da cultura de massa como uma

cultura que não é da massa, mas que é feita *para* uma massa de consumidores com o interesse de controlá-la ideologicamente, e da cultura popular como as manifestações autênticas, espontâneas e tendentes à oposição, do povo.

O dualismo simplista deste modelo impede a percepção das interpenetrações entre estas duas matrizes culturais, os hibridismos gerados a partir da “intrincada malha de capilares culturais que irrigam o corpo da sociedade” e os aspectos conservadores presentes na cultura popular. Segundo Downing

“Além de ser demasiado simples, as perspectivas dualistas apresentam uma séria falha: a cultura popular pode perfeitamente ser elitista, racista, misógina, homofóbica e nutrir preconceitos relativos à idade e, ainda assim, expressar esses valores de formas inventivas e superficialmente atraentes”.

Esta perspectiva contribui para o autor reconhecer aspectos conservadores e aspectos voltados para a resistência, a rebeldia e a oposição no horizonte mais amplo da cultura popular. Este reconhecimento favorece o entendimento da noção de *cultura de oposição* como mais uma das matrizes culturais constitutivas dos processos culturais nas sociedades contemporâneas e a idéia de que, no cotidiano, também a cultura de oposição influi e é influenciada pela cultura de massa e pela cultura popular⁴⁰. Assim, torna-se possível entender que a mídia radical alternativa é parte da cultura popular.

Downing propõe ainda que os processos culturais (isto é, as interpenetrações entre as diferentes matrizes que o constitui, as manifestações culturais resultantes destas interpenetrações e seu impacto na sociedade) sejam apreciados em períodos consideráveis de tempo. Esta recomendação escaparia às estratégias presentes nos estudos de mídia (ao modo da pesquisa mercadológica) voltados para a avaliação do impacto social dos meios e das mensagens e que tendem a reconhecer como efêmeros ou irrelevantes quaisquer meios de comunicação cuja repercussão não possa ser observada imediatamente ao momento da difusão.

O tratamento metodológico concedido por Downing à questão das audiências tem em vista também a revisão da perspectiva mercadológica que marcou os estudos sobre este tema. Para além da mensuração da recepção/apropriação de determinados bens culturais por determinados grupos sociais (recortáveis segundo critérios etário, de sexo, de padrão sócio-

⁴⁰ Downing esclarece que esta virada metodológica sobre o conceito de cultura popular foi proposta por Martín-Barbero e está sistematizada em MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Communication, culture, and hegemony – from the media to mediations* (newbury Park: Sage, 1993. [Trad. Brás.] *Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia*, Rio de Janeiro, UFRJ, 1987.

econômico, etc., tal como configura a metodologia das pesquisas de audiência), o autor propõe o estudo sobre o tipo de apropriação que as audiências fazem dos bens culturais de massa. Esta revisão metodológica funda-se no pressuposto de que, para além da perspectiva mercadológica, centrada na descoberta e na captura da audiência como segmentos de público consumidores de produtos e valores anunciados pela mídia hegemônica, *a audiência é ativa e reconstrói, no cotidiano, a partir das diferentes relações e processos sociais concretos que o conformam, os sentidos dos bens simbólicos provenientes da mídia hegemônica e ainda da mídia radical.*

Downing esclarece que sua abordagem dos processos culturais e da cultura popular destaca os aspectos da hierarquia e das interações (atravessamentos) que se estabelecem efetivamente entre as diferentes matrizes culturais e que, com este destaque, “nos afastamos bastante de um pressuposto comum sobre cultura, o de que ela simplesmente brota, de modo espontâneo, das entranhas da sociedade”. O autor argumenta seu afastamento daquele pressuposto afirmando que

“É ingenuidade supor que a cultura ou a comunicação são coisas tão inerentemente democráticas, ainda que sua construção seja, com certeza, mais emergente do que prescientemente organizada. Na comunicação e na cultura, os processos diferenciais de poder estão por toda parte” (2002, p. 42).

Para o autor, esta revisão de pressupostos impõe um posicionamento sobre a relação entre poder e cultura e, especialmente, sobre o papel da mídia radical alternativa nesta relação. O tratamento metodológico concedido por Downing a estas questões parece sempre marcado pela necessidade de rever o que entende serem “limites analíticos” presentes no marxismo convencional ou ortodoxo e de apresentar alternativas conceituais potencialmente capazes de apreender a complexidade das modernas sociedades capitalistas ocidentais. As alternativas teóricas mobilizadas pelo autor para pensar as relações entre poder e cultura têm sua genealogia ainda no pensamento mais amplo da “esquerda socialista” dos séculos XIX e XX. Por um lado, são contribuições decorrentes dos esforços de pensadores identificados com os princípios gerais do marxismo, mas que se põem o desafio de compreender as vicissitudes mais recentes das sociedades capitalistas ocidentais. Por outro lado, são provenientes do anarquismo socialista.

O rechaço de Downing às concepções do marxismo ortodoxo aparece, por exemplo, na associação que esta corrente de pensamento apresenta entre o poder e a questão

econômica. Para o marxismo convencional, o poder é sempre uma questão tratável em termos de economia política. O reconhecimento do caráter restritivo desta associação leva o autor a reconhecer e mobilizar a visão sensível às “múltiplas realidades de opressão” proposta pelo anarquismo socialista.

A operação metodológica de Downing implica também a mobilização do conceito gramsciano de hegemonia. O autor reconhece a novidade que este conceito representa em relação ao conceito de Estado presente no marxismo ortodoxo. Através desta noção, Gramsci apresenta um novo e original enfoque para a questão da expansão do padrão capitalista e/ou burguês nas diferentes formações sociais ocidentais e, ao mesmo tempo, reflete sobre as condições através das quais é possível fazer estas mesmas formações avançarem rumo ao socialismo. Nesta reflexão, a questão da cultura, do papel estratégico desempenhado pelas diferentes instituições organizadoras e promotoras da cultura, é tratada em termos de centralidade. Através do conceito de hegemonia, podemos entender os mecanismos promotores da direção cultural da sociedade e o resguardo dos aparelhos repressivos, pela classe dominante, para recorrência apenas nos momentos de “crise da hegemonia”.

A renovação empreendida na tradição marxista pelo conceito gramsciano de hegemonia é promovida através do reconhecimento do caráter sempre dinâmico e orgânico com que esta se realiza. Downing (2002, p. 50) afirma que

“Gramsci, contudo, sempre se esforçou para enfatizar que a) a hegemonia nunca é um cadáver congelado, sendo constantemente negociada pelas classes sociais superiores e subordinadas, b) a hegemonia cultural capitalista é instável e sujeita a graves crises intermitentes, ainda que, ao mesmo tempo, c) possa desfrutar longos períodos de uma normalidade raramente questionada”.

Esta compreensão dos processos sociais, e, mais especificamente, do caráter promotor da hegemonia que certas instituições desempenham, orientou Gramsci para a análise dos órgãos de informação e cultura, como as escolas, as igrejas, a literatura, os meios de comunicação e também para as práticas dos *intelectuais* no interior destas mesmas organizações. Downing (2002, p. 48) acrescenta que

“Gramsci esperava que os comunicadores intelectuais/ativistas se integrassem organicamente com as classes trabalhadoras para o desenvolvimento de uma ordem social justa e culturalmente superior, ao contrário dos intelectuais organicamente integrados com as classes dominantes, cujos esforços comunicativos fortaleceram a hegemonia do capital”.

Neste sentido, o pensamento de Gramsci (e, neste pensamento, a reflexão sobre a construção da hegemonia nas sociedades de capitalismo avançado) é central para a compreensão da mídia radical alternativa. Este conceito contribui para orientar a reflexão e a pesquisa voltadas para compreender o que Downing tinha chamado de “vasto e movediço terreno da mídia radical”. O autor afirma que, mais do que o papel dos meios alternativos nas conjunturas de forte repressão política tal como o fascismo, este conceito contribui para a compreensão de seu papel nas condições históricas de liberdades democráticas garantidas. Downing (2002, pp. 49/50) afirma que

“(…) A opinião de Gramsci dirige igualmente nossa atenção para cenários menos tensos, talvez mais cotidianos, nos quais se poderia descrever a hegemonia capitalista em termos da *autocensura* exercida pelos profissionais da mídia convencional, ou outros intelectuais orgânicos em posições de autoridade, e sua aceitação incondicional dos códigos da mídia profissional padrão. Nesses cenários, a mídia radical tem a missão não apenas de fornecer ao público os fatos que lhe são negados, mas também de pesquisar novas formas de desenvolver uma perspectiva de questionamento do processo hegemônico e fortalecer o sentimento de confiança do público em seu poder de engendrar mudanças construtivas”.

Inspirado em Gramsci e no debate teórico e político provocado por suas idéias, Downing deter-se-á, especificamente, na noção de *contra-hegemonia* e na idéia de que a mídia radical alternativa deve ser entendida como uma de suas manifestações. Nesse sentido, a mídia alternativa deve ser sensível e expressar a *infrapolítica* e a série de atos de *resistência* que esta contempla. A *infrapolítica* e os atos de resistência constituem a *cultura da resistência* e a *cultura oposicionista* e apresentam os conteúdos (as “múltiplas fontes de opressão”) que alimentam a diversidade de manifestações políticas e de meios alternativos de comunicação.

Downing também argumenta que, junto com sindicatos e partidos, os *movimentos sociais* constituem uma das expressões mais dinâmicas de resistência. Assim, uma compreensão mais abrangente da mídia radical alternativa necessariamente deve envolver uma compreensão de suas particularidades. Seu exame dos movimentos sociais parte da discriminação de modelos de análise influentes no pensamento social sobre esta questão. Dentre estes são referidos os modelos da rebelião das massas (cujo enfoque privilegia “as explosões irracionais das turbas ensandecidas”), do ator racional (que privilegia a emergência de greves, ocupações, passeatas, etc. como ações coletivas promovidas pelas classes trabalhadoras para influir nos processos políticos) e a abordagem dos novos movimentos sociais (os chamados movimentos feminista, ecológico e pacifista).

Segundo Downing, por sua estruturação mais informal, os movimentos sociais tendem a dinamizar os processos políticos de modos nunca alcançados pelos partidos políticos. Esta qualidade dos movimentos sociais possibilita a emergência de movimentos com direções políticas diversas e orientações ideológicas conservadoras e progressistas. Por isso, “a energia política vital e as candentes questões de uma nação serão encontradas, com mais frequência, dentro e no entorno dos movimentos sociais, não nas instituições oficiais da democracia” (2002, p. 58). E acrescenta que

“O ponto essencial é que, na vida dos movimentos sociais, existem altos e baixos vertiginosos, momentos dramáticos, conflitos e cisões e, geralmente, uma intensa interação com as forças e as subculturas que estão em suas fronteiras, bem como em oposição a eles” (2002, p. 59).

Esta visão do dinamismo, da complexidade e da variedade política e ideológica dos movimentos sociais é atestada ainda na idéia de que

“não podemos perder de vista, nem por um momento, o fato de que a conversa pública dentro dos movimentos sociais ainda é moldada segundo os poderosos estímulos das economias capitalistas, de ordens sociais racializadas e culturas patriarcais. Em todo lugar, o poder, a hegemonia e a resistência estão estampados e infiltrados nas instituições e nas práticas do diálogo público e dos movimentos sociais, assim como a cultura popular pode ser elitista, sexista, racista, etc.” (2002, p. 65).

O autor chama a atenção para o fato de que, para além de sua diversidade política e ideológica, e também para além do dinamismo interno que a informalidade favorece, os movimentos sociais têm sido sempre agências de produção e veiculação de mídia radical alternativa. Assim, é possível argumentar que um e outro podem se elucidar reciprocamente.

Outra definição presente na rede conceitual proposta por Downing é a aceitação da idéia de que os movimentos sociais (e a variedade de mídias geradas a partir desses movimentos) constituem o que Habermas chamou de *esfera pública*. No entanto, Downing esclarece que a formulação original deste conceito restringe-se à “ampliação da esfera de influência e do debate político para além dos estreitos confins das cortes” européias e que Habermas sustenta que, na era contemporânea, “a hegemonia corporativa e governamental suprimiu a esfera pública” (2002, pp. 61/62). Enquanto Habermas defende que “a esfera pública está morta e enterrada” e atesta o declínio da vida pública nas sociedades contemporâneas, Downing assume direção oposta e resgata o conceito habermasiano para a análise de fenômenos comunicacionais concretos nestas sociedades. Assim, o resgate do

conceito de esfera pública para a compreensão da mídia radical alternativa implica uma revisão de seus pressupostos originais.

Downing discute outras contribuições destinadas a revisar os termos e o sentido com que Habermas definiu o conceito. Estas contribuições propõem, por exemplo, o reconhecimento, na contemporaneidade, de uma esfera pública *proletária*, de *contra-esferas públicas*, ou mesmo de uma única esfera pública, constituída como um *fórum democrático*. E, ele mesmo, a partir de suas pesquisas empíricas, chega à proposição da existência de dois tipos de esfera pública, a *oficial* e a *alternativa* (esta constituída inclusive pelos movimentos sociais, pelos meios alternativos de comunicação e pelas *redes de comunicação*).

Downing mostra-se cético em relação a qualquer contribuição que o conceito de *comunidade* possa trazer para a compreensão da mídia radical alternativa. Trata-se de uma palavra presente em discursos de diferentes tipos (ou naturezas), proferida em diferentes contextos institucionais, políticos e culturais, com o intuito de atender a diferentes interesses. Deste modo, “o termo continua a suscitar muito mais questões e dilemas do que respostas” e “termos como mídia *comunitária* ou mídia *popular* (grifos do autor) podem facilmente ocultar mais que revelar. São mais firmes naquilo que excluem – a mídia convencional – do que naquilo que significam” (2002, pp. 74 e 75).

Já o termo *democracia* remete para uma reflexão sobre “os esforços (teóricos e políticos) para aprimorar os processos democráticos” e para a busca de respostas para o papel que a mídia e a comunicação em geral e que a mídia radical (em específico) exercem (ou podem exercer) no aprimoramento da cultura democrática. Downing indica que os pensadores da ciência política, favoráveis a este aprimoramento, têm sido negligentes com a problemática comunicacional. Em geral, as referências a esta problemática nos modelos de democracia construídos pelos analistas políticos são marginais e/ou “pouco sérias”. Refletindo sobre o significado dessa negligência, Downing (2002, p. 77) afirma que

“O aspecto lamentável dessa lacuna na área da mídia e da comunicação nos estudos de ciência política é que, em geral, são os mais comprometidos com a democracia que parecem divagar eternamente num deserto desprovido de mídia. (...)É como conceber o processo democrático (...) como um tabuleiro de xadrez em que as peças, astutas mas totalmente mudas, antecipam os lances umas das outras, maquinando os contralances em absurdo silêncio. Em outras palavras, a maioria dos modelos de democracia dos analistas políticos, por não contemplarem a comunicação, não contemplam também os seres humanos. (...) Não quero dizer que esses teóricos não têm nada a nos oferecer. Digo apenas que eles são obcecados com

estruturas e questões, leis e procedimentos institucionais. Tudo isso é importante, sem dúvida, mas – na ausência de atores e grupos que se comunicam – seus modelos assemelham-se a uma máquina fantasma que nem mesmo tem fantasmas. Estão flagrantemente fora da realidade, pois como, numa sociedade de larga escala, a democracia pode se comunicar sem também usar a mídia?”⁴¹

Downing reconhece as exceções a este quadro de pensamento e aponta autores e suas contribuições voltadas para a afirmação de visões mais otimistas sobre as relações entre a comunicação e a ampliação da democracia. Este debate pressupõe, por um lado, a visão de que as pressões do Estado e das grandes corporações limitam as possibilidades midiáticas em favor de sua contribuição para o fortalecimento da democracia e, por outro lado, a visão de que a mídia estabelecida cumpre efetivamente um papel neste sentido. No entanto, frente às limitações desta “mídia oficial”, conclui que a mídia radical alternativa “é a viga mestra da estrutura de comunicação democrática” e que

“apesar de imperfeita, imensamente variada e não necessariamente de oposição, muito dessa mídia (alternativa) contribui de fato, em diferentes graus, para essa missão, de forma mais verdadeira que a mídia estabelecida e de maneiras muitas vezes surpreendentes, levando-se em conta sua excepcional escassez de recursos” (2002, 79).

Para sustentar esta posição, Downing recorre ao conceito de *poder de desenvolvimento* como uma qualidade inerente à democracia. Este conceito pressupõe que a democracia deve favorecer a quebra dos grilhões (a subnutrição, a falta de moradia, o analfabetismo, etc.) que favoreçam o florescimento das capacidades dos indivíduos para realizarem a vida social cooperativa. Entendido nesta perspectiva, o poder de desenvolvimento requerido pela (e para a) democracia elucida as noções de contra-hegemonia, de esferas públicas alternativas e justifica os movimentos sociais progressistas. Esta abordagem orienta a visão de que

“A mídia radical alternativa serve como agente do poder de desenvolvimento em inúmeros sentidos. Sem idealizá-la (...), ela é muito mais essencial à democracia do que tendem a reconhecer os comentaristas embasbacados com o alcance e a influência facilmente visível da mídia oficial. (...) A mídia radical é o agente da capacidade de desenvolvimento, não apenas instituições de contra-informação e, com certeza, não um enfadonho enxame de mosquitos passageiros” (2002, pp. 80 e 81)

⁴¹ Esta citação é especialmente interessante para justificar os protocolos metodológicos adotados para nossa pesquisa sobre o *Jornal do Nuances*. Além de chamar a atenção para o foco midiático que interessa e manter a preocupação metodológica anunciada acima de abordar as mídias nos contextos concretos em que são produzidas e sobre os quais pretendem influir, esta citação ainda explicita a opção metodológica de Downing pela investigação da ação individual e/ou coletiva em microprocessos orientada por valores conscientes ou inconscientes e para interesses tratáveis apropriadamente no campo político.

Downing chama a atenção para o fato de que o *estímulo ao diálogo* é a qualidade decisiva que a mídia radical deve apresentar como condição para exercer seu papel na democracia. Isto significa que as funções democráticas da mídia radical estão diretamente relacionadas à problemática do diálogo. Assim, a questão do diálogo deve estar no centro de qualquer pensamento sobre a democracia do processo de comunicação. Por isso, é necessário pensar nas figuras do produtor ativista da mídia radical alternativa e da audiência ativa envolvidos numa troca efetiva em função da descoberta da realidade como opressiva para ambos, do crescimento coletivo e da transformação social. Esta “visão dialógica” da mídia radical contempla a idéia de que, pelo diálogo, os sujeitos engajados no processo seguem em direção ao consenso sobre estratégias, táticas e procedimentos.

Na verdade, Downing está interessado na ampliação da cultura democrática. Esta preocupação o faz destacar os aspectos do colóquio, da conversa pública, do bate-papo, das redes de comunicação (e da informalidade que lhes são inerentes), em detrimento das estruturas formais da democracia. Certamente, ele faz esta opção sem desconhecer a existência dessas estruturas ou pretender minimizar sua importância política. Para este autor, são os aspectos destacados que dão a configuração da esfera pública, da democracia, dos movimentos sociais e da mídia radical.

O interesse de Downing em ir além das mídias impressas e abranger manifestações tais como o teatro de rua, a dança, o grafite, o mural, as canções populares, etc., no conceito de mídia radical alternativa impôs a necessidade de incluir o exame das relações entre arte, mídia e comunicação na análise daquele conceito. Downing reconhece que, na tradição das mídias alternativas, mídias tais como a *imprensa operária* e esses formatos “mais artísticos” de comunicação midiática radical têm naturezas diferenciadas que devem ser devidamente apontadas. Ele argumenta que a “carga comunicativa [dos formatos ‘mais artísticos’] depende não da argumentação lógica, mas de sua força concentrada e esteticamente concebida”. E acrescenta que

“Por razões políticas fáceis de entender, na análise da mídia radical muitas vezes se impõe um pesado ônus ao seu papel de transmitir ao público informações que a mídia convencional sistematicamente censura, distorce ou menospreza. Esse modelo informação/contra-informação, embora importante, tem às vezes transbordado numa definição de mídia alternativa puramente logocêntrica: mentiras/verdade, encobrimento/fatos, ideologia/realidade” (2002, p. 92).

Para Downing, esta visão resulta da forte influência nos países ocidentais, durante o século XX, do modelo leninista de mídia radical, de sua característica distintiva de servir de *correia de transmissão* para o Partido Comunista e do interesse prevalente em *transmitir* a mensagem do partido através de uma retórica saturada de chavões ultradogmáticos, de culto à personalidade e outros destinados a promover a imagem da *grandeza* da revolução. Assim, é possível argumentar que o viés estético traz uma contribuição significativa para a anulação destas marcas leninistas e para repor a mídia radical alternativa no campo da cultura democrática de oposição.

Downing adverte, no entanto, que quaisquer tentativas de trazer a arte para a análise da mídia radical deve rejeitar as posturas elitistas que estabelecem fronteiras intransponíveis entre as *artes maiores* e a mídia. Para este autor, pelo contrário, interessa “fomentar um diálogo estimulante entre os artistas politicamente engajados e os ativistas da mídia” (2002, p. 96). Em nome deste pressuposto, é possível resgatar a reflexão otimista de Benjamin sobre a arte na era da reprodutibilidade técnica e o pensamento e a prática de Brecht sobre um teatro voltado para a excitação política das platéias. Em síntese, esta reflexão deve estar associada à idéia geral de que

“A agenda continua a ser examinar de que modo a mídia radical como um todo, de pinturas a vídeos, de panfletos a jogos de computador, pode transmitir impacto estético e estimular uma atividade de diálogo alternativa, em vez de simplesmente oferecer contra-informação” (2002, p. 105).

Downing trata também da problemática das formas de organização (dos modelos de gestão e controle) da mídia radical. Os modelos cujas características marcaram amplamente a organização de inúmeras experiências e que, portanto, tornaram-se influentes durante o século XX, foram o leninista e a auto-gestão. O autor deplora (e rechaça) o modelo leninista, tanto pelo fato de pensar e manter os meios de comunicação sob o rígido controle do partido, quanto pela função de correia de transmissão que estes deveriam exercer e ainda pelo conteúdo dogmático da retórica a ser adotada. No entanto, reconhece esta formulação como conveniente às situações de extrema violência do regime czarista sob o qual se desenvolveu o marxismo-leninismo. Nestas condições, os objetivos da mídia radical eram promover a *agitação* e fazer a *propaganda*.

O modelo de auto-gestão é apontado como a alternativa mais freqüente ao leninismo. No entanto, Downing afirma que sua adoção não implica a garantia automática

de meios de comunicação sintonizados com os grupos e interesses democráticos de oposição. O controle de jornais ou emissoras de rádio ou televisão pelo coletivo de seus próprios trabalhadores pode resultar no fechamento destes veículos para a difusão apenas dos interesses dos coletivos que os controlam. Em vista desta restrição, o autor busca uma “terceira via” na tradição do anarquismo socialista. No entanto, se por um lado, esta corrente mostra-se sensível e crítica aos deslizes hierarquizantes dos projetos coletivistas em função da cultura “do comando pelos que detêm mais educação formal e maior capital cultural” e do sexismo presente em seus membros, por outro, resiste a ampliar para o conjunto da sociedade as “ilhas de igualitarismo socialista” que conseguem instalar em meio à sociedade e à cultura capitalistas mais ampla.

A religião e as questões étnicas são duas entre outras questões possíveis, escolhidas por Downing, para avançar no projeto de compor um esquema teórico ainda por se completar sobre a mídia radical alternativa. A relevância do tema religioso para este projeto decorre da emergência freqüente, em diferentes regiões do mundo e em diferentes momentos históricos, de lutas populares inflamadas pela idéia do apoio divino e também da feitura e da difusão de mídia ressaltando este apoio. Nestes processos, a produção e a difusão de mensagens afirmando o reconhecimento divino da legitimidade de revoltas sociais, como instrumento de ataque e defesa, chama a atenção para uma mídia radical com conteúdo religioso.

A mídia das minorias étnicas adquire relevância à medida que os movimentos migratórios do campo para as cidades e de países menos desenvolvidos para países mais desenvolvidos tornam visíveis a formação de comunidades étnicas e suas diferenças e contradições em relação aos padrões culturais dominantes. Downing chama a atenção para a complexidade da mídia produzida ou consumida por minorias étnicas e, em consonância com a orientação metodológica geral descrita acima, adverte que

“Para determinar o radicalismo de mídia que surge em meio a esse público ou a ele se dirige, é preciso analisar caso a caso, e para isso talvez seja necessário recorrer a informações contextuais” (2002, p. 126).

Esta advertência advém da descoberta, pelo autor, de que a maior parte da mídia em língua espanhola na cidade de Nova Iorque durante a década de 1980 era produzida por empresas e visavam o lucro privado. No entanto, os modos como se dão as relações e os processos sociais internos a cada grupo específico e a complexidade e dinâmica assumidas

pelas trocas culturais entre seus membros e a sociedade mais ampla geram novas e criativas expressões culturais cujo sentido contra-hegemônico (ou subversivo) não é evidente. Downing reconhece evidência radical contra-hegemônica na mídia, em geral clandestina, produzida por migrantes exilados políticos, para consumo e agitação política e cultural nos seus países de origem, sob regimes ditatoriais. Esta dimensão da mídia radical leva o autor a defender a tese de que, apesar de produzida em pequena escala e seu caráter geralmente efêmero, sua força é local, regional, mas também global.

No capítulo destinado a concluir essa revisão, Downing esclarece que o sentido deste esforço de análise e síntese teóricas consiste na idéia de que “o estudo [sério] da mídia radical e de seu impacto [deve ser feito com o apoio da] série de conceitos definidos e discutidos” acima. No entanto, embora tenha visitado e revisto um conjunto considerável de questões e conceitos, o autor reconhece que “a jornada que empreendemos não nos conduziu a uma conclusão conceitual bem arrematada, isenta de asperezas” (2002, p. 145). Este pensamento reforça o ponto de vista de que

“Estamos muito longe de esgotar todas as questões que devem compor um esquema satisfatório de análise da mídia radical. Poderíamos nos dirigir a muitas delas de maneira proveitosa, sobretudo no que diz respeito a como essa mídia se relaciona com divisões tão profundas quanto as geradas pela linguagem, pelo sexo e pela sexualidade, pela idade e pela ecologia, mas deixaremos que sejam temas para outros estudos” (2002, p. 119).

Assim, torna-se possível reconhecer a complexidade da mídia radical enquanto objeto de estudo acadêmico, os avanços teóricos e de pesquisa provenientes das contribuições de Downing e sua equipe de auxiliares, mas também o número considerável de problemas e questões em aberto e a serem enfrentadas. Dentre estas, a partir da leitura do marco de referência construído pelo autor, queremos chamar a atenção para o fato de que a questão do *texto* veiculado pela mídia radical parece ser uma lacuna de relevância indiscutível. Este argumento baseia-se na idéia de que o texto é uma das dimensões decisivas de veiculação dos discursos, das idéias, das posições políticas que estas mídias combatem ou, por outro lado, pretendem defender.

Conforme visto acima, a estratégia de Downing para compreender a mídia radical destaca a análise do contexto gerador dessa comunicação alternativa e sobre o qual ela pretende influir. Em síntese, o problema de Downing consiste no *impacto* que esta comunicação causa em seu contexto. Em sua argumentação, as noções de *contexto* e

impacto merecem tratamento privilegiado e conduzem a reflexão teórica sobre o fenômeno empírico que pretende compreender. Assim, pode-se entender que o conjunto de conceitos e questões mobilizadas tendem a remeter a definição da mídia radical para o ambiente no qual ela é gerada e sobre o qual se espera que ela influa. Os conceitos e problemas mobilizados tendem a orientar a pesquisa a partir do ambiente externo à mídia radical em termos das conseqüências políticas e culturais que ela provoca.

Isto pode ser percebido se levarmos em conta que, para compreender esta mídia, Downing busca apoio em questões e conceitos tais como os processos culturais (ou a cultura popular como uma de suas matrizes constitutivas), as audiências dos meios de comunicação, as redes de poder presentes no tecido social, a hegemonia e as iniciativas de resistência (contra-hegemonia), inclusive sob o formato de redes, os conceitos de comunidade e democracia, a dimensão estética e a religião e as questões étnicas como problemáticas geradoras de mídias alternativas. Quando se volta para aspectos mais propriamente internos destas mídias, o autor orienta a análise para a questão dos seus *modelos de organização*. Enfim, o texto (ou conteúdo, discurso) veiculado por esses meios de comunicação ficam relegados à condição de questão menor.

As conseqüências da ausência de uma discussão sobre o texto da mídia radical alternativa (ou que parta de seu texto) no marco teórico de referência construído por Downing aparecem nos estudos de caso que lhe são subseqüentes. Quando exime-se de analisar o texto – o lado de dentro – veiculado pela mídia radical, o autor tende a não problematizá-lo. A análise apresentada favorece a interpretação de que (salvo os casos mais evidentes na direção contrária), genericamente, o texto é “expressão da revolta e da reação dos *oprimidos* frente aos processos sociais dirigidos para sua dominação”. O texto constitui a *cultura de oposição*. Neste sentido, a análise deixa de perceber a concretude do pensamento expresso nas mídias e as posições políticas e ideológicas que este pensamento contém. Envolvida por esta característica, a análise mesma adquire um tom impropriamente otimista e, conseqüentemente, ideológico⁴².

⁴² As análises contaminadas pelo otimismo acrítico em relação às iniciativas de “resistência” política e cultural emergentes no seio das “classes populares” ou dos grupos sociais populares que sofrem discriminação social parecem constituir tradição no campo dos estudos culturais. Discutindo a precariedade da formação sociológica de muitos pesquisadores do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), de Birmingham, o berço deste campo de estudos, e as armadilhas metodológicas a que essa precariedade costuma conduzir, Mattelart e Neveu (2004, pp. 82/83) afirmam que “o desafio epistemológico posto pelo estudo das culturas

Assim, perde-se de vista as nuances das diferenças ideológicas presentes nas mídias alternativas que chegam à esfera pública e deixa-se de fora a possibilidade de entender a real dimensão e as implicações políticas internas e externas aos grupos de oposição destas diferenças. Sem a análise do texto (e mesmo análises que partam dos textos), ou com referências genéricas e vagas a seu respeito, as diferenças atestadas parecem resultar apenas da *imaturidade* política dos ativistas e da conseqüente incapacidade de enxergar o verdadeiro foco da dominação política, ideológica ou cultural. As diferenças políticas e ideológicas conformadoras do ativismo de oposição ficam subsumidas em nome da luta pelo *poder de desenvolvimento*. Nossa eleição do conceito de mídia radical alternativa como ferramenta analítica para o estudo de um jornal concreto parte do pressuposto de que o texto e as diferenças ideológicas (ou subjetivas) que ele exprime pode ter significados que vão além da imaturidade dos ativistas. Assim, torna-se necessário ampliar a estrutura analítica construída para compreender esta modalidade comunicacional e, através do exame do texto, verificar o que, de fato, os ativistas da mídia radical pensam.

Em decorrência de suas opções metodológicas, as referências de Downing ao texto da mídia radical são sempre genéricas, passageiras e superficiais. Esta característica aparece, por exemplo, na argumentação sobre a relevância da relação entre arte e mídia radical. O autor defende que as expressões “mais artísticas” desta modalidade comunicacional contribui positivamente para problematizar o modelo logocêntrico de análise da mídia radical. Para explicar a prevalência deste modelo, Downing sustenta que

“Precisamos começar a reconhecer que parte dos precedentes relativos a essa questão, nos séculos XIX e XX, é a longa história da mídia alternativa ultradogmática, associada com correntes políticas de esquerda de todos os tipos, cuja retórica freqüentemente cristalizou-se e foi julgada por sua exatidão teológica/leninista ou pelo jargão pseudo-religioso que recebeu o nome de alguma figura revolucionária (Kropotkin, Trótski, Mao Tse-Tung, Che Guevara, etc.). O resultado foi uma linguagem de chumbo e o encaminhamento de frases cultuadas que, de maneira exorbitante, renovavam a confiança dos fiéis e, para os que estavam fora do círculo mágico, soavam como algo entre o imaturo e o enfadonho: O capitalismo está agonizando... O proletariado, sob a sábia orientação do partido...

populares é exemplo disso. Hoggart ou Thompson realmente souberam dispensar às culturas dominadas uma atenção minuciosa, respeitosa e compreensiva, sem escorregar para uma complacência acrítica; mas nem todas as pesquisas de Birmingham escaparam à dupla armadilha do miserabilismo e do populismo. Algumas análises do deslocamento da identidade operária às vezes sobrevalorizam a erosão simbólica e estatutária do grupo, seus infortúnios. Mesmo que não ignorem a ambigüidade das subculturas, as sedutoras análises de Hebdige sobre os *mods* não estão isentas de uma celebração de seu objeto. Aliás, é nessa vertente populista que se exprime a mais forte atração, muito especialmente na atribuição vez por outra generosa do rótulo de ‘resistências’ a práticas que podem também ser interpretadas como bulas de autonomia pouco suscetíveis de questionar as relações sociais”.

Aplausos efusivos acolheram o discurso do secretário-geral... As lutas heróicas do povo... O imperialismo, como brilhantemente observou o camarada Lênin... A União Soviética é um Estado de trabalhadores degenerados... A panelinha do revisionista renegado... O comunismo triunfará... As massas...” (2002, pp. 92/93).

Outro exemplo do tratamento (“desproblematizante”) concedido por Downing sobre o texto da mídia radical alternativa pode ser extraído do exame feito sobre a mídia com conteúdo religioso produzida pelo aiatolá Khomeini com o objetivo de depor o xá do Irã na década de 1970. O autor afirma que

“No exílio, Khomeini gravou sermões em fitas cassete que foram disseminadas com eficiência no Irã por meio de redes religiosas preexistentes. A mensagem contida nas fitas era básica e binária: ‘Morte ao xá!’ e ‘Traga Khomeini de volta!’” (2002, p. 122).

O foco da análise de Downing sobre a mídia radical portuguesa na conjuntura de colapso da ditadura salazarista e do colonialismo (revolução de abril de 1974) é a questão do modelo de gestão (autogestão) adotado pelo jornal *República* e pela rádio *Renascença*. A questão do modelo de gestão é o ponto de partida (e o tema de fundo) para o exame destas experiências. Downing afirma que “sua [do jornal *República*] história demonstra não só a viabilidade prática da autogestão na mídia, mas também que esta é possível mesmo com recursos financeiros limitados e pouca experiência jornalística” (2002, pp. 326/327) e que “o principal interesse deste livro se concentra na avaliação realista dos problemas da mídia autogerida” (2002, p. 337).

Nesta leitura, o problema do *República* era o fato de estar submetido à disputa entre os partidos de esquerda para o seu controle. A análise configura-se como uma crônica sobre como cada um destes agrupamentos articula-se para fazer prevalecer seus interesses políticos mais gerais e mais específicos em relação ao jornal. Os operários gráficos são representados como os guardiões do apartidarismo no jornal e em favor do seu favorecimento ao movimento revolucionário de massa (de perfil ideológico esquerdista).

Assim, nenhum dos conceitos ou temas tratados na estrutura analítica proposta remete diretamente às questões e aos problemas presentes no texto ou no discurso da mídia radical alternativa, nem aponta para sua problematização. Esta estrutura não contempla conceitos teóricos cuja operacionalização empírica se dê através do exame do texto (do discurso). São conceitos extraídos das áreas da filosofia, das ciências políticas ou sociais, da antropologia social ou cultural, da estética ou das linguagens visuais. Longe, portanto,

de conceitos e abordagens próprias a campos tais como a Crítica Literária, a Linguística, a Semiologia ou a análise de discursos.

O interesse em dirigir o olhar para o texto da mídia radical implica a necessidade de orientar o olhar para dentro dessa mídia, para a dimensão que lhe é mais interior e concreta. Através de seu exame, pode-se revelar, por exemplo, dentre outras questões, a decisiva questão da *política identitária* que cada meio de comunicação concreto promove junto ao grupo social que busca representar.

Nosso interesse em optar pela orientação metodológica da descrição, da problematização e do exame cuidadoso a partir do texto da mídia radical decorre do objetivo mais geral de contribuir para a compreensão desta mídia num nível de maior rigor teórico e metodológico. Assim, a questão que se coloca é revisar as perspectivas metodológicas potencialmente capazes de apoiar esse projeto. Em termos mais específicos, pode-se dizer que a tarefa imediata deve ser revisar as abordagens (os enfoques) capazes de, através da investigação empírica do texto do *Jornal do Nuances*, alcançar uma compreensão mais precisa sobre esse jornal e sobre a mídia radical alternativa.

O texto é tomado como objeto de reflexão e de pesquisas empíricas pelos estudos culturais desde o momento de formação deste campo de estudos. E, na medida em que foi se institucionalizando, ganhando espaço em diferentes ambientes acadêmicos fora da Inglaterra e agregando novos objetos de estudo ou revisando os objetos da fase inicial, a preocupação com o texto produzido em diferentes ambientes socioculturais ou institucionais manteve-se no centro de suas preocupações. A permanência do interesse pelo texto, neste campo de estudos, pode ser depreendida do interesse, expresso pelos pais fundadores, em aplicar/adaptar os métodos e instrumentos consagrados na academia para a análise de textos literários canônicos, para a análise de textos da *cultura de massa* e do cotidiano das classes e subculturas populares.

No que diz respeito propriamente aos estudos sobre a mídia, Escosteguy (2001, p. 30) sugere que o vigor intelectual dos estudos culturais não se prende exclusivamente aos estudos sobre a recepção das mensagens dos meios de comunicação. A autora esclarece que, antes da publicação do famoso ensaio de Stuart Hall propondo um modelo para analisar as audiências da mídia e do desenvolvimento desta renovadora linha de pesquisa, os pesquisadores do Centro de Birmingham produziram significativas reflexão e pesquisas

sobre as mensagens dos meios. Segundo Escosteguy, o projeto desenvolvido pelo Centro nesta área consistia na *análise textual* das mensagens emitidas pela mídia, tinha em vista a cobertura jornalística como objeto empírico privilegiado e aspirava a uma análise da *estrutura ideológica* dos textos jornalísticos como seu objeto teórico e político mais determinante.

Johnson (2004) sugere que, não obstante a visibilidade alcançada, no mundo acadêmico, pelos estudos etnográficos da recepção, as análises textuais (inclusive de produtos midiáticos) continuam presentes no cardápio de pesquisas dos estudos culturais. O autor reivindica a legitimidade, no interior desta tradição de estudos, de uma linha de pesquisas voltada para a *análise cultural de textos*. O trabalho de Johnson consiste em, dentre outros interesses, apresentar uma explanação sobre esta modalidade de análise. Especificamente, esta explanação apresenta as definições mais gerais sobre a análise textual apropriada à perspectiva teórica, metodológica e política dos estudos culturais. Certamente, esta definição tem como premissa as posições sustentadas pelo autor a respeito do objeto de estudo deste campo de estudos.

Frente ao que reconhece como imprecisão (ou ausência de rigor) na categoria de *cultura* (e as dificuldades que esta imprecisão provocaria no desenvolvimento da teoria e das pesquisas empíricas), o autor propõe que o objeto característico dos Estudos Culturais sejam a “consciência” e a “subjetividade”. Ele afirma que

“Para mim, os Estudos culturais dizem respeito às *formas históricas da consciência ou da subjetividade* (grifos nossos), ou às *formas subjetivas pelas quais nós vivemos* ou, ainda, em uma síntese bastante perigosa, talvez, uma redução, os Estudos Culturais dizem respeito ao *lado subjetivo das relações sociais*” (2004, p. 25).

Johnson situa os termos “consciência” e “subjetividade” como *abstrações simples* presentes no pensamento de Marx, mas também em conformidade com a “ressonância contemporânea” (basicamente proveniente do estruturalismo) destes termos. Assim, eles remetem ao “lado (aspecto) subjetivo dos processos sociais” e este deve ser sempre entendido, não como dado, mas sim como produzido nestes mesmos processos. O autor acrescenta que

“Ele [o conceito de subjetividade] destaca o ‘quem eu sou’ ou, de forma igualmente importante, o ‘quem nós somos’ da cultura, destacando também as identidades individuais e coletivas” (2004, p. 2004, p. 27).

A expressiva influência marxista na concepção de estudos culturais de Johnson impõe a demarcação dos projetos teóricos e políticos orientadores destes empreendimentos. O autor esclarece que enquanto “sua [de Marx] preocupação era com aquelas *formas sociais* (grifos nossos) através das quais os seres humanos produzem e reproduzem sua vida material (...), as *formas* e tendências econômicas da vida social” (2004, p. 28), o projeto dos estudos culturais

“é o de abstrair, descrever e reconstituir, em estudos concretos, as *formas* (grifo nosso) através das quais os seres humanos ‘vivem’, tornam-se conscientes e se sustentam subjetivamente” (2004, p. 29).

Estas definições destacam o termo *forma* e apelam para derivativos tais como “formas sociais”, “formas subjetivas”, “formas subjetivas de vida”, “formas sociais subjetivas”, “formas de subjetividade”, etc., como termos esclarecedores do projeto geral dos estudos culturais. Johnson reconhece o *sentido estruturalista* que está atribuindo ao termo *forma* em sua proposição de análise cultural. No entanto, no interesse de relativizar a prevalência de quaisquer procedimentos metodológicos formalistas, esclarece que

“É também importante ver a natureza histórica das *formas subjetivas* (grifos nossos). ‘Histórica’, neste contexto, significa duas coisas bastante diferentes. Em primeiro lugar, *precisamos examinar as formas de subjetividade do ponto de vista de suas pressões ou tendências, especialmente seus lados contraditórios*. Em outras palavras, mesmo na análise abstrata, *devemos examinar os princípios do movimento tanto quanto sua combinação*. Em segundo lugar, *precisamos de histórias das formas de subjetividade nas quais nós possamos ver como as tendências são modificadas pelas outras determinações sociais, incluindo aquelas que estão em ação através das necessidades materiais*” (2004, pp. 29/30).

Johnson aponta para os limites que as *abstrações simples* “consciência” e “subjetividade” impõem ao desenvolvimento deste projeto e reivindica a mobilização acessória de *categorias intermediárias* capazes de “especificar as formas sociais subjetivas e os diferentes momentos de sua existência” (2004, p. 30). Mediante a atenção a tais pressupostos, o autor afirma que “‘todas as práticas’ sociais podem ser examinadas de um ponto de vista cultural, podem ser examinadas pelo *trabalho que fazem – subjetivamente* (grifo nosso)” (2004, p. 30). Assim, dentre as práticas sociais passíveis de exame nesta perspectiva, estamos reivindicando sua aplicação ao estudo de um jornal concreto, e, especificamente, do texto nele contido.

As categorias intermediárias reivindicadas pelo autor aparecem no modelo (diagrama) que apresenta em alternativa aos limites explicativos das teorias existentes

sobre os “processos (ou circuitos) culturais”. Johnson argumenta que, ao invés de ambicionar enxergar o “processo como um todo” (e correr o risco de enxergar e ressaltar “partes do processo”), tomemos cada uma destas partes e formemos “blocos amplos de abordagens”. Assim, como recurso analítico, deve-se tomar os circuitos da *produção*, da *circulação* e do *consumo* dos produtos culturais em separado. Nesta proposição, cada bloco tem o objetivo geral de apresentar a “descrição provisória de diferentes aspectos ou momentos dos processos culturais, aos quais poderíamos, então, relacionar as diferentes problemáticas teóricas” (2004, p. 32).

Esta é a plataforma teórica e metodológica geral a partir da qual Johnson propõe o desenvolvimento de estudos culturais baseados no texto. A partir destes pressupostos, a sua argumentação dirige-se para a busca de respostas para *o problema da espécie de análise textual apropriada às exigências mais gerais dos estudos culturais*. Seu enfrentamento desta problemática subordina-se ao pressuposto de que

“Como sempre, pois, o problema consiste em se apropriar de métodos que estão freqüentemente encerrados em canais disciplinares estreitos e usar seus reais *insights* mais amplamente, mais livremente” (2004, p. 68).

E o leva a propor as seguintes indagações: “Que tipos de métodos baseados na análise de textos são, pois, mais úteis? E quais seriam os problemas a serem identificados e superados?” (2004, p. 68).

O autor chama a atenção para as possibilidades e os limites das contribuições provenientes das Humanidades (Linguística e Estudos Literários) e das Artes. E afirma que se, por um lado, as primeiras “têm desenvolvido meios de descrição formal que são indispensáveis para a análise cultural”, por outro lado “existe uma tendência que faz com que os instrumentos continuem obstinadamente técnicos e formais” (2004, p. 65 e 66). Outro limite apontado em análises concretas provenientes destas áreas acadêmicas consiste em “tratar formas como o romance ou a épica como construções meramente *literárias*” (2004, pp. 67/68). Johnson sugere que esta perspectiva é reducionista e contra-argumenta afirmando que

“Pelo contrário, elas [as formas romance e épica] estão entre as mais poderosas e onipresentes das categorias *sociais* ou formas *subjetivas*, especialmente em suas construções da feminilidade e da masculinidade convencionais” (2004, p. 68).

Não obstante as reservas apresentadas aos procedimentos de análise textual provenientes das Humanidades e das Artes, Johnson afirma a importância da *análise formal moderna*. Esta denominação abrange os desenvolvimentos nesta área influenciados pelo Estruturalismo, pela Lingüística pós-saussureana, pela Semiologia, etc. Conforme a citação seguinte, o inventário das vantagens desta modalidade de investigação de textos aponta para duas questões cuja exploração abre picadas para inúmeros pesquisas concretas:

“A análise formal moderna promete uma descrição realmente cuidadosa e sistemática das formas subjetivas e de suas tendências e pressões. Ela nos tem permitido identificar, por exemplo, a narratividade como uma forma básica de organização da subjetividade. Ela também nos dá indicações sobre o repertório das formas narrativas contemporaneamente existentes –as histórias reais características de diferentes modos de vida”.

O problema de Johnson é trazer estas contribuições dos métodos estruturalistas para o interior de indagações (ou problemáticas) de ordem histórico/sociológica. Sua aposta consiste no avanço da pesquisa mediante a nutrição da abordagem histórica com o formalismo dos procedimentos estruturalistas referidos. Esta aposta fica clara nas sugestões apresentadas sobre os modos apropriados de tratamento do “repertório” das “histórias reais características de diferentes modos de vida” nas sociedades contemporâneas. Ele afirma que

“Se nós as tratarmos [as histórias] não como arquétipos mas como construções historicamente produzidas, as possibilidades de um estudo concreto, produtivo, em uma gama ampla de materiais, são imensas. Pois as histórias, obviamente, não se apresentam apenas na forma de ficções literárias ou fílmicas; elas se apresentam também na conversação diária, nos futuros imaginados e nas projeções cotidianas de todos nós, bem como na construção – através de memórias e histórias – de identidades individuais e coletivas”.

Em consonância com este pressuposto, ele conclui que

“De forma mais geral, o objetivo é descentrar o “texto” como um objeto de estudo. O “texto” não é mais estudado por ele próprio. Nem pelos efeitos sociais que se pensa que ele produz. Mas, em vez disso, pelas formas subjetivas ou culturais que ele efetiva e torna disponíveis. O texto é apenas um *meio* no Estudo Cultural. Estritamente, talvez, trata-se de um material bruto a partir do qual certas formas (por exemplo, da narrativa, da problemática ideológica, do modo de endereçamento, da posição de sujeito, etc.) podem ser abstraídas. Ele também pode fazer *parte* de um campo discursivo mais amplo ou ser uma *combinação* de formas que ocorrem em outros espaços sociais com alguma regularidade. Mas o objeto último dos Estudos Culturais não é, em minha opinião, o texto, mas a *vida subjetiva das formas sociais* em cada momento de sua circulação, incluindo suas corporificações textuais. Isto está muito distante da valoração literária dos textos por si mesmos, embora, naturalmente, os modos pelos quais algumas corporificações textuais de formas subjetivas são valoradas relativamente a outras, especialmente por críticos ou

educadores (o problema, especialmente, do ‘baixo’ e do ‘alto’ na cultura’), sejam uma questão central, especialmente em teorias de cultura e classe” (2004, p. 75).

Estas são as definições teóricas e metodológicas que norteiam a análise textual que nos estamos propondo a fazer. Neste sentido, podemos afirmar que nossa abordagem do *Jornal do Nuances* visa especificamente o seu texto, as posições políticas e ideológicas que ele expressa e o *trabalho subjetivo* presente nestas posições. Tendo em vista este interesse de alcançar as *formas sociais subjetivas* contidas no referido jornal, julgamos que esta abordagem não poderia avançar sem uma explicitação e um posicionamento iniciais a respeito de certas inquietações teóricas relativas ao conceito de identidade cultural.

No campo dos estudos culturais, esta problemática das identidades coletivas e dos meios de comunicação como construtores de identidades coletivas resulta da revisão e da ampliação temática, teórica e metodológica decorrente da encampação das questões da globalização, do colonialismo, do pós-colonialismo e dos “novos movimentos sociais”. Resulta desta encampação a proposição de noções como *identidades nacional, étnica, sexual, homossexual, feminina*, etc. Woodward (2000, p. 16) afirma que

“Para compreender o que faz da identidade um conceito tão central, precisamos examinar as preocupações contemporâneas com questões de identidade em diferentes níveis. Na arena global, por exemplo, existem preocupações com as identidades nacionais e com as identidades étnicas; em um contexto mais ‘local’, existem preocupações com a identidade pessoal como, por exemplo, com as relações pessoais e com a política sexual”.

O objetivo de Woodward é explicar como as identidades são formadas. Para tanto, recorre à noção de *sistemas de representação* e sugere que tanto as identidades individuais quanto as coletivas resultam desses sistemas. Eles têm a capacidade de produzir sistemas simbólicos (de significação) e *posições-de-sujeitos*. Assim, todos estamos por eles conformados e posicionados. E esta capacidade determina a inclusão ou a exclusão de sujeitos presentes na vida social. Isto é possível porque “é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos” (2000, p. 17). Em síntese, “os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (2000, p. 17).

Woodward ainda discute os contextos nos quais as questões sobre identidade e crise de identidade se tornam centrais. Dentre estes contextos, a autora apresenta os *novos movimentos sociais*. Nesta argumentação, estes movimentos vão aparecer como instâncias

desarticuladoras das identidades constituídas e como instâncias construtoras de novas identidades.

Os novos movimentos sociais são os movimentos políticos emergentes nos anos de 1960, nas sociedades ocidentais industrializadas, cujas bases eram setores sociais auto-proclamados *marginalizados* ou *discriminados* nos processos sociais mais amplos. Sua emergência ocorre em decorrência da rejeição, por aqueles setores, dos padrões e instâncias clássicas de participação política (partidos e sindicatos), da rejeição dos modelos liberal e stalinista de organização social e ainda da descrença na noção da desigualdade social decorrente da estrutura de classe das sociedades capitalistas como fonte única e legítima de luta econômica e política. Os novos movimentos sociais são os movimentos feminista, anti-racista, ecológico e homossexual. O sentido dos novos movimentos sociais é a criação e a implementação de *políticas de identidade*.

Woodward (2000, p. 34) afirma que

“A política de identidade era o que definia esses movimentos sociais, marcados por uma preocupação profunda pela identidade: o que ela significa, como ela é produzida e como é contestada. A política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se, assim, um fator importante de mobilização política. Essa política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica”.

A autora sustenta que a política de identidade implementada pelos novos movimentos sociais é gerada a partir de concepções *essencialista* ou *não-essencialista* (construcionista) do conceito de identidade. O perfil essencialista consiste em celebrar a singularidade do grupo através de supostas qualidades intrínsecas e a-históricas presentes em cada um dos membros deste grupo. Assim, a identidade teria um caráter fixo. Por outro lado, o perfil construcionista consiste na visão da fluidez da identidade. As qualidades que favorecem à celebração da singularidade dos grupos não seriam permanentes.

O embate entre perspectivas identitárias essencialistas e construcionistas manifesta-se tanto no plano das políticas implementadas pelos diferentes movimentos sociais quanto no plano mais propriamente teórico. No plano da política dos movimentos sociais este embate resulta do desconforto manifestado entre setores da base dos movimentos frente à camisa-de-força identitária proposta pelas lideranças como meio de afirmação da *diferença* justificadora do movimento e de sua agenda política. Neste sentido, o sujeito portaria essa

diferença sem ambigüidades (seria constitutiva de sua essência) e tenderia a afirmá-la socialmente pela opressão e/ou exclusão política, social ou cultural.

Os investimentos mais especificamente teóricos têm pautado-se pela revisão do conceito de *sujeito portador de uma essência fixa, trans-histórica, auto-centrada e coerente* como caminho para alcançar o significado da emergência social de novas identidades individuais e coletivas e para compreender sua dinâmica. Por isso, Stuart Hall (2000, pp. 103-133) afirma que o conceito de identidade tem sido submetido a uma “severa crítica”. Assim, entende-se que a agenda teórica não aponta necessariamente para o seu abandono. Mais precisamente, o investimento analítico volta-se para a *desconstrução* de seu caráter essencialista. Em síntese, o debate contemporâneo sobre a identidade consiste na revisão das concepções tradicionais e na proposição de novas concepções sobre esta noção.

A concepção tradicional de identidade esteve sempre logicamente associada ao sujeito moderno concebido, na tradição humanista, como *indivíduo soberano* em relação às estruturas estáveis das sociedades tradicionais. Historicamente, esta concepção aparece no pensamento moderno e na estruturação da modernidade. Em conformidade com este pensamento (humanista), o sujeito humano é posto no centro no processo histórico-social e age no mundo a partir de uma visão de si mesmo como portador de uma identidade coesa, estável, coerente e trans-histórica.

Stuart Hall (1999, pp. 23-46) mostra como os desenvolvimentos teóricos alcançados pelo marxismo, pela psicanálise, pela lingüística estruturalista, pelo historiador e filósofo Michel Foucault e pelo feminismo contribuíram para a revisão – descentramento – desta noção moderna do sujeito. E, logicamente, não faria sentido pensar uma identidade fixa para um sujeito que, na modernidade tardia, além de descentrado, vem sendo concebido como ambíguo, contraditório e fragmentado. Assim, pode-se compreender a afirmação apresentada acima de que o debate contemporâneo sobre a identidade consiste na revisão das concepções tradicionais e na proposição de novas concepções sobre esta noção.

É neste cenário revisionista que podemos situar a proposição de Cuche (2002) para que se conceba as identidades em meio a contextos relacionais e, portanto, a visão da identidade como *relacional e situacional (dinâmica)*. Para este autor,

“A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e

suas escolhas. (...) A identidade é uma construção que se elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato. (...) Deve-se considerar que a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais. (...) Não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si. Ou seja, identidade e alteridade são ligadas e estão em uma relação dialética. A identificação acompanha a diferenciação. Na medida em que a identidade é sempre a resultante de um processo de identificação no interior de uma situação relacional, na medida também em que ela é relativa, pois pode evoluir se a situação relacional mudar, seria talvez preferível adotar como conceito operatório para a análise o conceito de ‘identificação’ do que a ‘identidade’” (2002, pp.182/183).

Numa linha de pensamento compatível (isto é, desconstrutora das perspectivas essencialistas tradicionais), Stuart Hall, após a apresentação de uma síntese da carreira semântica oficial do conceito de identidade, afirma que

“O conceito de identidade aqui desenvolvido não é, portanto, um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional. Isto é, de forma diretamente contrária àquilo que parece ser sua carreira semântica oficial, esta concepção de identidade *não* (grifo do autor) assinala aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história. Esta concepção não tem como referência aquele segmento do eu que permanece, sempre e já, ‘o mesmo’, idêntico a si mesmo ao longo do tempo. Ela tampouco se refere, se pensarmos agora na questão da identidade cultural, àquele ‘eu coletivo ou verdadeiro que se esconde dentro de muitos outros eus – mais superficiais ou mais artificialmente impostos – que um povo, com uma história e uma ancestralidade partilhadas, mantém em comum. Ou seja, um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma ‘unidade’ imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças – supostamente superficiais. Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação” (2000, p. 108).

Stuart Hall chama a atenção ainda para a relevância do discurso na construção das identidades na modernidade tardia. Segundo este autor,

“É precisamente porque *as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas* (grifo nosso). Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma ‘identidade’ em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteira, sem diferenciação interna” (2000, p. 109).

E acrescenta que

“Acima de tudo, e de forma diretamente contrária àquela pela qual elas são constantemente invocadas, as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que é apenas por meio da relação com o Outro, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de seu *exterior*

constitutivo (grifo do autor), que o significado ‘positivo’ de qualquer termo – e, assim, sua ‘identidade’ – pode ser construído” (2000, p. 110).

E ainda acrescenta que

“As identidades podem funcionar, ao longo de toda a sua história, como pontos de identificação e apego apenas *por causa* (grifo do autor) de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em ‘exterior’, em abjeto. Toda identidade tem, à sua ‘margem’, um excesso, algo a mais. A unidade, a homogeneidade interna, que o termo ‘identidade’ assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe ‘falta’ – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado” (2000, p. 110).

Assim, enquanto Cuche chama a atenção para o caráter *dinâmico, relacional e posicional* do conceito, Stuart Hall chama a atenção para seu aspecto *estratégico e posicional*. Na medida em que ressaltam estes aspectos, estes desenvolvimentos teóricos orientam para a verificação de o quanto a construção das identidades é fluida, funda-se em condições históricas específicas e expressam relações de poder em contextos institucionais concretos. Referindo-se aos contextos relacionais concretos propostos por Cuche, Stuart Hall acrescenta que

“Precisamos vincular as discussões sobre identidade a todos aqueles processos e práticas que têm perturbado o caráter relativamente ‘estabelecido’ de muitas populações e culturas: os processos de globalização, os quais, eu argumentaria, coincidem com a modernidade, e os processos de migração forçada (ou ‘livre’) que têm se tornado um fenômeno global do assim chamado mundo pós colonial” (2000, p. 108).

O contexto dos novos movimentos sociais e seu apelo em favor de políticas de identidade favorece a apreensão de microprocessos sociais e de sujeitos individuais e coletivos cuja ação pode ser entendida como promotora de políticas de identidade para os homossexuais. Neste sentido, pode-se dizer que nossa hipótese de pesquisa encontra sustentação teórica.

CAPÍTULO II

OS GAYS NA MÍDIA E A MÍDIA GAY BRASILEIRA

Conforme o título sugere, este capítulo será apresentado em duas partes. Na primeira, faremos uma exposição sobre a representação dos gays na mídia hegemônica e, em particular, na chamada imprensa noticiosa. Mais especificamente, mostraremos como os próprios jornalistas, os militantes homossexuais e os estudos gays e lésbicos produzidos no Brasil vêm avaliando esta representação. Em seguida, discutiremos algumas características gerais da própria imprensa gay. Esta discussão destina-se a promover o descortinamento do cenário midiático no qual e a partir do qual o *Jornal do Nuances* se manifesta e define seus objetivos editoriais e políticos.

Nesta exposição, julgamos necessário antecipar que, tanto no caso da grande mídia quanto no caso da imprensa gay, parte-se do pressuposto de que, em geral, os meios e os processos de comunicação podem ser vistos como práticas culturais construtoras de novas identidades culturais (identidades homossexuais, por exemplo) e de novas comunidades. Estas construções podem ser vistas como um dos *efeitos* da comunicação na cultura. Assim, deve-se levar em conta que estamos partindo do pressuposto de que as identidades homossexuais (*negativas* ou *positivas*) que se apresentam na realidade (no cotidiano) são, em parte, efeito deste papel desempenhado pelos meios de comunicação.

Partimos também do pressuposto que os meios e processos de comunicação podem ser vistos como práticas culturais que podem ser examinadas do ponto de vista do seu envolvimento com e no interior de relações poder. Nesse sentido, constroem identidades culturais e novas comunidades.

No que diz respeito especificamente à grande imprensa noticiosa contemporânea, estamos pressupondo que, tal como se opera em relação aos diversos aspectos da realidade merecedores da atenção midiática, o tratamento noticioso relacionado ao universo homossexual (o processo de produção de notícias relacionadas a este tema) tende a adotar o *paradigma da informação* como fonte de inspiração. Esta noção compõe o desenvolvimento teórico proposto por Traquina (2001, 2004) e presta-se à descrição das características mais gerais do jornalismo contemporâneo. Sua emergência resulta do

esforço de superação do *paradigma da propaganda* que regeu as práticas jornalísticas antes que estas atingissem o estágio de profissionalização e passassem a ver a notícia como mercadoria. Segundo aquele autor, no modelo emergente de jornalismo, a notícia aparece como o produto básico da atividade jornalística e sua produção pauta-se pelo princípio da *objetividade*.

O “Novo Manual da Redação” do jornal *Folha de São Paulo* oferece algumas brechas para se avançar na exploração empírica da questão colocada. Estas brechas podem ser encontradas nas definições propostas para os termos *minorias*, *homossexual*, *lésbica* e *preconceito*. As citações que se seguem reproduzem estas definições:

“Minorias - O conceito de minorias não é apenas definido por critério quantitativo, mas também político. São chamados de *minorias* grupos distinguidos por sua aparência física, linguagem, cultura, ou mesmo poder econômico. As minorias étnicas, raciais, religiosas, sexuais, políticas, ideológicas ou de qualquer outro tipo devem ser tratadas sem preconceitos pela **Folha**”.

“Homossexual – É o termo adequado para designar quem tem preferência sexual por pessoa do mesmo sexo. Dê a informação apenas quando for relevante no contexto da notícia”.

“Lésbica – Pode ser usado para designar homossexual feminino, se for relevante para o contexto da notícia”.

“Preconceito - A **Folha** não qualifica ninguém por sua origem étnica, confissão religiosa, situação social, preferência sexual, deficiência física ou mental – exceto quando for relevante para a notícia: *O primeiro governador negro dos Estados Unidos; O médico Simon LeVay, ele mesmo homossexual, encontrou estruturas diferentes nos cérebros de dezenas de homossexuais mortos por Aids*”⁴³.

Um aspecto dessas definições que chama a atenção de imediato diz respeito ao fato de reiterarem a associação consolidada no senso comum entre a noção de preconceito e o universo das homossexualidades. A reiteração desta associação pela *Folha de São Paulo* indica que este universo é reconhecido socialmente como referente ilustrativo para a noção de preconceito. Portanto, uma estratégia didaticamente eficaz para fazer alguém compreender o significado desta palavra pode ser traduzi-la nas idéias e nas práticas sociais dominantes relativas às homossexualidades. Assim, não seria despropositado imaginar uma situação do tipo: “quer saber o significado da palavra preconceito? Então, atente para as idéias e para as práticas sociais dominantes em relação às homossexualidades”.

⁴³ *Novo manual da redação*. São Paulo, Folha de São Paulo, 1992, pp. 79, 155 e 161.

Por si só, este fato parece ser significativo do *campo de forças*⁴⁴ no qual operam as idéias e as práticas sociais dominantes (inclusive no campo midiático) a respeito das homossexualidades. A *Folha de São Paulo* parece compreender isso quando toma um exemplo de homossexualidade para, no manual que deve reger os processos internos de produção de notícias, mostrar como o jornalista deve operar – isto é, que técnicas de escritura devem ser rejeitadas ou assimiladas - a questão do preconceito. É possível que a idéia presente no manual seja a de que, se o preconceito em relação a esta minoria é tão forte, é preciso encontrar procedimentos de construção de notícias que o atenuem ou, se possível, o neutralizem. Deste modo, o jornal formaliza sua orientação geral a partir do *paradigma da informação* e se posiciona no campo de forças midiático.

Esta discussão sobre o gay na mídia e a mídia gay parte ainda do pressuposto de que a modernização da mídia vem consolidando uma tendência para a *segmentação* de produtos. A análise do processo de modernização do campo midiático deve conceder destaque a este conceito. Esta advertência compõe o desenvolvimento teórico proposto por Maria Celeste Mira (2001) e presta-se a rever o argumento clássico de Adorno e Horkheimer sobre a tendência à homogeneização dos produtos da indústria cultural. Assim, quando anunciamos o interesse em examinar a representação dos homossexuais pela mídia hegemônica e a mídia gay, temos em vista um universo de produtos cuja diferenciação pode ser descrita através de categorias que vão deste a *imprensa generalista noticiosa* até aos jornais e revistas feitos por/para homossexuais provenientes do mercado e também aos jornais e revistas, das ONGs, para distribuição gratuita.

⁴⁴ Utilizamos a noção de *campo de forças* em conformidade com o conceito de *campo social* formulado por Pierre Bourdieu. Segundo este autor (1997, pp. 57-58), “um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias. A concorrência econômica entre as emissoras ou os jornais pelos leitores e pelos ouvintes ou, como se diz, pelas fatias de mercado realiza-se concretamente sob a forma de uma concorrência entre os jornalistas, concorrência que tem seus desafios próprios, específicos, o *furo* (grifo do autor), a informação exclusiva, a reputação na profissão etc., e que não se vive nem se pensa como uma luta puramente econômica por ganhos financeiros, enquanto permanece sujeita às restrições ligadas à posição do órgão de imprensa considerado nas relações de força econômicas e simbólicas”.

a) A representação dos homossexuais pela mídia

Na entrevista concedida por João Silvério Trevisan à revista *Caros Amigos*, o militante do movimento homossexual brasileiro aponta contradições decisivas no modo como os homossexuais são representados pela mídia hegemônica. O trecho citado é indicativo desta perspectiva de análise:

Marina Amaral – (...) Como você vê a relação da mídia brasileira com os homossexuais?

João Silvério Trevisan – Quando dá notícia, aparece; quando não dá notícia, até logo. Isso é a mídia basicamente. Você sabe.

Marina Amaral – E as novelas que incluíram personagens homossexuais?

João Silvério Trevisan - Dá ibope? Não deu ibope, então você mata, você põe dentro do supermercado e explode o supermercado, e lá foram para os ares as duas lésbicas. Porque não estava dando ibope (2000, p. 36).

Na mesma entrevista, mais adiante, este ponto de vista é detalhado:

Ademir Assunção – A fase da estigmatização da AIDS como “peste gay” já passou?

João Silvério Trevisan – Acho que nunca vai passar. Ela se integrou provavelmente ao imaginário homofóbico de todos os tempos. Mas também é necessário dizer que o papel que a AIDS cumpriu para os homossexuais foi fundamental. As pessoas não se dão conta disso, nunca se falou tanto sobre a homossexualidade, *nunca a homossexualidade esteve tão visível nas primeiras páginas dos jornais* (grifo meu), nunca ela se tornou tanto um assunto da sociedade como se tornou graças à AIDS. Porque antes era uma coisa colocada detrás de um biombo, mas de repente se tornou um fato social indiscutível, inclusive na minha família, do meu lado, possivelmente comigo (2000, p. 36).

E mais adiante há o acréscimo:

Adalberto Rabelo filho – Você fez uma resenha do livro do Hugo Denizart sobre os travestis, eu queria perguntar: é uma situação mais radical ainda, socialmente?

João Silvério Trevisan – É trágica. *É uma das tragédias do Brasil que não chegam aos jornais* (grifo meu). Porque somos uma outra classe. Para chegar até o travesti, o máximo que você consegue é chegar como cliente ou como competidor. Mas, quando li o livro do Hugo, fiquei embaçado ao saber pelos testemunhos dos travestis que, em torno de nove e doze anos de idade, eles começam a ser estuprados dentro de casa pelos pais, pelos primos, pelos irmãos e, mais ou menos aos doze, treze anos de idade, são jogados na rua como o lixo da humanidade, e que se virem.

Estas afirmações sugerem que a representação dos homossexuais pela mídia (isto é, as imagens sobre pessoas, acontecimentos e coisas sugeridas pelo produto midiático que resulta do jogo de *silenciamento* e visibilidade a partir do qual a mídia seleciona e difunde enunciados a respeito das homossexualidades) apresenta ambigüidades e segue, pelo menos, duas direções. Há, por um lado, um tratamento que privilegia a dimensão informativa, que ressalta a difusão de notícias a respeito deste grupo social e, por outro

lado, um tratamento claramente valorativo (negativo) sobre aspectos do comportamento sexual de indivíduos pertencentes a este mesmo grupo.

Por esta segunda via, com base na noção de *heteronormatividade*, os meios de comunicação veiculam e promovem posturas pejorativas, negativas e preconceituosas em relação ao comportamento homossexual. É possível que a incidência deste procedimento ocorra com maior frequência nas mídias voltadas para o consumo massivo e popular tais como a chamada imprensa sensacionalista e a televisão. O caso da “explosão das duas lésbicas”⁴⁵ numa telenovela da TV Globo, apontado por Trevisan, é reconhecido, no ambiente de militância homossexual, como emblemático dessa questão.

É possível que a representação dos homossexuais no campo mais específico da grande imprensa noticiosa possa ser compreendida como uma das manifestações da correlação de forças presente no campo midiático entre o interesse de permanência do paradigma da propaganda (através das formas concretas como esta efetivamente se manifesta, e aí estamos incluindo o jornalismo sensacionalista e sua visão preconceituosa e marginalizante) e sua substituição pelo paradigma da informação. Esta definição pode ser testada pelo exame das coberturas jornalísticas ao universo homossexual a partir da emergência do movimento homossexual e da crescente visibilidade que vem sendo dada, no espaço público, a diferentes manifestações da vivência e da cultura homossexuais. Assim, torna-se possível examinar a representação, pela grande imprensa noticiosa, destas diferentes manifestações.

Sobre esta cobertura pela imprensa brasileira, Green (2000, p. 416) observa que

“Apesar da censura do governo durante a década de 1970, informações esparsas sobre o surgimento e o crescimento do movimento internacional de gays e lésbicas começaram a encontrar espaço na imprensa brasileira. Embora os artigos sobre a homossexualidade no Brasil variassem entre a hostilidade e a simpatia, dependendo do jornal, as notícias internacionais, ainda que pouco frequentes, tendiam a apresentar um retrato positivo dos movimentos de gays e lésbicas em outras partes do mundo. Os artigos informavam os leitores sobre os protestos, ações legais e atividades voltadas à ampliação dos direitos democráticos para gays e lésbicas nos Estados Unidos e na Europa”.

E acrescenta que

“Pesquisa realizada a respeito da cobertura do *Jornal do Brasil* sobre a homossexualidade entre 1965 (quando a direção do jornal efetuou uma indexação interna das matérias) e 1978 revela que a imprensa no exterior dava muito mais

⁴⁵ Trata-se do casal de lésbicas, personagens da telenovela da TV Globo, Torre de Babel.

ênfase a notícias sobre homossexuais no exterior do que no Brasil. Talvez isso se devesse à censura, tanto do governo como própria. A partir de 1977, ocorre um crescimento vertiginoso no número de artigos abordando questões nacionais, um reflexo da abertura política e da ampliação do espaço de debate sobre o assunto. Outros jornais, como o *Notícias Populares*, com sua abordagem sensacionalista e pejorativa da homossexualidade, apresentavam pouca cobertura sobre o cenário internacional” (pp. 442-443).

Reportando-se a um caso concreto, Green e Polito (2006, p. 156) afirmam que

“Em maio de 1968, a revista *Realidade* publicou um longo artigo sobre a homossexualidade masculina, cujo subtítulo era ‘o mundo triste e angustiado dos homens que negam sua condição de homens’. Este artigo chama a atenção pela mudança de enfoque sobre a homossexualidade nos periódicos brasileiros. Geralmente, os homossexuais eram encontrados ou nas páginas policiais ou nas matérias jornalísticas sobre o Carnaval. Apesar de a revista insistir em velhas teses médicas a respeito da homossexualidade como ‘doença’, reunir depoimentos de médicos, pedagogos, professores de teoria moral, rabinos, padres e sociólogos convidados a opinar sobre o ‘problema’, por outro lado, nenhum dos homossexuais entrevistados supôs-se como portador de uma ‘doença’ em função de suas preferências homossexuais”.

Embora reconheçamos o esquematismo da proposição, julgamos correto afirmar que, enquanto a chamada *imprensa séria* apresenta um tratamento ambíguo em relação aos homossexuais e, inclusive, informa sobre a atualidade dos aspectos *luminosos* da mobilização política em favor da cidadania dos indivíduos homossexuais, a imprensa sensacionalista destaca os aspectos *sombrios* do indivíduo tomado isoladamente, sem perspectivas, envolvido pelo sofrimento, pelo desamor, pela solidão, pela neurose, pelo comportamento escandaloso, pela marginalização e pela violência.

Um exame exploratório da cobertura, pelas principais revistas semanais de informação do Brasil, permite a formulação de hipóteses sobre as ambigüidades presentes na representação das homossexualidades pela grande imprensa. A revista *Veja*, por exemplo, trouxe o tema como matéria de capa em edições de maio de 1993, fevereiro de 2000 e junho de 2003. Também a *Época* trouxe o tema na capa de sua edição de setembro de 1999. E ainda a revista mensal *Super Interessante*, de julho de 2004, repetiu este procedimento. As capas são produzidas com recursos de fotografias ou arte gráfica, destaca-se a palavra “gay” nos títulos e sugere-se (ou se apresenta, de fato) indivíduos e grupos desafiando a heteronormatividade, assumindo posturas de sair do gueto e apresentar

(sem medo, com orgulho e alegria) sua orientação sexual nos contextos da família, do trabalho e da sociedade mais ampla⁴⁶.

Segundo Trevisan, o tratamento favorável da mídia hegemônica brasileira aos homossexuais deve ser compreendido num contexto em que as organizações promotoras da militância homossexual buscavam alternativas às posturas radicais típicas da fase inicial e assumiam estratégias que visavam construir o movimento como “movimento de massa” e também uma maior integração social para os homossexuais. Para o autor, “a ênfase de um ‘movimento de massa’ orientou-se para outros parâmetros, envolvendo a mídia, que desempenhou a função de *fazer chegar à massa* (grifo do autor)” (2002, p. 376).

Este assunto (o desafio enfrentado pelos indivíduos homossexuais para verem respeitada sua orientação sexual para além do grupo de amigos do gueto) parece ser o assunto mais geral provocador de reportagens. A partir deste referente mais amplo, ora trata-se das experiências de indivíduos isolados e seus contextos específicos, ora trata-se das lutas e da confraternização massiva por conquistas alcançadas. A história do militante homossexual curitibano Toni Reis e seu namorado David Harrad (cidadão inglês) chamou a atenção dos meios de comunicação de massa em virtude da luta de ambos para a obtenção do visto de permanência de Harrad no Brasil. A mídia mostrou-se interessada neste caso a

⁴⁶ Os títulos, sub-títulos e textos de abertura nas capas e reportagens destas revistas afirmam: “O que é ser gay no Brasil – Uma pesquisa exclusiva mostra como os brasileiros tratam os homossexuais e o que pensam deles” – “O mundo gay rasga a fantasia” – “Ibope mostra a difícil convivência da maioria dos brasileiros com os homossexuais” – “Metade dos brasileiros não aceita médico nem político gay” – “Expulsa de casa” – “Alegrias e mazelas” – “Vivez de solteiro” – “A dor da descoberta – Culpa, medo e solidão alimentam o drama que envolve o homossexual e sua família” – “Onde foi que eu errei” (Revista *Veja*, 12/05/1993); “Gays – o desafio de assumir a identidade sexual – Como eles e elas contam aos pais” – “Ódio assassino – Skinheads matam homossexual em São Paulo” – “Especial - Pai, eu sou gay” – “Ouvir essa frase pode ser um pesadelo, mas dizê-la é quase sempre um momento de alívio na vida de quem não quer mais esconder da família e dos amigos sua verdadeira opção sexual” – “Ele me contou. E agora?” – “Nada diz que é genético” – “Afim, quantos são os gays?” – “Meio minuto para morrer” – “Dezoito jovens da gangue Carecas do ABC são acusados de assassinar a pancadas homossexual em São Paulo” (Revista *Veja*, 16/02/2000); “A força do arco-íris” – “Famosos, admirados e assumidíssimos” (Revista *Veja*, 25/06/2003); “Orgulho gay – Homossexuais brasileiros lutam contra preconceitos e conquistam o respeito da sociedade” – “Homossexualismo – Assumir faz a diferença” – “Os gays brasileiros rompem com estigmas, driblam preconceitos e descobrem que sair do armário pode ser bem menos dramático do que imaginam” – “Quando tudo era mais difícil” – “Com gana e orgulho – Uma quebradeira de bar marca o início do movimento na América, com reflexos no mundo” (Revista *Época*, 20/09/1999); “Casamento gay – O Brasil nega 37 direitos fundamentais aos homossexuais: receber herança, somar rendas, ter dependentes... Isso está certo?” – “Sim – As três letras acima dividem o Brasil. E impedem que 6 milhões de gays tenham acesso aos mesmos direitos que o restante da população. Se todos somos iguais perante a lei, está certo alguns brasileiros terem mais benefícios que outros?” – “37 razões para dizer sim – Você pode não pensar neles, mas ao casar ganhamos algumas dezenas de benefícios. Confira a lista dos direitos aos quais casais gays não têm acesso” – “A ciência do arco-íris” (Revista *Super Interessante*, julho de 2004).

partir do momento em que a mãe de Reis ofereceu-se para casar com o genro como alternativa para mantê-lo junto ao filho.

O assassinato do adestrador de cachorros Edson Nérís da Silva por *skinheads* em São Paulo, em fevereiro de 2000, também atraiu a atenção da mídia. Silva foi assassinado enquanto passeava de mãos dadas com seu namorado numa praça do centro da cidade. O Projeto de Parceria Civil Registrada entre Pessoas do Mesmo Sexo, proposto pela então deputada federal (PT-SP) e as paradas anuais pelo orgulho gay também despertam grande interesse pela imprensa. Além de cobrirem regularmente estes fatos, os meios noticiosos divulgam pesquisas que aferem a opinião da sociedade mais ampla a respeito dos homossexuais.

Além de apresentarem uma cobertura regular a fatos tais como os descritos acima, é preciso acrescentar que, desde a experiência pioneira da *Coluna do Meio*, de Celso Curi (e pela qual o mesmo foi processado por atentado ao pudor), na edição paulistana do jornal *Última Hora*, em fevereiro de 1976, tem aumentado a presença de homossexuais assumidos como assinantes de colunas voltadas para este tema em jornais diários⁴⁷. Uma das experiências mais significativas neste sentido é a coluna assinada por André Fischer e Vange Leonel na *Revista da Folha*, publicada semanalmente no jornal *Folha de São Paulo*.

No entanto, é possível perceber que esta cobertura apresenta um enfoque que privilegia o gay ou a lésbica enquanto pessoas de classe média, com grande capacidade de consumo, com patrimônios ou real capacidade para adquiri-los, e que, ao mesmo tempo, sejam pessoas jovens, bem alimentadas e com dentes perfeitos, de pele branca, corpo tratado (em forma), cabelos loiros e olhos claros. Pode-se dizer que, em geral, esta cobertura é simpática aos homossexuais incluídos neste perfil, bem como às suas demandas por cidadania. Assim, tem-se um tratamento jornalístico filtrado por um viés liberal e judaico-cristão através do qual exclui-se e se marginaliza indivíduos e sub-culturas já marginalizados pela sociedade mais ampla e, pelo qual, é possível reconhecer e legitimar midiaticamente apenas existência e as demandas específicas dos indivíduos e grupos apontados acima.

⁴⁷ O sucesso alcançado pela *Coluna do Meio*, de Celso Curi encorajou outros jornalistas e outros jornais a lançarem colunas com as características apresentadas na experiência na *Última Hora*. As iniciativas mais significativas foram a coluna *Guei*, escrita por Glorinha Pereira para o *Correio de Copacabana* e a coluna *Tudo Entendido*, escrita por Antonio Moreno para a *Gazeta de Notícias*, ambos do Rio de Janeiro.

A partir do reconhecimento de que a psicanálise oferece as ferramentas analíticas apropriadas para a compreensão da imprensa sensacionalista e para a compreensão do tratamento aí concedido à questão das homossexualidades, Angrimani (1995, p. 66)) afirma que “o tratamento que o jornal sensacionalista dá ao homossexual é preconceituoso, marginalizante, ofensivo e retrógrado”. E acrescenta que, nesta modalidade de imprensa, “o homossexual aparece como um perverso degenerado, cuja conduta fere a ‘normalidade’ e coloca em risco as instituições”.

Para o autor, a compreensão dos protocolos da imprensa sensacionalista deve remeter aos mecanismos presentes no inconsciente tanto do produtor quanto do consumidor desta modalidade de imprensa. Este pressuposto justifica sua defesa de que é necessário “acrescentar um ponto de vista psicanalítico ao estudo da comunicação” (1995, p. 17). Este acréscimo guia o pensamento de Angrimani no sentido de assumir conceitos mais gerais tais como perversão, libido, tabu, transgressão, projeção, narcisismo (próprios do método psicanalítico), como fundantes para sua abordagem. Assim torna-se possível argumentar que

“quando ele (o homossexual) sofre uma violência, quando é assassinado, o jornal sensacionalista edita a notícia de forma paralela, estendendo a ação criminosa ao lado da homossexualidade da vítima. O propósito implícito parece ser o de ‘justificar’ (ou pelo menos ‘compreender’) o ato violento. O criminoso ganha um status ‘diferente’, identificado como transgressor de ‘importância’ especial, por ter punido um transgressor mais temido, inconscientemente, pelo tecido social” (1995, p. 70).

Entre a militância, a reação a esta modalidade de tratamento jornalístico constitui uma bandeira histórica do movimento homossexual. MacRae (1990) afirma que, ainda em sua pré-história, por volta de 1978, o Somos (o grupo paulista pioneiro na discussão e na mobilização políticas a cerca da questão homossexual) manifestou-se publicamente contra o jornal *Notícias Populares*. O autor esclarece que, “data desta fase do grupo o seu primeiro aparecimento em público com uma carta de protesto enviada ao sindicato dos jornalistas reclamando da forma sensacionalista e preconceituosa com que a imprensa costumeiramente tratava a homossexualidade” (p. 102). Esta citação é indicativa de que, para o movimento homossexual brasileiro, desde os seus primórdios, a imprensa sensacionalista é eleita como *inimiga*. Esta modalidade de imprensa foi uma das instâncias

responsáveis pela difusão da noção de “peste gay” atribuída à Aids na primeira fase desta epidemia⁴⁸.

Em entrevista à revista *Isto é* (1977), Winston Leyland, editor do jornal *Gay Sunshine*, na cidade norte-americana de São Francisco, na década de 1970 (cuja visita ao Brasil em 1977 com o objetivo de levantar material para publicação de uma antologia de contos produzidos por escritores homossexuais brasileiros, provocou a reunião de artistas e intelectuais homossexuais e estimulou a criação do *Lampião da Esquina*, o primeiro jornal homossexual numa perspectiva política e com circulação nacional) afirmou que

“O problema parece ser os meios de comunicação, pois eles se concentram basicamente nos travestis. É claro que estes também fazem parte do mundo homossexual, mas não é o segmento mais significativo. (...) Os jornais e revistas só se preocupam com aspectos sensacionalistas que acentuam a falsa imagem da comunidade homossexual. Isso cria um círculo vicioso, porque, de um lado, os homossexuais não têm acesso aos meios de comunicação, e, por outro lado, a imprensa continua transmitindo uma imagem deformada desse grupo”⁴⁹.

A crítica ao tratamento sensacionalista a respeito das práticas homossexuais também emerge no interior do próprio campo jornalístico brasileiro. Um exemplo desta modalidade de crítica é a repercussão, por parte de jornalistas, através de artigos publicados em jornais, ao tratamento noticioso concedido ao episódio da autuação, por atentado ao pudor, de um tenente-coronel do Exército, flagrado com outro homem, durante a madrugada, dentro de um carro estacionado numa avenida da cidade do Rio de Janeiro, em 1996. Esta repercussão foi objeto de exame no artigo intitulado *Assassinato moral*, escrito por Lenita Outsuka e publicado na seção Ética da revista *Imprensa* de novembro de 1996.

O artigo informa que o caso recebeu ampla cobertura nos noticiários de jornais, revistas e televisão em todo o Brasil, discute seu interesse público nos termos como foi tratado e defende que a falha ética central consistiu na identificação nominal do militar. O título do artigo demonstra que, através deste procedimento, um sub-produto do sensacionalismo é o *aniquilamento moral* da pessoa identificada. Este ponto de vista é sustentado através do argumento de que, neste caso, mais do que expor, como espetáculo escandaloso, um cidadão e um aspecto de sua intimidade, interessaria aproveitar a

⁴⁸ Certamente, o tratamento midiático (particularmente da imprensa escrita) sobre a aids é um tema cuja complexidade leva-nos a acreditar que apenas um exame criterioso pode levar a conclusões confiáveis. Estudos nesta área foram feitos por FAUSTO NETO, Antonio (1991 e 1999) e TRAQUINA, Nelson (2001, pp. 127-168).

⁴⁹ Cf. MUNERATO, Elice e CAMPELLO, Myriam. Convite aos homossexuais. In *Revista Isto é*, n. 39, 21 de setembro de 1977, pp. 60-61.

oportunidade para discutir, com profundidade, a questão da homossexualidade nas forças armadas⁵⁰. A autora argumenta que esta repercussão, entre os próprios jornalistas, expressa a recorrência, no meio profissional, da “discussão sobre direito de informação e liberdade de expressão contra o direito à privacidade e o respeito à intimidade” (1996, p. 60).

Para além da grande imprensa noticiosa, na televisão brasileira, a representação das homossexualidades é ainda mais ambígua. Neste veículo, há uma profusão e uma grande diversidade de discursos a este respeito. E sua emissão ocorre através de pessoas homossexuais (ou não), atendendo aos mais diversos interesses. Assim, há discursos voltados para a informação, a provocação (da indignação, do riso, etc.), o esclarecimento, a educação (as campanhas de prevenção à Aids, por exemplo), a desinformação, o entretenimento, o deboche, o desrespeito, etc⁵¹.

Talvez pelo fato de, na televisão, a imagem ser aspecto ainda mais relevante do que na imprensa escrita, o tratamento favorável às homossexualidades (e que não remete necessariamente aos estereótipos) parece estar condicionado aos padrões étnicos, estéticos, econômico-financeiros e socioculturais dos homossexuais retratados acima. As pessoas, os personagens e as situações mais *radicais* relacionadas às homossexualidades não parecem ser midiaticamente tratáveis. Os homossexuais *aceitáveis* na televisão devem ser sempre moças e rapazes bonitos, saudáveis e de classe média. Os seriados apresentados pelas emissoras que transmitem por assinatura são indicativos deste preceito. Assim, o critério para veiculação do discurso homossexual pela mídia televisiva tem a ver com o *atraente* e

⁵⁰ Estas análises não implicam a não existência de abordagens jornalísticas sérias e aprofundadas a respeito das relações entre homossexualidades e violência no Brasil. Isto ocorre, por exemplo, através de livros-reportagem. Para exame, conferir ARRUDA, Roldão, *Dias de ira: uma história verídica de assassinatos autorizados*, São Paulo, Globo, 2001.

⁵¹ O levantamento completo das presenças mais sistemáticas de discursos homossexuais ou sobre os homossexuais ou produzidos por homossexuais na televisão brasileira seria muito longa. Os exemplos mais significativos podem ser os programas de entrevistas e/ou fofocas apresentados por Clodovil Hernandez e Leão Lobo, a participação da travesti Nany People no programa de Hebe Camargo, a vitória do professor Jean Willis no *Big Brother Brasil* e sua posterior contratação como repórter especial no programa *Mais Você* de Ana Maria Braga, as reportagens sobre assassinatos de homossexuais no programa *Linha Direta*, as entrevistas com gays assumidos (famosos ou não) no programa de Jô Soares, a presença de gays nas telenovelas e no programa *Você Decide*. Na MTV podem ser apontados os programas *Fica Comigo* gay e lésbico, o *Beija Sapo* gay e lésbico, e ainda os atendimentos, pela apresentadora Penélope Nova, de casos homossexuais, no programa *Ponto G*. Na televisão por assinatura, o principal destaque pode ser as séries *Will and Grace* e *Queer as Folk*.

com o *simpático*. Tudo o mais será visto como corpos abjetos⁵². O homossexual midiático precisa ser, antes de tudo, *interessante e agradável*.

A análise de Nunan (2003) sobre a representação dos homossexuais pela mídia privilegia a televisão como objeto de estudo e elege as noções de *preconceito* e *estereótipo* como conceitos centrais para apreender o significado desta representação. Tomando por base os pressupostos gerais e o debate teórico desenvolvido a partir da Psicologia Social, a autora sustenta que “o *preconceito* pode ser definido como uma atitude hostil ou negativa para com determinado grupo, baseada em generalizações deformadas ou incompletas” (2003, p. 59). E acrescenta que

“Esta generalização (ou representação mental) é chamada *estereótipo* e significa atribuir características pessoais ou motivos idênticos a qualquer pessoa de um grupo social, independentemente das variações individuais. Os estereótipos são ao mesmo tempo a causa e a consequência do preconceito, e ambos (estereótipo e preconceito) geram *discriminação* contra o grupo-alvo, apesar de poder haver discriminação independente destes dois fatores. No que se refere à discriminação, esta pode ir desde um tratamento diferenciado, passando por expressões verbais hostis e de desprezo, chegando ou não a atos manifestos de agressividade” (2003, p. 59).

A eleição da noção de *estereotipização* para descrever os investimentos discursivos midiáticos sobre determinados grupos sociais como estratégia de representação/dominação destes grupos é recorrente em diferentes áreas das ciências humanas. Discutindo os discursos (as imagens) veiculados pela televisão brasileira sobre o *Nordeste brasileiro* e o *povo nordestino*, e inspirado no método arqueológico proposto por Michel Foucault, Albuquerque Júnior (1999) aponta o caráter estereotipado daqueles discursos. Segundo o autor,

“O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e auto-suficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo” (1999, p. 20).

E acrescenta que

“O estereótipo é um olhar e uma fala produtiva, ele tem uma dimensão concreta, porque, além de lançar mão de matérias e formas de expressão do sublunar, ele se materializa ao ser subjetivado por quem é estereotipado, ao criar uma realidade para o que toma como objeto” (1999, p. 20).

⁵² A expressão “corpos abjetos” compõe o discurso teórico de Judith Butler e pode ser conferida, entre outros, em BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*, Belo Horizonte, Autêntica, 2000, pp. 151- 172.

Estas definições podem ser vistas como indício da relevância que o conceito de estereótipo vem assumindo nas ciências humanas para caracterizar práticas de representação/dominação individual e social. Elas apontam para a centralidade que estas práticas vem assumindo nas estratégias contemporâneas de dominação e controle sobre indivíduos e grupos sociais. Num mundo globalizado e fortemente marcado pela presença dos meios de comunicação como o contemporâneo, a recorrência à *estereotipização* nos termos apontados acima demonstra a eficácia produtiva (produção de subjetividades estereotipadas e subordinadas) deste procedimento.

Conforme esta revisão está tentando demonstrar, os estudos recentes vem confirmando a tese de que a *estereotipização* é uma das armas políticas e culturais preferidas pela imprensa sensacionalista (e as demais mídias populares) para a representação negativa dos homossexuais e sua conseqüente dominação. Assim, torna-se legítimo acreditar que sua denúncia e o exame dos procedimentos de neutralização/reversão pela mídia gay podem ser trilhas fecundas para a compreensão do tratamento midiático das homossexualidades e do papel da mídia em relação a minorias sexuais. Para esta pesquisa específica, este argumento implica lançar para os fazedores do *Jornal do Nuances* um questionamento sobre os procedimentos, aplicados à feitura do jornal, de reversão da *estereotipização*.

Nunan parte da idéia de que a crescente presença/visibilidade que as homossexualidades vêm alcançando nos meios de comunicação não vem implicando a reversão da estratégia da *estereotipização* negativa deste grupo social. Para a autora, “os homossexuais têm sido praticamente invisíveis na mídia, exceto quando são mostrados como vítimas (de violência ou ridículo) ou vilões, papéis estes reforçados pela epidemia da AIDS” (2003, p. 97). No entanto, a autora reconhece que, aos poucos, através de filmes, séries televisivas, telenovelas e programas de entrevistas, a televisão vêm apresentando imagens alternativas e não-extraordinárias das homossexualidades.

Seu enfoque na televisão é justificado pelo impacto que este veículo tem na sociedade brasileira. E, por esta perspectiva, importa examinar como as novelas e os demais programas *populares* tem feito a representação das homossexualidades. Nunan argumenta que esta representação tem destacado as figuras do *homossexual violento* e do *homossexual efeminado*. A autora conclui que

“Em suma, apesar de a homossexualidade ainda ser freqüentemente tratada na televisão brasileira de maneira estereotipada ou excessivamente cuidadosa (atenuando a realidade gay, para não ‘chocar’ os telespectadores), as iniciativas de determinados autores para dar maior visibilidade aos homossexuais não deve ser menosprezada, sobretudo se levarmos em conta a ampla difusão que as novelas têm em nossa sociedade” (2003, p. 102).

Os estudos gays e lésbicos destacam os discursos da imprensa sensacionalista, da televisão e do cinema como emblemáticos das representações midiáticas a respeito das homossexualidades. É a partir deste recorte que estes estudos desenvolvem sua crítica ao discurso midiático e denunciam sua visão fundada na *heteronormatividade*.

Nosso mergulho neste campo político e teórico faz supor que a mídia tem sido objeto de grande desconfiança. O texto de Navarro-Swain (2000), por exemplo, é breve, panorâmico e (sendo a autora uma historiadora) construído a partir de uma perspectiva diacrônica. Segundo Lopes⁵³, o livro “tem uma pretensão menor, mas sem se constringer pelos limites da coleção *Primeiros Passos*”.

A discussão proposta por Navarro-Swain sobre os meios de comunicação aparece em meio a uma descrição mais geral dos movimentos mais recentes de integração e visibilidade do lesbianismo em diferentes campos sociais, movimentos estes tomados como um dos efeitos da consolidação do dispositivo da sexualidade nas sociedades modernas. As imagens geradas por estes movimentos vêm formando o que a autora chama de “imagens do tempo presente” sobre o lesbianismo. E, em meio a estas imagens, constitui-se a aparição do lesbianismo na mídia.

Navarro-Swain associa-se à tradição acadêmica que se vem formando a partir, principalmente, dos Estados Unidos, e que vem recebendo a denominação de *estudos gays e lésbicos* ou mesmo teoria *queer*. O ponto de partida dessa perspectiva teórica é a crítica da naturalização do sexo biológico e das práticas sexuais. A autora (2000, p. 80) argumenta que, “questionando-se a importância dada ao sexo biológico, percebe-se a própria construção social como modeladora do humano”. Avançando o pensamento a partir deste pressuposto, Navarro-Swain assimila os meios de comunicação a “tecnologias de reprodução de gênero”⁵⁴ e argumenta que estas

⁵³ LOPES, Denílson. “Estudos gays: panorâmica e proposta” in Lugar Comum, no. 13-14, p.122.

⁵⁴ A autora informa que este termo foi expresso por Teresa De Lauretis, uma das formuladoras do projeto teórico referido, em sua obra “Technologies of gender. Essays on theory, film and fiction”, Bloomington, Indianápolis, Indiana University Press.

“trabalham no sentido de reinstalar as imagens tradicionais de mulheres e homens galvanizados em imagens estereotipadas do ‘macho-man’, da ‘femme fatale’ ou ‘barbie’. As revistas femininas, o cinema, a televisão, vídeos, publicidade, revistas em quadrinhos, desenhos animados, na maior parte das vezes reproduzem os papéis de gêneros, seus valores e sua importância”. (2000, p. 70).

Esta citação indica que, em vez de considerar algum veículo midiático em particular, a autora volta seu olhar sobre a comunicação midiática em seu conjunto. Mais especificamente, este enfoque centra-se nas mídias destinadas ao consumo por públicos massivos, heterogêneos e populares. Navarro-Swain não se propõe a construir uma *teoria dos meios* destinada a explicar o modo como estes costumam representar o lesbianismo. Sua contribuição limita-se à reiteração da noção de mídias como “tecnologias de reprodução do gênero”.

No entanto, a autora apresenta um inventário da abordagem dos meios sobre o lesbianismo que ilustra a hipótese formulada. Este inventário permite concluir que os veículos de comunicação desenvolvem as estratégias do *silenciamento* e, por outro lado, da *estereotipização*. O estereótipo é uma estratégia montada a partir das visões de um “modelo único de ser” para os homens e para as mulheres e da intolerância em relação às práticas diversas a este modelo.

A autora conclui afirmando que

“O Múltiplo aqui é disciplinado em torno do Uno, obedecendo ao *dispositivo da sexualidade* (o grifo é dela): as práticas sexuais se expandem, mas o modelo permanece o mesmo” (2000, p. 75).

Assim, esta estratégia consistiria em fixar socialmente este modelo e mostrar a imagem da diversidade para promover sua eliminação. No caso, o “modelo único de ser” mulher apoiaria-se na idéia da “verdadeira mulher” e as diversidades exibidas de modo recorrente seriam a prostituta e a lésbica. Este seria, essencialmente, segundo Navarro-Swain, o padrão norteador dos processos midiáticos.

Assim, tudo indica que a desconfiança, presente nos estudos gays e lésbicos, a respeito da cobertura concedida pela grande imprensa noticiosa sobre este tema, embora inclua a chamada *imprensa séria*, remete mais especificamente aos jornais sensacionalistas. O discurso destes estudos sugere que o moralismo/conservadorismo e conseqüente julgamento pejorativo ao comportamento homossexual presente na primeira é sempre dissimulado pelas técnicas de produção textual inspiradas pelo *paradigma da informação* e

sua orientação em favor da *objetividade*. Neste sentido, para os estudos gays e lésbicos, enquanto a *imprensa séria* alcança a dissimulação do preconceito pela manipulação de técnicas de produção textual, na imprensa sensacionalista e nas mídias voltadas para consumo popular e massivo, o preconceito se mostra abertamente.

b) A mídia gay brasileira

Os argumentos apresentados no item anterior sugerem que a questão fundante da exposição que segue deve remeter aos investimentos da mídia gay no sentido de reverter os efeitos políticos e culturais das imagens *estereotipizantes* sobre os homossexuais difundidas pela imprensa sensacionalista. Neste sentido, o objetivo do presente item seria rastrear, nas revistas e nos jornais voltados para os homossexuais, os procedimentos editoriais, os discursos e as imagens promotores de reversão. Precisamente, esta exposição toma como ponto de partida uma caracterização geral desta modalidade midiática. Esta caracterização conterá os indicadores necessários para a construção de um ponto de vista a cerca da problemática referida.

A mídia gay é um empreendimento midiático diversificado, voltado para o público homossexual, que emprega desde os suportes mais tradicionais tais como jornais e revistas até a produção/veiculação de conteúdos via internet. O principal objetivo desta modalidade midiática é a difusão de um conjunto dinâmico e não necessariamente homogêneo de idéias e práticas ao qual podemos chamar de *cultura homossexual*. Howes (2004, p. 288) afirma que “as revistas gays ajudam a consolidar esta identidade (homossexual), refletindo e promovendo os costumes, a linguagem e os valores da comunidade”. O crescimento de *sites* voltados para a divulgação de uma *cultura homossexual* tende a complexificar o conceito de mídia gay⁵⁵. Entende-se também que o combate político e cultural à homofobia é um fator determinante de justificação para a emergência, manutenção e diversificação deste campo midiático.

Segundo Howes (2004, pp. 288/289), os principais fatores que influem no desenvolvimento da imprensa gay são:

⁵⁵ Embora reconheçamos o crescimento quantitativo e qualitativo da mídia gay na internet e apostemos em sua relevância para a *cultura homossexual*, nosso horizonte de investigação restringe-se à mídia impressa.

“1) O desenvolvimento da comunidade gay e lésbica; sem editores e leitores que se identificam como homossexuais, não há imprensa gay. (...) 2) O desenvolvimento econômico, incentivando a urbanização e criando camadas sociais com os recursos e o tempo disponível para produzir publicações, além dum mercado de leitores com poder aquisitivo para comprá-las. 3) As condições políticas nacionais e internacionais, que influem na viabilidade de campanhas em prol dos direitos homossexuais. (...) 4) O desenvolvimento tecnológico dos meios de impressão, começando com as máquinas mimeográficas, passando pelas fotocopiadoras para chegar ao computador, permitindo a indivíduos e pequenos grupos com recursos minguados produzirem publicações em papel ou, hoje, via internet. 5) Assuntos práticos relativos à produção e distribuição de revistas e aos anúncios, que na realidade gastam muito tempo e energia dos editores”.

Os modelos inspiradores para a produção das modernas publicações voltadas para os homossexuais foram gerados como armas políticas e culturais nas revoltas contra os ataques homofóbicos aos ambientes de sociabilidade gay na transição entre os anos de 1960 e 1970 e provêm dos Estados Unidos e da Inglaterra. A combinação dos fatores apontados por Howes, nestes países, favoreceu o aparecimento das primeiras e mais influentes manifestações midiáticas neste sentido.

MacRae (1982, p. 104) afirma que após a batalha em torno do bar Stonewall Inn, de Nova York, em junho de 1969, uma das primeiras iniciativas do Gay Liberation Front (recém fundado) foi a criação do jornal *Come Out*. Também, MacRae (1990), refere-se à visita ao Brasil, em 1977, de Winston Leyland, editor do jornal americano (da cidade de São Francisco) *Gay Sunshine*. Segundo o autor (1990, p. 97), “sua vinda (de Leyland) serviu para reunir o grupo de jornalistas e intelectuais homossexuais, incluindo Trevisan, que posteriormente viriam a editar o jornal *Lampião*”. MacRae comenta que,

“entre um pequeno grupo de intelectuais, artistas e boêmios do eixo Rio-São Paulo a visita de um ‘líder gay’ dos Estados Unidos foi considerada um evento importante, e lançou-se a idéia de produzir no Brasil uma publicação séria destinada a promover a discussão política da homossexualidade. Depois de alguns meses de discussão foi editado o número zero do *Lampião*, em abril de 1978”.

Reading (1999) sugere que o aparecimento de uma mídia gay na Inglaterra se dá num processo que tem início com a produção de pequenos boletins produzidos por organizações políticas e culturais e avança para publicações comerciais postas à venda nas bancas das principais ruas das grandes cidades. A autora afirma que, no desenvolvimento da imprensa gay inglesa, o aparecimento, em 1973, do jornal *Gay News* representou o marco desta transição. Sobre este jornal, a autora acrescenta que

“As an activist fortnightly paper, its editorial extended the constituency of the gay press and it became (...) one of the most influential lesbian and gay publications by the modern gay moviment. It was focus for information and spawned

the help line Gay Switchboard, as well as Gay Sweatshop, the influential theatre company” (1999, pp. 267-268)⁵⁶.

O significado do jornal *Gay News* no desenvolvimento da imprensa gay inglesa é objeto de exame por diferentes autores. Este fato deve ser indicativo do reconhecimento de sua relevância para o movimento político e cultural dos homossexuais. No entanto, estas avaliações não coincidem⁵⁷.

Após uma descrição da diversidade e do vigor editorial da imprensa gay inglesa atual (que oferece revistas tais como *Gay Times*, *Attitude* e *Diva*), Reading conclui que

“Thus, since 1970s, with the market expansion of the gay and lesbian press, the representation of sexuality in these publications has diversified to include gay activists, middle-class professionals, lesbian mothers, working-class muscle-marys, as well queer breeders. This diversity, however, is still largely premised on the traditional dichotomy of homo/heterosexuality. It is also gendered. Further, as publications try to extend their market reach and increase profits, editorial direction has changed in the more glossy publications to please advertisers, resulting in a commoditized sexuality more akin to a style we can buy like music or clothes. Nevertheless, it is the lesbian and gay press the has continued to provide a positive alternative to the hegemonic view in the mainstream press of homosexuality as perverse” (1999, p. 271)⁵⁸.

Estas citações são indicativas de que, já em seu nascedouro, o movimento homossexual moderno elegeu a publicação de jornais pelos próprios militantes organizados como uma das armas de luta contra a homofobia e, em segundo lugar, que estes jornais pioneiros podem ser reconhecidos como paradigmáticos para muitas publicações surgidas

⁵⁶ “Era um jornal quinzenal ativista, seu editorial extendia o distrito eleitoral da imprensa gay e este se tornou, (...) uma das mais influentes publicações gay e lésbica produzidas pelo moderno movimento gay. Ele foi um foco vital para informação e geração da linha de ajuda Gay Switchboard tão bem quanto Gay Sweatshop, a influente companhia teatral”. Tradução nossa.

⁵⁷ Howes (2004, p. 290) o enquadra na categoria dos “jornais em formato tablóide dedicados às notícias e comentários sobre aspectos políticos e culturais do movimento GLS”. Por outro lado, Spencer (1999, p. 352) sustenta que “essencialmente populista, (o jornal *Gay News*) pretendia atrair a comunidade gay como um todo. Tinha crítica literária, de cinema e de TV, artigos sobre pessoas e temas importantes e, na primeira página, sempre tratava de um assunto atual. Era rápido em denunciar incidentes de homofobia e injustiça, mas não tentava transformar a consciência homossexual. Limitava-se a refletir os sentimentos do momento. Era inteligente e divertido – uma leitura fácil, alegre e digestiva”.

⁵⁸ “Deste modo, desde os anos de 1970, com a expansão do mercado de imprensa gay e lésbica, a representação da sexualidade nestas publicações tem diversificado para incluir gays ativistas, profissionais de classe média, mães lésbicas, muscle-marys da classe trabalhadora, bem como os gêneros queer. Esta diversidade, de qualquer modo, é ainda basicamente estabelecida na tradicional dicotomia de homo/heterossexualidade. Ela é também genericada. Além disso, como publicações tentam estender seu mercado alcançar e aumentar lucros, direção editorial tem mudado em publicações mais brilhantes para agradar anunciantes, resultando numa sexualidade bem consumível, mais similar a um estilo nos podemos comprar como música ou roupas. Todavia, ela é a imprensa gay e lésbica que tem continuado a prover (abastecer) uma alternativa positiva para a visão hegemônica na imprensa dominante da homossexualidade como perversão”. Tradução nossa.

no mundo ocidental, posteriormente. Neste sentido, a produção de novas publicações, bem como as avaliações políticas e/ou teóricas sobre estas mesmas publicações em diferentes países, tendem a adotar suas (daqueles jornais pioneiros) concepções políticas e jornalísticas como critérios de avaliação.

A mídia gay pode ser classificada como um segmento específico do campo mais geral do chamado *mercado GLS*⁵⁹. No Brasil, este mercado vem apresentando um perfil dinâmico, quantitativa e qualitativamente crescente, diversificado quanto aos serviços que oferece e caracterizado por pequenas empresas. Esta expressividade do mercado GLS chama a atenção do mundo empresarial e foi tema de reportagem na revista *Pequenas Empresas Grandes Negócios*⁶⁰. O texto desta reportagem destaca o potencial consumidor dos homossexuais e a variedade de opções de negócios que se vem desenvolvendo no Brasil com o objetivo de atender às suas demandas específicas de consumo.

As publicações impressas dirigidas aos homossexuais também constituem um expressivo segmento do mercado editorial brasileiro. O fato de estas publicações terem sido objeto de matéria de capa na revista *Imprensa* é indicativo de seu reconhecimento pelo próprio campo midiático nacional. A capa da referida edição destaca a foto do editor da revista *OK Magazine* em pose de retrato e abraçado a exemplares desta publicação, apresenta o título “a mídia gay” em tipos destacados e afirma que “a imprensa (como a *OK Magazine*, de Denerval Ferraro Jr.) entra na corrida pelos muitos dólares dos homossexuais”.

A partir da noção de que “o mundo do pink-money movimenta milhões de reais e conquista o mercado editorial”, a reportagem examina os diferentes aspectos da produção da *OK Magazine*. Assim, chama-se a atenção para suas características técnicas e a opção

⁵⁹ A expressão *mercado GLS* (gay, lésbica e simpatizantes) refere-se ao conjunto de empresas voltadas para o atendimento de necessidades de consumo do público homossexual e abrange desde bares, boates, saunas até agências de turismo especializadas e hotéis e pousadas específicos. Geralmente, a comunidade homossexual toma conhecimento destas empresas e dos serviços que prestam através de anúncios publicados na imprensa homossexual. O discurso do senso comum tem reiterado que a expansão do mercado GLS é decorrente, dentre outros motivos, da força do chamado *pink money*. Esta é uma expressão que remete ao expressivo poder de consumo dos homossexuais que, por não terem responsabilidades familiares tradicionais, disponibilizam um percentual maior de sua renda financeira para entretenimento. O mercado GLS visa atrair os homossexuais e lucrar com o *pink money*.

⁶⁰ A chamada de capa da referida edição afirma: “Mercado GLS nasce no país”. A reportagem intitulada “Bandeira bilionária” apresenta o seguinte texto de abertura: “Mudança de costumes abre espaço para empreendimentos num segmento pouco explorado no país: o de produtos e serviços para o público GLS”. Cf. *Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios*, ano XII, n. 134, março de 2000, pp. 35-37.

pelo formato *pocket*, sua política editorial e a busca do diferencial pela prestação de serviços, a tiragem, o público-alvo visado (“homossexual masculino em todo seu espectro”), as capas centradas em fotos de homens em pose sensual, as estruturas física e técnica de produção, o processo de produção, a linguagem inspirada nas gírias usadas no gueto e as dificuldades de obtenção de anunciantes. Em boxes, para efeito de contraste, a reportagem destaca ainda as experiências das revistas *Sui Generis* e *Um outro olhar* (publicada por uma ONG e voltada para as lésbicas). Estas são apresentadas por suas características técnicas, objetivos políticos e culturais e desafios de manutenção e difusão.

Um dos aspectos mais curiosos apresentados pela mídia gay brasileira é a tendência para a polaridade discursiva. Se, por um lado, prevalece um discurso voltado para a pornografia (a exibição de imagens representando a nudez masculina e relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo), por outro, existem veículos cujo discurso dominante se volta para a sociabilidade e a cultura homossexuais ou a chamada *problemática política e cultural homossexual* e para a luta pelos direitos civis dos homossexuais. Assim, *é possível descrever a mídia gay como um empreendimento matizado entre a pornografia e a militância política*⁶¹. Certamente, entre um e outro pólos, há uma diversidade de tendências que abordam uma variedade de temas de interesse deste grupo, temas que compõem a *cultura homossexual* ou que contribuem para a construção da *identidade homossexual*⁶².

Howes coloca esta polarização em termos de “jornais em formato tablóide dedicados às notícias e comentários sobre aspectos políticos e culturais do movimento GLS” e de “revistas voltadas para a promoção de interesses consumistas”. O autor afirma

⁶¹ A edição da revista *Veja* de 19 de abril de 2000 (pp. 102-103) trouxe uma matéria escrita por Marcelo Camacho (“Quem mostra vende”) que discute o vigor empresarial das revistas mais *eróticas* (que se sustentam principalmente na publicação de fotos de homens nus) em contraste com as dificuldades apresentadas, nesta mesma área, pelas revistas mais *culturais*. O texto afirma que o fechamento, naquele mês, da revista *Sui Generis*, caracterizada como “capaz de tratar de assuntos delicados sem descambar para a grosseria” não deve ser tomado como indício da inexistência de mercado, no Brasil, para este tipo de publicação. E argumenta que “a agonizante publicação – que agora estuda convites de três portais para se transferir para a internet de armas, bagagens e moços sem camisa – abriu caminho para que vicejassem outras revistas dirigidas a esse público. Só que nessas o prato principal são mesmo as fotos explícitas de rapagões bem dotados”.

⁶² Howes apresenta uma classificação mais matizada da imprensa gay. Segundo o autor, “as revistas gays geralmente caem dentro de oito categorias: 1) Boletins editados por grupos de ativistas (...). 2) Jornais que se identificam abertamente como gays e tratam dos interesses políticos e culturais do movimento homossexual, mas que não estão ligados a nenhum grupo específico (...). 3) Revistas por e para lésbicas (...). 4) Revistas com uma orientação preponderantemente consumista(...). 5) Revistas dedicadas a fazer propaganda pelo comércio gay (...). 6) Publicações sobre Aids, dirigidas a aidéticos homo – ou heterossexuais, ou profissionais da saúde (...). 7) Revistas de pesquisa universitária (...). 8) Revistas eróticas, com fotografias de homens nus (...)” (2004, p. 289).

que, nos Estados Unidos, a influência “deletéria” destas segundas na construção da cultura homossexual gerou um mal-estar em setores “mais radicais” da militância. Esta discussão alimentava um debate mais geral sobre o processo de comercialização do movimento homossexual e que elegeu a mídia produzida por e para gays a partir do mercado como um dos indicadores deste processo. Segundo Howes (2004, p. 290) neste debate, os militantes insatisfeitos lamentavam

“a tendência de alguns elementos no movimento norteamericano a confiar-se exclusivamente no poder aquisitivo do consumidor gay para obter aceitação social em vez de lutar por direitos políticos. A crítica não poupou as revistas gays, acusadas de promover interesses consumistas ao custo de uma conscientização mais política e contestatária”.

No entanto, Howes chama a atenção para as condições concretas (sempre desafiantes) de produção e o destino das publicações situadas nos diferentes pólos como variável a ser levada em conta no julgamento político e cultural das publicações e defende que

“É bom lembramos que editar uma revista é uma tarefa dura e dispendiosa. Os antigos jornais do movimento como *Lampião* e *Gay News* eram custeados pelas vendas, assinaturas, anúncios pessoais e doações. Morreram ao final de exaustão e falta de recursos. Os anúncios pessoais fugiram para a Internet e as revistas de hoje dependem muito da propaganda comercial” (2004, pp. 290/291).

Trevisan chama a atenção para o fato de, no Brasil, as manifestações homossexuais provenientes do mercado e da militância não geram posturas necessariamente polarizadoras. O autor reconhece que, “nesse contexto em que se misturam militância e mercado, é natural que a tônica da luta pelos direitos homossexuais tenha passado de uma contestação social mais abrangente para uma busca de maior integração social, ampliando os limites do gueto” (2002, p. 376). Assim, na cultura midiática homossexual brasileira, a presença de conteúdos políticos e/ou culturais em publicações onde prevalecem conteúdos eróticos (e o contrário) não gera necessariamente *curtos-circuitos* ideológicos.

Isto significa que, embora os discursos possam ser pensados como expressões de posturas políticas e editoriais polarizadas e excludentes, negadoras uma da outra, o cruzamento de ambos se realiza na prática. Esse cruzamento ocorre em veículos que, além de divulgarem o nu masculino, guardam compromisso com a *humanidade* dos homossexuais e sentem-se comprometidos com o seu destino, com a afirmação de sua cidadania, de sua felicidade e, portanto, com a luta que os homossexuais desenvolvem para o alcance destas conquistas. Exemplos deste cruzamento são os fatos de que o militante

homossexual João Silvério Trevisan, membro do conselho editorial do *Lampião da Esquina*, mantém uma coluna na revista *GMagazine* – publicação mensal apoiada em ensaios fotográficos de modelos masculinos nus – e Célio Golin, um dos dirigentes do *Nuances*, publicou um artigo no número 73, de outubro de 2003, desta mesma revista⁶³.

Certamente, outros exemplos desta espécie de cruzamento entre publicações destinadas ao público homossexual poderiam ser citados. É possível que sua recorrência ocorra em virtude de, pelo menos, dois motivos. Primeiro, porque, a colaboração⁶⁴ de *militantes* confere prestígio às revistas que veiculam fotos de homens nus e as afastada da pecha de *mídia pornográfica* pela qual são socialmente reconhecidas e, muitas vezes, marginalizadas. Segundo, porque representa um espaço a mais para os militantes se eximirem de quaisquer moralismos e promoverem a *política homossexual*. Parece haver uma negociação entre todos.

Essa pecha marginalizante existe e uma de suas conseqüências aparece na definição do espaço que é destinado a estas publicações nas bancas de revistas. Não é difícil constatar que, nestas bancas, qualquer revista destinada ao público gay, mesmo que não contemple a pornografia (e até a rejeite, como pareceu ser o caso da extinta *Sui Generis*), está alojada em lugar destinado a esse tipo de publicação. Assim, essa mídia ganha um sentido de *marginalidade* e é vista como voltada para um público igualmente *marginal*.

Os temas freqüentes nas publicações destinadas aos homossexuais vão desde a referida pornografia, passando por correspondência amorosa/sexual entre os leitores e indo até comportamento, entretenimento e/ou socialização gay (o que envolve festas, fofocas e tudo o mais que remeta às colunas sociais tradicionais), entrevistas com celebridades homossexuais ou não, recados de especialistas em diferentes áreas tais como psicanálise, religião, direito, etc., os cuidados com o corpo e a saúde, as DST's e os modos de evitá-las, as campanhas de solidariedade aos portadores do HIV, as lutas e as conquistas pela cidadania, moda, contos eróticos, auto-ajuda, decoração, turismo, etc. O meio-termo entre as vertentes pornográfica e militante é um espaço onde se constrói um discurso favorável ao consumismo e ao individualismo como posturas apropriadas ao *ser moderno* e ainda a veiculação de amenidades.

⁶³ Posto que tenha ocorrido em outras edições, esta colaboração de Golin (ou do grupo *Nuances*) na *GMagazine* não é um fato isolado. Esta recorrência parece apoiar nosso argumento.

⁶⁴ No expediente da revista *GMagazine*, João Silvério Trevisan aparece como “colaborador”.

Hoje, estas publicações partem de duas origens: o mercado e as organizações não-governamentais (ONG's) destinadas à luta pela cidadania homossexual. Enquanto os veículos provenientes do mercado são vendidos nas bancas de revistas, a imprensa militante é distribuída *gratuitamente* nos locais de socialização homossexual. A literatura sobre a homocultura brasileira⁶⁵ informa que os primeiros jornais brasileiros destinados aos homossexuais tinham um caráter bastante artesanal. Hoje a produção das revistas provenientes do mercado alcança o grau de profissionalismo seguido pela grande imprensa. E a produção e circulação destas revistas seguem as regras do mercado⁶⁶.

Talvez seja necessário reconhecer também que, em comparação a outros segmentos editoriais tais como as imprensas feminina e masculina (esta destinada aos heterossexuais), a mídia gay é ainda pequena no Brasil. Além dos poucos títulos não-pornográficos disponíveis hoje nas bancas, há que levar em conta o aparecimento de um número significativo de revistas que, pela ausência de anunciantes e por não conseguir vender uma quantidade suficiente de exemplares, fecham prematuramente.

Os jornais artesanais brasileiros apareceram na década de 1960, eram impressos em mimeógrafo e distribuídos de mão em mão, tinham periodicidade irregular e o seu conteúdo, embora contemplasse críticas de teatro e cinema e outras indicações *culturais*, privilegiava as “fofocas de turma”. Em entrevista à Leila Mícolis no jornal *Lampião*, Agildo Guimarães afirma que o *Snob* (produzido por ele e Anuar Farah), lançado em 1961, no Rio de Janeiro, “foi o primeiro do Brasil dentro do ramo jornalístico dele”⁶⁷. Avaliando essa imprensa pioneira a partir de um jornal produzido por jornalistas e intelectuais, com processo de produção profissional e com as ambições políticas e culturais do *Lampião* no

⁶⁵ Por “literatura sobre a homocultura brasileira” estamos nos referindo aos seguintes textos: GREEN, James. “Além do Carnaval – A Homossexualidade Masculina no Brasil do século XX”, São Paulo, UNESP, 2000; SANTOS, Rick e GARCIA, Wilton (orgs.) “A Escrita de Adé – Perspectivas Teóricas dos Estudos Gays e [Lésbic@s](#) no Brasil”, São Paulo, Xamã, NCC/SUNY, 2002.; MACRAE, Edward. “A Construção da Igualdade – Identidade Sexual e Política no Brasil da ‘Abertura’”, Campinas, UNICAMP, 1990, MONTEIRO, Marko. “O Homoerotismo nas Revistas *Sui Generis* e *Homens*” in <http://www.artnet.com.br/~marko/ohomoero.htm> e LIMA, Marcus Antonio Assis. “Breve Histórico da Imprensa Homossexual no Brasil” in www.bocc.ubi.pt

⁶⁶ Entendemos que, em geral, as revistas gays provenientes do mercado acompanham o processo de segmentação do mercado editorial (as evidências de emergência de um *mercado pink* ou *GLS* são discutidas na imprensa e na academia) nos termos propostos por MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas – a segmentação da cultura no século XX*, São Paulo, Olho D’Água/FAPESP, 2001.

⁶⁷ Cf. MÍCOLIS, Leila. “Snob”, “Le Femme”... Os bons tempos da imprensa guei. In: *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ano 3, número 28, setembro de 1980, pp. 6-7.

contexto dos anos de 1970 para 1980 (durante a ditadura militar), Mícolis (1980, pp. 6-7) reconhece que

“Embora tendo sido (...) um trabalho ingênuo, não se pode deixar de reconhecer o valor criativo destas publicações, inclusive em seus recursos de impressão. Há verdadeiras obras de arte artesanais (...), outras mimeografadas e GENTE GAY, o último (76), trazia reduções e reproduções de fotos por processo xerox e uma diagramação bem atual”.

E acrescenta que

“Lógico que essas publicações diferem muito dos jornais de hoje, mas também têm pontos em comum: é que essas pessoas fizeram o máximo, dentro de suas possibilidades, para lutar contra o tratamento diferenciado que sofriam. Tiveram dificuldades com família, trabalho e até com a repressão institucionalizada, mas não pararam. Então, não dá só pra gente criticar: eles marcaram uma época, talvez ainda mais difícil do que a atual e sobre isso têm muito o que contar” (MÍCOLIS, 1980, p. 6).

Sobre estas condições socioculturais e psicológicas dos fazedores pioneiros da imprensa gay, Peter Fry, citado por MacRae (1990, p. 66), afirma que

“Além da qualidade de produção, esses jornais também diferiam do *Lampião* pelo fato dos seus autores geralmente esconderem suas identidades atrás de pseudônimos femininos. Isso provavelmente por duas razões: para evitar prejuízos às suas vidas profissionais ou familiares, e também porque naquele tempo a maioria dos homens que se consideravam como homossexuais ainda aderiam ao sistema tradicional de ordenação de identidades sexuais onde ‘as bichas’ eram geralmente associados ao papel de gênero feminino”.

Refletindo sobre os métodos de produção do *Snob*, o contexto no qual o jornal era feito e as motivações e ambições jornalísticas e socioculturais de seus fazedores, Agildo Guimarães afirma que

“(O *Snob*) Começou como uma brincadeira, porque nós fizemos um concurso de Miss Traje Típico de Travesti, participamos, e quem esperávamos que ganhasse, não ganhou; achamos uma injustiça e então, para protestar, partimos para um jornal datilografado, numa só folha. Depois virou uma revista, com muitas páginas. (...) Então partiu daquela brincadeira, e como o negócio foi agradando, nós passamos para o mimeógrafo” (MÍCOLIS, 1980, p. 6).

Segundo Green e Polito (2006, pp. 155-156), o *Snob* circulou entre julho de 1963 e junho de 1969. Este dado contribui para os autores sustentarem o argumento da longevidade e do sucesso desta experiência pioneira. E acrescentam que seu surgimento motivou a publicação de muitos outros jornais artesanais em diferentes cidades brasileiras⁶⁸.

⁶⁸ Em agosto de 1977, a revista *Veja* publicou uma reportagem sobre o *gay power* brasileiro. Esta reportagem examina a imprensa gay emergente, a sociabilidade homossexual, os lugares (praias, clubes, parques, cinemas

Outro momento significativo da história da imprensa homossexual no Brasil foi o surgimento do jornal *Lampião da Esquina*, em abril de 1978. Seguindo a trilha da imprensa alternativa (modalidade de jornalismo surgida durante a ditadura militar brasileira, e voltada para a discussão sobre temas e abordagens que eram censurados na grande imprensa), o *Lampião* destinava-se a superar tanto a fase da imprensa artesanal quanto o colonismo social como *leitmotiv* do jornalismo homossexual⁶⁹. O editorial do número zero daquele jornal, intitulado *Saindo do Gueto* anunciava a intenção de ser “a voz de uma minoria oprimida”.

Esta noção de jornal voltado para minorias oprimidas durante o regime militar brasileiro contribui para definir a especificidade do *Lampião* no desenvolvimento da imprensa homossexual brasileira. Ela chama a atenção para a ambição e o desafio de tratar da homossexualidade a partir de uma perspectiva política e, em conseqüência, para uma revisão do *sujeito homossexual* tal qual fora construído pelo discurso (inclusive midiático) e pelas práticas sociais dominantes. Assim, temos um sujeito emissor (o *Lampião* ou seus editores e articulistas) que se põe em lugar diferenciado ao desejado pelos discursos dominantes, que desafia e subverte a subjetividade estereotipada (essencialista) do homossexual dominante e temos também uma estratégia de construção identitária homossexual qualitativamente diferenciadas. Frente à questão sobre o por quê de um jornal homossexual, o editorial do número zero (1978, p. 2) afirma que:

“É preciso dizer não ao gueto e, em conseqüência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é

e becos escuros das grandes cidades) onde esta ocorre e sua vocação para o entretenimento e contato entre clientes e garotos de programa, e, finalmente, as dificuldades para a eclosão de um movimento político homossexual nos moldes do que vinha se desenvolvendo nos Estados Unidos e na Europa naquele momento. A imprensa gay é examinada detalhadamente. Chama-se a atenção para seu desdobramento em jornais especializados e colunas nos jornais da grande imprensa. O texto refere-se à profusão de títulos produzidos, à variedade estilística (o tratamento ameno e lúdico/diversionista predominante nos textos), ao formato e aos processos de produção, aos esquemas de distribuição e ao sucesso alcançado entre os leitores. E afirma que “o fato é que sua voz (dos homossexuais, após um secular anonimato, começa a vir a público. E, através dessas leituras, eles se inteiram das últimas fofocas do meio, recebem conselhos úteis, tomam conhecimento das opiniões de notáveis do setor e encontram indicações precisas sobre seus principais pontos de encontro ou de lazer do momento”. E conclui que “o surgimento de tal imprensa só foi possível porque os homossexuais brasileiros passaram a ter pontos específicos de reunião, principalmente nas duas maiores cidades do país. Além do mais, os travestis trocaram a reclusão das festas em apartamentos pelos palcos de teatro, cenários de televisão e calçadas de avenidas, nas quais os menos atentos – e em certos casos até bons observadores de costumes – chegam a confundir-los com mulheres”. Cf. Um gay power à brasileira. In: Revista *Veja*, n. 468, 24 de agosto de 1977, pp. 66-70.

⁶⁹ Para abordagens históricas e antropológicas detalhadas sobre o *Lampião*, sugerimos as leituras de GREEN, James (2000), TREVISAN, João Silvério (2002), MACRAE, Edward (1990) e SILVA, Cláudio Roberto da (1998). Sobre a imprensa alternativa no Brasil, sugerimos a leitura de KUCINSKI, Bernardo (1991).

um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanos e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste valor capital: seu sexo não é aquele que desejaria ter. (...) O que *Lampião* reivindica em nome dessa minoria é não apenas se assumir e ser aceito – o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou: o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal”.

O caráter de jornal voltado para o combate da homofobia a partir da perspectiva política mais geral da *esquerda* contribuiu para a emergência, no *Lampião*, de manifestações reprovadoras do horizonte político-cultural norteador das posturas dominantes apresentadas pela imprensa pioneira. Fry intervém neste debate afirmando que

“Corro a defender *Little Darling* e *Tiraninho*, que José Alcides Ferreira rejeitou como produção de uma ‘camarilha machista, que só consegue se impor através do ridículo, da vulgaridade e do *beautiful people* indigesto do Sr. Anuar Farah e Cia’ (LAMPPIÃO n.2). Não duvido, não, que a maioria das coisas que se produz numa sociedade basicamente machista carregam a mancha. (...)Mas acho cruel e preconceituoso simplesmente descartar o trabalho jornalístico de um verdadeiro pioneiro como Waldeilton di Paula (...) ao longo dos últimos 16 anos”⁷⁰.

E conclui afirmando que

“Pode-se não gostar do que Di Paula faz; pode-se achar que ele contribui (involuntariamente) com a campanha da Sociedade de Proteção ao Machismo; mas o importante é que ele fez alguma coisa em prol da sua própria libertação e para a libertação dos outros. Além disso, creio que as transformações na sua imprensa representam transformações no contexto social onde ela foi produzida; transformações essas que levaram à possibilidade de se lançar LAMPPIÃO. Viva a heterogeneidade”⁷¹.

Neste sentido, o *Lampião* discutia e destacava as propostas do movimento homossexual que, desde os acontecimentos de *Stonewall*, em junho de 1969 nos EUA, adquiria expressividade social e se internacionalizava. O *Lampião* era vendido em bancas de todo o país, tinha periodicidade mensal e, segundo Green (2000, p. 431), iniciou com uma tiragem de 10 mil exemplares⁷².

A literatura sobre a homocultura no Brasil afirma que as desavenças entre os conselheiros do jornal sobre a linha editorial que o jornal deveria seguir, as cartas de

⁷⁰ Cf FRY, Peter. **História da imprensa baiana**. In: *Lampião*, n. 4, Rio de Janeiro, Esquina Editoria, agosto de 1978, p. 2.

⁷¹ Idem.

⁷² Também é preciso registrar, neste panorama da mídia gay brasileira, o aparecimento da primeira publicação lésbica do país, intitulada *ChanacomChana*, em janeiro de 1981, produzida pelo Grupo Lésbico-Feminista, de São Paulo. Posteriormente, entre os anos de 1982 e 1987, o GALF – Grupo Ação Lésbica Feminina, lançou mais doze edições deste mesmo título, no formato de boletim. São ainda marcantes os aparecimentos da revista *Femme* e de *Um Outro Olhar* na década de 1990.

leitores fazendo pressão para que o jornal abandonasse sua postura militante e elitista, as ações judiciais movidas contra os conselheiros e mais a queda nas vendas fizeram com que, primeiro, o *Lampião* cedesse à publicação de reportagens sobre prostituição, travestis, etc., com abordagem “mais quente”, além de fotos de nus masculinos e, em seguida, parasse sua publicação. Seu último número, o 37, saiu em junho de 1981⁷³.

Paralelamente à experiência do *Lampião*, houve o aparecimento de revistas voltadas para a divulgação de pornografia. Com o abrandamento da censura, a partir dos anos de 1980, esta concepção de jornalismo gay adquire espaço e avança até hoje em termos de modernização e profissionalismo de suas técnicas de produção. Neste sentido, pode-se entender a pornografia como uma das marcas distinguíveis da imprensa gay brasileira.

Para além dos inúmeros títulos que compõem o segmento pornográfico, destacam-se as experiências das revistas *Sui Generis*, *Homens* e *GMagazine* como experiências mais recentes e significativas de imprensa gay. Monteiro⁷⁴ descreve a renovação empreendida pela *Sui Generis* nos seguintes termos:

“Começava ali um momento de maior penetração de publicações, antes associadas a um grupo extremamente marginal, num mercado mais amplo e mais visível. Também a proposta editorial da *Sui Generis* favoreceu esse *cross over* para um mercado mais amplo, pois fugia da fórmula mais comum de periódicos gays, que se baseavam quase que exclusivamente no nu masculino, em contos eróticos e em correspondência amorosa/sexual entre os leitores”.

Enquanto orientada por esta ordem de preocupações, a *Sui Generis* destacava os temas de cultura, comportamento e moda. Segundo Monteiro, a eleição destes temas relacionava-se à visão de mundo que orientava seus editores, transposta para a revista. Monteiro afirma que

“Na *Sui Generis*, um dos fatores mais importantes no seu perfil editorial é a sua perspectiva do que significa ser gay, a sua postura com relação ao preconceito, à necessidade de ‘assumir-se gay’, ou de ‘sair do armário’, assim como em relação à dinâmica do desejo homoerótico. A revista é muito mais militante no tocante à auto-estima do que a *Homens*, assumindo uma postura bem

⁷³ Na transição entre as referidas modalidades de jornalismo homossexual apresentadas acima, ocorreu a publicação da *Coluna do Meio*, escrita pelo jornalista Celso Curi. Esta coluna foi publicada diariamente entre fevereiro e maio de 1976, no jornal *Última Hora*, de São Paulo. A coluna incluía comentários sobre personalidades gays nacionais e internacionais, notícias de clubes voltados para gays, além de uma seção de classificados pessoais destinada a aproximar pessoas. A repercussão alcançada pela *Coluna do Meio* terminou por chamar a atenção das autoridades e Curi foi processado com base na lei de imprensa. Assim, como colunista gay pioneiro na grande imprensa, Curi pode ser considerado um renovador no conceito de jornalismo gay no Brasil.

⁷⁴ MONTEIRO, Marko, na fonte virtual acima referida. Este texto também está publicado em SANTOS, Rick e GARCIA, Wilton (orgs.). op. cit., 2002, p. 275-290.

próxima aos movimentos gays norte-americanos de busca de uma identidade unívoca e coesa”⁷⁵.

Neste sentido, o perfil da *Sui Generis* vem ilustrar mais uma concepção de jornalismo que compõe o universo da imprensa gay no Brasil. Esta revista durou até o início de 2000. A SG Press, a editora que a produziu mantém até hoje a revista *Homens*, referida na citação acima, e que segue os códigos mais tradicionais da vertente pornográfica.

A revista *GMagazine* representa a configuração mais recente do que estamos tomando como concepções de jornalismo gay presentes à experiência de imprensa homossexual no Brasil. Podemos tomar dois aspectos como distintivos do referido veículo.

Primeiro, o fato de ser uma revista *moderna* em termos da qualidade editorial que lhe é concedida. Suas páginas primam pela leveza, fotos coloridas e textos curtos e amenos sobre temas que abordam desde comportamento até referências às lutas e às vitórias pela cidadania homossexual. Informação e entretenimento parecem ser as peças de resistência da *GMagazine*. Segundo, o fato de adotar, como estratégia distintiva em relação às demais publicações deste campo midiático, a publicação de fotos de homens famosos nus. Em suas páginas já apareceram ensaios fotográficos com os jogadores Vampeta e Túlio, atores como Alexandre Frota, Mateus Carrieri, além de outros. A *GMagazine* encontra-se no seu nono ano de vida.

Embora a imprensa gay brasileira tenha alcançado o nível editorial da revista *GMagazine* (que a faz distanciar-se das características *marginalizantes* com que são socialmente avaliados os veículos de comunicação homoerótica), os grandes anunciantes parecem reticentes em relação à idéia de colar sua imagem à imagem desta modalidade midiática. Assim, os anunciantes típicos são as empresas (em geral pequenas empresas) que compõem o mercado gay tais como bares, boates, saunas, locadoras de vídeos eróticos e sex-shops. Além desses, também encontram-se anúncios de clínicas de urologia e estética corporal, agências de turismo, advogados, psicólogos, agências de encontro, etc⁷⁶.

⁷⁵ MONTEIRO, Marko. Na fonte virtual acima referida.

⁷⁶ Sobre esta questão da dificuldade de conseguir anunciantes para publicações homossexuais que não sejam de empresas do chamado mercado GLS (gay), chama a atenção o fato de que as edições de julho e agosto de 2004 da *GMagazine* trouxeram anúncios de página dupla do Banco do Brasil. Para demonstrar uma atitude favorável ao comportamento homossexual e a ausência de preconceito em relação a este grupo social, o texto do anúncio publicado na edição de agosto afirmava que “o respeito que vem da aceitação natural e do convívio com a graça das diferenças. O Banco do Brasil trabalha para a inclusão dos sonhos de todos. Os seus

A centralidade que os anúncios representam na sustentação de uma publicação deste tipo (principalmente de grandes empresas multinacionais, com maior capacidade de investimento publicitário) e, ao contrário, o comprometimento que a ausência destes mesmos anúncios representa para sua sobrevivência é reiterada na revista *GMagazine* através da reprodução, no editorial, de um e-mail de leitor comentando a questão. Segundo este editorial, o leitor argumenta que

“Avaliando os anúncios que vemos na *G*, parece que todo gay só pensa em sair à noite, ir a boates, saunas, festas, usar lubrificantes e camisinhas, quando, na verdade não é bem assim. Nós apreciamos todas as coisas e produtos usados por qualquer pessoa (gay ou hétero). Fazemos parte de um mercado consumidor. (...) Não há nada de errado em ir a boates ou saunas. Também não há nada de errado com esses anúncios na revista. Muito pelo contrário, que bom que estão aí. O que causa estranheza é o fato de não haver outro tipo de propaganda na *G*. (...) Sonho com o dia em que poderei ver na *G*, além dos ensaios e dos vários bons artigos sobre homossexualidade, anúncios da cerveja que gosto, do carro que admiro, do meu perfume preferido. Desconheço como funciona o ramo de propaganda e negócios, mas temo que a nossa *GMagazine* acabe tendo que sair de circulação por falta de anunciantes ‘fortes’”⁷⁷.

Assim, um drama fundamental desta revista (tal como deve ter sido o da *Sui Generis*) envolve o faturamento publicitário e deve consistir em depender tanto dos anúncios das grandes empresas estatais e das multinacionais para fazer (oferecer) um produto editorial de qualidade e não ter estes anúncios. E o reconhecimento deste drama deve ajudar também a entender os jornais feitos por empresas e distribuídos gratuitamente, bem como suas estratégias de sobrevivência.

Estes jornais compõem mais um segmento significativo dentro do segmento mais amplo da imprensa gay brasileira. Os exemplos mais expressivos desta modalidade jornalística no Brasil são os jornais *Abalo* (de São Paulo) e *Grito G* (da cidade de Niterói – RJ). A estratégia mercadológica que torna possível a sustentação destes veículos contempla a publicação de anúncios do mercado GLS (anúncios declarados ou dissimulados) e a edição isenta de quaisquer materiais jornalístico ou de entretenimento (jornalistas,

valores são os nossos valores”. A surpresa causada por essa iniciativa do Banco do Brasil provocou o seguinte comentário de Ana Fadigas, a diretora e editora da Fractal Edições, que publica a revista, no editorial da mesma edição de agosto: “Mas a nossa perseverança e a qualidade de nossos profissionais, aliadas ao vanguardismo de novas e competentes cabeças do mercado anunciante, nos trouxeram um anúncio de página dupla do Banco do Brasil abrindo a edição de julho, e essa de agosto! Eu estava de férias e, quando cheguei e vi a edição de julho – pois fizeram segredo até eu voltar – quase chorei. Levei uns dias para perguntar quanto pagaram a página, tal era minha alegria por tê-los na minha, na nossa *G*!”. O entusiasmo de Fadigas repetiu-se em carta de leitor publicada na mesma edição e em artigo do colunista João Silvério Trevisan.

⁷⁷ Cf. **Cadê os anunciantes da Veja? Eles têm medo do quê?**, *Revista GMagazine*, n. 67, abril de 2003, Editorial, p. 4.

fotógrafos, fotos, etc.) que envolvam custo financeiro significativo. Este esquema de produção envolve uma minimização dos custos de produção editorial e gráfica e uma maximização das condições financeiras que garantem a continuidade dos projetos.

Esta combinação de anúncios em profusão e a edição com materiais cuja produção não envolva investimento financeiro significativo resulta num produto que guarda certas especificidades dentro da mídia gay brasileira. Dentre estas especificidades pode-se destacar a ampla concessão aos segmentos de travestis, transformistas, drag queens, etc. Assim, por suas características editoriais, o *Abalo* e o *Grito G* podem ser compreendidos como *jornais de travestis* e que expressam o ponto de vista deste segmento sobre os desafios e as conquistas da homossexualidade no Brasil.

Estes jornais retomam a tradição do jornalismo homossexual pioneiro tal como descrito acima. Certamente, os jornais pioneiros expressavam um contexto sociocultural em que a homossexualidade (ou sua expressão travesti) se manifestava dentro dos apartamentos das grandes cidades como *festas de amigos*. O *Abalo* e o *Grito G* indicam que hoje ela se manifesta principalmente nas casas noturnas através de uma atividade profissional específica, através de concursos de beleza e ainda pela manifestação de posturas indignadas e reativas contra a homofobia e em favor da organização e da mobilização política.

Na medida em que são produzidos em larga medida pelos próprios travestis e os elege como personagens principais das colunas e notícias, estes jornais parecem representar a expressão midiática mais legítima desta nova sensibilidade homossexual.

O conteúdo mais propriamente “jornalístico” (não publicitário) do *Grito G* é composto basicamente por colunas sociais. Há colunas provenientes do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Pernambuco. Geralmente, os colunistas são artistas transformistas ou *drag queens* que assinam o trabalho com o nome da *persona* feminina que inventaram para atuar artisticamente. O caráter tradicional imprimido a estas colunas pode ser inferido pela recorrência às notas de fofocas, pela publicação de fotos de celebridades homossexuais ou não, de modelos masculinos em poses sensuais, de deputados aliados na luta contra a homofobia e de “amigos” do colunista em momentos de descontração (festas, confraternizações, etc) e ainda pela listagem dos aniversariantes do mês.

Há uma significativa presença de *streepers*, de travestis, transformistas e *drag queens* como personagens colunáveis⁷⁸. E as notas e legendas das fotos sempre se referem às virtudes (físicas, intelectuais, artísticas ou morais) e conquistas pessoais, materiais ou simbólicas alcançadas por esses personagens. Virtudes e conquistas que fortalecem pessoal, social e moralmente seus portadores e ainda valorizam positivamente a imagem dos homossexuais na sociedade mais ampla. Certamente, o tom emprestado aos textos é sempre de reconhecimento das virtudes referidas.

As matérias jornalísticas adicionais tratam das organizações de direitos humanos, de seus dirigentes e das atividades que desenvolvem, de personalidades da cena homossexual brasileira (*hostess* de casas noturnas, travestis premiados em concursos de miss, etc.) e das casas noturnas voltadas para o entretenimento deste público específico⁷⁹.

O *Abalo* apresenta maior diversidade editorial. Em suas páginas podem ser encontradas reportagens, contos, entrevistas com travestis, transformistas ou *drag queens*, *promoters* de festas dirigidas para o público homossexual e personalidades do mundo jurídico sensíveis às lutas por direitos civis, além de colunas que (para além do *glamour* característico do ambiente das travestis) comentam as temporadas teatral e cinematográfica, expressam inquietações relacionadas ao mercado de trabalho nas boates, denunciam e deploram as posturas homofóbicas e refletem sobre a política homossexual (as paradas são sempre valorizadas como meio de expressão cultural e política homossexual).

Na medida em que o conteúdo editorial sustenta-se basicamente em colunas sociais e serviços, pode-se dizer que estes jornais atualizam o modelo dos pioneiros. As estruturas jornalísticas se mantêm. Sua novidade consiste em, com recursos editoriais e gráficos

⁷⁸ O *Grito G* inclui ainda a coluna *NaveGay pel@ Net* voltada para a divulgação de dicas sobre gerenciamento do computador.

⁷⁹ A edição n. 108, de 2005, do *Grito G* destaca o aniversário de dez anos do jornal. O editorial, intitulado *10 anos presente na vida gay*, afirma que “decididamente, não é fácil. Manter um periódico mensal, com os altos custos gráficos e de distribuição, só por amor à causa. Quando nasceu, em 1995, o jornal ‘O grito de alerta’ encontrou um cenário completamente diferente. Os grandes movimentos em prol da emancipação homossexual começavam a sair das reuniões e ganhar as ruas. (...) Crescemos junto com as paradas GLBT, um dos maiores e mais globalizados movimentos cívicos do mundo, hoje disseminados por grandes e pequenas cidades. Somos testemunhas de grandes conquistas, como a união civil entre pessoas do mesmo sexo, que paulatinamente vem se regulamentando aqui e acolá, assim como testemunhamos fatos trágicos: os crimes de intolerância sexual e as forças que tentam de todo modo impedir o avanço de quem simplesmente quer viver como é. (...) Parabéns **Grito G**. Que nossas páginas sinalizem grandes e proveitosas vitórias”. Estas afirmações são indicativas de que os editores reconhecem que, embora o jornal não apresente as características próprias da imprensa homossexual política tradicional, deve também ser reconhecido como arma na luta política contra a homofobia e pela emancipação homossexual.

atualizados, mostrar uma cultura homossexual de travestis que rompeu o gueto dos apartamentos dos *amigos* e se profissionalizou como *hostess* e apresentadores de shows de *streak-tease*, humor e mímica nas casas noturnas especializadas. Assim, lançando mão dos recursos gráficos disponíveis a baixo custo financeiro, expressam a maior liberdade individual da atualidade e ainda imprimem a marca da indignação em relação à homofobia e da consciência de direitos.

Assim, do ponto de vista estrito da produção editorial e gráfica, é possível reconhecer que a diferença básica entre esses jornais e a *GMagazine* reside de que, enquanto os primeiros se pautam pela economia de recursos, aquela revista busca se apresentar como um produto pautado pelo bom gosto e pelo luxo editorial e gráfico.

Certamente, como mídia impressa proveniente do mercado e pautada no modelo das publicações congêneres mais prestigiadas internacionalmente, a *GMagazine* tem como base de sustentação decisiva a venda de espaço publicitário. No entanto, sem um faturamento arrojado e capaz de amparar o investimento financeiro que tal escolha requer, a revista se vê limitada em suas ambições editoriais e forçada a apresentar, para o(a) leitor(a), um produto final relativamente caro.

Neste inventário, pode-se argumentar que jornais como *A Colméia* e o *Somos Notícia* são congêneres do *Jornal do Nuances*. As principais características congregadoras destas práticas midiáticas é o fato de terem sido concebidas por organizações não governamentais voltadas para a luta pelos direitos humanos da população GLBTT e de estarem associados à difusão das políticas desenvolvidas por estas organizações. Neste sentido, estes jornais podem ser compreendidos como um dentre os diversos projetos desenvolvidos institucionalmente a partir do apoio da (ou da parceria com) a Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde. Para além destas características básicas, cabe reconhecer que sua produção é viabilizada através de financiamento público e sua distribuição é gratuita. Sua viabilidade, sua permanência e sua periodicidade estão sempre condicionadas às contingências das políticas públicas da área de saúde.

A Colméia apresenta-se como um “boletim informativo do Movimento do Espírito Lilás - MEL”. O MEL é uma ONG sediada na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. O *Somos Notícia* é uma publicação do grupo Somos – Comunicação, Saúde e Sexualidade, da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Além de armas na luta em favor dos direitos

humanos dos homossexuais, de combate à homofobia, estes jornais também funcionam como vitrines (ou mostruários) das organizações que os produzem. Através de suas páginas, estas organizações expressam/difundem entre as demais organizações do movimento homossexual, as demais organizações da sociedade civil, a sociedade mais ampla e o Estado, sua identidade institucional e política e os projetos que desenvolvem. Os jornais são meios para a construção social da imagem de suas organizações.

Conforme visto na revisão bibliográfica, a literatura acadêmica brasileira sobre a mídia gay brasileira ainda é pequena. No entanto, seu exame permite concluir que, historicamente, a produção, a circulação (comercialização) e o consumo de veículos de comunicação voltados para os homossexuais foram sempre marcadas por dificuldades de ordem variada. Jornais pioneiros dos anos de 1950 tais como *O Snob* eram feitos de modo artesanal. E, para escapar de perseguição pela polícia e ainda da homofobia nos ambientes familiar e profissional, seus editores assinavam artigos com pseudônimos, e sua distribuição era restrita aos círculos de amigos.

Nos anos de 1970, os constrangimentos eram agravados pela ação da ditadura militar e da censura aos meios de comunicação. Assim, o jornalista Celso Curi foi processado por “atentado ao pudor” em virtude da publicação da *Coluna do Meio* no jornal *Última Hora*, de São Paulo. Do mesmo modo, o governo acusou o *Lampião da Esquina* de ofensa à moralidade pública.

Nesta mesma conjuntura opressiva em relação às liberdades políticas e na área dos costumes, a emergência de revistas dedicadas ao fisiculturismo dissimulavam o interesse pela divulgação de fotos que exibiam a nudez masculina. É possível afirmar que, para muitos editores e leitores, estas revistas funcionavam numa estratégia de dissimulação.

Todos esses constrangimentos convergem para as dificuldades na emergência de uma imprensa abertamente gay do Brasil. Quando, finalmente, nas décadas de 1990 e 2000 (com as liberdades democráticas conquistadas e com o avanço social e cultural de práticas homossexuais), esta modalidade de imprensa encontra um clima político e cultural favorável a sua emergência, vê-se frente à ausência de anunciantes que garantam sua produção e comercialização por preços compatíveis. Este fato é indicativo do preconceito e da discriminação do mercado publicitário em relação às publicações gays e marcou (ou

contribuiu para) o fechamento da revista *Sui Generis* e parece representar a dificuldade básica para manutenção da revista *GMagazine*.

Este inventário de adversidades pode ser complementado com as referências à reiteração promovida pelas bancas de revista da pecha marginalizante atribuída às publicações destinadas ao público homossexual. O caso da revista *Sui Generis* que, ainda que não se pautasse pela pornografia, era agrupada nesta rubrica, pode ser tomado como um indício da postura homofóbica que marginaliza o comportamento gay.

Embora não tenha pretendido apresentar uma descrição exaustiva do desenvolvimento e da experiência da imprensa homossexual brasileira, este exame permite reconhecer que se trata de uma imprensa dirigida num duplo sentido. Primeiro no sentido de que é uma imprensa dirigida a um certo público específico em suas características socioculturais e em sua história. Segundo no sentido de que é uma imprensa igualmente dirigida por esse mesmo público.

Qualquer esforço de compreensão das qualidades desta modalidade midiática não pode perder de vista a característica de minoria sexual discriminada de seu público consumidor. E não pode perder de vista o fato de que, entre os indivíduos atingidos pela homofobia, os modos como se representa, convive e/ou reage às suas manifestações, gera subjetividades complexas, com perspectivas e necessidades individuais e coletivas diversas. Esta revisão permite reconhecer que, para que essa imprensa alcance as pessoas identificadas como pertencentes a esta minoria, é preciso reconhecer as inquietações presentes na vivência homossexual. Não é possível (ou não faz sentido) imaginar uma identidade homossexual fixa para, a partir do inventário de suas características essenciais (os atributos culturais que formariam a base de sua identidade coletiva, sua verdade) tomá-la como referente para a feitura de um jornal ou uma revista destinada a esse público.

Esta impossibilidade favorece a emergência de uma imprensa que vem adquirindo uma multiplicidade de faces. Desde os anos de 1950, muitos jornais e muitas revistas vêm surgindo e apresentando uma variedade de concepções de homossexualidade e de imprensa gay. Estas publicações tentam alcançar as mudanças e os desdobramentos na sensibilidade homossexual. O interesse parece ser sempre o de registrar as novas modalidades de afirmação homossexual, discutir os desafios que se apresentam e apontar/sugerir novas direções para a permanente construção da homossexualidade.

Assim, têm-se publicações mais voltadas para os aspectos lúdicos e/ou eróticos e têm-se publicações mais voltadas para a luta política pela emancipação homossexual. E têm-se publicações que tentam dosar essas duas dimensões. E almejam conscientizar, mobilizar em torno de bandeiras políticas, provocar, levantar a auto-estima, derrotar os sentimentos de culpa, apontar/denunciar os atos isolados ou coletivos, pessoais ou impessoais (institucionais) de homofobia, mas também para não cansar, para entreter o(a) leitor(a). O desafio parece ser encontrar o tom que dose tudo o que é possível em termos de discursos sobre e para as homossexualidades e torne o jornal ou a revista interessantes para o(a) leitor(a). Que o(a) leitor(a) tome este jornal ou revista como companheiro, guia e ferramenta.

Então, trata-se de uma imprensa que guarda toda a diversidade e tensões que expressam mesmo a experiência das homossexualidades no mundo e no Brasil contemporâneos. Tensões, contradições e conflitos. Para reunir/agregar, criar o sentimento de comunidade, fortalecer o indivíduo e o grupo, informar, prestar serviços, etc. É uma imprensa que precisa o tempo todo estar à frente, abrindo e mostrando caminhos e, ao mesmo tempo, acompanhando, tomando o pulso e dizendo o que se pede, ofertando o que se pede, o alimento simbólico da experiência homossexual.

CAPÍTULO III

O JORNAL DO NUANCES – CARACTERÍSTICAS GERAIS

A análise de um jornal requer uma descrição de suas características gerais. Esta descrição será apresentada em três partes. Em primeiro lugar, apresentaremos a atividade comunicacional mais ampla promovida pelo grupo *Nuances*, de que o jornal é uma expressão dentre outras. Em segundo lugar, descreveremos as estruturas jornalísticas do próprio jornal. Faremos uma explanação sobre sua configuração em termos de gêneros textuais prevalentes, editoriais, funções da capa, o papel da fotografia e dos desenhos, as colunas, etc. E, em terceiro lugar, faremos uma apresentação das posições que o jornal sustenta a respeito de si mesmo. Neste item, nossa principal preocupação será demonstrar, através de matérias editadas, que o jornal fala sempre a respeito de si mesmo e, portanto, possibilita perceber que mantém uma visão clara a respeito do seu significado para o grupo que o produz.

a) A comunicação *nuanceira*

O *Jornal do Nuances* não é uma manifestação comunicacional isolada dentro do grupo *Nuances*. A atividade de comunicação do grupo é intensa e variada. Inclui desde a edição de livros, até a produção de revistas, cartilhas, suportes para preservativos com texto explicativo sobre prevenção de DST's, bolachas (suportes para copos de cerveja), cartilhas e folhetos informativos sobre direitos humanos e divulgação de eventos, guia gay e lésbico da cidade de Porto Alegre, boletins, documentos de projetos, calendários, flâmulas, um site e ainda uma mala direta pela internet. Assim, parece haver uma política de comunicação *nuanceira*.

A política comunicacional do grupo abrange ainda a publicação de livros. O livro *Homossexualidades, cultura e política*, editado em 2002, é uma coletânea de ensaios escritos por especialistas das áreas do direito, da antropologia, da literatura, além de ativistas do próprio grupo. No texto da apresentação, os organizadores informam que os ensaios são frutos do seminário com o mesmo nome, ocorrido na Semana da Parada Livre de 2001 na Casa de Cultura Mário Quintana, em Porto Alegre. O livro *A justiça e os*

direitos de gays e lésbicas – jurisprudência comentada, editado em 2003, é também uma coletânea de ensaios jurídicos organizados a partir dos seguintes temas: *a igualdade de todos os cidadãos e orientação sexual, a igualdade de tratamento no bem-estar social, a igualdade de tratamento nas relações de trabalho e a igualdade de tratamento nas relações de família.*



Fig 2 - Capa de revista publicada para divulgação no Fórum Social Mundial de 2005

b) As estruturas jornalísticas do *Jornal do Nuances*

Neste item, nosso objetivo é descrever as estruturas jornalísticas do *Jornal do Nuances*. Nosso percurso deve obedecer a duas ordens de problemáticas. Primeiro, é preciso identificar os tipos principais de matérias redacionais presentes no referido veículo. Em seguida, tentaremos descrever seus elementos gráficos e visuais⁸⁰.

Para uma compreensão adequada das estruturas jornalísticas *nuanceiras*, julgamos necessário adiantar algumas características mais gerais do jornal. A primeira (provavelmente fundamental para que se compreenda o *Jornal do Nuances*) é o fato de se tratar de *um jornal militante, feito por militantes e destinado a sensibilizar os(as) leitores(as) para a causa dessa militância*. Todos os aspectos do jornal funcionam (estão subordinados) ao interesse de difundir a visão *nuanceira* a respeito dos direitos humanos (da cidadania) dos homossexuais. Portanto, talvez seja possível ter em vista que outras tantas dimensões inerentes ao empreendimento (e portanto passíveis de serem tomadas como critério para exame do produto final, tal como a dimensão jornalística), parecem ser secundárias no seu processo de produção. Assim, não levar em conta esta característica é temerário quando se tem como objetivo estudar/compreender o jornal.

Outra característica é a *afinidade ideológica* com o *Lampião da Esquina*, a vontade de continuá-lo. Há, certamente, diferenças marcantes entre os dois jornais. A primeira reside na configuração institucional que cada um assume.

A segunda diferença reside no fato de esses jornais emergirem em diferentes conjunturas políticas, sociais e culturais. Cada um surge em momentos bem específicos do movimento homossexual no mundo e no Brasil e se presta a responder desafios bem específicos de cada um desses momentos. Além disso, deve-se considerar que o primeiro aparece antes do advento da epidemia da aids e o segundo traz (e é permeado por) muitas das conseqüências políticas e culturais provocadas por esta epidemia. Assim, deve-se levar em conta o fato de que, embora o *Jornal do Nuances* se mostre em linha de continuidade ao projeto geral proposto pelo *Lampião*, estes jornais respondem a desafios políticos e culturais bastante diferenciados.

⁸⁰ Esta exposição inspira-se no estudo feito por Braga (1991) sobre o jornal *O Pasquim*.

LAMPIÃO
Jornal LAMPIÃO DA ESQUINA, Ano 1 nº6, Rio de Janeiro, Novembro de 1978 • Leitura para maiores de 18 anos

HISTÓRIA

Trazemos uma edição muito antiga do **Lampião da Esquina**, quando o jornal mais viado do Brasil estava ainda no seu **Ano 1**. A Bixórdia, naqueles anos militares da década de 70, vivia dentro de um armário gigante, silenciosa. Mas nem por isso escapava da violência. O **Lampião**, nesta sua 6ª Edição, em novembro de 1978, tentava arrombar o armário e denunciar o tratamento destinado aos homossexuais

na mídia, polícia e família: se os gueis eram vítimas de assassinatos e outros crimes, a mídia ficava muda, a polícia relaxava e a família pressionava pelo silêncio. Se a bicha era a autora do delito, a primeira gritava, a segunda era eficiente e a sociedade pedia proteção. Ruim, hein??

Nos jornais, um eterno suspeito: o homossexual

Numa recente série de reportagens em torno de crimes praticados por homossexuais, o jornal paulista Notícias Populares dá entender que a polícia estaria sendo negligente quanto à perseguição dos criminosos. Isto é, ao denunciar o que seria uma omissão das autoridades, o jornal pretende cobrar uma atitude (ou no mínimo, uma posição), senão das próprias autoridades, do povo em geral. Como quem diz: já que a polícia não toma providências...

Este pretenso "papel fiscalizador" é apenas um dos aspectos (talvez o mais grave) que configuram uma verdadeira "campanha" anti-homossexual por parte da imprensa marrom. Mesmo que tal "campanha" não seja uma cruzada moralista consciente e não passe de uma fábrica de manchetes vendáveis, ela é real na medida em que produz seus reflexos sobre determinada faixa da opinião pública.

Temos aqui dois tipos de acusação: uma generalizada, que reveste o próprio termo "homossexual" em toda notícia veiculada por essa imprensa: como se estivesse implícita a aceção de "culpado" ou pelo menos, "suspeito". E, outra, específica, reclamando a ação das autoridades, que não estaria sendo suficientemente repressiva.

A segunda acusação é mais sutil. Pode ser até que estejamos dimensionando exageradamente seu alcance e suas consequências. Mas ela suscita uma indagação inquietante: se a imprensa marrom veicula uma mentalidade discriminatória, será que as autoridades não participam dessa ideologia? Por outras palavras, seria a polícia mais "severa" quando o homossexual é o acusado e mais "tolerante" quando se trata da vítima? Ou, ao contrário, ela faz vista grossa às queixas contra homossexuais, como insinua a reportagem?

"A polícia é isenta, pelo menos em São Paulo". Esta é a opinião de Percival de Souza, um dos mais conceituados repórteres policiais paulistas (atualmente no jornal da Tarde, do "Estado"). Percival refere-se aos distritos policiais de maneira geral e, em particular, à Divisão de Crimes contra a Pessoa (antiga Delegacia de Homicídios) do DEIC (Departamento Estadual de Investigações Criminais). Diz ele que, dos seis homicídios diários que ocorrem em São Paulo, 45% são casos insolúveis. A preocupação do setor é científica: solucionar o maior número desses casos e não caberia qualquer tipo de prevenção ou omissão naqueles em que há homossexuais envolvidos, sejam eles acusados ou vítimas.

Na edição de segunda-feira, 11 de setembro, a Folha de São Paulo publicou matéria assinada por Ari Moraes, da reportagem policial, a propósito de homicídios em que a vítima é homossexual. Ari também cita como fonte a Divisão de Homicídios como é conhecida a DCCR, já que só os homicídios dão pano pra manga. No artigo, Ari expõe as alegações dos policiais daquele setor, dizendo que os assassinatos dos homossexuais são geralmente insolúveis, porque "tudo concorre para dificultar as investigações. Não só a vida das vítimas é irregular, contando em suas relações com dezenas de amigos que preferem ficar no anonimato, como elas próprias, comumente, sempre mantiveram segredos a respeito dos seus hábitos". Um dos investigadores, entrevistado, relata vários casos "iguais", isto é, as circunstâncias parecem levar ao mesmo beco sem saída a "dupla identidade" da vítima e o "mistério" em torno das suas relações: "Marginalizado explica o policial,

o homossexual esconde-se da opinião pública e vive uma vida onde tenta imitar o dia-a-dia do homem comum. Trabalha em lojas e em empresas diversas e só à noite procura amigos e tem aquilo que se pode chamar de vida privada. Alguns procuram companhia ao acaso, nas ruas, já que nas grandes cidades as pessoas não precisam se conhecer para passarem algumas horas juntas, bebendo e discutindo sobre um assunto de interesse em comum. Esse tipo de relacionamento pode significar morte, conclui o policial: há jovens desocupados, que vivem unicamente explorando e roubando homossexuais".

Assim como Percival de Souza, Ari foi contactado por LAMPIÃO e consultado sobre o problema. Ari esclarece que fez a matéria por curiosidade, ao constatar que havia vários casos sem solução. E sua opinião coincide com a de Percival: os investigadores da Divisão de Homicídios são íntegros, e para eles só interessa determinar se o indivíduo era homossexual porque nesses casos o relacionamento pessoal da vítima é "misterioso" e isso vai influir na orientação das investigações. E o repórter da Folha calcula que em 90% de tais homicídios o homossexual é vítima. O contrário construiria vários casos de crime passionais onde o homossexual chega a matar.

Por que, então, a repressão? Ari não acredita que haja uma repressão discriminada. E fecha com Percival de Souza, segundo o qual as eventuais repressões diretas da parte da polícia contra homossexuais são resultado das pressões sociais que ela própria recebe ("repressões", na aceção da palavra): se moradores ou comerciantes de determinadas áreas começam a dirigir queixas e abaixo-assinados contra as "bichas" ou as "putas de rua", a polícia se vê na obrigação de agir. E se o faz, alguém sempre se julgará prejudicado. Conta Percival, que o ex-secretário de Segurança Pública de São Paulo, Coronel Erasmo Dias (atualmente candidato a deputado federal pela Arena) recebeu certa vez uma carta de um advogado acusando-o de "protetor dos homossexuais", apenas porque uma batida policial contra as prostitutas da "Boca" havia poupado as bichas da área.

E as violências policiais? Seriam elas puramente arbitrárias e acidentais? Percival acredita que sim, e que elas são indiscriminadas, isto é, não existe nenhuma ação organizada especificamente contra homossexuais: o que existe é o clima de chacota, o preconceito generalizado. Em última análise, as autoridades não seriam coniventes, mesmo no caso de crimes praticados contra homossexuais. Ocorre que também esses podem ser arquivados como insolúveis, o que geralmente acontece. Como no caso do "caçador de homossexuais" que, há mais ou menos sete anos, fez no mínimo quatro vítimas na área da Praça da República, onde circulava com a Mercedes.

Ambos os repórteres foram ouvidos, ainda, a propósito do caso de Delmiro Gonçalves, idade superior aos 40, redator de arte do jornal O Estado de São Paulo (colaborava no Suplemento Literário e no Suplemento Feminino), ex-ator amador encontrado morto, quatro anos atrás no seu apartamento na Rua Maria Paula, no centro da cidade, onde morava só. Delmiro, cuja compleição era pouco robusta, recebera golpes na cabeça, estava amordaçado e asfixiado, ou fora estrangulado. Teria havido roubo, mas nada de vulto: o assassino levava algum dinheiro, talvez objetos pessoais, e roupas, que trocara pelas

suas, velhas e rasgadas, deixadas no local. Quadros de valor e objetos de arte não foram tocados. Em suma: um "pê-de-chinelo", encontrado na rua e levado para casa. De concreto apenas esse fato: Delmiro era homossexual e variava constantemente de parceiros (de preferência negros, que procurava em fliperamas segundo uma versão). Consta ainda que ele não admitia sua homossexualidade no círculo profissional. Levava aquela vida dissimulada de que fala Ari Moraes em sua matéria. Além disso ou em consequência disso bebia muito (embebedava-se após o expediente diário) e, na rua, apanhava quem encontrasse. A lista de "suspeitos", portanto era interminável. Por outro lado, quem eram seus amigos? Aqueles da mesma faixa de idade, posição social e situação profissional? Esses nada sabiam da vida particular de Delmiro ou, se sabiam, preferiram não se envolver. Até aqui, o caso se confunde com muitos outros pertencentes ao cotidiano das grandes cidades. Mas ele é significativo por dois detalhes: 1) a polícia empenhou-se em desvendar o crime, segundo Percival de Souza, com especial atenção, mas por falta de provas e pistas, foi ele arquivado como insolúvel. 2) o caso não transpirou pela imprensa e permaneceu abafado.

Quanto à ação da polícia que inclusive compareceu a redação do jornal, onde tratou o assunto com o maior respeito e cuidado nada a acrescentar. Quanto ao sigilo em torno do fato, Percival atribui a solidariedade dos colegas, em consideração à memória da vítima a mesma solidariedade que faria todos os jornalistas estrilarem se o caso fosse semelhante ao de Vlado Herzog. E, por analogia, aquela solidariedade, de classe pela qual os médicos ou os policiais acobertam os crimes de seus colegas.

O caso em si é típico. Diante de situações semelhantes, a pergunta: "por que alguns casos são abafados e os outros noticiados com sensacionalismo?" Encontra sua resposta nas palavras de Ari Moraes: quando há pressões familiares, ou tráfico de influências, o caso é abafado. Se a vítima pertence à classe média para baixa e não há interesse de terceiros em jogo...vira "pratinho" da imprensa. E quanto a esta, Ari faz a devida distinção: a "popularesca", que tem interesse em destacar a homossexualidade de vítimas ou autores, não por discriminação, mas porque explora tudo que seja atrativo à curiosidade de seu público. E imprensa "sóbria", cujos profissionais se pautam por uma "ética" diferente e acabam, inclusive, no que Ari chama de "preconceito às avessas", omitem sistematicamente as referências à "qualificação" do sujeito, seja ele "ladroão", "traficante", "assassino" ou... homossexual" como se o problema se restringisse ao fato de se ocultar ou denunciar a homossexualidade em si mesma. Tanto é que, em sua maneira, Ari, mencionava os nomes das vítimas e o jornal só publicou as iniciais.

Seja como for, o caso de Delmiro torna-se um termômetro. Trata-se da antítese do que aconteceria normalmente, pois foi preservado do escândalo-de-rotina que fatalmente o cercaria se caísse no domínio da imprensa marrom. De forma que, face à "insolubilidade" dos casos, ficamos sempre no círculo vicioso consequências gerando consequências e, se não isolamos as causas, é porque estas são inerentes à estrutura obsoleta da sociedade.

(Glauco Matoso)

Fig. 3 - Página reproduzida do jornal *Lampião da Esquina* na edição número 29, de agosto de 2004, do *Jornal do Nuances*

O resgate do *Lampião* pelo *Jornal do Nuances* ocorre, principalmente, pela decisão de, desde o primeiro número, destinar a página 5 para a reprodução de uma matéria publicada pelo jornal carioca. O enfoque do texto destinado a apresentar a matéria escolhida para cada edição privilegia o aspecto pedagógico (ensinar os[as] jovens homossexuais sobre o que foi o *Lampião*) e, ao mesmo, o aspecto do resgate histórico e da homenagem. As páginas 5 das diferentes edições abrem com os títulos de *Memória e História*.

Outra característica é o fato de o *Jornal do Nuances* não ser um jornal produzido por jornalistas. Trata-se de realização que envolve os militantes do próprio grupo *Nuances* e colaboradores, intelectuais ou não. Não se tem aqui a articulação clássica na imprensa alternativa, apontada por Bernardo Kucinski⁸¹, entre jornalistas, intelectuais e militantes. Até o número 5, o Expediente traz a indicação da função “reportagens” e a atribui a uma pessoa cujo nome aparece acompanhado de registro profissional⁸². Assim, o mais comum é o jornal apresentar, no Expediente, os nomes dos coordenadores do grupo e do jornal e os nomes dos colaboradores em cada edição.

Agora podemos ir às características gerais do texto *nuanceiro*⁸³.

Como se trata de um jornal com periodicidade irregular, o *Jornal do Nuances* não se sustenta em notícias. Seu forte são as reportagens, as entrevistas, as notas e os artigos de

⁸¹ Cf. KUCINSKI, Bernardo, 1991.

⁸² Em entrevista para esta pesquisa, esta jornalista afirmou que “uma preocupação muito grande que eu tive... E aí sim, como jornalista. Eu tinha o objetivo único e exclusivo de tornar esse texto aberto para o grande público e não fechado apenas para os militantes. O meu objetivo, quando eu comecei a fazer o jornal, era fazer com que ele fosse lido não só pela militância. A militância sabe o que ela quer. A militância sabe onde buscar seus direitos. A gente tem que pensar em fazer com que as pessoas, os pais, as mães, os primos, os colegas de trabalho, as pessoas que, por ventura, possam ter qualquer tipo de desconfiança ou preconceito... Que as pessoas vejam, que as pessoas leiam, que as pessoas se interessem em tentar saber”. No nosso ponto de vista, esta citação expressa uma das possibilidades de relacionamento entre as lógicas profissional e militante na concepção e no processo de produção de um jornal destinado a difundir os interesses políticos e institucionais de uma ONG voltada para a defesa dos direitos humanos da população GLBTT.

⁸³ Os dados para esta caracterização foram obtidos através do exame de cada página de cada um dos jornais à nossa disposição. Também fizemos uma escrita descritiva e sistematizadora deste exame. Buscava-se respostas para as seguintes questões: a página representa uma editoria? Quais os temas destacados em cada página? Como ocorre o destaque? Quais os conteúdos complementares? Qual o ‘manual de redação e estilo’ seguido pelo jornal? Ou o jornal subverte tudo o que está dito nos manuais da grande imprensa? Como? Por que? Como os textos podem ser classificados? Tem desenhos? De que tipo? Tem fotos? De que tipo? Como os títulos são feitos? Que demais elementos compõem a diagramação de cada página? Enfim, a pergunta era: o que é o conteúdo de cada página? Esta “descrição” resultou num volume considerável de informações sobre o jornal.

opinião⁸⁴. Certamente, os temas dizem respeito às homossexualidades. A partir desse *grande tema*, vários são os enfoques a partir dos quais se trabalha. Geralmente, como se fossem editorias organizadas, aparecem páginas destinadas a focar os direitos humanos, história/memória, o movimento homossexual, a cultura, a saúde/hiv/aids/prevenção, o comportamento, a sociabilidade, além da página de opinião. Estes são nomes através dos quais muitas páginas são identificadas.

Um dos enfoques privilegiados é a atuação do próprio *Nuances*, os projetos que o grupo desenvolve em favor da prevenção às DST's, da auto-estima e dos direitos humanos dos homossexuais. São também destacadas as atividades em favor da prevenção e ao tratamento de DST's desenvolvidas por outras "ong's" e pela prefeitura do município de Porto Alegre ou do estado do Rio Grande do Sul. O jornal abre espaço ainda para a publicação de artigos de lideranças feministas.

No entanto, talvez pela falta de um jornalista profissional à frente do empreendimento, os nomes concedidos a cada página variam muito ou aparecem apenas uma vez. No jornal, a inconstância na proposição desses nomes pode desencorajar qualquer interesse em denominar cada uma das editorias, no sentido conferido a este termo pela grande imprensa.

Há um número considerável de faltas, quando consideradas as regras de produção de jornais pela grande imprensa. Esta constatação permite supor uma atitude consciente, política, por parte dos ativistas/editores, de rejeição/negação destas regras. Este "descaso" pode ser percebido como expressão de uma decisão interna de negar/rejeitar a grande imprensa, seus processos de produção de notícia e a hegemonia que exerce na difusão de informação.

Assim, em meio à inconstância editorial do *Jornal do Nuances*, encontram-se textos classificáveis como editoriais, artigos de autor, reportagens, entrevistas, notas, coluna social e cartas do leitor. Parece que, num resgate da experiência do *Pasquim*, em suas edições iniciais (mais exatamente até a edição número 5), o *Jornal do Nuances* trazia frases-lemas encabeçando suas páginas. As frases-lemas encontradas são "Não queremos ser normais",

⁸⁴ No *Jornal do Nuances*, as notas trazem uma marca informativa determinante. Porém, em decorrência da irregularidade da periodicidade do jornal, uma nota pode conter uma informação a respeito de um acontecimento ocorrido dois ou três meses antes da edição em que está publicada.

“Não seja refém da ignorância”, “Não tenha medo do seu prazer”, “28 de junho tem Gay Pride” e “Você não está sozinho”.

editorial Começamos esta edição pelo início: BOM ANO DE 2003, AMIGAS!!! Sim, pois além da Coluna Social mais badalada da Cidade Baixa, acrescentamos mais fotinhos, na página 10, por conta desse lançamento, oportuno, da campanha de visibilidade e auto-estima das lésbicas gaúchas.

Durante a XI Semana da Consciência Negra entrevistamos o militante Toninho, do Movimento Negro Unificado. Tá na página 3. Aquela página do Lampião de Esquina, não se assustem, pois está um pouco diferente... Tudo por causa da Madame Satã, essa bicha poderosa, furiosa, abusada e ordinária, que ainda está dando close, agora nas telas grandes. O Jornal O Grito, do Rio de Janeiro, fez uma matéria bem bacaninha. Página 5.

E nós, que arrasamos estampadas nas páginas da revista G Magazine de outubro, reproduzimos a entrevista que fizemos com o Desembargador Rui Portanova, do nosso Tribunal de Justiça. O voto dele cria poderosa jurisprudência, porquanto entende a relação homossexual como união estável. Páginas centrais.

Finalmente, mas nem por isso menos importante, o ano terminou com mais uma vitória, do nuances e de toda a população gaúcha, homo e hétero. O Projeto de Lei 185 foi aprovado na Assembléia Legislativa do RS e sancionada pelo Governador! Quer saber mais?? Confira na página 11 e tem o fone 3286 3325, do nuances.

Beijins.

OPINIÃO:

Carta Aberta do nuances

O **nuances**, grupo pela livre expressão sexual vem manifestar sua indignação frente ao evento denominado Projeto de Capacitação SOMOS, desenvolvido pela Associação Brasileira de Gays Lésbicas e Travestis, ABGLT e financiado pela Coordenação Nacional de DST/Aids, acontecido nos dias 13 a 17 de novembro, em Porto Alegre.

Tal projeto é coordenado pelo **grupo Dignidade**, de Curitiba, sendo dado que o nuances nunca teve interesse em dele participar, dada a diversidade de posturas e concepções políticas defendidas por esse grupo. O **nuances**, todavia, foi convidado para ministrar oficina de militância e ativismo homossexual para os participantes do evento, através do seu secretário Célio Golin. O convite foi recusado, a justificativa encontra-se acima. No dia previsto para a oficina de militância, o representante do grupo Dignidade aproveitou, dizendo que a oficina estava prejudicada, para criticar a recusa do **nuances** como reflexo de sua intransigência, radicalidade e por ser um grupo muito fechado.

Cabe, então, levantarmos questões como a intempestividade com que o convite foi formulado (apenas 10 dias antes) e, a partir da esperada negativa, o oportunismo para criticar o nuances frente aos participantes, militantes recentes vindos do interior gaúcho. Não houve a preocupação de substituir o oficineiro, mas justo aproveitar sua ausência para atacar a imagem do nuances, que trabalha no Rio Grande do Sul há mais de 10 anos com reconhecida atuação. Tal reconhecimento se dá inclusive por vários participantes do curso em questão, uma vez que através deles é que tomamos ciência desses ataques, pois ficamos surpresos pela gratuidade com que foi mencionado o nome do nuances.

Queremos lembrar que, já em outras oportunidades, setores da esquerda tentaram manipular nosso trabalho para tirar proveito próprio. Estes setores se utilizam de espaços burocráticos da Prefeitura que eles criaram e dominam para ter uma legitimidade que, na realidade, não possuem junto ao movimento social. Utilizam o dinheiro público através de cargos de confiança, e ao invés de trabalhar dentro da burocracia, que é sua função, se infiltram no movimento social e mantêm uma relação perversa invertendo papéis. Quando não conseguem manipular, tentam desgastar a imagem de grupos como o nuances, da forma acontecida durante esse curso. São setores que tentam continuamente manipular a Parada Livre evento que o nuances construiu com toda legitimidade, (inclusive via Orçamento Participativo) para torná-la mais um palanque para seus políticos e patrões.

Até criam grupos laranjas para vender a idéia de movimento social. Essa prática política é velha dentro da esquerda, e nós queremos questionar estes setores. Nós, do nuances, não temos nenhuma dúvida. Eles se infiltram no movimento social, preocupados em aumentar seus poderes e ganhar espaço dentro do partido que militam. Sempre que surge uma entidade nova lá estão eles querendo "ajudar". São "militantes profissionais" pagos por alguns setores da esquerda (e o dinheiro, não tenham dúvida, é público!) para fazer um papel sujo: manipular o movimento social através da burocracia estatal. Vocês que conhecem nosso trabalho fiquem atentos e desse tipo de postura!

*Nuances grupo pela livre expressão sexual
Porto Alegre/RS, dezembro de 2002.*

Erata:
Na edição Nº21 outubro de 2002, página 06 o Nucleo de Ação e Estudos da Prostituição, NAESP do GAPA/RS e não NEP, como foi editado.
A nota da página 04 "Dia nacional da visibilidade lésbica" a foto é de Mariana Pessah.

expediente
jornal do nuances

Uma publicação do **nuances - grupo pela livre expressão sexual**

<p>fone (0xx51) 3286.3325 correspondências Praça Rui Barbosa, 220/sala 52 Porto Alegre RS Cep 90.030-100 Cx Postal 1747 Ag. Central internet nuances@nuances.com.br www.nuances.com.br coordenador do projeto Glademir Antônio Lorensi diagramação Super Comunicação revisão nuances</p>	<p>impressão Empresa Jornalística Pioneiro tiragem 15.000 exemplares colaboradores Célio Golin, Cláudio Nunes, Mariana Pessah, Luis Gustavo Weiler, Perseu Pereira e Glademir Lorensi.</p>
---	---

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
Material financiado pela CN DST/AIDS do Ministério da Saúde e UNESCO.

02 **jornal do nuances** dezembro 2002

nuances
grupo pela livre expressão sexual

Para o **Jornal do Nuances**

Estimado Célio

Não tive a oportunidade de parabenizá-lo pessoalmente por tua manifestação no Painel do IAJ, no dia 08 de novembro na AJURIS, porque após o evento não mais te encontrei. Assim mando essa mensagem para não deixar "passar em julgado". Quero dizer que tua intervenção no evento foi extraordinária e causou muitas manifestações de apreço (que ouvi das pessoas presentes).

A forma clara, terna e ao mesmo tempo firme com que tu expõe a questão de liberdade de opção sexual consegue desvelar todo o equívoco histórico na abordagem da questão. Demonstrate ser uma pessoa capaz de, através da palavra, remover os obstáculos que impedem a inclusão das diversas minorias. Gerastes uma demanda: a de emprestar tua palavra em outros tantos eventos que pretendemos fazer para contagiar as pessoas nas questões que envolvem Direitos Humanos.

Parabéns pra ti e ao nuances

João Ricardo
Juiz de Direito
Diretor de Direitos Humanos da AJURIS

Fig. 4 - Página 2 da edição número 22, de dezembro de 2002, do *Jornal do Nuances*

É difícil traduzir o conjunto de textos publicados no *Jornal do Nuances* em termos de um estilo de escritura. Talvez seja possível reconhecer uma multiplicidade de estilos. Entre os editoriais, os artigos de autor, as reportagens, as notas e a coluna social há o atravessamento de diferentes possibilidades de registrar as vivências homossexuais. Assim, encontram-se textos mais “militantes”, outros mais “acadêmicos”, outros mais “informativos” e outros mais “fechativos”⁸⁵. Pode-se ainda dizer que estas diferentes linguagens podem aparecer numa mesma página ou num mesmo texto. Também pode-se reconhecer que a principal diferença entre a linguagem das “notas” e a linguagem da “coluna social” é que a primeira é mais “militante” e a segunda é mais “fechativa”.

Mesmo a referência aos gays no discurso jornalístico *nuanceiro* assume diferentes denominações. Ora o jornal denomina os gays como *gays*, ora como *gueis*, ora como *bichas*, ora como *bibas*, ora como *viados*, ora como *homossexuais*, ora como *homens que fazem sexo com homens* e também como *pessoas homoeróticas*. Além das outras tantas denominações possíveis como *travas* ou *travecas* para travestis e *sapatas* e *amapôas* para lésbicas⁸⁶.

Assim, desde que vem perpassado por uma *linguagem proveniente do gueto homossexual*, o leitor não familiarizado com a cultura homossexual pode encontrar alguma dificuldade para compreender o discurso *nuanceiro*. Tanto é possível encontrar modos de referir-se aos homens no feminino (tratamento habitual no meio homossexual – um homem chamar o outro de *amiga*) quanto é possível encontrar palavras como *babado*, *aquendação*, *pegação*, *neca*, etc., típicas da comunidade homossexual. E a recorrência a tais termos não se dá necessariamente na coluna social. Mesmo o nome da coluna social (“Éuó”) refere-se a um termo bastante presente na linguagem homossexual⁸⁷.

⁸⁵ Na gíria homossexual, o termo *fechativo* deriva do substantivo *fechação* e do verbo *fechar*. *Fechar* é provocar, escandalizar; é apresentar um comportamento exagerado com o objetivo de divertir ou provocar.

⁸⁶ Essas diferentes denominações para o mesmo grupo social, ou para as pessoas que compõem sub-grupos do grupo maior, são indicativas do ponto de vista da *política homossexual (identitária)* que orienta as atividades do grupo *Nuances*.

⁸⁷ Em depoimento apresentado no Fórum Social Mundial (janeiro de 2005), em Porto Alegre, um ativista *nuanceiro* afirmou que “o jornal tinha que refletir o grupo. E refletindo o grupo, tinha que refletir sua própria linguagem. Então existe uma linguagem dos gays, que é o bate-bate, que é só para iniciados. Principalmente se considerar que são seis anos atrás. Então, se tu fala em *ocó*, se tu fala em *alibã*, *amapôa*, ninguém da comunidade conhecia. E, no primeiro momento, a gente pensou em colocar essas palavras de forma que elas gerassem curiosidade. Então, às vezes, tornava um texto pra quem não era iniciado nessa linguagem, completamente cifrado. Num segundo momento, a gente começou a pensar que seria interessante colocar um

Também outra característica da linguagem *nuanceira* é a grafiação do termo proveniente dos Estados Unidos para denominar os homossexuais. Assim, este termo encontra-se grafado como *gay* e *guei*. Estas diferenças já eram presentes no *Lampião da Esquina* e podem ser indicativas de ambigüidades presentes no grupo sobre a aceitação ou rejeição dos padrões culturais norte-americanos pelos diferentes pontos do planeta⁸⁸.

Em meio a essa variedade de formulações, podemos pensar o estilo do texto jornalístico *nuanceiro* como resultado de desenvolvimentos culturais das propostas colocadas pelo *Pasquim*⁸⁹ e pelo *Lampião da Esquina* e, ainda, decorrente das relações de força presentes nas ONG's homossexuais do período pós-Aids.

As reportagens *nuanceiras* tratam de prostituição, movimento homossexual (as paradas gays que ocorrem todos os anos em Porto Alegre e no interior do Rio Grande do Sul são uma pauta clássica), prevenção de DST's e as iniciativas institucionais (públicas ou não) para tratamento a portadores do vírus HIV, sociabilidade gay na capital e no interior do estado, as atividades do *Nuances*, etc. A fama homossexual de Pelotas motivou o jornal a dedicar a edição número 11 à discussão de diversos aspectos (inclusive o homossexual) da vida cotidiana local. Essa reportagem, como tornou-se hábito no *Jornal do Nuances*, é publicada na página dupla central, muitas vezes seguindo o modelo de superfície contínua.

Outro aspecto significativo das reportagens *nuanceiras* é tratar o tema da prostituição do ponto de vista das próprias personagens retratadas. Assim, é comum o recurso à cessão da palavra a prostitutas, garotos de programa e travestis na forma de depoimentos. O interesse deve ser *dar a palavra* a pessoas que, do ponto de vista do jornal,

léxico. E identificar as palavras com o seu glossário lá. E dizendo: *alibã* significa policial. *Otin* significa bebida. E assim por diante. E, finalmente, a gente começou a colocar isso de uma forma mais *light*. Onde ela não interferiria no conceito total. Só mais numa piada. E hoje em dia, a gente está bem tranqüilo no uso disso. E espera que as pessoas tenham também um pouco de interesse de conhecer um pouco mais”.

⁸⁸ Em GOLIN, Célio e WEILER, Luis Gustavo (orgs.) op. cit., pp. 9-10, os organizadores informam que o modo “guei” de grafar, que é como aparece no livro, “não é uma idéia original: já no início dos anos 80 o audacioso jornal ‘Lampião da Esquina’ – periódico carioca de atitude pra lá de irreverente – mostrava a cara tupiniquim das bichas e sapatas brasileiras, e o desafio ao Aurélio é uma escolha política. Guei, desta forma escrito, não é sinônimo de ‘alegre’, como no léxico inglês, mas a bicha que está na rua, e também a que está no armário”. Lembramos que os organizadores deste livro são militantes do Nuances e editores do *Jornal do Nuances*.

⁸⁹ *O Pasquim* foi um jornal surgido no Rio de Janeiro, em meados do ano de 1969, como alternativa aos padrões da grande imprensa e voltado para a crítica de costumes. O jornal afirmava sua diferença a partir do humor e da informalidade da linguagem. Era um jornal de jornalistas e de humoristas insatisfeitos com as dificuldades políticas enfrentadas pela grande imprensa (censura) e com os padrões da indústria cultural que se vinha desenvolvendo no Brasil. Neste sentido, *O Pasquim* pode ser reconhecido como componente da chamada *imprensa alternativa* dos anos de 1970. Braga (1991) é o estudo acadêmico mais consistente a respeito deste jornal.

são marginalizadas, têm problemas de auto-estima e que, através deste recurso, podem encontrar caminhos para a valorização de si mesmas e do grupo social a que pertencem. Assim, as reportagens sobre prostituição podem ganhar atributos de depoimentos e entrevistas.

Além de prostitutas, travestis e garotos de programa, os entrevistados pelo *Jornal do Nuances* são escritores, professores universitários, militantes, atores transformistas, etc. Merecem destaque as entrevistas com o carnavalesco pelotense Pompílio Freitas, com o escritor Ítalo Moriconi, com o ator Matheus Nachtergaele, com a dançarina Rita Cadillac, com o delegado de polícia Lauro Antônio Costa dos Santos, com a Nêga Lu (uma *celebridade* do mundo gay local), com o ator Lauro Ramalho, com a radialista Kátia Sumam, com o apresentador de televisão Tatata Pimentel, com o político petista Tarso Genro, com o deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores Marcos Rolim, com as travestis Rogéria e Simone, etc.

Embora não seja um jornal de ensaios, o *Jornal do Nuances* apresenta os *artigos de autor* como uma de suas características mais significativas. Os artigos abordam uma diversidade de sub-temas relacionados às homossexualidades. O perfil dos autores é indicativo das abordagens presentes. Há militantes do próprio grupo *Nuances* e também técnicos ligados à Secretaria Municipal de Saúde, historiadores, psicanalistas, vereadores e deputados estaduais ligados ao PT e ao PC do B, juízes e desembargadores, antropólogos, psicólogos, biólogos, lideranças do movimento das prostitutas, etc. Assim, tem-se uma variedade de opiniões, análises e interpretações sobre os mais diversos aspectos das homossexualidades e a partir dos mais diversos ângulos. Alguns artigos são reproduzidos a partir de jornais da grande imprensa.

O espaço das “notas” é mais propriamente informativo. Embora não seja uma informação cujo critério de noticiabilidade seja a atualidade, as notas parecem se voltar mais para informações relativas aos eventos de discussão e militância homossexual. O próprio grupo Nuances, ou suas atividades de militância, constituem um tema recorrente no espaço das notas. Assim, se nos textos de autor, os militantes expressam sua visão de mundo e de política homossexual, nas notas o jornal informa a política mesma que estes militantes estão implementando. O espaço das notas volta-se também para informação a respeito de uma variedade de acontecimentos. Os fóruns e assembléias militantes, os

direitos humanos, a prevenção de DST's e o tratamento de pessoas portadoras do vírus HIV são temas recorrentes nesta página.

A coluna “Éuó” é a coluna social do *Jornal do Nuances*. Trata-se do espaço para o texto que destaca a amenidade e a descontração. O sub-título da coluna, “*onde a baixa sociedade dá o close...*”, é indicativo das intenções deste espaço. Os temas destacados são as festas ocorridas nas casas especializadas, os textos são curtos e a linguagem é fortemente carregada pela *gíria gay*. Aí o individualismo e o hedonismo parecem ser os valores mais destacados. Neste sentido, a coluna “Éuó” pode ser interpretada como um conjunto de *enunciações* contraposto aos princípios gerais que orientam o jornal. Mas talvez essa visão não seja necessária nem a única possível. Talvez seja necessário levar em conta o profundo sentido de ironia presente no discurso empregado para compreender o significado que sua presença ganha no jornal.

SOCIAL

éuó!

onde a baixa sociedade dá o close...

A Eróticos Vídeos (Av. Alberto Bins, 786 - Centro) completa 10 anos!
E entra em nova fase: suítes privês, um novo andar exclusivo para pegação, espaço para shows locais e nacionais, além das performances dos bofes mais desejados da cidade. Reforma total.
Dia 20 de Novembro é o dia da festa! A maior função! Apareça!

Uma parte do staff da Eróticos

Diá 09 de Outubro aconteceu a final do FMI no Cabaret Indiscretus (Ernesto Alves, 1.689). Bruna Diniz foi a vencedora. As nuanceiras também participaram do corpo de jurados.

Leticia Dumond - a anfitriã da noite

2º Lugar - Nicky Rocket é uma arrasada de Nina Hagon

Bruna Diniz é Vencedora do FMI

Vivian - muito mais que um olhar fatal

Flávio - Do Venezianos - e Cláudio Braga

Medina - a esq. Em momento de descontração

No dia 12 de outubro, as nuanceiras (entre erês e tamborins) homenagearam a Nega Lú na Banda da Saldanha.

A Fafá da Sexy (Comendador Coruja, 102) soprou velinhas e recebeu convidados no dia 07 de Setembro.

Fátima proprietária da Sexy Vídeo - A balada final de Porto Alegre

Maltê e Tiago dando show pro povo.

Dríca Pimentel - a esq. - a nova candidata ao trono de Rainha da Banda

Diá 24 de Setembro, a Refúgu's Megadanceteria (Marcello Dias, 290 - Menino Deus) fez brilhar a primeira estrela já anunciando a constelação que virá por aí. E nos dias 29.10 e 01.11 lotou a casa na festa de Halloween.

Refúgu's abarrotada de gente no seu aniversário de 1 ano

Victória e Luciano recebendo os convidados em alto estilo

Travessuras ou Guloselinas na Refúgu's

Paula arrasando nas pistas

Uma galera com brilho próprio

21 de Outubro no Cine Theatro (Cristóvão, 772) aconteceu a edição do Halloween no Clube da Luzzinha, um desfile de belezas e muitas garotas enfeitadas.

Uma bruxa muito desejada

As Luzzinhas sempre belas. Mesmo quando tentam ficar medonhas

Júlia Mattos em 15 de Outubro comemorou mais uma primavera em grande estilo na Sauna Plataforma (Rua Pernambuco, 2765).

Rogério e ilustre amigo - pura alegria!

Júlia Mattos e Glória Crystal - certinhos no sofá

Momento Tânia Torres

Mais uma opção na cidade: Verso e Reverso na Travessa do Carmo 154 - Cidade Baixa

Constelação de Estrelas no Vitraux (Conceição, 492 - Centro) dia 22 de Outubro, muita badalação, e claro, muitos shows!

Alemão e Beto - proprietários da casa que mais tradicional da cidade

Pista dominada pelo DJ residente

Sandra, Crespa e Cris - as sócias que esbanjam simpatia e bom atendimento

Claudete, Marta, Dalaine e Cristiane

Eduardo - uma cena londrina em Porto Alegre

Era em novo endereço
Em Dezembro o Era Uma Vez estará em novo endereço. Anota aí:
Será na Av. Brasil, 132 - Navegantes.
Coquetel de Inauguração - Dia 07 de Dezembro às 19h. Haverá show de Go Go Boys, entre outras atrações. Imperdível! Mmm, o babado é que o novo espaço terá também suítes privês.

Luciano Alabarse vai lembrar os 10 anos da morte de Calo Fernando Abreu em grande estilo. No Centro Municipal de Cultura, em fev./2006, haverá uma Semana inteira abordando a obra desse autor. Leituras dramáticas, debates, seminários e a encenação de uma peça do Calo ocuparão a Sala Álvaro Moreira e o Teatro Renascença.

Diá 26 de Novembro acontece em Jaguarão o 4º CERTAME - Miss Gay Internacional e 3º Drag Queen Internacional. Um Luxol Shows com Leticia Dumond, Gisela Beauty e Brenda Thompson. A propósito: Gisela e Leticia estão com excursão para lá. R\$ 60,00. Contatos: 9648.1706 ou 9949.8502

Le Boys de Novo Hamburgo em novo endereço:
Rua 25 de Julho, 760 - Bairro Rio Branco (Próximo a Rodoviária Velha) - NH
Fone: (51) 8158.4807 com Baliano

DRAPS

Jornal do Nuances novembro 2005

Fig. 5 - Coluna social do *Jornal do Nuances* da edição número 35, de novembro de 2005

Parece que a característica apontada acima de o *Jornal do Nuances* ser antes de tudo um *jornal militante* (secundarizando os aspectos mais propriamente jornalísticos) ganha realce quando voltamos o olhar para seus aspectos gráficos e visuais. É certo que o jornal vem evoluindo em todos os sentidos e os “descuidos jornalísticos” são mais presentes nos primeiros números. Pode-se, portanto, dizer que, sem deixar de tomar a dimensão militante como a decisiva no seu processo de produção, as edições mais recentes indicam que os “descuidos” e o amadorismo fazem parte da fase inicial.

Referimo-nos especialmente a aspectos de padronização definidos desde o momento de formulação do projeto do jornal (e que passam a ser seguidos como condição de lhe conferir unidade e identidade), que parecem se ter ido acertando no processo mesmo de produção das subseqüentes edições. Então, não é raro encontrar artigos de autor com pé biográfico e outros sem, o editorial que às vezes vem titulado e outras vezes não, indefinição no modo de grafar, inclusive na mesma página, palavra estrangeira de valor destacado para os interesses do jornal (tal como *gay* e *guei*), títulos de matérias com tipos diferentes em cada palavra (sem justificativa para tal), a página dedicada à reprodução do *Lampião da Esquina* ora se chama “Memória” ora se chama “História”, etc.

O formato tablóide adotado pelo jornal parece contribuir para a construção de cada página como uma *unidade de sentido*. É possível estudar cada página do *Jornal do Nuances* como fato isolado. As páginas são sempre compostas a partir de um tema geral (como editoriais), tema este que lhe proporcionará uniformidade temática. Assim, é possível trabalhar graficamente esta uniformidade como uma unidade.

Parece que um dos fatores determinantes para a configuração de cada página do *Jornal do Nuances* é a definição específica que lhe é atribuída. O jornal tem páginas destinadas à informação, à opinião, à reflexão, à publicidade e à *fechação*. Esses são *tipos puros* de interesses e sua presença em cada página concreta ocorre como prevalectimento. Isto quer dizer que uma página destinada à informação pode ser construída com elementos textuais e gráficos próprios à páginas destinadas à reflexão ou à *fechação*.

Em função de seus objetivos jornalísticos ou políticos, algumas páginas são trabalhadas com grande variedade de recursos gráficos. Aí, além dos títulos e textos, aparecem fotos, fotomontagens, desenhos, boxes, etc. Outras páginas trazem uma construção gráfica mais sóbria. À última página, geralmente destinada a um artigo de

reflexão, costuma-se conceder um tratamento gráfico que privilegia o texto. Fotos ou desenhos aparecem aí como ilustração ou como recurso de *suavização visual*. Esse mesmo procedimento ocorre nas páginas de entrevista em que o entrevistado é um militante ou um “intelectual”. Quando, pelo contrário, o entrevistado é, por exemplo, um travesti, a página ganha tratamento gráfico que produz efeito exuberante. O mesmo ocorre com a página da coluna “Éuó”, que segue o padrão tradicional das colunas sociais.

O *Jornal do Nuances* trabalha as possibilidades gráficas da *página dupla*. Esta página se destina a apresentar o assunto destacado em cada edição. Portanto, o tratamento gráfico concedido deve motivar o interesse do(a) leitor(a) para o seu conteúdo. O jornal procura explorar as possibilidades expressivas da página dupla de modo a provocar algum impacto visual. Assim, nunca se restringe a um título e a um texto apoiados por uma ilustração de foto ou desenho. Certamente, estes elementos sempre estão presentes. Porém, a página é composta com várias cores, o tema geral é anunciado num título impactante, sua abordagem é sempre desdobrada em vários pequenos textos e, principalmente, usa-se fotografias de tamanho grande, em preto e branco e coloridas, muitas vezes como fotomontagem, resultando numa composição leve e atraente.

Embora haja um uso amplo de desenhos, o *Jornal do Nuances* parece privilegiar o texto. Isto deve ser decorrente do fato de ser um jornal voltado para a militância em torno de uma causa específica. Muitos desenhos parecem ser utilizados para atender a um objetivo de ilustração dos textos. Assim, pode-se entender que *o meio eleito para transmitir informações ou expressar idéias é antes de tudo a palavra em um texto*. Talvez seja necessário reconhecer que as ilustrações suavizam e tornam atraente a visão (leitura) do jornal.

No entanto, se reconhecermos as especificidades da linguagem visual (uma linguagem que tem seus códigos próprios e um modo específico de exprimir, comentar a e intervir na realidade), aceitaremos que os desenhos *nuanceiros*, por seus próprios meios, terminam por fortalecer os objetivos gerais do jornal. Assim, entendemos que Luis Gustavo – um militante *nuanceiro* presente às páginas do jornal desde seu primeiro número – não pode ser visto apenas como um ilustrador. Ele é um militante que contribui com, dentre outros, seu talento de desenhista e/ou ilustrador. O traço de Luis Gustavo informa, comenta

e satiriza (as posturas sociais/institucionais de preconceito anti-gay costumam receber este tratamento) a partir de um lugar de militância homossexual.

As capas do *Jornal do Nuances* cumprem a função tradicional de apresentar as chamadas das matérias. No entanto, por serem trabalhadas de modo a atender certas peculiaridades, acabam indo além desta função. A vitrine midiática *nuanceira* busca marcar alguma especificidade no espaço da cultura midiática homossexual.

A capa do número cinco é muito particular. Em primeiro lugar, fugindo ao habitual, o logotipo do jornal aparece na parte inferior da página. Também os dados tradicionais relativos à edição (número, mês da publicação, etc.) e às chamadas das matérias não são informados. Assim, o que se destaca, de fato, é uma fotografia que ocupa todo o espaço da página e mostra duas crianças sobre o que parece ser um forno de carvoaria. Lembra as fotos de denúncia de crianças submetidas a trabalho. É uma foto que, com tratamento visual esmerado, denuncia a crueldade contra os mais “fracos”. Então pode ser vista como expressão de beleza e tristeza.

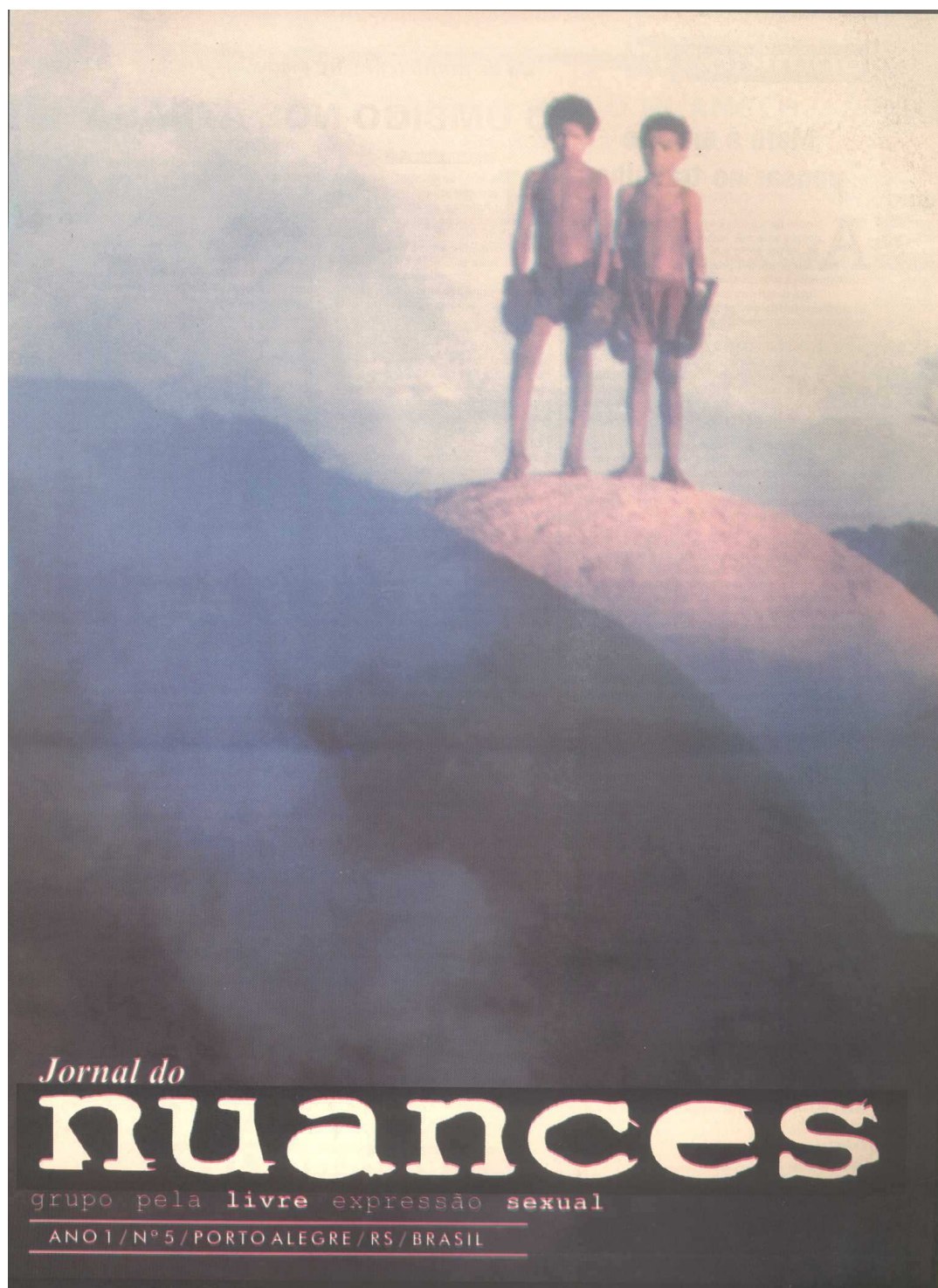


Fig 6 - Capa da edição número 5 do *Jornal do Nuances*

A foto produz um efeito de encantamento visual e, ao mesmo tempo, provoca vontade de reagir contra as práticas de dominação e sujeição dos mais *fracos*. Neste

sentido, pode-se entender a postura *nuanceira* de situar a especificidade de atuar contra a dominação exercida sobre um grupo social específico dentro de um quadro mais geral de denúncia das práticas sociais de dominação.

Talvez seja possível dizer que as capas do *Jornal do Nuances* são regidas por marcas habituais e que, portanto, é possível definir-lhes a tipicidade. Parece que, no conjunto, os temas recorrentes são os da luta e das conquistas do movimento homossexual. Já no primeiro número tem-se uma foto cujo ângulo de visão indica ter sido tirada da sacada de um prédio. A foto mostra uma parada gay e uma enorme bandeira do arco íris sendo levada pelos militantes. A imagem é em preto e branco, mas a bandeira está colorida.

A capa do número 21 resulta da montagem de fotos que mostram e remetem a diferentes direções da luta e da cultura homossexuais. Estas fotos mostram movimentos políticos de rua de décadas passadas, destacando um militante porto-alegrense pioneiro da luta homossexual, e movimentos atuais tais como o grito dos excluídos e uma manifestação de travestis e prostitutas. Na parte inferior da página há a foto de uma travesti nascida em Cachoeirinha – RS. Simone, como é conhecida, aparece de biquíni e associada à torre Eiffel. Sobre a foto, o seguinte título: “Simone, mais um monumento em Paris”.

O uso freqüente da fotografia é mais uma das características do *Jornal do Nuances*. O jornal busca explorar muitas possibilidades oferecidas pela fotografia. Assim, é possível reconhecer que a fotografia jornalística *nuanceira* poderia constituir-se por si só em objeto para uma pesquisa específica.

São utilizadas fotografias em preto e branco e coloridas, além de fotomontagens. Parece que o apelo do jornal à fotografia é antes de tudo pelo seu aspecto documentário militante. Como um evento fundamental para toda a militância homossexual e para o grupo *Nuances*, as paradas anuais são amplamente registradas nas páginas do jornal. As fotos parecem pretender mostrar tanto a grandeza do acontecimento, como também a diversidade e exuberância dos participantes. Assim, mostram-se o conjunto e as particularidades.

Há muitas fotos que retratam indivíduos homossexuais em diferentes situações (de intimidade ou na rua) e de diferentes idades. Há também fotos que parecem destacar a versatilidade com que os gays jogam com os papéis de gênero. A atitude afirmativa, provocativa e desconcertante (para os padrões dominantes de comportamento) dos gays é sempre reiterada nas fotografias *nuanceiras*. As fotos que ilustram a página de “notas” têm

sempre um sentido informativo prevalente. E, nesta linha documental, é freqüente o registro das ações políticas e culturais do próprio grupo.

A *fechação* homossexual (talvez por uma compreensão abrangente dos significados das idéias de afirmação e militância pelo grupo *Nuances*) também merece o registro fotográfico. Estes registros se dão nos ambientes fechados das festas mostradas na coluna “Éuó”, como também nos espaços abertos das paradas anuais. Mas o registro fotográfico da *fechação* não reverte para a pornografia. As fotografias que exibem o nu masculino são pequenas ou discretas e remetem mais para a imaginação de quem as contempla. No entanto, o tom de discrição não parece indicar uma manifestação de moralismo *nuanceiro*. Talvez aqui a discrição esteja mais associada à dimensão lúdica da sexualidade.

c) A visão do *Jornal do Nuances* sobre si mesmo

Julgamos que uma apresentação adequada da visão do *Jornal do Nuances* a respeito de si mesmo deve ser antecedida por uma apresentação da visão deste jornal sobre a mídia hegemônica e ainda sobre o jornal homossexual brasileiro pioneiro de circulação nacional, o *Lampião da Esquina*. Este ponto de vista baseia-se nos pressupostos de que o jornal que está sendo estudado não é a primeira experiência jornalística/midiática do mundo, não existe isolado das outras experiências existentes e ainda define suas características específicas em diálogo permanente com aquelas. Este procedimento justifica-se ainda pelo fato de que a mídia hegemônica e o *Lampião* constituem temas recorrentes nas páginas do *Jornal do Nuances*, num tratamento sempre analítico, crítico e voltado para, dentro outros objetivos, demarcar afinidades e contrastes entre os diferentes veículos.

Partimos do pressuposto de que a produção de um veículo impresso de comunicação pelo grupo *Nuances* resulta, dentre outras razões, da leitura que seus membros fazem do sentido da comunicação na sociedade contemporânea e da comunicação midiática efetivamente existente no Brasil contemporâneo. Esta leitura *nuanceira* resultará, justificará e contribuirá para a configuração da empresa midiática promovida pelo grupo. Assim, a visão *nuanceira* a respeito da *grande* mídia e do *Lampião* dará as chaves para que percebamos como os militantes do grupo avaliam o campo comunicacional mais amplo e definem as qualidades específicas do periódico que estão construindo.

Em primeiro lugar é necessário chamar a atenção para o valor emprestado pelo grupo à questão comunicacional. A intensa e variada produção de produtos comunicacionais, referida na abertura do presente capítulo, é indicativa do reconhecimento *nuanceiro* da importância da comunicação nas sociedades contemporâneas. No editorial da edição número 6, o jornal refere-se ao “poder de comunicação” e descreve esse *poder* afirmando que “a mídia constrói o imaginário da população”. Ainda nesta mesma perspectiva, um artigo publicado na página 10 da edição número 12 (abril de 2000) sobre a cobertura da imprensa brasileira ao assassinato de um homossexual na Praça da República, em São Paulo, por um grupo de *skinheads*, afirma que

“Ninguém duvida ou menospreza a importância da comunicação social em nossos dias. Sua influência é sentida imediatamente na vida individual e coletiva, a todos atingindo. A comunicação, aliás, é um fenômeno tão importante que a liberdade de informar e de ser informado é reconhecida como um direito fundamental nas sociedades democráticas. Sem ela, a comunidade e o indivíduo perdem a possibilidade de discutir, de formar opinião, e, assim, de participar adequadamente na formulação das decisões mais básicas da comunidade, que afetam a vida de todos”.

O problema *nuanceiro* nesta questão comunicacional será o sentido ético com que a mídia hegemônica exerce este poder. Sua avaliação dos meios de comunicação será orientada a partir desta perspectiva. E, no *Jornal do Nuances*, esta avaliação será sempre marcada pela ambigüidade. Seus textos indicam que, ora a mídia atua negativamente, ora atua positivamente, e ainda que permite a expressão de uma variedade de posições político-ideológicas. Ela atua negativamente quando expressa e difunde posturas preconceituosas e atua positivamente quando informa sobre (e contribui para) o fortalecimento da cidadania de gays, lésbicas e travestis. Quando reflete sobre o segundo sentido, o jornal tenta expressar a natureza complexa do campo midiático. Um exemplo desta perspectiva pode ser visto no artigo referido acima. O autor parte do pressuposto que

“Na grande imprensa há posturas para todos os gostos em face da homossexualidade: alguns ‘apóiam’ as ‘opções’ sexuais de cada um, outros toleram as diferenças, outros defendem os ‘bons costumes’ e repudiam os ‘excessos e deformações’, outros lamentam os ‘desvios’ que acontecem na vida de hoje, outros querem transformar homossexuais em ‘bons consumidores’ e ‘clientes freqüentes’, outros reforçam preconceitos e estereótipos”.

No entanto, o autor reconhece que, na prática, a “concentração dos meios de comunicação” e os abusos do “poder econômico” cometidos pelos proprietários das empresas de comunicação comprometem/reprimem “a liberdade de expressão e de

informação” necessária ao trabalho da imprensa e ao cumprimento de seus objetivos na (e para a) sociedade democrática. Assim,

“É preciso cuidar para que os meios de comunicação realmente informem as pessoas adequadamente, o que significa, dentre outras coisas, (1) não manipular as informações, não ser tendencioso, não enganar, não fomentar atitudes de preconceito e de ódio e (2) tratar com cuidado assuntos importantes, sempre promovendo e respeitando os direitos humanos. No caso da orientação sexual, principalmente a homossexualidade, é preciso que os meios de comunicação não promovam ódios e preconceitos, que não reproduzam visões estereotipadas de gays e lésbicas; do contrário, haverá abuso, desrespeito e desinformação, numa clara violação dos direitos humanos”.

Estas citações indicam que, no pensamento *nuanceiro*, a informação é reconhecida como um direito do cidadão e que a mídia, mediante o resguardo de certos princípios consagrados no pensamento liberal, é potencialmente capaz de atendê-lo. Elas indicam que as ambigüidades presentes no discurso *nuanceiro* comportam uma aceitação da legitimidade do modelo hegemônico de jornalismo (modelo que rege, por exemplo, a feitura de um jornal como a *Folha de São Paulo*, conforme indicam as citações de seu *Manual de Redação*, presentes na discussão sobre o gay na mídia, no capítulo anterior) e permitem a manutenção de expectativas a respeito do seu papel na sociedade democrática.

E, como ambíguas que são, as posturas do *Jornal do Nuances* em relação à mídia hegemônica comportam também desde afirmações tais como a presente na reportagem publicada nas páginas centrais da edição número 6 (sem data), sobre a Parada Livre de 1998, segundo a qual “o sucesso do evento se deu graças à participação maciça do público, cooperação da Brigada Militar gaúcha, Prefeitura Municipal da cidade de Porto Alegre, dos patrocinadores Enigma e Ponto G e da mídia gaúcha que abriu espaço nos jornais, rádios e televisões locais, difundindo que cidadania é algo que transcende a questão da expressão da sexualidade”, até opiniões tais como a apresentada no editorial da edição número 7 (sem data)⁹⁰. Este texto afirma que

“A ‘construção’ da opinião pública pelos meios de comunicação, responsáveis pela perpetuação de valores e posturas preconceituosas, ao mesmo tempo que exploram as mazelas da sociedade sem qualquer discussão aprofundada, reduzem tudo a um grande circo de horrores, contribuindo para que a população fique cada vez mais vulnerável, cumprindo um papel altamente negativo”.

⁹⁰ Também, numa reportagem publicada nas páginas centrais da edição número 16 (agosto de 2001) sobre a 5ª. Parada Livre, afirma-se que “a cobertura da mídia foi ampla, embora tenhamos sentido a falta da televisão pública, TV E, ‘sempre’ comprometida com as questões sociais”.

Esta citação resume o tom (a posição) mais recorrente do jornal em relação à mídia hegemônica. As idéias de que esta “só se preocupa com o IBOPE” e que “quer IBOPE a qualquer custo” são recorrentes e ordenam o conjunto de enunciados expressos no jornal a respeito desta questão. Neste sentido, pode-se entender o discurso *nuanceiro* prevalente sobre a mídia hegemônica como de denúncia e acusação pelos compromissos que esta mantém com a desinformação e a difusão de preconceitos, em proveito do lucro imediato.

No jornal afirma-se que a mídia é uma instituição que propaga uma “moral falsa”, tende a fazer uma discussão rasteira a respeito das homossexualidades, optando por alimentar a “curiosidade (do público) usando os homossexuais como meio”, resiste a falar sobre a homossexualidade produtivamente, desqualifica a importância desta questão, promove uma visão equivocada sobre os direitos dos homossexuais nos momentos mais oportunos para informar e esclarecer a população, assume uma postura ditatorial, “não raras vezes, pisa na bola explorando o assunto de forma sensacionalista, fazendo coro com os moralistas de plantão”, desrespeita os princípios da ética, “renega” a movimentação política organizada dos homossexuais e manipula suas lideranças em troca de espaços em jornais e emissoras de televisão, responsabilizou os homossexuais pela disseminação do vírus HIV na primeira fase da epidemia de Aids, etc.

A TV Globo, a mais influente emissora de televisão do Brasil, é um dos alvos prediletos das investidas *nuanceiras* sobre o discurso midiático dominante. Num artigo publicado na página 2 da edição número 30 (outubro de 2004) sobre os movimentos populares, afirma-se que “como se não bastasse a Rede Globo, que sempre abusou dos heróis vitimizados, tornando-os produtos comerciais para uma massa acrítica de gente que foi ensinada a viver pelo imediatismo do consumo”⁹¹.

⁹¹ Toda essa postura crítica e acusatória não exige o *Jornal do Nuances* de reconhecer a ironia e o deboche presentes no humorismo do programa *Casseta e Planeta Urgente!*, da TV Globo, e fazer o elogio de suas investidas sobre a cultura homossexual. Na página 4 da edição número 26 (dezembro de 2003), por exemplo, há a seguinte nota: “Uma cassetada nos Provincianos. O Ministério Público Federal arquivou a representação movida contra o programa **Casseta & Planeta**, que faz piadas associando os gaúchos a nossa bichice. Para o Procurador Federal Paulo Gilberto Cogo Leivas, os fatos apresentados não configuram prática de discriminação ou crime de racismo: ‘Não se constitui a associação à homossexualidade em ofensa ou insulto que possa significar inferiorização ou manifestação pejorativa ou depreciativa à honra e à tradição do povo do Estado do Rio Grande do Sul ou a qualquer outra cultura’. As *nuanceiras*, ao contrário de muitas bichas e sapatas lesadas, acham que os cassetas devem continuar a nos fazer rir”.

O reconhecimento deste conjunto de práticas levou o jornal, num artigo publicado na página 6 da edição número 7 (sem data), a concluir que “a mídia ganhou pontos de audiência e vendeu jornal pra burro!”. Este enunciado parece exprimir a idéia de que, na mídia hegemônica, os objetivos de informar o cidadão para prestar um serviço e fortalecer o ideal democrático ficam subsumidos ao interesse imediato pelo lucro financeiro.

A visão do *Jornal do Nuances* sobre o *Lampião da Esquina* é construída em termos diversos. Basicamente, para o jornal gaúcho, o *Lampião* é *objeto de culto*, de reverência e de louvação. O tom do discurso *nuanceiro* sobre aquele jornal é sempre laudatório. Esta postura sustenta-se no elogio da “irreverência” e da “ousadia” praticada pelo periódico carioca, na afirmação de sentir-se legatário de seu patrimônio cultural e de absorver certos elementos de estilo de texto praticados em suas páginas e ainda na declaração de que o tomam como *modelo de jornalismo homossexual*. O discurso *nuanceiro* sobre o *Lampião da Esquina* é sempre pródigo em adjetivos laudatórios. Essa parece ser a marca determinante do modo como o jornal estudado posiciona-se em relação ao *Lampião*.

O reconhecimento *nuanceiro* das qualidades daquele jornal concretiza-se na definição, desde o primeiro número, de uma editoria voltada para a reprodução de artigos publicados em suas páginas. Reconhecemos que esta escolha, por si só, já define um posicionamento, um reconhecimento da relevância histórica e cultural de uma experiência editorial. O *Jornal do Nuances* toma para si a tarefa (a obrigação) de afirmar este reconhecimento. Assim, através de uma escolha editorial, o jornal homenageia o (faz a louvação do) veículo impresso que lhe inspira como modelo, recupera temáticas julgadas centrais na construção da cultura homossexual brasileira conforme eram tratadas na passagem da década de 1970 para a de 1980 e enriquece a cultura de seus leitores com informações históricas e relevantes sobre a homossexualidade.

No *Jornal do Nuances*, os artigos reproduzidos do *Lampião da Esquina* vêm sempre antecidos de um texto introdutório. Para além de um comentário que chame a atenção para a atualidade da questão tratada no material reproduzido, este texto sempre reitera a importância histórica do jornal carioca. Na página 5 da edição número 2 (fevereiro de 1998) afirma-se que

“Faz 16 anos que o jornal *Lampião da Esquina* desaqüendou (nesse contexto, saiu de circulação). Teve vida curta, de junho de 1978 a junho de 1981. Fértil, entretanto, é mesmo uma pena ter que admitir que, mais uma vez, o que é bom dura pouco. Riquíssima, na verdade, é a herança que deixou para os que se

dispuserem como seus sucessores. Bem, não seria necessário colocar-se como herdeiro para usufruir do patrimônio cultural, histórico, político que o periódico acumulou: basta estar esperto para absorver tanto. Em uma época em que sim, seria necessário ter (muita) coragem para sair do armário, o *Lampião da Esquina* subverteu a ordem da lógica local e disse que não era preciso assumir nada, porque aí já se estaria corroborando a idéia de que algo havia de intrinsecamente errado em ser homossexual. Inovando em termos de abordagem e discurso, os caras najavam (metiam o pau!) qualquer tentativa de estabelecer padrões de comportamentos, com textos enormes ou notas curtinhas, matérias de capa ou cantos de página... Gente, eles não poupavam ninguém! Donos de um humor fino, desafiavam com ternura, solidarizavam-se sem afetação. Quem mesmo? O *Lampião da Esquina* tinha como colaboradores (entram articulistas, escritores, políticos, cientistas e por aí vai) gente do calibre de Aguinaldo Silva, Darcy Penteado, João Silvério Trevisan, Glauco Mattoso, Edward MacRAe, Caio Fernando Abreu, Peter Fry, Celso Curi e muitos outros com fôlego e vontade. O *Lampião* fez denúncias de violência, abordou temas fortes como religiosidade, racismo, misoginia, eleições, costumes, artes e cultura, ativismo político e outros babados, tudo envolvendo as homossexualidades sem medo. Ai, e muito mais... Entrevistou muita gente; acalmou o povo dizendo que não vinha para forçar 'outing' de ninguém (que mêda!); mapeou as noites e os dias de várias cidades; publicou a rotina e as idéias de famosos e ilustres desconhecidos; colocou gente em contato via seção de cartas. Que vontade (e olha que só tomamos contato com este jornal após ele ter saído de circulação) de ter outra publicação como o *Lampião*, tão lúcido e bem humorado, ácido quando preciso, suave sempre que possível! Um jornalismo que os viados e as sapatas, os bissexuais, travecas, transexuais e, enfim, os etcetera de outros tempos, bem que souberam fazer, para a gratidão dos de hoje. O jornal do nuances vem dedicar espaço ao *Lampião da Esquina*, reproduzindo matérias e discursos para tentar resgatar a história do movimento das homossexualidades neste país. Pensamos ser de fundamental importância ter sempre presente o conhecimento do que já foi produzido, discutido, por gente preocupada em estimular cidadanias. Assim, com este intuito, dedicaremos esse espaço ao *Lampião*, para que façamos dele bom proveito”.

Esta citação contém quase todos os elementos do discurso *nuanceiro* a respeito do *Lampião da Esquina*: o reconhecimento de sua importância histórica e da riqueza política e cultural contidas em suas páginas e disponível para usufruto dos pretendentes a sucessores, o pioneirismo/vanguardismo das posturas, a inovação na linguagem, o humor e a provocação como elementos/ferramentas de questionamento do comportamento sexual e da moral vigentes, o vigor intelectual, profissional e político de seus editores e redatores, a lucidez, a coragem e a ousadia na abordagem de temas “fortes” a partir de perspectivas transformadoras dos padrões dominantes de pensamento e a gratidão devida, pelos pensadores e militantes homossexuais atuais, aos seus editores.

Na página 5 da edição número 26 (dezembro de 2003), o *Jornal do Nuances* afirma que o *Lampião* é “o periódico que é tudo o que o *Jornal do Nuances* gostaria de ser”. E na página 7 da edição número 33 (maio de 2005), como introdução à reprodução do texto do *Lampião*, o jornal publica o seguinte texto:

“Ai que legal, o *Lampião de Esquina* também usava a mesma grafia (pelo menos no título) que nós usamos para se referir ao povo bambi, de certa forma já ressignificando o gay inglês ao aporuguesá-lo. O *Lampião* também gostava de expressões como ‘Bixórdia’ para referir-se à população homossexual... As bibas enrustidas da época deviam ficar loouucas com as lampiônicas! Hoje em dia muitas bibas não se acham enrustidas, mas continuam loouucas com as nuanceiras quando a gente escreve assim, tão soltamente. Por que será?”.

A contra-face desta postura laudatória e de *cultuação* parece ser a recusa *nuanceira* a *estudar* o *Lampião*. Um exame de entrevistas dadas pelos editores a diferentes publicações mais recentes, voltadas especificamente para o público homossexual ou não, de reportagens e depoimentos na imprensa, e ainda, da literatura acadêmica que analisa a primeira fase do movimento homossexual brasileiro e o aparecimento deste jornal, reiteram alguns aspectos das dificuldades internas para sua produção/edição.

Não queremos dizer que estas dificuldades anulem as inúmeras virtudes do periódico carioca. Chama-se a atenção, no entanto, para o fato de que os próprios editores e colaboradores faziam a crítica aberta de cada edição e, muitas vezes, dessa crítica emergiam posições de desagrado em relação a posturas assumidas pelo jornal. Havia descontentamento e tensões internas. Os *lampiônicos* não se mantinham em consenso permanente e também não mantinham uma postura de congratulação permanente entre uns e outros e em relação a cada edição do jornal que chegava aos leitores. Cada edição posta nas bancas gerava agrado e desagrado interno. Havia desacordos sobre questões decisivas a respeito da homossexualidade e sobre a linha editorial que o jornal deveria adotar. Assim, é preciso reconhecer que, para além dos consensos, estas dificuldades não faziam do jornal uma casa exatamente *feliz* e até contribuíram para o seu encerramento.

Refletindo sobre o *Lampião*, MacRae (1990) afirma que “as discussões [nas reuniões destinadas a fundar o jornal e definir sua linha editorial] serviram para revelar a existência de grandes diferenças de opinião entre os participantes” (p. 71), que “não havia consenso entre os membros do conselho editorial sobre quase nenhum assunto” (p. 78) e que “os conflitos em que o *Lampião* se viu envolvido foram inúmeros e de todos os tipos: políticos, econômicos, pessoais, estéticos, etc.” (p. 89).

MacRae refere-se a desacordos internos em relação à defesa da necessidade dos homossexuais “assumirem” este comportamento no sentido de “assumir uma identidade (sexual) muito rígida”, uma “essência pré-determinada do indivíduo”, proposta por alguns editores, e também às posturas apropriadas ao combate ao preconceito. E aponta

divergências também em relação à defesa da necessidade dos homossexuais buscarem fugir à maldição a que as ideologias e práticas sociais dominantes impõem à homossexualidade (defendida no editorial do número zero) em contrapartida à postura de aceitar a condição de marginalidade como princípio mesmo de afirmação individual e ato de subversão.

A análise de MacRae detém-se nas posições defendidas por João Silvério Trevisan e chama a atenção para o fato de que

“Trevisan (e aqui ele parece refletir um consenso entre os membros do conselho editorial) era contra o *Lampião* se render a algum tipo de ‘consumismo’ tanto de direita como de esquerda. Por essa expressão se pretendia alertar para o perigo de massificação implícito em qualquer modismo. Em relação à esquerda, um consumo da questão homossexual iria implicar numa moderação da linguagem e maior controle sobre a ‘desmunhecação’ para permitir sua melhor digestão”.

Esta parece ser a postura *lampiônica* que toca mais fundo na sensibilidade dos editores do *Jornal do Nuances* e os leva a reverenciar o jornal carioca. É possível verificar a justeza deste argumento através do exame das reproduções *nuanceiras* de matérias publicadas no *Lampião*. Estas reproduções não indicam reverência por um dos ideólogos daquele jornal especificamente. Percebe-se, antes, uma recuperação de textos cuja coerência reside na proposição de pensamento e atitudes subversivas pelo comportamento sexual. Os textos *lampiônicos* publicados no *Jornal do Nuances* fazem o elogio da subversão praticada por pessoas, grupos ou instituições sociais pelo comportamento sexual, em diferentes momentos e lugares. As lésbicas, os homossexuais, os garotos de programa, as travestis, as práticas sexuais em banheiros públicos são personagens e temas tratados nestas matérias. Devemos reconhecer que esses são os temas e personagens destacados nas páginas do *Jornal do Nuances*. No entanto, um contraste entre a análise de MacRae e o discurso *nuanceiro* sobre o *Lampião* permite perceber que, embora os *nuanceiros* tomem o jornal carioca como modelo de jornalismo, nunca apresentaram um exame rigoroso, atento e crítico a respeito daquele periódico em seu jornal.

Talvez seja necessário reconhecer que quando, na página 5 da edição número 8 (sem data) o *Jornal do Nuances* afirma que “o *Lampião da Esquina* arrasava na época da ditadura, mostrando o carnaval gay como ele era em 1981, deixando de ser politicamente correto para, em troca, assumir sua postura irreverente. E o mercado que se danasse”, não quer dizer que houvesse consenso e satisfação entre os editores *lampiônicos* a respeito destas iniciativas editoriais.

Assim, pode-se entender que a abordagem *nuanceira* sobre o *Lampião* é fortemente marcada por um recorte, por uma perspectiva política e cultural que o grupo gaúcho adota e encontra/reconhece alimento ideológico para tal no jornal carioca. O *Jornal do Nuances* (página 11 da edição número 18 [janeiro de 2002]) sustenta que o “Lampião da Esquina, do centro do país, é nosso modelo até hoje, por sua ousadia e desvairada bichice que coloria o início dos anos 80” e lamenta sua vida curta afirmando (página 5 da edição número 8 [sem data]) que o jornal “tomou no rabo, mas afinal, quem não quer?”. É essa leitura do *Lampião* que os *nuanceiros* pretendem trazer para sua militância política e para a expressão midiática desta militância. E é partir desta leitura que podemos entender a visão que o jornal tem sobre si mesmo.

O ponto de partida para entender a posição do *Jornal do Nuances* a respeito de si mesmo é tomá-lo como jornal legatário da tradição aberta pelo *Lampião da Esquina*. Mas que significa isso exatamente em termos de definições editoriais? A resposta para essa pergunta pode ser encontrada, inicialmente, através do exame do editorial da primeira edição, de janeiro de 1998. Seu título é “Apresentamos mais um integrante da luta”. Este texto afirma que:

“Os tempos têm sido de batalha. Faz seis anos que estamos caminhando, buscando um rumo entre uma sociedade que por vezes tenta nos fazer cegos, surdos ou desprovidos de todos os sentidos. Nem sempre se sabe onde o norte está, e mesmo sem andar em círculos passamos por cenários que se repetem, personagens que já conhecemos. Muitas locações novas, porém, e muitos novos ‘prazer em conhecer’. A fome e a sede não são obstáculos capazes de nos parar; nem mesmo nos atrasa o medo de quem nos vê quando pensava que fôssemos invisíveis. Queremos dizer para o mundo que existimos e estamos munidos com arma poderosa: o berro! Dando continuidade em nossa jornada, a partir de agora contamos com um incremento de munição – nosso grito vai alcançar mais gente, outras fronteiras. O *Jornal do Nuances* é nossa mais recente forma de interlocução com a sociedade. Para nós, nuances – grupo pela livre expressão sexual, vem em boa hora este veículo megafalante. É fundamental, para nós, expressar as idéias que viemos amadurecendo desde que nos conhecemos como gente. Dizer que queremos as (...) questões relativas à sexualidade humana, mais precisamente às homossexualidades. Discutir as ideologias que permeiam e interferem diretamente em nossas vidas. Fazer uso de uma linguagem clara e direta para varrer qualquer das formas de preconceito e propor outros entendimentos do que é tido hoje como ‘normal’. Mas não só. Mais. Fazer com que saibam que nossa marcha também é uma parada, daquelas paradas em que o povo se diverte enquanto dá o seu recado. A proposta sendo discutir, polemizar, propor novas formas de pensamento e mudanças, por si não se restringe a sugestão de algo monocromático, minimal. Ousamos prescrever uma dieta de prazeres. Porque ninguém é de ferro, gente! Não custa lembrar que sexo é gostoso, e saudável, combate as cáries, faz um bem enorme à pele e, acima de tudo, não causa câncer! Vamos conversar sobre Ética e Moral. Vamos debater assuntos que envolvem as relações de sexo e abater a hipocrisia e a culpa que as assombram. A participação de todas as entidades da sociedade civil é de vital importância no diálogo, uma vez que

trabalham diretamente com a população e assim podem contribuir de forma efetiva para esse processo de transformação. Isto é um convite! Com este periódico pretendemos trabalhar questões relacionadas com as sexualidades, quaisquer que sejam suas acepções, gênero, Direitos Humanos, AIDS, opiniões, cultura e 'babados' que andam acontecendo nos cenários locais. Fica esperto! É de nossa responsabilidade nos organizar, criando novos espaços que possibilitem dizer o que pensamos, denunciar o que acreditamos violar nossos direitos e propor ações afirmativas. Muito temos feito. Hoje estamos com mais um integrante; este que tu estás lendo. O nuances conta com que ele dê o recado, e que seja porta de entrada para que outros interessados venham nos conhecer. Afinal, tanto mais alto vamos falar e longe ser ouvidos quanto mais vozes a nossa se juntarem”.

Através deste texto compreendemos que o *Jornal do Nuances* é criado em decorrência de uma batalha que lhe é pré-existente. Esta batalha é descrita através da apresentação dos contendores, de suas características gerais e suas estratégias para a luta que assumem. O jornal expressa a existência e as demandas de um grupo social formado por gays, lésbicas, travestis e outros sub-grupos cuja unidade pode ser definida pelo comportamento sexual diverso ao padrão dominante, heterossexual. Sua característica decisiva é a recusa em manter seu desejo e suas práticas sexuais na clandestinidade e a recusa ao silêncio frente às investidas negadoras da legitimidade deste desejo e destas práticas. Em nome do lema “pela livre expressão sexual” expresso pela organização que o publica, o jornal tenta expressar/implementar uma “política de visibilidade” para esse grupo social.

O inimigo é ou *está* na sociedade. Ele investe contra “nós” através de, pelo menos, dois procedimentos. Primeiro, tentando anular “nossos” sentidos, isto é, tentando impedir que percebamos suas práticas e suas ideologias de controle, dominação, anulação e normalização. Segundo, tentando “nos” tornar invisíveis, isto é, negando-nos o direito à existência plena. Estes procedimentos justificam a opção reativa do grupo social sobre o qual ocorre o controle. A batalha está, portanto, declarada. “Somos” atacados e “precisamos” nos defender e também atacar. Compreendido o inimigo e seus investimentos violentos, é preciso definir a estratégia e as táticas de luta, e escolher ou criar as armas apropriadas.

O *Jornal do Nuances* aparece como uma arma eficaz por duas razões. Primeiro, porque registra o grito/berro do grupo violentado. Grito/berro são o registro e a denúncia de todas as formas ou tentativas de controle, dominação, anulação e normalização sobre os indivíduos não heterossexuais e também o registro da recusa, por estes mesmos indivíduos, ao controle, à dominação, à anulação e à normalização. Segundo, porque possibilita a

propagação deste grito/berro. E essa propagação visa alcançar e atingir alvos dentro da sociedade mesma. Seu objetivo geral, portanto, é buscar e estabelecer interlocutores (parceiros) virtualmente presentes na sociedade⁹². Assim, forma-se uma expectativa de que o jornal venha a ser uma “porta de entrada para que outros interessados venham nos conhecer”. Em síntese, o jornal é o veículo do grito/berro. E é também o veículo para sua propagação.

A eleição, pelo grupo Nuances, de um jornal como arma pode ser compreendida a partir do “poder da comunicação” para a construção do imaginário social reconhecido pelos seus membros e já referido acima. No editorial (página 2) da edição número 6 (sem data), afirma-se que “com ele (o jornal) aprendemos a exercitar um poder de comunicação que fez o *Nuances*, grupo pela livre expressão sexual, inserir-se cada vez mais na comunidade. Se a mídia constrói o imaginário, dessa vez o fez com vista aos propósitos do nuances”. Assim, com o jornal, o *Nuances* está lançando mão de uma arma cuja eficácia já está demonstrada socialmente, empiricamente⁹³.

Mediante estes pressupostos, podemos entender os objetivos específicos do grupo e de seu jornal discriminados no editorial citado acima. O jornal servirá para desde “discutir as ideologias que permeiam e interferem diretamente em nossas vidas”, “varrer quaisquer das formas de preconceito e propor outros entendimentos do que é tido como ‘normal’” até “prescrever uma dieta de prazeres”. E, conforme o editorial da edição número 6 referido acima, o jornal presta-se ao questionamento de padrões, à denúncia de abusos, à afirmação de auto-estima e à confirmação de direitos de cidadania. E, ainda, conforme o editorial da edição número um, “criando novos espaços que possibilitem dizer o que pensamos, denunciar o que acreditamos violar nossos direitos e propor ações afirmativas”, isto é, implementando uma “política de visibilidade” para as homossexualidades⁹⁴.

⁹² Uma carta publicada na página 3 da edição número 6 (sem data), proveniente da Coordenação Nacional de DST e Aids, do Ministério da Saúde, acusando o recebimento de exemplares do jornal e fazendo o elogio de seu conteúdo é um indício da vitória *nuanceira* nesse projeto de buscar “interlocutores/parceiros” na sociedade.

⁹³ No entanto, conforme afirmado no editorial (página 2) da edição número 19 (abril de 2002), os *nuanceiros* reconhecem que o *Jornal do Nuances* é um *jornalzinho*, isto é, uma arma de potência inferior à demonstrada pela mídia hegemônica.

⁹⁴ A título de reforço das posições do jornal relativas aos seus objetivos, acrescentamos que, no editorial (página 2) da edição número 26 (dezembro de 2003), afirma-se que “o *Jornal do Nuances*, assumidamente o mais atrasado da bixórdia, chega antes do fim do ano *trazendo fatos e notas que você não fica sabendo por outras línguas* (grifo nosso). E vai contando uma história da qual você faz parte, queira ou não”.

O discurso midiático *nuanceiro* demonstra reconhecer que a consecução destes objetivos está condicionada ao perfil e à proposta definidos para o jornal. Conforme pode ser demonstrado, esta preocupação pode ser percebida através de trechos de reportagens, frases e expressões publicadas em diferentes contextos e em várias edições. No editorial (página 2) da edição número 6 (sem data), há uma referência ao processo de definição do “perfil do jornal”. Também no editorial (página 2) da edição número 7 (sem data) afirma-se que “o nuances, depois da seis edições deste jornal, tem a porta batida pela crise que o projeto do governo neo-liberal fez abater sobre esta terra. Estamos resistindo com uma *proposta independente de jornal* (grifo nosso). Para tanto, fomos às ruas buscar anunciantes que sustentem cada nova edição, tipo trabalho de formiguinha mesmo”.

Assim, o poder da comunicação, sua eficácia para a promoção dos objetivos definidos pelo grupo e pelo jornal (sintetizados no lema “pela livre expressão sexual”) só podem alcançar concretude e apresentar resultados através da renúncia à ocupação de espaço na mídia dominante, através da criação de meios de comunicação próprios e ainda pela *independência editorial* destes meios. Esta convicção é reiterada na reportagem “V Fórum Social Mundial – como foi, pra onde vai”, publicada nas páginas centrais da edição número 32 (março de 2005). Descrevendo uma oficina sobre o *Jornal do Nuances* ocorrida no Fórum e a fala de um ativista *nuanceiro* nesta oficina, afirma-se que

“Luis Gustavo declarou a importância do Jornal para o próprio grupo, que através dele passou a enxergar-se e a se comunicar com a comunidade. Foi abordada a *independência*, influências do antigo Lâmpião da Esquina, linguagem utilizada, a *capacidade de visibilizar as questões gais e lésbicas*, o caráter provocativo (contra os conservadores, héteros ou não) e, principalmente, *sua posição como mídia alternativa e marginal* (grifos nossos), capaz de, ao registrar os fatos sob a ótica do grupo, contar uma movimentação renegada pela grande mídia, fazendo inclusive o resgate da história da bichice em Porto Alegre.”.

Esta citação permite, em primeiro lugar, perceber a visão que o grupo tem a respeito das qualidades que um jornal precisa assumir para tornar possível a realização dos objetivos para os quais ele foi pensando. Este jornal deverá *necessariamente* assumir uma configuração *alternativa* (em relação à mídia hegemônica) e *marginal* (em relação ao padrão ético dominante e associada à condição igualmente *marginal* dos indivíduos que busca representar). Em segundo lugar, esta citação permite perceber a crença *nuanceira* de que, apenas revestido destas qualidades, o jornal poderá exercer o “poder da comunicação com vistas aos propósitos do nuances” e “registrar os fatos sob a ótica do grupo, contar uma

movimentação renegada pela grande mídia, fazendo inclusive o resgate da história da bichice em Porto Alegre”.

Ainda nesta linha de pensamento das definições que o jornal expressa a respeito de si mesmo, é preciso reconhecer que, a partir da edição número 32 (março de 2005), o jornal assume, nas capas, o lema “independente e autônomo”. Este lema aparece como um acréscimo ao lema já tradicional (presente desde a primeira edição sob o logotipo do jornal) corresponde ao grupo nuances desde suas origens. Assim, é preciso ter em vista que este lema refere-se ao grupo Nuances em geral. E, como produto *nuanceiro*, o *Jornal do Nuances* aparecerá revestido desta mesma divisa.

Esse lema aparece impresso no canto superior direito da capa, ao lado do logotipo. No entanto, enquanto a divisa “grupo pela livre expressão sexual” aparece sempre apenas com letras e palavras postas em seqüência linear tradicional como recurso gráfico para expressar a idéia pretendida, a expressão “independente e autônomo” aparece desenhada em forma circular sobre o desenho de um cadeado aberto no centro. E, ainda, sobre o desenho, há a reprodução do lema tradicional “nuances – grupo pela livre expressão sexual”. O resultado gera o efeito de um selo ou marca de carimbo atraente para a visão. Não se trata de mera ilustração, neutra, vazia de significado específico, destinada apenas a compor e tornar a capa visualmente mais atraente. Certamente, compõe e tonifica a arma que a configuração do jornal deve assumir.

Apesar do efeito impactante provocado pela combinação de palavras e desenho (combinação certamente reforçadora do significado que se pretende atribuir ao *signo*), em nenhum momento o jornal apresentou um texto específico para explicação, esclarecimento ou justificação do lançamento deste novo recurso visual. No entanto, é possível argumentar que seu sentido está expresso difusamente nos textos midiáticos *nuanceiros*.

A referencia apresentada acima ao interesse em “registrar os fatos sob a ótica do grupo, contar uma movimentação renegada pela grande mídia, fazendo inclusive o resgate da história da bichice em Porto Alegre” pode ser entendida como um indício da preocupação *nuanceira* com a história. Neste sentido, os fazedores do jornal o reconhecem como um registro, um documento para a História. Para além dos objetivos políticos e culturais mais imediatos de servir de arma numa batalha concreta e que acontece na sua

atualidade, o *Jornal do Nuances* é feito também para o futuro⁹⁵. Este indício é reforçado por afirmações tais como a apresentada no editorial (página 2) da edição número 25 (setembro de 2003). Neste texto afirma-se que “bafões e bafonas, a gente precisa documentar tudo, porque é assim que a História fica sabendo que a gente existe”. Também numa resposta à carta de um leitor publicada na página 2 da edição número 26 (dezembro de 2003) afirma-se que o jornal “conta a história que não entra nos livros de História”. E, ainda, no editorial (página 2) da edição número 19 (abril de 2002) afirma-se que

“O Fórum Social Mundial consumiu a atenção do nuances, e nossa energia também. Dada a importância do evento, e do quanto mais importante ele deve se tornar, dedicamos grande parte desta edição para contar o que foi (para quem não estava lá) e *para que a História não esqueça o seu capítulo guei* (grifo nosso)”.

A preocupação *nuanceira* com a História leva o jornal a operar na direção referida acima, isto é, de tomar o jornal como material de consulta para os historiadores do futuro, e também na direção do passado. Isto é, o jornal toma para si também a tarefa de resgatar o passado. É preciso contar a história da população GLBTT gaúcha. Para usar os termos do jornal, fazer a “história da bichice em Porto Alegre”. Os fazedores julgam que é um jornal com as características deste que pode fazer esse resgate de modo confiável. As citações acima permitem supor que, para o *Nuances*, nenhum outro grupo social ou nenhuma outra instituição (principalmente a mídia hegemônica) são confiáveis para o cumprimento desta tarefa e, portanto, fontes confiáveis para os historiadores do futuro. De modo que, muitas matérias e muitas páginas do jornal serão voltadas para o atendimento deste objetivo.

Outro procedimento empregado pelo *Jornal do Nuances* para descrever suas próprias características é a descrição/justificação das editorias que o compõem. Em muitas oportunidades o jornal faz isso em relação à publicação de matérias do *Lampião da Esquina*. Conforme apontado acima, os sentidos de homenagem àquele jornal e de resgate da história da “bichice” justificam aquela editoria. No editorial (página 2) da edição número 30 (outubro de 2003), por exemplo, afirma-se que “as notas da página 4 retratam o *cotidiano das nuanceiras* e informações que consideramos importantes”.

A coluna social não existiu desde sempre no *Jornal do Nuances*. Seu aparecimento como uma editoria específica se dá apenas a partir da edição número 11, no segundo ano do jornal. E aparece com o nome *Coluna Social*. Só a partir da edição número 16, no terceiro

⁹⁵ Conforme visto acima, esta é a visão que o jornal tem a respeito do *Lampião da Esquina*.

ano, é que assume seu título atual *É UÓ!* e o lema “onde a baixa sociedade dá o close...”. Apesar disso, o jornal faz inúmeras referências a respeito de seu sentido. O abandono de um título marcado pela sobriedade em favor do enunciado “é uó” e mais o lema referido são indicativos dos propósitos *nuanceiros* em relação a esta coluna.

No editorial (página 2) da edição número 10 (fevereiro de 2000), por exemplo, há o seguinte texto: “preparem-se clubbers e festeiros em geral: quando você menos esperar, click, captamos você para nossa *coluna da noite* (grifos nossos). Uma coisa ‘*coluna social*’ gay. Será que existe alta sociedade gay? A gente não sabe se existe a alta sociedade, mas a baixa existe”. Também no editorial (página 2) da edição número 13 (julho de 2002) afirma-se que “a *coluna social* dá um raio xis na *cena gaúcha*, dicas de viagem para as bichas...”. No editorial (página 2) da edição número 19 (abril de 2002) afirma que a coluna *É UÓ* é a “página mais lida deste jornalzinho”. No editorial (página 2) da edição número 33 afirma-se que “para vocês, que gostam de fuxico e gentes brilhantes, a *É UÓ!*, com roteiro atualizado”. E no editorial (página 2) da edição número 34 afirma-se que “as *colunas sociais* *É UÓ!* são um luxo e elegância só, veja seus conhecidos lá”.

Essas citações permitem supor que os fazedores do jornal pensam a coluna social em, pelo menos, dois registros. Primeiro, ela deve assumir exatamente o conceito e as mesmas qualidades das colunas sociais mais tradicionais publicadas na mídia hegemônica. E, segundo, pelas personagens e eventos que reporta, pelo título e pelo lema que assume, e ainda, pela linguagem que emprega para descrever pessoas e acontecimentos, ela deve, ao mesmo tempo, debochar *diversionalmente* deste tradicionalismo.

Estas mesmas citações indicam ainda que a presença da coluna social não dilui as especificidades do *Jornal do Nuances* em relação aos demais veículos (mesmo da mídia gay) que mantêm este tipo de jornalismo. Na sessão de cartas (página 2) da edição número 26 (dezembro de 2003), em resposta leitor que elogia o jornal e menciona a “inteligência incrível” de suas matérias, o jornal dá a seguinte resposta:

“Puxa, é por isso que a gente se quebra para fazer este Jornal! Para ouvir que há diferença entre uma publicação cheia de fotinhos de gente se divertindo na noite e outra como a nossa, que tem sua coluna social, mas também denuncia, esperneia e conta a história que não entra nos livros de História”.

O *Jornal do Nuances* exercita sua independência através do emprego recorrente de enunciados tais como “o que pensamos sobre isso”, “o que pensamos sobre aquilo”, “nós

concordamos com tal ponto de vista ou com tal procedimento”, etc. Esta prática não se restringe ao editorial, mas abrange inclusive a capa, como chamada de matérias. Assim, reconhecemos que o jornal afirma sobre si mesmo o interesse em estar sempre se posicionando sobre temas que lhe digam respeito. Posicionar-se é um modo de usar a “arma” que o jornal representa e, portanto, seu emprego confere especificidade para o periódico. A independência e a autonomia são afirmadas para que o jornal exerça esta prática. Através da recorrência às expressões destacadas acima, o jornal parece estar dizendo de si mesmo: “este é um jornal que expressa o pensamento de seus fazedores, do grupo que o produz”.

O *Jornal do Nuances* posiciona-se sobre inúmeros temas. A capa da edição número 14 (janeiro de 2001), por exemplo, anuncia “o que pensamos sobre a bichice do Lula”. E a capa da edição número 15 (maio de 2001) anuncia “o que pensamos sobre o Fórum Social Mundial”. Também na página 4 da edição número 21 (outubro de 2002) encontramos a seguinte nota:

“Capitão Gay X MTG. O candidato a deputado estadual pelo PPB, José Antonio Cattaneo, conseguiu despertar a mídia nacional com uma marcha que iniciou em Pelotas tendo Porto Alegre como destino... bem na data em que o Movimento Tradicionalista Gaúcho MTG, comemora a semana Farroupilha! O Capitão Gay quis acampar no Parque da Harmonia e desfilar no dia sete de setembro. Acabou apanhando de relho, num bafão que atingiu proporções nacionais, pois alguns tradicionalistas se sentiram ofendidos em sua ‘honra’, alegando que homossexualidade não combina com a tradição dos Pampas. *A gente acha que combina, sim: para nós, gaudério, bombacha, chimarrão e um pingo são fetiches que deixam a pegação apimentada* (grifo nosso). Mas é lamentável que tenhamos que conviver com esse tipo de oportunismo tanto do protagonista pelotense, e da mídia, como de alguns militantes do movimento guei que usam o fato de forma panfletária. O Capitão Gey, por buscar holofotes sobre si e sua candidatura. Os jornais, pela discussão rasteira que só quer despertar a curiosidade usando os homossexuais como meio. As declarações do jornalista Felipe Vieira da Bandeirantes, de que o Capitão Gay ‘mereceu ser agredido e expulso do Parque da Harmonia por tradicionalistas’ merecem o devido repúdio. Não precisamos desse tipo de jornalismo, que quer Ibope a qualquer custo, desrespeitando todos os princípios da ética. Finalmente, já chegou a hora de desmascarar o fundamentalismo ideologizado que reveste o MTG. Temos tradições sim, mas elas não nos fazem superiores aos demais brasileiros! Gaúchos gueis pilchados e prendas lésbicas não são novidade nesses pampas”.

Estas citações animam-nos a formar o juízo de que o *Jornal do Nuances* é um veículo para a manifestação das posições políticas e culturais sustentadas pelo grupo. Esta é a condição pela qual é possível aos seus militantes assumirem este jornal como uma “arma”. Em síntese, antes de servir como veículo para um *fórum de debates*, isto é, um meio para difusão de diferentes posições e visões a respeito das homossexualidades, dos

constrangimentos promovidos pela homofobia e dos caminhos (estratégias) para seu enfrentamento e anulação, o *Jornal do Nuances* é um *porta-voz* do grupo que o concebeu e mantém. O jornal é um canal para difusão dos temas que o grupo Nuances elege como decisivos e para a manifestação das posições assumidas internamente a respeito destes temas.

Assim, algumas questões fazem-se presentes e impõem a busca de respostas consistentes. Quais os temas tratados neste jornal? Que posições ele sustenta a respeito de cada um desses temas? As posições sustentadas pelo jornal são sempre as mesmas ou alteram-se mediante avaliações internas sobre mudanças na conjuntura que cerca o grupo *Nuances*? Estas são as questões a serem tratadas no próximo capítulo.

Capítulo IV

Posições políticas e ideológicas do *Jornal do Nuances*

Quando examinamos o lema “grupo pela livre expressão sexual” adotado pelo grupo *Nuances*, percebemos que a questão da “liberdade sexual” aparece como ordenadora e fundante de toda ação promovida por este grupo. Assim, parece justo que um estudo sobre as posições políticas e ideológicas sustentadas pelo *Jornal do Nuances* inicie pela questão da sexualidade humana. O referido termo contém já uma definição inicial. Não haveria sentido lógico em demandar *liberdade* para uma prática se não houvesse sobre ela uma visão de que seu exercício, pelos homens e pelas mulheres, estivesse submetido a controle, dominação ou *aprisionamento*. E também se esta submissão não estivesse provocando insatisfação, sofrimento e resistência (se não existissem sinais cada vez mais expressivos desta insatisfação, do sofrimento e da resistência) em parcela significativa de seres humanos. Porém, como definição inicial, carece de precisão, aprofundamento e análise. Noutras palavras: o que o *Jornal do Nuances* entende por “livre expressão sexual”?

Um exame do artigo intitulado “Procurando rótulos”, publicado na página 12 da edição número 2 (fevereiro de 1998) permite apreender alguns sentidos da posição *nuanceira* a respeito da sexualidade humana. O autor afirma que

“Estamos acostumados a presenciar discussões sobre sexualidades, seja por leigos, políticos, sexólogos, médicos, psicólogos, psiquiatras e psicanalistas, partindo sempre como princípio de uma *divisão arbitrária de conceitos como: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, transexualidade* (os grifos são nossos), etc. A ciência trabalha com estes conceitos buscando explicações para as várias formas de como a sexualidade humana vêm se manifestando e se impondo frente ao *preconceito ideológico construído em parte pela própria ciência*. Partem para as explicações tendo como referência *a heterossexualidade como a forma ‘normal’ e legítima e as outras manifestações como algo que se desviou desta normalidade*. Acredito que tendo este entendimento como princípio, a possibilidade de compreendermos a sexualidade humana e nos posicionarmos frente a ela torna-se uma missão impossível. A discussão de como a sexualidade se expressa em cada indivíduo cada vez mais vem sendo um assunto de importância na nossa sociedade. Penso que *nos equivocamos quando tentamos explicar a expressão sexual de uma pessoa usando a heterossexualidade como referência, pois na prática o que vemos é que não existem estes limites, as várias combinações possíveis quando se trata de satisfazermos nossos desejos, fogem desse padrão e não correspondem a estes clichês*. Acredito que *a base de nossa sexualidade é justamente as fantasias que vamos construindo através de nossas histórias individuais*. Justamente por não termos poder sobre isso é que existe um controle político sobre a mesma, e para isto a nossa ciência cumpre um papel fundamental: os rótulos são parte deste controle. *As pessoas de forma geral tentam enquadrar suas sexualidades e quando não se*

enquadram em nenhum tipo entram em crise, ficam perturbadas e tentam se justificar como 'normais' assumindo um rótulo somente para satisfazer a sociedade. Aí entra a nossa ciência para 'ajudar' os 'desviados' da norma, muitas vezes até internando em clínicas psiquiátricas. As áreas médicas devem se preocupar mais com a saúde física dos indivíduos e com a ética ao invés de entrar em questões de comportamento. Já a antropologia, sociologia e história devem se apropriar cada vez mais destes temas, que com suas compreensões culturais com toda certeza podem contribuir para melhorar a saúde mental de toda a sociedade. Um desafio para quem não concorda com a rotulação é justamente questionar os mesmos, substituindo-os se necessário. Os termos homossexualismo e homossexualidade, como preferem alguns, acredito devem ser substituídos por homoerotismo, como defende o psicanalista Jurandir Freire Costa. A origem do termo homossexualismo foi criado justamente para nominar pessoas como desviantes e anormais o que construiu no senso comum da população uma referência negativa e que só vem contribuindo para aumentar o preconceito e a violência contra estas pessoas. Designações deste tipo acabam reduzindo o ser humano às suas preferências sexuais. No nuances discutimos a sexualidade humana rompendo justamente com esta concepção de velhos chavões, tentando entender o ser humano em todas as suas complexidades”.

Esta citação permite perceber que a intervenção *nuanceira* na sociedade consiste, basicamente, em um questionamento sobre as diferentes visões socialmente construídas a respeito do comportamento sexual dos seres humanos, e, em particular, sobre as homossexualidades. Mais especificamente, o ponto de partida desta intervenção é o comportamento sexual dos seres humanos e a crença de que sua manifestação ocorre sempre mediada por constrangimentos políticos e culturais, em última instância. Segundo este ponto de vista *nuanceiro*, antes de resultar da livre expressão do *desejo* e das *fantasias* dos indivíduos, as práticas sexuais resultariam mais de condicionamentos motivados pela (para a) promoção do *desejo* e das *fantasias* socialmente aceitáveis.

Para o grupo Nuances, a sexualidade humana é objeto de discussão por diferentes setores e instituições sociais. Seu ponto de partida é a crítica de todas as intervenções que demonstram capacidade efetiva para determinar os rumos do debate e controlar o comportamento sexual dos seres humanos. O grupo demonstra interesse, particularmente, pelos pressupostos, pelos enunciados expressos e pelos mecanismos ideológicos (culturais) utilizados pelas diferentes instituições para serem socialmente reconhecidas como politicamente neutras e portadoras da *verdade* sobre os homens e sua sexualidade. Dentre os atores presentes neste debate, a ciência merece especial atenção.

O principal efeito destes investimentos práticos e discursivos é o reconhecimento social dos indivíduos que se interessam em praticar (ou efetivamente praticam) um comportamento sexual incompatível com suas verdades como “desviantes”, pecadores,

doentes e/ou criminosos, e, em consequência, a negação de sua cidadania e sua marginalização social. A análise dos discursos científicos, políticos ou leigos apresentados acima toma categorias tais como “norma”, “normal”, “clichês”, “desvio”, “legitimidade” e “rótulos” como eixos para distinguir o comportamento sexual dos indivíduos e grupos sociais.

Discutindo e justificando suas intervenções no debate promovido na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, em 2002 (que resultaria na Lei Estadual 185/02⁹⁶), em artigo publicado na página 11 da edição número 22 (dezembro de 2002), o Nuances afirma que “*não defendemos a idéia de que somos diferentes, mas propomos uma discussão onde todos os cidadãos são respeitados em suas individualidades, a partir de conceitos como liberdade e privacidade (grifo nosso)*”.

Na página 10 da edição número 18 (janeiro de 2002), o jornal qualifica o confronto que promove em relação a tais investimentos referindo-se à “postura *queer* do Nuances”. Isto é, a posição do grupo e do *Jornal do Nuances* a respeito da sexualidade humana é *queer*. O núcleo deste pensamento é a idéia do uso livre do corpo pelos indivíduos e a recusa (ou resistência a), pelos indivíduos, a todos os constrangimentos políticos, sociais ou culturais em favor da *normalização*⁹⁷. Em diferentes edições o jornal se refere às (e faz a crítica das) tentativas de “institucionalização da bichice” por pessoas, grupos sociais ou instituições do Estado ou da sociedade civil (inclusive no próprio movimento homossexual) e apresenta/propõe sua resistência a elas⁹⁸. Assim, podemos perceber que a batalha *nuanceira* contra o controle da sexualidade em nome da heterossexualidade como norma (a

⁹⁶ A Lei Estadual 185/2002 “dispõe sobre a promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade, preferência sexual e dá outras providências”.

⁹⁷ Judith Butler, uma das principais formuladoras do pensamento *queer* propõe a afirmação dos indivíduos resistentes à heterossexualidade compulsória como *corpos abjetos*. Cf. BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’” In. LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*, Belo Horizonte, Autêntica, 2000, pp. 151-172. Chamamos a atenção também para o fato de que, na página 10 da edição número 5 (maio de 1998) há um artigo intitulado “Teoria bicha – bichas teóricas”, assinado pelo antropólogo Marcos Benedetti, sobre esta teoria. E na página 10 da edição número 32 (março de 2005) há uma versão reduzida de um artigo da acadêmica Guacira Lopes Louro sobre o mesmo tema.

⁹⁸ As frases-lemas acrescentadas ao lema geral do grupo (“grupo pela livre expressão sexual”), publicadas nas edições número 1, número 2 e número 3 respectivamente (“não queremos ser normais”, “não tenha medo do seu prazer” e “não seja refém da ignorância”), já exprimem essa postura que marca o *Jornal do Nuances*. Também em artigo publicado na página 10 da edição número 13 (julho de 2000) o jornal identifica o grupo Nuances (ou almeja ser reconhecido pelos homossexuais e a sociedade mais ampla) como uma “liderança da bichice”.

heterossexualidade compulsória) busca distinguir-se das demais e ainda tenta construir suas estratégias a partir de (ou em aliança com) uma fundamentação teórica.

No editorial (página 2) da edição número 9 (sem data) afirma-se que

“A afirmação sempre presente da cidadania dos gueis e das lésbicas, das travestis e transexuais, dos sadô-masôs e das demais (infinitas) formas de manifestação da sexualidade humana continua sendo nossa bandeira. A gente acredita mesmo em um estado de diversificação, em que não haja subordinação àquelas velhas formas de controle, tão atuais, como A Família, O Normal, A Igreja. Porque não admitimos que, uma vez não enquadrados nesses padrões, sejamos relegados à margem da sociedade, tratados com desigualdade e excluídos do campo semântico”.

Também num artigo publicado na coluna Opinião (página 2) da edição número 32 (março de 2005) afirma-se que

“O Nuances considera esse projeto [de parceria civil entre pessoas do mesmo sexo proposto pela então deputada federal Martha Suplicy (PT-SP)] como um caminho para a *institucionalização (domesticação) e heterossexualização da bichice* (grifo nosso), ou seja, apenas mais uma tentativa de normatizar o queer e de controlar a liberdade dos corpos”.

Assim, é a crença no sentido político destes investimentos que faz o Nuances resistir aos apelos em favor da legalização do “casamento entre pessoas do mesmo sexo” e a optar pela “livre expressão sexual”, pela liberdade de cada indivíduo no uso do seu corpo e pela valorização positiva de homossexuais, lésbicas, travestis, bissexuais, transexuais, prostitutas e garotos de programa.

Contra o comportamento heterossexual vivido através do casamento e destinado à procriação, o Nuances reage em favor do resgate da auto-estima dos indivíduos identificados com quaisquer das denominações citadas acima, do reconhecimento da luta por sua cidadania como a estratégia apropriada para reagir contra a exclusão e a marginalização individual e social de que são vítimas e elege a política e, mais especificamente, o movimento social como a via correta para o encaminhamento de suas demandas.

Um modo *nuanceiro* de valorizar a homossexualidade masculina é propondo a categoria da *bichice* para descrever positivamente seus modos de recusa à normalização (institucionalização), de recusa à vitimização frente aos preconceitos, à marginalidade e à violência e de recusa a assumir o papel de “reféns da homofobia”. Como uma descrição da cena gay porto-alegrense ou gaúcha, a bichice é um tema decisivo no *Jornal do Nuances*. Sinônimos nuanceiros para esta palavra são *viadagem* e *frescuragem*. Os três termos são de

uso corrente no discurso do jornal. E há ainda uma permanente iniciativa de tratar (com um sentido jocoso) os membros do grupo e as personagens que apresentam um comportamento público homossexual no feminino⁹⁹. Assim, sempre que oportuno, usa-se o pronome pessoal *ela* em vez de *ele*. E, numa indicação de que a bichice dos ativistas do grupo é eleita como tema para o jornal, a auto-referência é sempre grafada como *as nuanceiras*. A descrição *nuanceira* da bichice também emprega termos como *travas* ou *travecas* para se referir às travestis e *amapôas* e *sapatas* para referir-se às lésbicas.

O título do editorial (página 2) da edição número 13 (julho de 2000) é “Bichice pouca é bobagem”. Este texto é aberto com a seguinte exclamação:

“Nossa, tanta coisa aconteceu que a gente precisou se virar em quatro para dar conta do recado. Pois foi o lançamento do folder ‘Satisfação entre adolescentes gays’, 15 de junho; Parada Livre, dia 25 de junho; além, é claro, do atendimento aos ‘bofes’ que vêm aqui pedir conselhos sobre suas indecisões (essa é sempre a melhor parte...)”.

As inúmeras páginas dedicadas a esta questão permitem considerar que ela confere uma marca para o periódico. O *Jornal do Nuances* não só valoriza como também estimula a bichice. Na página 9 da edição número 9 (sem data), por exemplo, encontramos o seguinte texto:

“**As 10 bichas que abalaram o século.** Participe deste concurso que vai escolher as dez gueis mais poderosas do século XX. Escreva para o jornal do nuances indicando suas candidatas prediletas, no máximo 10. Ciências, artes, automobilismo, balé e outros esportes, política, religião, ai, qualquer área em que tiverem sido poderosas (ou estejam sendo). Valem as gaúchas e as do resto do mundo”.

E também na página 5 da edição número 10 (fevereiro de 2000), como introdução à apresentação/descrição dos endereços e características distintivas das casas e lugares destinados ao encontro erótico entre pessoas do mesmo sexo em Porto Alegre (o “mapa da mina”, o “roteiro da pegação”), encontramos o seguinte texto:

“Finalmente, o mapa da mina. Apresentamos para você o roteiro do universo da pegação de Porto Alegre, dia e noite. Para os estrangeiros e interioranos não perderem tempo, para os nativos se encontrarem. O verão de Porto Alegre pode ficar mais vazio, mas está cada vez mais quente”¹⁰⁰.

⁹⁹ Ocorre também de o jornal tratar no feminino personagens masculinos que usam de cargos eletivos nos poderes executivo ou legislativo para propor projetos de lei que prejudiquem homossexuais, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais e ainda para impedir a aprovação de leis que venham a beneficiá-los. Neste caso, porém, o sentido do uso do pronome no feminino deixa de ser jocoso e ganha um sentido de desmoralização.

¹⁰⁰ A apresentação dos lugares e casas é sempre acompanhada de comentários destinados à orientação de interessado. Assim, sobre o Shopping Center Nova Olaria diz-se que é “ponto gay fino do bairro Cidade Baixa. Elas se acham mas não se sentem. (...) Dica: vista sua melhor roupa!”. Sobre o Cinema Carlos Gomes

Em princípio, se se toma o modelo orientador da grande imprensa como referência de produção ou análise/estudo de jornais, é possível reconhecer que o espaço editorial destinado à publicação de notas informativas, comentários e fotografias sobre a bichice seria a coluna social. No entanto, no *Jornal do Nuances*, além da coluna *É UÓ* como vitrine privilegiada para a exibição de suas diferentes possibilidades expressivas, a bichice recebe tratamento jornalístico nas demais páginas do referido periódico¹⁰¹. Este tratamento ocorre através de reportagens, artigos, notas, entrevistas, cartas de leitores e também de editoriais.

O elogio *nuanceiro* da bichice faz com que o jornal invista na reversão (subversão) do sentimento de vergonha manifestado por setores da população da cidade de Pelotas em decorrência da fama propalada nacionalmente de abrigar um número significativo de homossexuais. O discurso do jornal assume a direção do regozijo em favor da verdade expressa na *fama*, do esvaziamento da vergonha que este fato possa provocar entre os pelotenses e da afirmação do orgulho pelo fato de o honroso título nacional ser detido por um município gaúcho. Numa reportagem publicada nas páginas centrais da edição número 11 (março de 2000), o jornal sustenta que

“Pelotas faz jus à fama tão decantada de norte a sul neste país, fama da qual nos orgulhamos muito, e da qual a cidade também deve se orgulhar. Seria de bom juízo Pelotas incluir-se no roteiro turístico do Estado como Capital Guei do Brasil, antes que Campinas o faça”.

E no editorial (página 2) da edição número 26 (dezembro de 2003), em referência à rejeição, por parcelas da população pelotense, à homenagem proposta por uma escola de samba do Rio de Janeiro à cidade de Pelotas, com referência a esta particularidade, afirma-se que “os viadinhos ficam com medo de não lhes darem mais pelotas (afinal, a homenagem mais carnavalesca já feita à terra de todas nós foi rechaçada pelos homens e mulheres de gravata de Pelotas)”.

No entanto, para o *Jornal do Nuances*, a valorização da bichice gaúcha implica também o resgate e a afirmação de sua história. Através do apoio de colaboradores historiadores, o jornal demonstra que a bichice gaúcha tem um passado cuja relevância

diz-se que “o lanterninha fica fiscalizando, é uó”. Sobre a Avenida José Bonifácio, no Bairro Farroupilha, diz-se que “trata-se da Avenida José Bonifácio (sede do Brique da Redenção, domingueiro). Quando a noite cai, garotos exibem-se para clientes motorizados (quanto maior a nave, mais afoito o boy). Preço a combinar, invariavelmente acessível. Dica: combine **tudo** antes do programa. Levando para casa, tome as precauções necessárias para evitar problemas”.

¹⁰¹ Acreditamos que, mais precisamente, o papel da coluna *É UÓ* seja a apresentação do registro factual da bichice atual, as efemérides da cena gay porto-alegrense ou gaúcha.

(fundada no vigor dos acontecimentos e dos personagens envolvidos) deve ser resgatada. Certamente, o resgate *nuanceiro* do passado da bichice gaúcha integra o investimento do grupo no reforço na auto-estima dos homossexuais de sua atualidade. A publicação desta história tenta reverter a crença *nuanqueira* de que a mídia hegemônica promove a invisibilidade da homossexualidade¹⁰². Através deste resgate, o jornal reverte os efeitos de uma estratégia de apagamento de um grupo social (gays, lésbicas, travestis e bissexuais) e tenta acionar um dispositivo que fortalece sua expressão social.

No texto de abertura da reportagem sobre a travesti Rubina, de 71 anos de idade, publicada nas páginas centrais da edição número 30 (outubro de 2004)¹⁰³ afirma-se que:

“Contar a história da bichice em Porto Alegre é como uma colcha com retalhos. São pedaços de alguma época que conseguimos reconstruir, cenários que montamos novamente, vidas que são lembradas através de depoimentos ou notas de jornal, boletins policiais, cartas, documentos que muitas vezes precisam ser ‘traduzidos’ para que seus verdadeiros significados ultrapassem o que aparentam na superfície, por pressão do preconceito. Ligando uma peça com outro remendo, vamos entendendo qual a cara da bixórdia em outras idades”.

O jornal já publicou artigos voltados para a descrição e análise do carnaval de rua de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 1940, da Cabana do Turquinho (um bar do bairro Cidade Baixa, na Porto Alegre da década de 1950, que promovia bailes carnavalescos, aceitava a presença de prostitutas, lésbicas, homossexuais e promovia concursos de beleza de travestis), da Flower’s (uma boate que recebia prostitutas, homossexuais, intelectuais e artistas na década de 1970), da *Coligay*, a torcida gremista gay da década de 1970 e dos almofadinhas na Porto Alegre das décadas de 1910 e 1920. Segundo o artigo, publicado na página 12 da edição número 28 (maio de 2004), os almofadinhas eram

“Rapazes elegantes de trejeitos efeminados que se reuniam em pequenos grupos em frente às confeitarias e cafés centrais, os pontos mais elegantes da cidade. (...) Um tipo específico de indivíduo que não gozava de boa reputação entre a elite, as ditas famílias e pessoas de bem, em função de sua aparência física e comportamento. Esse tipo social era encarnado por jovens rapazes que trajavam segundo a última moda de Paris, costumavam polir e esmaltar as unhas, usavam perfume e maquiagem, com direito a pó-de-arroz e rouge nas faces e lápis para o contorno dos olhos. Além disso, mantinham poses e trejeitos afeminados”.

¹⁰² Acreditamos que um dos objetivos almejados pelo jornal com o resgate da história da bichice gaúcha e com a demonstração de que essa história é vigorosa em acontecimentos e personagens é enfraquecer o mito do “macho gaúcho”. Para os ativistas *nuanceiros*, o resgate desta história permite demonstrar que, como mito, o macho gaúcho “nunca foi tão macho assim”. Esta descoberta libera “os desviantes” da atualidade de quaisquer culpas ou compromissos com um símbolo difundido para o presente e para o passado. A publicação destes artigos visa expor a dimensão ideológica do mito do “gaúcho macho”.

¹⁰³ Nesta reportagem, o jornal afirma que “não era fácil ser viado nos tempos da Rubina”.

O texto introdutório deste artigo afirma que

“É claro que a frescuragem que a gente vê nas ruas e entre as paredes porto-alegrenses não poderiam ter nascido ontem... Mas é preciso um olhar atento para encontrar, entre recortes e artigos antigos de jornal, algumas pistas que nos levam às nossas ancestrais, que tiveram a sorte de viver na época dos espartilhos (um luxo, já pensou?). As nuanceiras são mais afoitas que a historiadora Alice Dubina Trusz, e já querem inaugurar um ‘álbum de família’, muito do sem-vergonha e cheio de glamour. A gente já teve blocos de Carnaval de rua, casas noturnas atrevidas como o Flower’s, e até uma torcida guei, (lembra da Coligay?). Agora temos os Almofadinhas...”.

O interesse *nuanceiro* em valorizar os indivíduos e grupos sociais que, pela bichice que assumem, isto é, pela atitude de indiferença ou resistência em relação aos investimentos *normalizadores* tornam-se vulneráveis aos processos de marginalização e vêm negada sua cidadania, faz o jornal eleger e cultuar personalidades. Um indivíduo tem sua personalidade cultuada por apresentar um comportamento social valorizado pelo grupo. No *Jornal do Nuances*, personalidades cultuadas são indivíduos que não se deixam manter reféns da homofobia nem apresentam comportamento vitimizante. Muitas vezes, frente aos apelos ou às pressões em favor da assimilação, estes indivíduos optam pela marginalidade decorrente da resistência. Em resposta à “hipocrisia da sociedade”, eles rejeitam a dissimulação. As marcas de personalidades dessas pessoas parecem ser a coragem, a ousadia e a irreverência.

Madame Satã, o malandro, artista e homossexual que marcou presença na boemia carioca durante várias décadas do século XX, é uma dessas personalidades. No editorial (página 2) da edição número 22 (dezembro de 2002), o jornal o descreve como “essa bicha poderosa, furiosa, abusada e ordinária”. Na mesma edição há a reprodução de um artigo sobre Madame Satã num jornal do município de Niterói/RJ. Outra personalidade cultuada é a cantora Cássia Eller. Na página 4 da edição número 22 (dezembro de 2002) afirma-se que “Cássia Eller, com sua postura assumida, conseguiu romper barreiras e mostrar que a garantia de nossos direitos depende muito mais de nossa atitude e coragem”. Na página 3 da edição número 30 (outubro de 2004) afirma-se que o escritor gaúcho Caio Fernando Abreu “estava totalmente à vontade com suas preferências sexuais homoeróticas e queria mais era aproveitar a vida que tanto amava”. E, conforme a citação que segue, extraída da página 4 da edição número 24 (julho de 2003), o escritor francês Jean Genet também é elevado ao panteão das personalidades *nuanceiras*:

“**Saint Genet.** Merece destaque a revista Bravo!, edição de julho, que traz na capa a foto de Jean Genet, bicha louquíssima que adorava os porões do submundo e escreveu o suficiente para ser considerada o maior escritor francês do século XX, por ninguém menos do que Jean Cocteau. O lançamento de dois livros traz a glória homossexual de Genet aos brasileiros. Também traz até nós seu deboche aos intelectuais franceses que o tiraram da cadeia e tanto o admiravam, pois Genet não tinha pena de si mesmo e o climão do cárcere certamente o excitava. Os lançamentos são saudados, enfim, como uma luz sobre a vitimização que contaminou a intelligentsia brazuca. Genet na veia!”.

Outras personalidades cultuadas pelo *Jornal do Nuances* são o militante petista da década de 1980, José Carlos Oliveira, ou Zezinho, e o carnavalesco pelotense Pompílio de Freitas. Sobre o primeiro, na página 11 da edição número 21 (outubro de 2002), afirma-se que “nós acreditamos nessas pessoas que lutavam sem pensar em si, sem serem personalistas. Queremos homenagear uma pessoa que em sua trajetória de vida, nos tempos da ditadura militar, desafiou e já ousava defender homens e mulheres gueis e lésbicas. Essa pessoa é o Zezinho”. Sobre o segundo, no editorial (página 2) da edição número 11 (março de 2000) afirma-se que “é uma daquelas pessoas raras que, com muito talento, soube conquistar seu espaço e escapar da situação de refém que muitos outros gueis teimam por permanecer. Essa coisa de ter pena de si próprio não é com ele”.

Nêga Lu (Luis Airton Bastos) pode ser definida como a *musa* do *Jornal do Nuances*. Ela é referida desde o primeiro número do jornal e é personagem constante (seja em fotos e chamadas de capas, reportagens, notas, entrevistas) em várias edições. Na capa da edição número 9 (sem data), sob uma foto que destaca sua figura fantasiada para um carnaval, ela é chamada de “personagem da bichice de Porto Alegre”. Nêga Lu é tema no *Jornal do Nuances* por seu aniversário, pela “irreverência”, pelo talento artístico, pela liderança que exercia nos bares e no carnaval de rua do bairro em que morava em Porto Alegre (era a Rainha da Banda da Saldanha) e por sua morte. Em decorrência do seu falecimento, o jornal dedicou-lhe as páginas centrais da edição número 35 (novembro de 2005). Nenhum outro registro de falecimento feito pelo *Jornal do Nuances* mereceu tal deferência.

O exame mais atento das descrições *nuanceiras* sobre as peculiaridades das pessoas referidas permitirá perceber que todas são classificáveis sob a rubrica de *transgressores exemplares*. Esta parece ser a peculiaridade que as torna cultuáveis entre os *nuanceiros*. O comportamento transgressivo e não vitimizado é avaliado exemplarmente (positivamente) para contrastar com todas as modalidades de comportamento reconhecíveis negativamente

como típicas dos “reféns” da homofobia. Assim, é possível reconhecer, neste culto, uma tática utilizada pelo jornal para enfrentar os desafios e fazer a batalha que justifica seu aparecimento. Este culto deve prestar-se, por conseguinte, para o ataque contra a vitimização e a aceitação das propostas de “heterossexualização ou institucionalização da homossexualidade” percebidas pelo grupo como presentes nas estratégias de setores do movimento homossexual brasileiro.

O tratamento jornalístico *nuanceiro* sobre as lésbicas congrega desde notas informativas sobre denúncias e manifestações públicas de protesto contra atos de discriminação e encaminhamentos formais para sua reparação, reportagens que discutem diferentes realidades do universo lésbico até notas e artigos sobre mobilizações políticas e as táticas apropriadas ao avanço do movimento. A idéia central ordenadora deste conjunto de textos é a defesa da visibilidade lésbica. Em uma nota publicada na página 10 da edição número 30 (outubro de 2004), o jornal afirma que “a visibilidade lésbica sempre é necessária, para mostrar que as mulheres que amam outras mulheres têm direito a isso. O nuances continua afirmando que queremos respeito a esse direito”. O título do artigo assinado por Betânia Alfonsin, publicado na coluna *Opinião*, página 2 da edição número 25 (setembro de 2003), “Visibilidade lésbica para que um outro mundo seja possível” sintetiza a posição *nuanceira* a respeito desta questão.

O artigo publicado na coluna *Opinião*, (página 2) da edição número 23 (maio de 2003), avança os argumentos em favor da visibilidade lésbica. O título é “Sou lésbica porque eu gosto e porque me dá vontade!”. A autora afirma que

“As diferenças sempre foram consideradas perigosas para quem tem o poder, porque são difíceis de controlar. E a essas diferenças o poder coloca nomes. As mulheres lésbicas, por exemplo. Temos sido chamadas desviadas, doentes ou anormais. A própria palavra lésbica, embora seja silenciada e ocultada na maioria das ocasiões, soa forte, incômoda, tem certo sabor de perversão, dependendo de como nosso paladar e olfato foram treinados no modelo patriarcal de sentir e de saber. (...) Minha luta, que é de muitas, não é integrar-me a essa sociedade, nem pedir licença nem aceitação condescendente, porque dessa maneira o centro de onde se enxerga e se avalia o mundo segue sendo o mesmo, fica intacto; eu quero revolucionar esse centro, desarmá-lo, desestabilizá-lo, denunciando seu poder de definir as coisas. Quero, em todo caso, muito centros ou nenhum centro! Se tivesse que dizer qual é a minha luta de hoje poderia defini-la como que meu projeto de vida, meu desejo de vinculação afetiva e erótica com outra mulher ou com outras mulheres, seja considerado tão legítimo como qualquer outro. E isto não se faz sozinha, se faz na articulação com outras mulheres, com encontros e pactos que não obscureçam as diferenças e sim que as revalorizem”.

Pelo menos três edições do jornal dedicam suas páginas centrais ao universo lésbico. As páginas centrais da edição número 17 (dezembro de 2001) trazem uma reportagem sobre o cotidiano das lésbicas presidiárias em Porto Alegre e enfocam suas estratégias para expressar a sexualidade. O título da reportagem é “Lésbicas atrás das grades”. O texto de abertura afirma que “o Jornal do Nuances (...) penetrou nesse outro universo – que é viver atrás das grades – para mostrar que ‘as meninas’ não são lesadas (grifo nosso)”. As páginas centrais da edição número 25 (setembro de 2003) trazem a reportagem intitulada “29 de agosto – dia nacional da visibilidade lésbica”. O texto afirma que

“Sapatas dos quatro cantos do Brasil decidiram que o 29 de agosto de 2003 não passaria em branco, e apareceram em público batendo no próprio peito para dizer ‘Eu sou uma mulher lésbica!’. A importância desses atos é histórica, pois pela primeira vez militantes saem às ruas unidas no discurso pela liberdade de expressão de suas sexualidades”.

O texto de abertura da reportagem intitulada “Gaty é cabra macho sim senhor!”, publicada nas páginas centrais da edição número 33 (maio de 2005) afirma que

“Como diz um filósofo amigo nosso, ‘diferente de um cristal, o homem se auto-define’, e no caso, se constrói semelhante a essa imagem usando de todos os meios que dispõe, seja através do bisturi, calçando sapatos masculinos ou mesmo assumindo o papel que a sociedade tradicionalmente destina aos homens – o do macho provedor e protetor. Gaty, ou Mãe Eva de Oiá, Ialorixá do Ilhé de Oiá e Xang, como diz sua esposa, ‘tem tudo o que um homem precisa para fazer uma mulher feliz! O Jornal do Nuances se interessou por sua história por ser a mesma de muitos e muitas que não se vêem como membros do sexo com que nasceram, e enviou sua equipe de reportagem para conhecê-lo”.

A nota publicada na página 4 da edição número 33 (maio de 2005) ilustra um modo *nuanceiro* de interpelar as lésbicas em favor da organização e da mobilização:

“Amapôas, fiquem ligadas. De 8 a 11 de outubro de 2005 será realizado o 10º Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, em São Paulo, depois de um recesso de 20 anos! (...) Desde o V FEMALE, que ocorreu em Sampa em 2003, as lésbicas cada vez mais ocupam espaços estratégicos no movimento feminista. O XIV Encontro Nacional Feminista (2003/POA) e a I Conferência de Política para as Mulheres (Brasília/2004) marcaram a História por darem muita visibilidade para as lésbicas. As sapatatas estão organizadas, e se reivindicam enquanto Lésbicas-Feministas”.

As posições sustentadas pelo *Jornal do Nuances* a respeito das travestis e transexuais expressam o interesse do Nuances em refletir diferentes aspectos da realidade dos indivíduos identificados com este grupo social no Brasil. Esta estratégia consiste na referência à discriminação, à violência e à marginalidade associadas ao universo da

prostituição, mas também à atitude provocadora, à ousadia, ao *glamour* e ao talento histriônico que muitas apresentam. Este mapa do universo travesti/transsexual completa-se com a referência aos processos organizativos e políticos que vêm sendo implementados. Em síntese, a representação jornalística *nuanceira* das travestis e transexuais é sempre marcada pelo conceito positivo da *transgressão exemplar*. Assim, posturas tais como o respeito, a solidariedade e o despudor com sentido lúdico funcionam como eixos sobre os quais o jornal se refere e se posiciona sobre esta questão.

Desde seu primeiro número (de janeiro de 1998), o jornal já manifesta interesse pelas travestis/transsexuais e suas demandas específicas. A página 4 desta edição traz uma reportagem intitulada “Conselho Federal de Medicina regulamenta operação para troca de sexo”. O texto volta-se para o esclarecimento dos requisitos que o candidato deve apresentar como condições para a consecução da cirurgia. Dentre tais requisitos, o texto destaca o diagnóstico médico de transexualismo. Dois boxes complementam o sentido informativo/esclarecedor da matéria. Num deles, reproduz-se o texto da resolução publicada pelo Conselho; no outro, descreve-se as diferenças entre hermafrodita, homossexual, transexual, bissexual, travesti e transformista.

Outra matéria voltada para questões de mudanças na aparência corporal via intervenção cirúrgica é o artigo/denúncia publicado na página 10 da edição número 14 (janeiro de 2001). O título é “Implante de silicone em travesti gera processo”. Após a descrição dos fatos, o autor afirma que

“O nuances relata o caso de Cassandra para salientar que as pessoas, embora diferentes umas das outras, são cidadãs com direitos iguais. Então podemos, caro leitor, tomarmos a forma e aparência que quisermos, e sermos quem desejarmos, sem ser importante o quanto temos no bolso ou títulos acadêmicos – ou de beleza – ostentarmos. *Esperamos que o TJ confirme a sentença, e o CREMERS aplique a máxima penal ao pseudomédico, banindo-o dos espaços profissionais, o que seria justo para Cassandra, e muito bom para todos nós*”.

A entrevista com travestis reconhecidas pelo talento artístico e famosas na cena cultural brasileira (a exemplo de Rogéria, página 3 da edição número 26 [dezembro de 2003]) e com travestis gaúchas bem sucedidas com a prostituição na Europa (a exemplo de Simone) é uma técnica jornalística empregada para a afirmação da transgressão exemplar. Na capa da edição número 21 (outubro de 2002), sob uma fotomontagem que mostra Simone de biquíni com a torre Eiffel ao fundo, em altura equivalente, afirma-se que ela é

“mais um monumento em Paris”. E acrescenta-se que “saiu de Cachoeirinha (cidade da região metropolitana de Porto Alegre) para brilhar na Cidade Luz”.

Nas páginas centrais da edição número 9 (sem data), o jornal traz uma entrevista com as “cinderelas ao avesso”. O texto de abertura afirma que

“Elas são eles de dia. Cabeleireiros, secretários, cozinheiros. Têm um cotidiano dos mortais, trabalhando para viver. Mas vivem no mundo da lua, quer dizer, mal podem esperar a hora de se montar: buscar nos boás, nos brilhos das jóias e bijus, nos vestidos elegantírrimos – que elas mesmas fazem – o passaporte para o prazer de também serem mulher. Com saltos altos e os cabelos compridos de perucas e apliques, elas transformam-se nas rainhas da noite”.

Também as reportagens compõem a estratégia jornalística *nuanceira* para produzir a imagem positiva das travestis/transsexuais. As páginas centrais da edição número 31 (dezembro de 2004) trazem a reportagem “Albergue Municipal tem quarto das bonecas”. O albergue é uma casa mantida pela Fundação de Assistência Social e Cidadania, da prefeitura de Porto Alegre, destinada a abrigar, no período noturno e transitoriamente, pessoas adultas que “vivem em situação de rua”. O texto afirma que

“O ‘quarto das bonecas’ foi criado a partir do das mulheres, e ficou pronto em uma semana. Antes da ocupação, as gurias foram chamadas e lhes foi explicado que não era fruto de discriminação, pelo contrário, construído para preservar sua privacidade. Tal divisão não foi, pois, reivindicação das travestis, senão atenção da gerência e da monitoria do Albergue. As travas, é claro, gostaram muito”.

A crônica da discriminação, da marginalização, da violência que as travestis e transexuais são vítimas e, por outro lado, de sua organização e mobilização política também compõe a estratégia jornalística *nuanceira* de luta pelos direitos humanos dos homossexuais. A edição número 8 (sem data) traz duas notas representativas desses dois lados da questão. Na página 3, o jornal faz o registro da fundação, em Porto Alegre, da Igualdade, Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul. E na página 8 há o relato feito por uma travesti sobre uma batida policial. O título da nota é “Polícia fora da lei – batida policial do 11º. Batalhão fere a Constituição”. No final do texto, afirma-se que “achamos lamentável esta prática da Brigada Militar, por ferir o direito que todo cidadão tem de não sofrer constrangimento e desrespeito. Cobramos da Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do RS que tomem medidas no sentido de apurar os fatos, **PROIBINDO** a Brigada Militar e a Polícia Civil de continuarem com este tipo de procedimento em nosso estado”.

Ainda neste enfoque da discriminação e da violência praticadas contra travestis e transexuais, o jornal destaca o episódio da prisão da militante do grupo Igualdade Marcelly Malta em junho de 2003. O artigo intitulado “O preço da cidadania é a eterna vigilância”, assinado por Soraia da Rosa Mendes¹⁰⁴, e publicado na página 11 da edição número 24 (julho de 2003) expressa a visão *nuanceira* a respeito deste acontecimento. A autora afirma que

“Se Marcelly Malta é conhecida e reconhecida junto à comunidade deste, e de outros Estados, em razão de sua militância em favor dos direitos das travestis e transexuais, o dia nove de junho de 2003 é, sem dúvida alguma, um dia emblemático na história dos defensores dos direitos humanos no Rio Grande do Sul. No dia 09 de junho de 2003, por volta das 18 horas, Marcelly foi presa, em sua residência em ação de policiais comandados pelo Senhor Delegado Chefe do Departamento de Polícia Metropolitana DPM, mediante ordem de prisão temporária. A investigação foi determinada pela chefe do DPM e originou-se em ‘denúncias’ que dão conta do envolvimento de Marcelly, essencialmente, em suposta prática de extorsão de outras travestis e à exploração sexual infantil, única e exclusivamente por ser a zona de prostituição de travestis, segundo o Delegado da 4ª. DP da Capital, o mesmo local onde foram presos taxistas envolvidos neste tipo de crime. Apesar de Marcelly já se encontrar presa desde 09 de junho, somente no dia 11, e mediante liminar do Tribunal de Justiça do Estado, é que foi possível saber o conteúdo das acusações. E, analisando estes autos, o que se pode perceber é que nenhuma das alegações que sustentaram o pedido de prisão temporária de 10 dias (já cumprido por Marcelly), de prisão preventiva (requerido pelo Delegado e negado pelo Juiz por duas vezes), e principalmente, os ‘fatos’ que se tenta encadear para uma possível denúncia contra ela, encontram qualquer substância jurídica. Na verdade, o que existe é uma reação política de parte daqueles que sempre se opuseram ao fato de uma travesti, como é o caso de Marcelly, ministrar aulas nas academias de policiais do Estado do Rio Grande do Sul durante o período de governo Olívio Dutra¹⁰⁵. A insatisfação de alguns setores dos órgãos policiais com o convite feito à Marcelly para participar da formação de novos policiais e agentes de segurança foi pública e feroz. Basta procurar o que diziam os jornais de classe da época para verificar que expressões como ‘traveção’ e ‘veado’ eram corriqueiras nas páginas destes informativos. (...) Marcelly, como se diz popularmente, tem a ‘ficha limpa’, ou seja, não tem contra si quaisquer processos em curso, ou sequer arquivados, que desabonem sua conduta. Pelo contrário, Marcelly é uma das coordenadoras da ONG Igualdade Associação de Travestis e Transexuais. É funcionária pública já condecorada por sua conduta profissional e pessoal no serviço público. Ou seja, é pessoa que goza de alta respeitabilidade e reconhecimento social. Por todas estas razões é que os fatos tomam uma gravidade maior do que a violação de direitos de uma única pessoa. Este é, sim, um ataque a direitos e garantias que ultrapassam o indivíduo e fazem questionar os rumos da atual política de segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul. Enfim, que nos fazem lembrar que o preço da cidadania é a eterna vigilância”.

“‘Soltando a franga’ no Ceará” é o título da matéria publicada na página 10 da edição número 8 (sem data) sobre o VII Encontro Nacional de Travestis e Liberados na

¹⁰⁴ A autora é apresentada como advogada.

¹⁰⁵ A autora refere-se às aulas sobre direitos humanos e homossexualidades, proferidas por militantes homossexuais, a convite do governador do estado do Rio Grande do Sul Olívio Dutra (PT), para funcionários em formação da polícia militar, da polícia civil e agentes penitenciários.

Luta contra a Aids e pela Cidadania, Direitos e Saúde (ENTELAIDS). O *Jornal do Nuances* mantém a cobertura anual deste evento. A capa da edição número 24 (julho de 2003) traz a seguinte chamada: “X ENTELAIDS é sucesso! Travas e liberados de todos os cantos aqüedam os gaúchos”. Na página 4 da edição número 13 (julho de 2000) tem a seguinte nota:

“O ‘Cabo’ esquentou. Aconteceu de 25 a 28 de junho, em Cabo Frio, RJ, o VIII Encontro Nacional de Travestis e Liberados que trabalham com Aids, com o apoio da CN DST e Aids do Ministério da Saúde. Segundo as travestis gaúchas que participaram do babado, tudo ocorreu às mil maravilhas, só faltou bofes com quem relaxar seus corpíchos depois das intensas discussões!! Houve expansão da rede de comunicação de travestis no país, o que é bom! Será em 2002, na capital baiana, o próximo Encontro”.

A prática comum da venda do corpo para finalidades eróticas permite ao *Jornal do Nuances* tratar da questão da prostituição combinando os universos das travestis e das mulheres e, conforme será apresentado adiante, abrangerá também o contexto dos garotos de programa. Se o tema do uso livre do corpo costuma gerar polêmica (e, conforme visto acima, o jornal já apresenta uma posição clara e favorável sobre o tema), seu uso mediante pagamento (numa relação de compra e venda) não poderia ser diferente. Os textos *nuanceiros* trazem sempre uma avaliação positiva a respeito da prostituição e das prostitutas. Os argumentos utilizados para a defesa deste ponto de vista são apontados nas citações que seguem.

O texto citado abaixo, publicado como introdução à reportagem intitulada “Sexo: prazer ou necessidade. Trabalhadores da noite, muito prazer!”, publicada nas páginas centrais da edição número 5 (maio de 1998), problematiza as contradições presentes no discurso “conservador” a respeito da prostituição:

“(…)Propomos uma discussão sobre a situação das pessoas que vivem – ou sobrevivem – com o uso do próprio corpo como meio de conseguir dinheiro. Esses profissionais têm presença garantida em todos os continentes e tempos, fazendo parte da história da humanidade não apenas como coadjuvantes. Às vezes denominados cortesãos e consortes, é de conhecimento de todos que a palavra *prostituição* tem uso bem mais comum. Palavra de referencial pejorativo, construído através da nossa moral e ideologia e que leva aqueles profissionais a sofrerem preconceito e a carregarem um estigma social que os coloca à margem da sociedade. As palavras e seus significados são utilizados de forma muito variada, com interesses muito diversos, com conotações recheadas de ideologias e preconceitos. Os significados são construídos pelos homens. Geralmente utilizamos *prostituição* para nos referirmos àqueles profissionais que usam seu próprio corpo como instrumento de trabalho. Se entendermos que essa palavra carrega um sentido pejorativo, poderíamos deslocá-la para outros comportamentos sociais mais corriqueiros que são considerados normais: será que quando um trabalhador não acorda suas atividades com sua consciência não

poderíamos considerá-lo um prostituto? Quando um professor aceita um salário de fome sem se revoltar, isso também não é uma forma de prostituir-se? Quando os políticos vendem seus votos; ou se uma pessoa fica junto a outra por interesse financeiro, isso não é prostituição? Podemos a partir daí começar questionar justamente o sentido dado às palavras e muito mais a quem elas servem, que ideologias elas representam e seu significado no cotidiano na vida das pessoas. Esperamos que esta matéria possa causar discussão e contribuir para que cada vez mais se desmistifique o preconceito embutido nas palavras. E muito mais que isso, que a sociedade entenda que democracia pressupõe respeitar as várias manifestações que os indivíduos proporcionam”.

No artigo intitulado “O impacto da aids no imaginário dos gueis”, assinado por Célio Golin, e publicado na página 12 da edição número 22 (dezembro de 2002), o autor afirma que

“Sabemos como a aids foi manipulada pela ciência quando surgiu. A idéia de grupo de risco, largamente difundida, reflexo da limitação e moralismo dos cientistas, fez com que a epidemia tivesse um tratamento ainda mais preconceituoso pela população e pelo próprio Estado. Os discursos oficiais nos remetiam para o Rio de Janeiro do início do século XX e apontavam as prostitutas como culpadas pela então epidemia de sífilis. Pergunto: por que não os pais de família que utilizam seus serviços sexuais? Como sempre acontece e a História confirma, homossexuais, prostitutas, drogados e outros grupos excluídos socialmente são ótimos bodes expiatórios, mascarando os medos e limitações da sociedade”.

Esta citação permite perceber que, na visão *nuanceira*, a avaliação dominante sobre a prostituição é de fundo moral e se sustenta numa postura hipócrita. Segundo este ponto de vista, a sociedade oficial eximiria-se de quaisquer culpas no aparecimento e no agravamento de problemas de saúde pública decorrentes de relações sexuais “ilegítimas” e clandestinas e elegeria bodes expiatórios sobre quem se apontam todas as culpas por estas mazelas sociais. Assim, justificaria-se a marginalização de um grupo social. Toda a posição política e ideológica *nuanceira* sobre a prostituição funda-se na denúncia desta hipocrisia, na avaliação positiva da prostituição e/ou das prostitutas e no acolhimento de suas demandas por respeito e cidadania.

Todo o discurso jornalístico *nuanceiro* sobre este tema funda-se na noção de vivência “desavergonhada” da prostituição. Este discurso sugere que a estratégia para desfazer (ou diluir) o fingimento presente no discurso oficial a respeito da prostituição deve tomar esta noção como princípio. A lógica presente nesta postura seria responder à hipocrisia com o despudor.

O *Jornal do Nuances* traz uma série de enunciados que justificam este argumento. Chamadas de capa tais como “Putas e travas que gozam trabalhando – travestis e prostitutas

abrem o jogo e falam como usam o corpo para dar prazer ao povo”, da edição número 21 (outubro de 2002), “Putas assumidas”, da edição número 24 (julho de 2003) e “Rita Cadillac dá para o nuances – com muito prazer, a eterna chacrete concede entrevista” podem ser tomadas como exemplos da idéia da prostituição “desavergonhada”.

As páginas centrais da edição número 21 (outubro de 2002) trazem a matéria “Putas e travas que gozam trabalhando”. O texto de abertura afirma que

“A transa por dinheiro movimenta muitas esquinas em Porto Alegre, e pagar por sexo mobiliza cidadãos e cidadãs respeitáveis. Se o segredo parece ser a alma de um negócio em que muitos negam que comprem prazer, as profissionais do sexo se organizam, entendem sua realidade e vêm lutando pela dignificação de seu trabalho. A prostituição, quando é assunto, ainda desperta muitas delícias, ataques e silêncios: é importante quebrar tabus e admitir o pleno uso do corpo, para dispor dele, colocá-lo a serviço do desejo e, claro, garantir o sustento do dia-a-dia”.

Esta matéria reúne entrevistas com a diretora da Associação de Travestis Igualdade, com a coordenadora do Núcleo de Estudos da Prostituição do GAP/RS, com a presidente do Núcleo de Estudos sobre Prostituição e com uma prostituta. As ilustrações desta matéria são uma fotomontagem que mostra uma prostituta posta sobre um pedestal num parque e fotos que mostram as entrevistadas e profissionais do sexo em manifestações públicas, reunindo-se e em sociabilidade informal.

A página 12 desta mesma edição traz um artigo intitulado “Sem vergonha de ser puta”. A autora é Gabriela Silva Leite. O jornal não traz um *pé biográfico*. No entanto, num texto publicado na página 3 da edição número 24 (julho de 2003) informa que é “militante de longa data do movimento das prostitutas no Brasil”. A autora afirma que

“Hoje mudamos de nome. Somos garotas de programa. (...) Temos também um nome politicamente correto: somos profissionais do sexo. Chiquérrimo e detestável! Não diz absolutamente nada. (...) Não importa que hoje estamos organizadas, falamos em público e conseguimos com todo o preconceito deixar de ser invisíveis. Temos a vergonha de ser simplesmente e singelamente putas! Sintam que palavra linda, sonora e importante. Puta, que é o nome da nossa atividade, é também um grande palavrão, uma grande ofensa. Dizem os machões de plantão: ‘Me chamem de qualquer coisa, mas não chamem minha mãe de puta’. Tudo isso quer dizer que somos únicas. Quer dizer também que nossos filhos são nada mais, nada menos, que filhos da puta. Percebem? Nossos filhos nunca, se assumirmos nossa identidade, se sentirão ofendidos se forem chamados de filhos da puta. E um dia, que tenho certeza chegará, ser filho da puta haverá de ser um elogio e não uma ofensa. Mas isso depende de nós, putas. Se continuarmos a ter vergonha de ser chamadas de putas e continuarmos a inventar nomes babacas para nossa atividade profissional, não só os nossos filhos continuarão a ter vergonha de nós, como o preconceito com relação ao que fazemos continuará forte. (...) Estava pensando: existe um poeta que amo de paixão, Manuel Bandeira, que tem uma poesia linda chamada ‘Vou embora para Pasárgada’. É linda porque Pasárgada é o lugar ideal onde ele pensou em viver, daí pelas tantas Bandeira diz: ‘Lá tem prostitutas bonitas para a gente namorar’.

Imaginem vocês Manuel Bandeira vivo, hoje e tendo que escrever: “Lá tem profissionais do sexo bonitas para a gente namorar”. Acabaria aí o poeta e a poesia e surgiria o militante. Entre o poeta e o militante, fico com o poeta. É muito mais prazeroso, faz muito mais bem alma. Vamos ser putas, meretrizes, prostitutas, mulheres da vida... Todos os nomes. Quem sabe um dia além de putas assumidas, podemos chegar a ser poetas. Putas da vida assumidas e vividas, sem vergonhas e sem medos. Mulheres putas sem maiores explicações”.

A nota publicada na página 4 da edição número 33 (maio de 2005), cujo título é “Controlar profissionais do sexo em Porto Alegre? Assim não dá!”, também contribui para a sustentação do pensamento *nuanceiro* a respeito da prostituição. O texto afirma que

“Reunião entre entidades e a Secretaria Municipal de DH discutiu o Projeto de Lei que disciplina a atividade de profissionais do sexo no município de Porto Alegre, de autoria do vereador Adeli Sell do PT. Militantes de ONGs criticaram o conteúdo conservador que usa de conflitos sociais para legitimar o preconceito que existe contra as prostitutas. Tina Taborda do NEP Núcleo de Estudos da Prostituição salientou que ‘a iniciativa não contempla em nada nossas reivindicações e é um retrocesso no debate que vem sendo feito em todo o Brasil pela Rede de Profissionais do Sexo’. Segundo Cassandra Fontoura da Igualdade, Associação de Travestis e Transexuais do RS, ‘queremos sua retirada da pauta da Câmara de Vereadores e seu arquivamento, para que a discussão dos conflitos seja efetuada sem projetos dessa natureza’. Carla Almeida, do Gapa/RS falou do projeto do deputado federal Fernando Gabeira que descriminaliza algumas questões relacionadas a prostituição no Brasil sem controle do Estado. Célio Golin, do nuances, salientou a diferença de intenções dos políticos: ‘Enquanto o projeto do Gabeira vai na linha de proteção ao serviço das profissionais do sexo, o de Adeli Sell é um atraso e tem como objetivo o cerceamento da atividade’”.

As posições políticas e ideológicas do *Jornal do Nuances* a respeito dos garotos de programa seguem os princípios apontados nesta discussão acima relativas à prostituição. O texto citado abaixo, cujo título é “Prazer também tem preço!”, publicado na página 13 da edição número 33 (maio de 2005), reitera aqueles princípios:

“(…)Tivemos a intenção de promover a visibilidade de práticas eróticas que incluem o sexo comercial entre homens, a fim de propiciar a redução dos fatores que concorrem para as múltiplas faces da violência, acionadas pela moral sexual, que entre outros efeitos elevam a vulnerabilidade ao HIV/AIDS. (...)As motivações para este trabalho sustentam-se, sobretudo, face à precarização das condições do exercício da prática da prostituição, tanto para usuários quanto para quem oferece o serviço. Condições que, segundo nós, são em muito produzidas pela moralização e ‘armarização’ da sexualidade. Para o GAPA/RS e para o nuances, muito mais do que saber quais são as ‘razões’ para o exercício da prostituição (não que nos furtemos delas e que estas motivações não tenham impacto nos contratos eróticos), importa-nos criar condições para discutir *o que realmente está em jogo quando falamos sobre prostituição e quais as conseqüências dos mitos e tabus sobre as práticas eróticas, como aquelas que envolvem o sexo comercial entre homens.* (...) A máxima ‘prazer NÃO tem preço’ tem sido para nós uma das mais emblemáticas proposições da moral sexual e romântica que agenciam percepções e práticas sobre a sexualidade e o erotismo. Ao afirmarmos que ‘o prazer TAMBÉM tem preço’ declaramos que esse romantismo é a moral sexual travestida para deixar bem localizados os ‘(mal)ditos desviantes’! Considerando que nas sociedades capitalistas todos nós de algum modo

trabalhamos com nossos corpos, o que haveria de tão inescrupuloso na oferta de serviços eróticos corporais? Mas suponhamos que já tenhamos avançado um pouco na discussão do erotismo e de suas práticas. Pois bem, logo um outro argumento sobrepujaria nossa ‘defesa’ em prol da prostituição: diriam então os altruístas e abolicionistas de plantão que deveríamos nos ocupar em tirar esta gente das ruas, de acabar com a exploração. Talvez bradassem altivos: ‘Vejam estes moços, pobres moços, vindos da periferia, sem tostão algum, sem perspectiva de inclusão no mundo do trabalho, ávidos por um apadrinhamento de algum pederasta rico que os tire desta deriva!’. Certamente que isto ocorre, porém, se a única forma de analisar as coisas for esta, em que mesmo isto se diferencia de algumas expressões de conjugalidades instituídas nas sociedades ocidentais? Posto isto, as conveniências variam e a hipocrisia toma vulto. A sociedade contemporânea tem se referendado, cada vez mais, na performance do *prazer a qualquer preço*. E é claro que isso atravessa quase todas as instâncias de sociabilidade que nos constituem. Não há espaço para o outro, quando o repertório existencial mais disponível e possível encontra esteio na lógica do ‘consumo, logo existo’, valendo mais que a construção da ética e do senso de coletividade. A saída, então, é sempre individualizante/individualista: drops de felicidade na farmácia, terapias fast food, reality (?) shows, programas de governo subordinados ao dinheiro do primeiro mundo, objetificação do outro, enfim, toda sorte de expressões do (neo)liberalismo. (...) Mas é bom que saibamos que Prazer também tem preço, e pode nos servir como estratégia de dignificação, pois não somos escravos nem altruístas. É aí que pode residir a resistência e a autenticidade de quem se prostitui, de quem pode subverter a lógica da doação, na danação da sexualidade sem fronteiras. E, aos abolicionistas, bradamos: uma coisa é exploração (e nós sabemos há mais de quinhentos anos o que é isto!). Outra é a liberdade de escolha! E por mais estreita que seja a sua margem, dois ou três passos são sempre possíveis. Se o único repertório existencial disponível é o da ascensão rápida e indolor, o da glamourização, o do consumo como possibilidade de estar no mundo, o do máximo eu, talvez seja bom que nos perguntemos sobre o que temos a ver com esta construção e quais modos de experimentação das práticas eróticas eles refletem – talvez a objetificação ou a exploração consentida... Por que haveríamos de pensar em prostituição face a isto? A propósito do Big Brother, qual é a nossa margem de liberdade para não salivar por um milhão?”.

Além de expressar-se como pensamento, aquelas posições também manifestam-se na prática que o grupo desenvolve no seu cotidiano. A festa promovida pelo Nuances em maio de 1999, cuja divulgação apresentou o “sorteio de um bofe” como principal apelo para despertar o interesse do público, ilustra o pensamento e a prática *nuanceiras* em relação a esta questão.

Tomando como pretexto o fato de que o evento ocorrera com o apoio da prefeitura, sob a gestão do Partido dos Trabalhadores, do município de Porto Alegre, a imprensa, alguns partidos de oposição e setores da esquerda e do movimento social promoveram uma interpretação *escandalizada* da festa. Este discurso reprovador sustentava que tal acontecimento representava o uso do dinheiro público para gasto com prostituição e pornografia. O texto publicado na página 2 da edição número 8 (sem data), cujo título é

“Sorteio do bofe: o bafão”, reflete a visão do grupo sobre esta repercussão e também apresenta a réplica *nuanceira* às objeções levantadas:

“Somando-se aos oportunistas, o diretório municipal do PMDB de Sapucaia do Sul entrou de sola contra a Prefeitura de Porto Alegre, colocando todo seu moralismo em relação à homossexualidade. Cita em seu boletim: *‘É uma falta de vergonha e moral patrocinar festa gay, onde foi sorteado um garoto de programa, o que é inaceitável, com o dinheiro do povo. Onde estão a moral e os bons costumes?’*. Parece que o PMDB não respeita a letra D de sua sigla. O importante é ver o furor que a polêmica provocou no movimento social, causando um mal estar, aos nossos olhos, muito interessante, que possibilita nos conhecermos melhor enquanto movimento social e identidade política e ideológica. Fomos cobrados por indivíduos e entidades como promotores da exploração sexual, o que resultou até em rompimento de algumas parcerias. **Podemos perceber que o caso mexeu com um moralismo enrustido, de alguns setores do movimento social e da esquerda desse Estado.** Alguns, inclusive, acham que a iniciativa foi um retrocesso, o que a discussão e o debate mostram ao contrário. Mesmo que o tamanho da repercussão tenha surpreendido, temos consciência das iniciativas que tomamos, enquanto grupo com consciência política. *O nuances, entidade que trabalha na defesa dos direitos humanos de gays, lésbicas, travestis, bissexuais, transexuais e sadomasoquistas, acredita que a prostituição não é simples consequência do capitalismo ou de desestrutura familiar. Pensar assim seria burrice. Defendemos o direito das pessoas utilizarem seus corpos para ter prazer e ganhar dinheiro. Defendemos também o direito, por sinal garantido na Constituição, da autonomia individual sobre os corpos. Defendemos o direito de alguém, por livre arbítrio, utilizar seu corpo como produto, para ganhar dinheiro ou satisfazer o prazer de outros* (grifo nosso). Ou será que quem usa seu corpo em qualquer tipo de trabalho também não se vende a alguém? **Talvez o que nos diferencia de muitos é que conseguimos romper com a hipocrisia e assumimos o que pensamos e queremos.** Impressiona é, nesses momentos, outros setores se achando no direito de definir o que é bom ou ruim para terceiros, desrespeitando, inclusive, o direito de escolha, parte da privacidade de cada um. Acreditamos, cada vez mais, na importância da discussão do público e do privado em nossa sociedade. **Várias questões cotidianas na nossa sociedade, ainda marginalizadas (como a prostituição) merecem maior atenção,** não só pelos setores envolvidos diretamente, mas como pelo Estado, instituições públicas, universidades. Devemos romper com nossos medos e enfrentar essas questões de forma mais franca”.

As posturas *nuanceiras* de apoio à prostituição, ou mais especificamente, aos garotos de programa, encorajaram o grupo para outros enfrentamentos político-ideológicos e para a publicação de notas e artigos voltados para o esclarecimento e/ou reiteração daquelas posições. As investidas dos moradores da Rua José Bonifácio, em frente ao Parque da Redenção, em Porto Alegre, para expulsar os garotos de programa que ocupam aquela rua, representou outra oportunidade neste sentido. O artigo intitulado “A polêmica da José Bonifácio”, publicado na página 2 da edição número 9 (sem data), citado abaixo, expressa esse novo enfrentamento:

“No dia 8 de novembro o nuances participou de uma audiência na Câmara Municipal de Porto Alegre sobre a presença de garotos de programa na Rua José

Bonifácio. Chamada pelo vereador Hélio Corbellini, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e dos Direitos Humanos, estavam presentes representantes do Gapa, da Coordenação de Direitos Humanos da Prefeitura e dos vereadores Isaac Ainhorn, Helena Bonumá e Renato Guimarães. O assunto vem gerando polêmica, como se verificou na ZH do dia 11 de novembro e no programa da Rádio Gaúcha do dia 12. A opinião do representante do nuances ‘de que se os moradores de um bairro não conseguem conviver com algum tipo de situação que esteja protegida pela Constituição Federal, essas pessoas deveriam procurar outro local’, causou um certo estranhamento no vereador Isaac Ainhorn, que declarou a ZH do dia 11 ‘Considero essa atitude tão preconceituosa quanto as cometidas por aqueles que perseguem as minorias’. Em primeiro lugar queremos deixar claro que respeitamos a opinião do vereador. Para o nuances esta é uma questão muito importante, pois se trata de como vamos conviver em sociedade com as diferenças (morais, ideológicas, políticas) e de como vamos utilizar os espaços públicos da cidade. Para ilustrar, colocamos uma situação que aconteceu durante a Parada Livre 99, na Redenção. Quando solicitamos à prefeitura para colocarmos um palco em frente ao Monumento do Expedicionário, fomos informados de que havia uma ação promovida pela Associação de moradores do Bairro Farroupilha para que fossem suspensos shows e manifestações no local, já que feriria seu direito de morar num lugar tranquilo (porque o Brique é barulhento). O nuances teve que montar o palco no outro lado do parque. A pergunta é: se o parque Farroupilha é um lugar público que toda a cidade usufrui, será que a Associação de moradores tem o direito de proibir a população de manifestar-se nesse espaço, ferindo o direito coletivo? O nuances há muito discute as relações entre o público e o privado. Consideramos individualista a postura da Associação de moradores, que é muito replicada em nossa sociedade, buscando privatizar espaços que são públicos. (...)Para vivermos num mesmo espaço urbano, temos que nos adaptar a algumas coisas que não concordamos. (...)Combatemos esta visão individualista que tenta justificar o preconceito. Em relação à presença dos garotos de programa na Rua José Bonifácio, pensamos que eles têm o direito de ali ir, vir e permanecer. Na Primeira Conferência Municipal de Direitos Humanos, o nuances propôs que a Brigada Militar destacasse policiais para ficarem na JB coibindo assaltos, tráfico de entorpecentes e a exposição de órgãos genitais. O Gapa entrou em acordo com a Brigada, e isto já vem ocorrendo nessa rua. Buscamos a convivência pacífica de direitos inalienáveis que por vezes se contrapõem, e não apoiar uma guerra urbana em que não haveriam vitoriosos, mas apenas derrotados”.

A publicação de entrevistas com acadêmicos e artigos escritos por pessoas provenientes deste meio que pesquisam sobre a prostituição demonstram a instituição *nuanceira* de manter alianças pontuais na universidade com vistas ao combate no qual estão envolvidos e também o interesse em emprestar densidade teórica ao registro político-ideológico que a militância profere.

Em decorrência da adoção *nuanceira* das posições descritas acima a respeito da sexualidade humana, da bichice, do lesbianismo, das travestis, das prostitutas e dos garotos de programa, as questões do preconceito, da violência ou da discriminação praticadas contra estas posturas e contra estes grupos sociais e de seus direitos humanos constituem um eixo temático do *Jornal do Nuances*. O destaque *nuanceiro* a esta questão pode ser compreendido a partir da definição de homofobia apresentada em artigo publicado na

página 11 da edição número 32 (março de 2005). O autor afirma que “incitações ao ódio e à discriminação contra homossexuais não são somente discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais de certas parcelas da população. Elas configuram atos de violência contra o modo de vida democrático e desrespeitam a sociedade como um todo”.

A abordagem *nuanceira* da questão do preconceito, da homofobia e dos direitos dos homossexuais centra-se no combate às diversas manifestações de violência praticadas contra este grupo social. Na página 11 da edição número 26 (dezembro de 2003), o jornal afirma que “o preconceito está em todos os lugares! O Nuances tem recebido em sua sede o relato de várias pessoas sobre situações de discriminação. (...) *Esta é uma realidade que devemos e podemos combater diariamente* (grifo nosso)”.

O tratamento e o enfrentamento *nuanceiros* desta temática são feitos através de diferentes procedimentos. No jornal há um destaque para notas informativas sobre o Artigo 150 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre¹⁰⁶, notas sobre casos/relatos de discriminação (inclusive por hospitais públicos e centros de saúde, pela polícia) com aconselhamento sobre o encaminhamento apropriado, sobre a promoção de (ou participação em) manifestações públicas de protesto, notas voltadas para o estímulo à denúncia de discriminação, criação/divulgação do desenho de um bonequinho “botando a boca no trombone” para estimular a denúncia e de modo barulhento, definição de uma editoria específica com os nomes de denúncias/direitos humanos, registros de assassinatos de homossexuais, promoção da campanha “Diga não ao preconceito!”, apoio (assessoria) jurídico a pessoas discriminadas, participação em fóruns de discussão tais como a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura do Município de Porto Alegre e a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio

¹⁰⁶ O artigo 150 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre afirma que “sofrerão penalidades de multa até a cassação do alvará de instalação e funcionamento os estabelecimentos de pessoas físicas ou jurídicas que, no território do Município, pratiquem ato de discriminação racial; de gênero; por orientação sexual, étnica ou religiosa; em razão de nascimento; de idade; de estado civil; de trabalho rural ou urbano; de filosofia ou convicção política; de deficiência física, imunológica, sensorial ou mental; de cumprimento de pena; cor ou em razão de qualquer particularidade ou condição”. Esta lei foi promulgada em 03/04/90. Na nota “Rua da Praia Shopping paga multas devido a discriminações”, publicada na página 4 da edição número 12 (abril de 2000) afirma-se que “Porto Alegre tem lei ordinária, regulamentada desde 1996, que obriga a Prefeitura a fixar em local visível, nos estabelecimentos públicos e privados, a lei do artigo 150, informando e educando os donos dos estabelecimentos e freqüentadores. É fundamental a divulgação dessa lei, evitando o estresse dos processos punitivos”.

Grande do Sul¹⁰⁷, participação no debate político e jurídico atual sobre medidas antidiscriminatórias e proposição de leis anti-discriminação, proposição de audiências públicas na Assembléia Legislativa, divulgação de números de telefones e endereços de agências governamentais destinadas ao atendimento de vítimas de preconceito, discriminação ou violência, manutenção de parceria com juristas que contribuem com artigos que apresentam abordagem especializada, etc.

Num artigo intitulado “Uma iniciativa conjunta para investigar e compreender a homofobia”, publicado na página 11 da edição número 32 (março de 2005) afirma-se que é preciso definir “a melhor estratégia para a compreensão mais eficaz da homofobia visando colaborar para seu combate e superação, indo além dos lugares comuns e das perspectivas meramente vitimistas”

A estratégia *nuanqueira* para o enfrentamento/combate à discriminação opera-se a partir da classificação das situações, dos agentes e dos ambientes onde as ocorrências se dão. Neste sentido, para enfrentar esta problemática é preciso, inicialmente, *discriminar* a própria discriminação. Assim, a publicação de casos de discriminação e indicações (aconselhamentos) sobre os encaminhamentos jurídicos apropriados, na página 15 da edição número 33 (maio de 2005), é ordenada segundo os seguintes eixos: 1. discriminação e agressão em locais públicos. 2. discriminação em estabelecimentos comerciais. 3. discriminação no ambiente de trabalho. 4. discriminação na vizinhança e 5. discriminação na família.

As situações de discriminação no ambiente de trabalho ocupam inúmeras páginas do *Jornal do Nuances*. No editorial (página 2) intitulado “Maio é mês de pensar no trabalho” da edição número 5 (maio de 1998), afirma-se que

“Enquanto entidade que se posiciona pela igualdade de direitos para toda orientação sexual, o nuances propõe um olhar sobre como se dão as relações de trabalho, sob o prisma do livre exercício das sexualidades dos trabalhadores e também de quem os emprega. Convém que se deixe claro que todo trabalhador tem direito a não ser discriminado por razões de sexo, idade ou raça, como também qualquer outro motivo que possa vir a gerar exclusão ou diferenciação, como por exemplo sua expressão sexual. Se por uma mão o mundo se organizou para proteger os trabalhadores de seus países, por outra muito depende do trabalhador defender seu

¹⁰⁷ De conformidade com a nota publicada na página 3 da edição número 3 (março de 1998), dentre outras atividades em parceria com a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Nuances colaborou na elaboração do capítulo sobre homossexualidades e direitos humanos para o Relatório Azul, um documento publicado anualmente por aquela Comissão com relatos de violações dos Direitos Humanos no estado.

espaço de expressão. Entretanto, sob a pressão social que prima o heterossexismo como norma, a invisibilidade das demais formas da sexualidade é que parece ser a regra: não se fala, não se pergunta. (...)O Nuances tem recebido denúncias de pessoas que são discriminadas desde o momento da seleção para admissão no emprego até durante o exercício no cargo, e não só pela chefia, como também por seus colegas. Infelizmente, há uma conivência por parte dos denunciadores, que acabam por desistir de ingressar com o procedimento judicial próprio. Se, pois, existem aparatos legais suficientes para garantia do direito à não discriminação no trabalho acreditamos que para sua movimentação se faz necessária a crescente conscientização, pelos trabalhadores, da importância da luta, não só por melhores condições de trabalho e salário, mas também por respeito a sua privacidade”¹⁰⁸.

A demissão de um operário pela General Motors (no município de Gravataí, região metropolitana de Porto Alegre) é emblemática da ação do Nuances (e da postura do jornal) nesta área. Na página 10 da edição número 14 (janeiro de 2001), tem a seguinte nota:

“**Caso GM: discriminação gera processo.** Sindicalistas, travestis, sem teto, bichas, políticos, heterossexuais e assemelhados fizeram uma grande manifestação dentro e fora da fábrica da GM, em Gravataí, lá em agosto de 2000. Esta mistura provou que quando se tem solidariedade é possível enxergar na causa do outro um motivo para lutar contra a discriminação. No mesmo instante que o Nuances promovia a manifestação nos portões da empresa, Gilberto Biezeck, o funcionário demitido por ser guei, dava entrada a processos civil e trabalhista contra a General Motors. Na Justiça do Trabalho o caso já vai para a segunda audiência, marcada para 15 de março de 2001. O Nuances está acompanhando tudo bem de perto, juntamente com o advogado que vem demonstrando um grande interesse e competência. Cá entre nós, o oco é bem! O Ministério Público do Trabalho e a DRT também abriram o olho...”.

A denúncia da Varig junto ao Ministério Público do Trabalho, pelo Nuances, reforça a posição do grupo (e do jornal) frente às discriminações no ambiente de trabalho. A nota citada abaixo, extraída da página 4 da edição número 32 (março de 2005), reflete esta posição:

“**Nuances denuncia VARIG.** O Nuances protocolou representação junto ao Ministério Público do Trabalho denunciando a VARIG por não reconhecer como dependente de funcionários, pessoas do mesmo sexo. Na instrução para inscrição na Varig de companheiro(a) de funcionário(a) para fins de concessão de benefícios, a regra 1 diz: ‘1.1 Considera-se companheira/o pessoa do sexo oposto ao do funcionário, devidamente registrada na Empresa, na vigência do contrato de trabalho’. No entendimento de que tal regra desconsidera companheiras e companheiros do mesmo sexo, sendo discriminatório e ferindo o princípio

¹⁰⁸ Também na página 8 da edição número 5 (maio de 1998), no artigo intitulado “Direito ao trabalho e orientação sexual”, afirma-se “nesse mundo do trabalho, quando se trata da discriminação por motivo de expressão da sexualidade, a situação de gays, lésbicas e travestis demonstra o quanto estamos longe da almejada sociedade democrática. Contrariamente ao que a Constituição de 1988 aponta, o que se percebe é uma força ainda maior do preconceito e do desrespeito à dignidade e à liberdade dos indivíduos”.

constitucional de que todos são iguais perante a lei. (...) Esta iniciativa surgiu em decorrência de denúncias de funcionários da Varig que estamos dando assessoria jurídica”.

A Previdência Social (INSS) também foi alvo das investidas *nuanceiras*. O Nuances denunciou o INSS por negar os pedidos de pensões previdenciárias para homossexuais e provocou uma ação civil pública movida pela Procuradoria da República do Estado do Rio Grande do Sul obrigando a instituição pública a processar e deferir, em todo o país, todos os pedidos de pensão por morte e de auxílio-reclusão aos companheiros do mesmo sexo dos segurados falecidos ou presos. O embate jurídico entre o Nuances e o INSS deste processo resultou na chamada de capa “NUANCES PROCESSA INSS – ação inédita pode garantir direitos iguais entre homo e heterossexuais” da edição número 12 (sem data), em notas e em artigos de outras edições. No artigo intitulado “Justiça federal defere ação encaminhada pelo grupo Nuances”, publicada na página 10 desta edição, afirma-se que

“É importante a organização política dos movimentos sociais na reivindicação de direitos relacionados a livre expressão das sexualidades. É fundamental também o posicionamento do Poder Judiciário, do Estado e de todas as representações sociais frente às demandas das lutas e anseios por uma sociedade justa”.

A publicação do artigo intitulado “A equiparação das relações homossexuais às heterossexuais perante o INSS”, de autoria de Paulo Gilberto Cogo Leivas, Procurador da República, na página 10 da edição número 13 (julho de 2000), ilustra a iniciativa nuanceira de trazer para o combate promovido pelo grupo (e que toma o jornal como meio para difusão pública de suas iniciativas e posições políticas e ideológicas) a palavra competente e especializada. Neste texto, o autor afirma que

O Ministério Público Federal fundamentou a ação principalmente no direito à igualdade e na proibição de discriminação por razões de sexo, previstos expressamente, respectivamente, nos artigos 5º. e 30., IV, da Constituição Federal. Deste modo, toda discriminação contra homossexuais, lésbicas, travestis e transexuais, mesmo que previstas em lei, são inconstitucionais, ou seja, nulas e ineficazes, incumbindo ao Poder Judiciário ainda determinar a extensão de benefícios sociais a todos aqueles que foram excluídos destes direitos pelo motivo único de suas orientações sexuais. Não se trata, portanto, de inovar na ordem jurídica brasileira, de criar direitos novos. Trata-se simplesmente de aplicação de direitos que ocupam o posto mais alto na hierarquia das leis: os direitos humanos previstos na Constituição Brasileira, entre os quais o direito à igualdade. Qualquer discussão séria sobre o direito à igualdade leva ao desnudamento da irracionalidade de toda discriminação baseada na orientação sexual. Exemplificamos com o caso que está agora sendo discutido na Justiça: os motivos determinantes para que um dos companheiros venha a receber a pensão do INSS após a morte do outro são o amor, o afeto, o companheirismo, o sexo, o patrimônio comum, que são aspectos presentes tanto nas relações heterossexuais como nas homossexuais. Portanto, não há motivo racional

para negar aos homossexuais esses direitos (e tantos outros), sendo urgente e necessário que o Poder Judiciário afirme o seu papel de órgão garantidor dos direitos humanos e confirme a liminar já concedida pela Justiça Federal”.

E o artigo citado abaixo, cujo título é “INSS é gay!”, publicado na mesma página da mesma edição, expressa o modo *nuanceiro* de avaliar a (e agir na) questão:

“Não é brincadeira! É uma nova tendência, sabe?? Apesar do governo federal (INSS) ter se esforçado – nos corredores, é claro – para impedir as bichas de terem garantidos seus direitos previdenciários, não deu outra: foi reconhecido, EM TODO PAÍS, o direito dos companheiros do mesmo sexo de receberem pensão por morte e auxílio-reclusão de segurados do INSS, bem como serem incluídos como dependentes. Isso é resultado de um movimento social amadurecido e, certamente, reflexo de uma parcela da justiça brasileira responsável. Poder Judiciário que não se dobra, necessariamente, às políticas que excluem o direito dos homens e mulheres homossexuais com o argumento nojento e arbitrário da falta de dinheiro nos cofres públicos ou inexistência de legislação específica. Nem todos os juízes ou lideranças da bichice são reféns da ignorância... Muitas pessoas já estão usufruindo esses direitos. Leve a documentação que comprove a sua situação até o posto do INSS mais próximo de sua casa, e receba o que SEMPRE foi seu! Parabéns àqueles que desde o princípio acreditaram nesta significativa conquista. Alguns documentos: declaração do imposto de renda do segurado em que conste o interessado como dependente, testamentos, prova do mesmo domicílio, conta bancária conjunta, existência de sociedade reconhecida ou comunhão de bens e outros”.

A questão dos assassinatos de homossexuais também merece destaque nas páginas do *Jornal do Nuances*. A nota citada abaixo, publicada na página 10 da edição número 19 (abril de 2002), sintetiza a visão geral do jornal a respeito das condições socioculturais favorecedoras desta modalidade de crime, o perfil psicológico geral das vítimas e dos assassinos e a posição do jornal frente à questão.

“As estatísticas de homicídios de gueis parecem não ter descanso. As vítimas, em geral não tão jovens, muitas vezes buscam manter preservada sua homossexualidade, cujo segredo é justificado pelo receio de serem alvo da intolerância de suas famílias, amigos e vizinhos. Os homicidas, por sua vez, são homens que não aceitam sua própria bichice. Num vai-e-vem de causa e efeito, resultam casos como o do michê brasileiro Fernando Scherer, que foi inocentado pelo homicídio de um milionário paraense guei, morto nas dependências de um hotel chique em Nova Iorque. A impunidade não pode ser regra! Para evitar que o seja, denunciar é preciso; e antes disso, ficar de olho aberto. Ainda antes, saber que a homofobia da sociedade não é desprezível, mas também não vale o risco de vermos mais uma bicha ser encontrada degolada dentro do seu próprio armário”.

O assassinato do adestrador de cães Edson Nérís da Silva por 18 *skinheads*, em fevereiro de 2000, na cidade de São Paulo, está presente *Jornal do Nuances* através de variados registros. Em nota publicada nas páginas centrais da edição número 15 (maio de 2001), o jornal informa que ativistas do grupo participaram de manifestação de protesto

ocorrida no aniversário de um ano da morte e estiveram presentes no julgamento dos assassinos. A nota afirma que “para o movimento guei, é importante estar mobilizado frente a situações de extrema gravidade como o ocorrido” e conclui afirmando que “esperamos que crimes de ódio, como este caso, perpetrados por neonazistas ou outras ideologias de extrema direita, tenham a devida punição e sirvam para despertar a atenção da sociedade”.

Também na página 2 da edição número 12 (abril de 2000) tem um artigo cujo título é “Praça da República: o preço da indiferença”. O autor é o deputado federal (PT-RS) Marcos Rolim. Uma nota final informa que o artigo reproduz discurso proferido pelo deputado na Câmara dos Deputados. O autor afirma que

“(…)Diante de um fato desta dimensão, todos nós nos horrorizamos. Ficamos como que perplexos face à intolerância quando ela se revela de maneira tão brutal e covarde. O que não costumamos perceber é que crimes deste tipo são perpetrados muito antes, sem qualquer alarde, por uma determinada tradição cultural que legitima o preconceito contra a diferença. O caso dos homossexuais no Brasil é típico. Nossa herança cultural mais forte trata desta expressão da sexualidade como o equivalente da desonra. Os homossexuais são vistos e tratados, em muitas oportunidades, como objetos de sarcasmo público. Homens e mulheres que sejam gays e lésbicas convivem com a permanente ameaça da exclusão. Por conta da orientação sexual que possuem, perdem oportunidades de emprego ou são demitidos; enfrentam resistências em suas famílias e no seu círculo de amizades e, não raras vezes, são agredidos, ultrajados, violados e mortos. Não temos, no Brasil, estatísticas oficiais a respeito de crimes praticados contra homossexuais. Nas ocorrências policiais não há, via de regra, registro da orientação sexual das vítimas. Sabe-se, não obstante, que a violência contra gays, lésbicas e travestis é impressionante. (...) As vítimas das agressões de conteúdo homofóbico, não obstante, quando sobrevivem, dificilmente se dirigem à polícia para registrar a ocorrência pois temem a própria reação dos policiais. Frequentemente, a vítima do ataque homofóbico é vista como responsável pela agressão que sofreu. Por tudo isso, olhar para casos como o de Edson Néris implica, necessariamente, a necessidade de um acerto de contas com nossas próprias responsabilidades como cidadãos e parlamentares. Que temos feito para impedir que esta matança se perpetue? O que temos feito para afirmar os direitos dos homossexuais e contribuir para que a carga de preconceitos contra eles seja contrastada? Por que esta Casa até hoje não teve a coragem de votar o projeto de lei da ex-deputada Martha Suplicy que estabelece o reconhecimento jurídico das uniões estáveis entre homossexuais? Por que ainda não se conferiu qualquer importância à emenda constitucional de minha autoria que visa inscrever em nossa carta magna a vedação à discriminação contra os homossexuais? Talvez neste silêncio, talvez nesta ausência, possamos concluir que temos alguma responsabilidade na morte de Edson Néris. A pergunta que devemos nos fazer, por isso mesmo, talvez seja: quantos homossexuais ainda terão que morrer, senhor presidente, antes que esta Casa reconheça os seus direitos?”.

Também na página 8 da edição número 15 (maio de 2001) há um artigo assinado pelo Juiz Federal Roger Raupp Rios. O título é “A condenação dos skinheads – o direito à vida e o respeito ao pluralismo diante da violência do preconceito”. O autor afirma que

“Nos últimos anos, principalmente desde meados da década de 90, o Poder Judiciário brasileiro vem assegurando a homossexuais o exercício de inúmeros direitos, direitos estes que muitas vezes enfrentam uma série de obstáculos motivados em preconceitos. Nesta evolução, foram contempladas inúmeras situações, tais como direito a benefícios previdenciários, direito à herança, direito à participação em plano de saúde como dependente de companheiro titular do mesmo sexo e o direito à partilha do patrimônio em sociedades de fato. Sem menosprezar nenhuma destas conquistas judiciais, não pode haver dúvida quanto à importância fundamental que é proteger o direito à vida. A vida é diretamente ameaçada diante do preconceito que se traduz em violência física. Violência esta tendente à eliminação do outro (homicídio) ou à violação de sua integridade física (lesões corporais). (...) A condenação dos skinheads representa um marco na repressão dos crimes contra homossexuais. Com efeito, não basta que todos concordem, abstratamente, a respeito da necessidade de que assassinos sejam punidos. É preciso que os mecanismos policiais e judiciais sejam efetivos quando estes crimes têm como vítimas indivíduos identificados com grupos discriminados. Assim fazendo, a condenação colabora na diminuição do preconceito, tanto quando reprime o crime, quanto quando é conhecida pela sociedade”.

As páginas do *Jornal do Nuances* indicam que os neo-nazistas e seus ataques contra homossexuais, judeus, negros e outros grupos sociais constituem preocupação sistemática do grupo que o sustenta. Através de notas e artigos, o jornal faz a crônica das investidas promovidas por aquele grupo, reflete sobre as suas táticas intimidantes e de eliminação física (ou tentativa) do outro e também sobre as respostas necessárias ao seu combate. Além das notas e análises a respeito do assassinato de Edson Nérís da Silva, na página 11 da edição número 14 (janeiro de 2001), o jornal relata a manifestação pública promovida pelo grupo, com a participação de militantes do PT, do PSTU e de anarco punks, durante a Feira do Livro de Porto Alegre do ano 2000, em favor do fechamento da banca da Editora Revisão, que publica livros “que negam o próprio Holocausto”. Na página 7 da edição número 24 (julho de 2003), tem uma nota informando que os neo-nazistas haviam colado cartazes em postes e paradas de ônibus ao redor do Parque da Redenção, em Porto Alegre, propondo o assassinato de homossexuais, dias antes da parada anual promovida pelos homossexuais em homenagem ao dia do Orgulho Gay. E na capa da edição número 33 (maio de 2005), o jornal informa que, na madrugada de 8 de maio, *skinheads* haviam atacado três jovens judeus a socos e facadas, na Cidade Baixa, bairro de Porto Alegre.

Além de notas informativas sobre as múltiplas respostas *nuanceiras* aos ataques neo-nazistas, como, por exemplo, a proposição e formalização de um Termo de Compromisso (assinado pelo Nuances, pela Federação Israelita e pelo Movimento Negro, representando a sociedade civil, e pela Polícia Federal e os Ministérios Públicos Federal e

Estadual, representando o Estado), o jornal também promove a reflexão sobre o significado daquelas ocorrências. O artigo intitulado “Respeito X Injúria: o caso dos cartazes violentos em Porto Alegre na 7ª. Para Livre”, da autoria do juiz federal Roger Raupp Rios, publicado na coluna Opinião (página 2) da edição número 24 (julho de 2003) ilustra esta reflexão. O autor afirma que

“Construir o respeito e proteger direitos fundamentais de todos os cidadãos, especialmente daqueles identificados com grupos discriminados, exige respostas efetivas em face do discurso homofóbico. Cartazes incitadores da violência não podem ser esquecidos ou passarem em branco, sob pena de omissão do Estado e da sociedade reforçarem a injúria e a violência estruturais que estão na raiz destas vergonhosas ameaças”.

Todos os exemplos, apresentados acima, de reação *nuanceira* às práticas discriminatórias contra os homossexuais, permitem perceber o emprego da tática de enfrentar/combater o inimigo (e ainda marcar posição dentro do movimento homossexual brasileiro) com a publicação de artigos que expressam o registro competente (especializado, jurídico), o registro político partidário e também o registro militante do próprio grupo. A tática consiste em combinar estes registros como reforço de investimento e meio para a consecução de objetivos. Neste caso, o grupo está reconhecendo o poder judiciário como instância pública legítima para recorrência de pleitos e também está constituindo parcerias e alianças com membros isolados do corpo institucional da Justiça. E, ao mesmo tempo, está aceitando a iniciativa de um partido da “esquerda” (ou um de seus quadros) para a manifestação da indignação frente à homofobia na instância do Congresso Nacional.

Por outro lado, percebemos que, embora o jornal reconheça a relevância destes casos para a história do Nuances enquanto organização que atua em aliança ou em disputa com outras do movimento homossexual brasileiro e para o próprio movimento em suas lutas por direitos, os tratamentos jornalísticos restringem-se a publicação de notas informativas sobre encaminhamentos de denúncias e sobre a promoção (ou participação) em protestos e a artigos de juristas, políticos partidários e militantes. Não há o investimento na reportagem como técnica jornalística que permite uma reconstituição mais completa e aprofundada de cada caso específico e, em consequência, um estudo e uma compreensão mais abrangente do próprio fenômeno da discriminação por orientação sexual. O jornal não

lança mão da reportagem, nem como técnica de investigação jornalística e tratamento aprofundado do tema de interesse, nem como arma política.

No entanto, a ação afirmativa decisiva para o combate à homofobia é a luta pelos direitos humanos dos homossexuais. Essa é a questão fundante e que orienta todo o grupo e, em particular, o jornal. As páginas do *Jornal do Nuances* expressam uma mobilização permanente da organização por direitos e, ao mesmo tempo, um investimento reflexivo sobre esta questão. O tratamento jornalístico *nuanceiro* sobre a questão dos direitos centra-se em notas informativas e artigos de análise sobre as mobilizações para o combate à homofobia e em favor de direitos (vistos como direitos humanos), sobre as decisões favoráveis em processos em diferentes cortes judiciais (e seus efeitos políticos, culturais e sociais) que representam conquistas do movimento e sobre diferentes visões a respeito da problemática dos direitos para grupos discriminados tais como os homossexuais.

O artigo intitulado “Direito à privacidade e regulação da sexualidade”¹⁰⁹, publicado na página 10 da edição número 10 (sem data), sintetiza a visão do grupo sobre esta questão. O autor afirma que

“Nas sociedades contemporâneas, o direito aparece como um instrumento necessário para possibilitar o convívio, na medida em que estabelece direitos e deveres que pautam as relações interpessoais. Por meio deles são demarcados espaços de liberdade e de proibição, além de serem criadas expectativas quanto aos comportamentos uns dos outros. Ao fazer isso, o direito reflete as concepções e crenças vigentes, funcionando como forma de controle social. Isso pode ser exemplificado de várias maneiras. Assim, numa sociedade patriarcal, a atribuição dos poderes e dos limites dos cônjuges refletirá a ideologia da superioridade masculina; numa sociedade que valoriza a ciência, serão chamados peritos para opinar sobre questões discutidas na justiça, como liberdade ou proibição da venda de tal ou qual medicação. Se podemos admitir a necessidade do direito e sua importância, isso não significa que, em seu nome, tudo se possa regular, muito menos conceber sua utilização como poder de controle da maioria sobre a minoria em questões onde as opções individuais devem ser respeitadas. Para evitar essa tentação arbitrária, o direito reconhece que certos campos de convívio humano devem ser livres de uma regulação impositiva, sob pena de violação de direitos fundamentais do ser humano. Um exemplo disso é a liberdade de religião; nessa esfera, cada um pode exercer livremente suas convicções, sendo inclusive proibido impedir qualquer pessoa desse exercício. Essa reflexão também deve ser no âmbito da sexualidade. Nessa parte da vida, em que as pessoas exercem o erotismo e o amor, deve o direito respeitar as preferências e os desejos individuais? A resposta para essa pergunta está no direito à privacidade. A privacidade é uma garantia de liberdade, de não receber a intromissão alheia naquelas opções, gostos, preferências e práticas que dizem respeito a uma vida individual de cada um. E, sem dúvida, o livre exercício da sexualidade se inclui neste âmbito. Por meio da proteção da vida privada pelo menos dois objetivos fundamentais são alcançados: diminui-se o poder de gerência de uma pessoa sobre

¹⁰⁹ O artigo não está assinado. Porém, o tema tratado, a natureza da abordagem, o estilo e a linguagem empregadas permitem presumir que seja da autoria do Juiz Federal Roger Raupp Rios.

outra e criam-se condições para que cada ser humano possa desenvolver sua personalidade, tornando-se assim autônomo. Esse ponto é muito importante, na medida em que, na sociedade massificada, as pessoas são cada vez menos livres diante da pressão da maioria, veiculada e construída principalmente pelos meios de comunicação. Esse raciocínio fornece elementos essenciais para a compreensão de muitas questões do cotidiano, principalmente quando se discute a livre expressão sexual que destoa dos padrões da maioria. O mais importante deles é que o direito à privacidade proíbe qualquer regulação da sexualidade que, para agradar a uns ou a outros (mesmo que numericamente majoritários), reprima a livre expressão sexual, que deve ser reconhecida a todas as modalidades de orientação sexual na mesma medida”.

Nesta citação, o autor parte de um marco de referência sobre o papel regulador (e o auto-reconhecimento, pelo direito enquanto instituição social, fundado no direito à privacidade, de seus limites regulatórios) do direito nas relações e processos sociais e, em seguida, define uma posição favorável ao direito à privacidade entendido, inclusive, como direito ao uso livre do corpo, por cada indivíduo, para o amor, a sexualidade e o prazer erótico segundo seus próprios interesses.

No entanto, em entrevista publicada na página 10 da edição número 17 (dezembro de 2001), o juiz federal Roger Raupp Rios esclarece que, apesar da instituição do direito à privacidade, o reconhecimento social da demanda por direitos que garantam a cidadania de indivíduos não heterossexuais não é consensual. O juiz afirma que, no debate sobre esta questão, ocorre a manifestação de duas posições reciprocamente excludentes. Em síntese, há os setores sociais que negam e os setores sociais que reconhecem e/ou defendem direitos aos homossexuais. Por sua vez, as forças sociais favoráveis ao reconhecimento de direitos manifestam três posições conflitantes. Há os setores que defendem e/ou reconhecem direitos baseados em argumentos *inferiorizantes*¹¹⁰, há os que defendem a necessidade de *leis específicas* para a defesa dos homossexuais e garantia de sua cidadania e há os que defendem a universalização das leis já existentes aplicadas para os heterossexuais. O grupo Nuances (e o jornal expressará isso sempre) mostra-se claramente favorável a esta última posição.

A defesa da *não* necessidade de criação de leis específicas como meio para o rechaço à homofobia e para a garantia dos direitos humanos dos homossexuais constitui um

¹¹⁰ Nesta entrevista, o juiz federal Roger Raupp Rios afirma que os argumentos de que a homossexualidade existe e deve ser *tolerada* e de que adoção de crianças por casais homossexuais representa uma *vantagem* em relação às opções de deixar crianças *na rua* ou mantê-las em instituições incapazes de ajudá-las ilustra a posição favorável ao atendimento de direitos para homossexuais com base em argumentos inferiorizantes.

dos eixos do combate *nuanceiro* e é feita em diferentes editoriais do *Jornal do Nuances*. Em um artigo intitulado “Nuances aprova lei antidiscriminação”, publicado na página 11 da edição número 22 (dezembro de 2002), afirma-se que “não defendemos a idéia de que somos diferentes, mas propomos uma discussão onde todos os cidadãos são respeitados em suas individualidades, a partir de conceitos como liberdade e privacidade. Quando especificamos as questões que são exclusivas dos homossexuais, acabamos reforçando a idéia do gueto, da auto-exclusão, o que acaba reforçando uma visão conservadora e atrasada”. O texto abaixo, anunciado como “discurso proferido por Célio Golin, Coordenador do nuances, na Câmara Federal de Brasília, em agosto de 2003”, publicado na coluna Opinião (página 2) da edição número 26 (dezembro de 2003), reitera este posicionamento e sintetiza o argumento justificador desta posição:

“Destaco a importância de discutirmos as políticas de inclusão e direitos de gueis, lésbicas e transgêneros, rótulos utilizados para tentar nos identificar. Lutamos por uma legislação que garanta nossos direitos e por políticas públicas que os implementem. Devemos ter cuidado ao reivindicarmos e propormos legislações a partir de nossas ‘diferenças’, uma vez que equívocos são facilmente cometidos. Defendemos projetos que ampliem direitos, e não classifiquem as homossexualidades como categorias específicas. É desejável o avanço na idéia de inclusão, igualdade e dignidade humana, e o ataque aos argumentos justificadores que nos comparam aos heterossexuais, como, por exemplo, ‘somos afetivos, por isso temos direitos’. Uma legislação que garanta nossos direitos e combata a idéia do diferente é possível. Não precisamos de leis específicas! Assim, é preciso um novo projeto em substituição ao da Marta Suplicy, bem intencionado na sua elaboração, mas que classifica-nos como cidadãos de segunda categoria, uma vez que omite direitos como a adoção, por exemplo. Isto é inaceitável! A essência do novo projeto deve ser o direito à igualdade com o reconhecimento dos direitos à liberdade, à intimidade e à livre expressão sexual. E estendidos aos heterossexuais! A própria união estável entre heterossexuais acaba restringindo o direito à liberdade, pois ficam limitados no que se refere à sexualidade e individualidade. Temos direitos fundamentais, independentemente de estarmos ou não casados. O novo projeto deve abranger todas as pessoas, inclusive heterossexuais, como o Pacto Civil de Solidariedade PACS, da França. A Lei 11.872, aprovada em dezembro de 2002 no Rio Grande do Sul, dispõe sobre a promoção, o reconhecimento à liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade e preferência sexual e dá outras providências. Trata-se de lei que garante a expressão sexual nesse Estado e nela, em nenhum momento, vemos escritas as palavras gueis, lésbicas ou homossexuais. Poderemos ter uma legislação nacional que não precise afirmar essa diferença, esse rótulo. Diversamente, ao reivindicarmos o direito à diferença, automaticamente endossamos um discurso conservador e excludente, que legitima um tratamento diferenciado. Não procede a crítica de que estaríamos fugindo, escamoteando a homossexualidade. Não será afirmando nossas diferenças que vamos garantir qualquer coisa. A garantia dos nossos direitos vai se dar na luta diária, na construção do movimento, não só no Legislativo ou Executivo ou no Judiciário. O Estado não tem o poder e o condão de acabar com o preconceito ou fazer com que sejamos respeitados pela sociedade. Trata-se de um desafio do conjunto da sociedade, cuja hipocrisia não pode manter o Estado como refém”.

A mobilização *nuanceira* no debate sobre os métodos apropriados para o enfrentamento da homofobia e sobre legislação é indicativa da arena e dos métodos eleitos pelo grupo como apropriados para o encaminhamento e tratamento das demandas homossexuais. O conjunto de manifestações discursivas exposto nas citações apresentadas acima implica a crença de que a homofobia não deve ser vista como motivo para os homossexuais optarem pela clandestinidade do seu desejo e de suas práticas sexuais. Pelo contrário, o programa de atividades proposto naquelas manifestações propõe a máxima visibilidade (liberdade) para as expressões sexuais. O rechaço da homofobia decorrente desta visibilidade deve se dar através da organização e da mobilização políticas e ainda da denúncia e aplicação do aparato legal disponível através das instituições fundantes da sociedade democrática. O objetivo é a transformação da sociedade na busca de uma convivência respeitosa e solidária entre todos os seres humanos.

Um dado apropriado para demonstrar a correção deste ponto de vista é a avaliação *nuanceira* sobre a psicanálise. No artigo intitulado “O impacto da aids no imaginário dos gueis”, publicado na página 12 da edição número 22 (dezembro de 2002), Célio Golin afirma que

“A psicanálise surgiu para instituir a norma a partir de uma heterossexualidade comprometida com a sociedade burguesa, centrada no homem de pênis branco. Tudo que não se enquadrava neste modelo, foi marginalizado. (...) Se o processo de sair do armário não for político não avançaremos, pois mesmo fora dele continuaremos sendo dominados e o que é pior, domesticados. (...) A Parada Livre, evento de massa que o Nuances organiza anualmente no dia 28 de junho, é um momento que se constrói da consciência de nossa sexualidade, fazendo que nossos medos sejam substituídos por atitudes. Quando deixamos a calçada para caminharmos juntos no meio da rua, estamos enfrentando um processo subjetivo que só o coletivo pode proporcionar. A terapia que precisamos não está no divã, mas em atitudes que passam pelo coletivo, e a Parada é um desses momentos. O que precisamos é elevar a auto-estima, sem elas as pessoas se submetem a qualquer coisa, não têm respeito pelos outros e nem por si mesmas”.

Assim, à saída individualista da psicanálise como meio de *cura* para os males implantados em cada ser humano pela homofobia, o grupo Nuances está propondo a alternativa coletivista da organização e da mobilização política. Se há uma demanda individual e social por auto-estima, antes de ser através do meio individualista do divã psicanalítico, sua conquista se dará através da mobilização coletiva segundo as regras da política. A compreensão que abre caminhos para a libertação dos homossexuais não é *psicanalítica*, mas *política*. Para o pensamento *nuanceiro*, a arena de discussões e as regras

(os métodos) da política são o espaço e os meios democráticos apropriados para a transformação da sociedade e favorecedores da almejada convivência solidária e respeitosa apontada acima.

A visão sobre o campo político (a política formal, institucional ou partidária) apresentada pelo *Jornal do Nuances* funda-se na dicotomia “direita”/“esquerda”. É a partir desta divisão que o jornal efetua sua avaliação sobre as diferentes forças políticas e suas estratégias e táticas para o (ou no) poder. Os juízos *nuanceiros* sobre a “direita” sempre aparecem no registro negativo. Artigos e notas presentes em diferentes edições demonstram a justeza desta afirmação. No editorial (página 2) da edição número 14 (janeiro de 2001), intitulado “A bixice do Lula”, afirma-se que a direita “nunca tem escrúpulos”. E no artigo intitulado “Parada Livre 2002 – do armário para as ruas”, publicado na coluna Opinião (página 2) da edição número 20 (agosto de 2002), Célio Golin afirma que “a direita nos marginaliza (aos homossexuais) com seu discurso de sermos ameaça à ‘boa família’”. Estes pontos de vista justificam a rejeição, por princípio, a qualquer contato e/ou negociação com forças políticas (partidos) identificadas como pertencentes à “direita” e a busca de alianças com as agremiações identificadas como pertencentes à “esquerda”.

As posições políticas e ideológicas sustentadas pelo *Jornal do Nuances* a respeito da “esquerda” podem ser percebidas a partir da citação abaixo, extraída do editorial (página 2) da edição número 34 (agosto de 2005). Este texto afirma que

“O movimento social deste país esteve nestes últimos anos construindo uma alternativa de poder junto à esquerda, onde as demandas sociais fossem contempladas. A decepção é geral e estamos descobrindo que o processo de aparelhamento do Estado permanece vigente, assim como a velha política dos amigos em primeiro lugar. Se a política brasileira sempre foi a da valorização do patrimonialismo, talvez seja essa a ocasião para que o verdadeiro movimento social deste país indique uma alternativa de poder onde as demandas sociais possam ser contempladas. Que a crise nos sirva para desmistificar antigos dogmas muito usados para justificar a tomada (ou manutenção) do poder”.

Esta citação resume uma história do desmanche de uma aliança política, do interesse do *Jornal do Nuances* em justificar a ruptura reafirmando os princípios a partir dos quais esta aliança teria sido constituída e, finalmente, do interesse *nuanceiro* em reiterar a permanência daqueles mesmos princípios nas práticas do grupo e do jornal.

Trata-se da aliança mantida entre os movimentos sociais e o Partido dos Trabalhadores desde a década de 1980. Nesta época, milhares de organizações de oposição demonstraram possuir poder político (força política) suficiente para contribuir no processo

de esfacelamento do regime militar e para redefinir o papel político das classes médias e populares na democracia brasileira emergente. A formação do Partido dos Trabalhadores foi um dos resultados deste processo. Assim, muitos enunciados *nuanceiros* com um ponto de vista crítico sobre “a esquerda” (ou sobre “setores da esquerda”) se referem especificamente ao Partido dos Trabalhadores ou a setores deste partido.

A citação acima deixa claro tanto a motivação “esquerdista” da aliança estabelecida quanto o objetivo pretendido de permitir o atendimento das “demandas sociais” a medida que o partido fosse conquistando cargos dos poderes legislativo e executivo no Rio Grande do Sul, nos outros estados e no nível federal. A decepção, emergente em setores dos movimentos sociais, teve início a partir de “desvios de orientação programática” assumidos pelas gestões do PT em prefeituras e governos de estados, agravou-se em decorrência da virada para o centro, representada pela aliança formalizada entre o PT e o Partido Liberal como condição para favorecer a vitória eleitoral de Luis Inácio da Silva para a presidência da República em 2002 e alcançou o auge no ano de 2005 com as denúncias de corrupção praticadas por militantes históricos (dirigentes) do partido ocupantes de cargos nos mais altos escalões do governo federal.

O texto publicado na página 5 da edição número 35 (novembro de 2005), quando uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional apresentava indícios de corrupção no governo e provocava a queda do Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu, do Ministro da Economia, Antonio Palocci, e o afastamento dos principais dirigentes da Executiva Nacional do Partido, reforça a visão descrita no parágrafo acima:

“A atual crise estava refletida no clima do Grito dos Excluídos. A indignação estampada na cara de cada militante não é para menos, se forem considerados os mais de vinte anos investidos pelo movimento social num projeto político de esquerda que deu com os burros n’água! A Esquerda tem que se livrar da burocracia controladora do movimento social, da falta de representatividade e do tráfico de influência, que parecem ser a regra no governo federal. O momento é histórico, em que os partidos deixaram de ser referência e os governos não dão respostas para as demandas sociais”.

Assim, é possível sustentar que esse é um tema sobre o qual o *Jornal do Nuances* demonstra ter alterado fortemente suas posições iniciais. Muitas notas e artigos do jornal dão notícia dessa mudança.

Quando o primeiro número do *Jornal do Nuances* foi lançado, em janeiro de 1998, o presidente da República era Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o governador do

Estado era o peemedebista Antonio Brito (que em 1994, derrotara, nas urnas, o candidato petista Olívio Dutra) e o prefeito de Porto Alegre era o petista Raul Pont (eleito em 1996 numa coligação com o PCB e o PPS). Assim, o poder executivo da capital estava sob a gestão do partido apoiado pelo grupo Nuances. Os primeiros números do jornal trazem artigos de colaboradores apresentados como vereadores e deputados estaduais e federais pelo Partido Comunista do Brasil e pelo Partido dos Trabalhadores¹¹¹. Dentre estes, o nome do então deputado estadual Marcos Rolim (PT) merece destaque.

Sob a editoria de “Direitos Humanos” (página 8), o primeiro número do jornal (janeiro de 1998) noticia a presença, em Porto Alegre, da deputada federal pelo PT de São Paulo, Marta Suplicy, para falar sobre o projeto de lei que propõe a parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo. Na página 3 da edição número 3 (março de 1998) há uma nota informando que o Nuances fará o capítulo sobre Homoerotismo e Direitos Humanos para o Relatório Azul de 1997¹¹². As páginas centrais da edição número 3 (março de 1998) trazem textos informativos e/ou interpretativos sobre a política de saúde da prefeitura petista do município de Porto Alegre. As matérias publicadas nesta página versam sobre o Centro Municipal de DST/AIDS e seus serviços de Assistência Domiciliar Terapêutica (ADOT), definido como “um novo diferencial para doentes com HIV/AIDS”, e o ambulatório especial para crianças infectadas pelo HIV.

A página 2 da edição número 4 (abril de 1998) traz um artigo intitulado “Direitos Humanos e eficácia”, da autoria do deputado estadual Marcos Rolim. O autor é apresentado como presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. O autor inicia o artigo afirmando que

“Chegamos ao final do século XX diante de um imenso conjunto de perplexidades e impasses. O ‘mal estar’ desta época está inscrito na lembrança de

¹¹¹ Na página 9 da edição número 3 (março de 1998) tem um artigo sobre o Dia Internacional da Mulher, assinado pela então vereadora pelo PT de Porto Alegre, Maria do Rosário. Na página 9 da edição número 5 (sem data) tem um artigo intitulado “Mulher, a primeira escrava entre os escravos – mas com certeza, não eternamente!”, assinado por Jussara Cony. Ela é apresentada como “deputada estadual, líder do PC do B e vice-presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa”. Na página 2 da edição número 6 (sem data) tem um artigo, da autoria de João Motta, intitulado “Saindo do Gueto”. O autor é apresentado como vereador pelo PT. Além desses, há artigos de autoria do deputado estadual e, em seguida, federal Marcos Rolim e várias notas referentes a sua atuação junto ao poder legislativo e, mais especificamente, na Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e na Câmara dos Deputados.

¹¹² O Relatório Azul é uma publicação anual da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Seu objetivo é relatar as violações aos direitos humanos que aconteceram a cada ano no estado. Esta comissão era presidida pelo deputado estadual (PT) Marcos Rolim.

todas as promessas não cumpridas de liberdade e justiça social mas, possivelmente, só se confunda com a melancolia quando diante da falência de sua utopia mais forte: o socialismo”.

A página 3 desta mesma edição traz uma nota intitulada “O PT e os direitos humanos”. Seu texto afirma que

“O 12º. Encontro Estadual do Partido dos Trabalhadores definiu como estratégia de luta o reconhecimento dos direitos dos homossexuais, profissionais do sexo, prostitutas e travestis pelo livre exercício de suas profissões, contra a intolerância hegemônica em uma sociedade preconceituosa e na garantia da extensão dos direitos civis às uniões entre homossexuais”.

O principal acontecimento político do país no segundo semestre deste primeiro ano (1998) do *Jornal do Nuances* foram as eleições para a presidência da República, para o governo dos estados e para as câmaras legislativas. No pleito para a presidência, o presidente Fernando Henrique consegue re-eleger-se, derrotando o candidato petista Luis Inácio da Silva. Para o cargo de governador do Rio Grande do Sul, os adversários com maior expressão junto ao eleitorado eram o governador Antonio Brito (candidatando-se à re-eleição) e o petista Olívio Dutra. O texto intitulado “Gays e lésbicas tremulam as bandeiras em Porto Alegre”, publicado na página 7 da edição número 7 (sem data) exprime a visão do *Jornal do Nuances* sobre estas eleições:

“As eleições de 98 envolveram muitas pessoas, gente de todo tipo e gosto. Crianças, mulheres, homens e, até cachorros foram contagiados pelas propagandas na TV ou na rua. Nos esbarrões nas ruas, ficaram evidentes as diferenças dos apoiadores de Olívio Dutra e Antonio Brito Filho. (...) Na Osvaldo Aranha, senhoras usando lençinhos verdes amarelados no pescoço, e senhores que acostumaram-se a despachar em gabinetes, tiveram de enfrentar o forte calor porto-alegrense, abanando-se com bandeirolas. Acharam que venceriam no grito, já no 1º. turno, com o apoio dos puxa-sacos das TVs e jornais. Em contraposição, criativamente levantamos as bandeiras arco íris, nas passeatas e comícios, não poupando alegria. Fomos cúmplices dos alegres e, para os que debocharam, ‘fizemos a egípcia’ (ignoramos). (...) Alguns gays e lésbicas... levantaram a bandeira vermelha com as cores do arco íris e foram para as ruas sem vergonhas. Outras pessoas usaram adesivo colorido, demonstrando seu desejo de ver liberdade espreada para todos. Liberdade de desejar e escolher quem e o que quiser, a toda hora. (...) Pois é, *vale a pena viver*. Acenar as mãos e as bandeiras, dando visibilidade gay e lésbica, sem futilidades. Todos que vivem em Porto Alegre, gaúchos, pernambucanos, estrangeiros... têm a satisfação de poder participar do governo. Vamos dar asas à liberdade e festejar a autonomia dos povos! Participando com coragem de mudar!”.

O entusiasmo expresso nesta citação pode ser compreendido como resultante da vitória eleitoral do candidato apoiado pelo jornal e da conquista do governo do Estado e da

prefeitura de Porto Alegre pelo Partido dos Trabalhadores¹¹³. Este entusiasmo expressa-se, por exemplo, em notas publicadas na página 3 da edição número 8 (sem data)¹¹⁴. Em duas destas notas, o jornal informa sobre as iniciativas do deputado Marcos Rolim (agora na Câmara dos Deputados) em favor dos direitos humanos dos homossexuais e uma terceira informa sobre sua participação num debate ocorrido na Assembléia Legislativa sobre “a situação dos homossexuais frente à conjuntura política nacional e internacional”.

Esta nota informa ainda a presença dos convidados Maria do Rosário (deputada estadual pelo PT) e Alexandre Böer (representando a Coordenação de Direitos Humanos da Prefeitura de Porto Alegre) e conclui afirmando que “neste debate também foi ressaltado a importância da criação do Núcleo de Gays e Lésbicas do PT. Rolim ressaltou que o núcleo tem um grande desafio de colocar a discussão das homossexualidades para um partido como o PT, e que este seria o grande desafio do núcleo”. Esta página contém ainda uma nota informando que “no dia 28 de junho foi fundado em Porto Alegre, o ‘Núcleo 28 de junho de Gays e Lésbicas do PT’. Seja bem vindo!”¹¹⁵.

Na página 10 desta mesma edição número 8, na nota intitulada “Um ar gay na marcha dos sem”, afirma-se que

“Acreditamos também que o **Orçamento Participativo**, que também fazia parte da pauta da manifestação, é a forma mais democrática de gerenciamento do dinheiro público. A população de Porto Alegre conquistou o direito de decidir sobre o orçamento do município, e somos totalmente a favor de sua manutenção na cidade e de sua implementação em todo o Estado do RS”.

A construção *nuanceira* da aliança entre o grupo e o PT através do *Jornal do Nuances* tem ainda duas contribuições na edição número 9 (sem data). Na página 4 há uma nota em que “o nuances parabeniza o deputado” Marcos Rolim pelo recebimento de prêmio concedido pela UNESCO por sua atuação em favor dos direitos humanos e na página 9, numa nota intitulada “Nuances promove curso de Cidadania”, afirma-se que

¹¹³ Note-se que não há referência ao pleito para a presidência da República, no qual o candidato petista Luis Inácio da Silva saíra derrotado. Assim, o entusiasmo expresso na citação decorre da conquista petista no Rio Grande do Sul.

¹¹⁴ Embora a capa desta edição não traga informação sobre o mês e o ano em que foi publicada, a capa indica que se trata de uma publicação do segundo ano do jornal. Assim, podemos reconhecer que se trata de uma edição publicada no ano de 1999.

¹¹⁵ Chama a atenção a escolha da data (28 de junho) para nomear o núcleo recém fundado e para fundá-lo. Trata-se da data em que houve, na cidade de Nova Iorque (nos EUA), o enfrentamento, por homossexuais, da tentativa policial de invadir o bar Stonewall. Esta rebelião marca o início do moderno movimento homossexual no mundo. Portanto, pode-se afirmar que a data escolhida para o nome e a fundação do núcleo petista de gays e lésbicas tem um sentido simbólico indiscutível.

“Para o vereador João Motta (PT), a questão da cidadania ainda necessita percorrer um longo caminho. Disse que o poder legislativo avança muito pouco nessa área, principalmente em relação às diferenças sexuais. ‘A sociedade é conservadora e os parlamentares seguem o modelo da sociedade’, salientou. Segundo o vereador, por cidadania se entende direitos respeitados por todos”.

A primeira manifestação crítica ou de reprovação em relação à esquerda, no *Jornal do Nuances*, aparece num artigo assinado por Célio Golin e publicado na página 2 da edição número 11 (março de 2000). Neste artigo, intitulado “Não sabemos o que somos: por isso não sabemos o que queremos”, o autor sustenta que “a esquerda que camufla todos os problemas da sociedade na questão econômica é autoritária e com certeza se chegar ao poder vai impor um sistema tão opressor quanto o que criticam”.

Na coluna Opinião (página 2) da edição número 12 (sem data) há ainda o artigo (reprodução de discurso proferido na Câmara dos Deputados) assinado pelo deputado Marcos Rolim sobre o assassinato do adestrador de cães Edson Nérís na Praça da República, na cidade de São Paulo, citado acima. E, no ensejo das eleições do ano 2000 para prefeito, na página 3 da edição número 13 (julho de 2000) o jornal traz uma entrevista com o candidato petista à prefeitura de Porto Alegre, Tarso Genro. No texto de abertura afirma-se que

“Para entrevistar Tarso Genro tivemos que ficar de prontidão, torcendo por uma brecha em sua agenda. E fomos voando à sede do PT em Porto Alegre, onde aproveitamos a hora do cafezinho entre reuniões para saber um pouco mais do candidato à prefeitura da cidade. Ele é advogado, prefeito da cidade entre 93/96 e autor de vários ensaios, reflexões e artigos publicados, além de dar palestras em um monte de países. Nós descobrimos que o povo que assessora Tarso torcia para que tirássemos fotografias mais ousadas, mas não tivemos coragem de pedir. Sorry, mas fica para a próxima...”.

O abalo seguinte ocorrido na aliança que está sendo discutida ocorreu nesta mesma conjuntura eleitoral e foi provocado por uma fala “homofóbica” proferida em Brasília pelo então presidente de honra do PT, Luis Inácio da Silva. A fala remetia ao processo eleitoral que estava ocorrendo no município de Pelotas em que concorriam o petista Fernando Marroni e a candidata Leila Fetter (numa coligação formada pelo PPB, PFL, PTB e PL). O editorial (página 2) intitulado “A bixice do Lula”, citado abaixo, publicado na edição número 14 (janeiro de 2001), apresenta a avaliação *nuanceira* sobre o episódio.

“Em períodos eleitorais a sociedade fica mais ‘sensível’, e acaba valorizando coisas que passam batidas durante o ano: as brincadeiras que praticamente todos nós fazemos todos os dias, acabam sendo supervalorizadas porque inseridas no contexto do processo eleitoral. O que o Lula falou, lá em

Brasília, em off, seria somente outra piadinha de viado, se não estivesse ocorrendo, em Pelotas, uma acirrada disputa política. O Nuances, que discute o assunto com evidente interesse, não poderia deixar passar este episódio sem tecer algumas considerações. Lula equivocou-se quando disse que ‘Pelotas é uma cidade exportadora de viados’. No mínimo mostrou-se ingênuo, como que esquecido do lugar público que ocupa, despreocupado com as repercussões que viriam, caso a tênue linha que separa o privado do público fosse rompida (como de fato foi), e o que era motivo de riso íntimo entre os ‘companheiros’ se tornasse um fato político de abrangência nacional. Isso posto, passamos a desconfiar que a questão da homossexualidade é um assunto muito mal resolvido em todos os setores da sociedade brasileira, e entre os partidos políticos não seria diferente. Uma frase, de certa forma inocente, acabou revelando que o preconceito quanto às expressões de sexualidade está muito mais arraigado em nossos pensares e atitudes do que até agora assumíamos. O uso oportunista da imprensa, liberalíssima, a serviço da direita que nunca tem escrúpulos, detonou um processo em que uma comunidade, a pelotense, era conduzida a sentir-se atacada por ter bichas para dar e vender. Gente! Gente! Desde quando é ofensivo ser viado??? Não está nos programas partidários a ‘busca por uma sociedade mais democrática, diversificada, baseada nos princípios dos Direitos Humanos’? Nessa proposta de divisão política, a direita fica representada pelo PPB, que disputava a cadeira do prefeito. Sem titubear, o partido enxergou a chance de reverter o quadro que indicava vantagem ao adversário: no horário político a sua disposição, veiculou a imagem de vídeo em que o Lula piadista escorregava, acreditando no seu potencial explosivo e apostando que a sociedade pelotense é vítima do mesmo moralismo vicioso que seus militantes são. (...)Mas não sejamos nós lesadas também... Falamos acima em programas políticos, no plural, porque a esquerda também pisou na bola, e feio. *Lula resolveu o constrangimento de forma inusitada, resolveu pedir desculpas ao povo de Pelotas. Gente! Gente! Desculpas por quê? A honra da cidade foi comprometida, senhor presidente de honra do PT? Ora, vá lá resolver seus conflitos e preconceitos, e deixa de lado essa coisa de que uma cidade ‘exportadora de heterossexuais’ é legal!* (grifos nossos) O PT é esquerda porque tem uma ideologia não-excludente, promotora de humanidade. Mas quando alguns fantasmas rondam os discursos, quando a busca por aliados toma o lugar dos princípios éticos, aí a gente grita, e bem alto, que alguma coisa tá cheirando mal! *Que não se peçam desculpas, nem à cidade, nem aos gueis, porque a desatenção do Lula não foi uma atitude homofóbica, mas aquilo que se chama de ‘capacidade humana de rir de si próprio’, o que é bom. Desculpas cabem agora, pela pobreza da solução encontrada!* São estes os momentos que poderiam servir para uma discussão séria sobre questões do preconceito. (...)A polêmica da discussão, que é sempre saudável, se esvaziou em manchetes gigantes e no contraditório minúsculo, de forma que a oportunidade de falar-se sobre homossexualidade de maneira produtiva perdeu-se num cenário de mais um produto de consumo, desqualificando sua importância. Mesmo assim, esperamos que a sociedade tenha refletido um pouco sobre este episódio”.

A promoção do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, no início de 2001, foi outra ocasião para a manifestação das diferenças entre o Nuances e “as esquerdas”. O número significativo de páginas do jornal dedicadas ao evento, mesmo quando tenha ocorrido na Índia, é indicativa do interesse que desperta no grupo. O editorial (página 2) da edição número 19 (abril de 2002) afirma que “o Fórum Social Mundial consumiu a atenção do Nuances, e nossa energia também. Dada a importância do evento, e do quanto mais

importante ele deve se tornar, dedicamos grande parte desta edição para contar o que foi”. Certamente, este reconhecimento deve contribuir para a reprovação *nuanceira* sobre o que se pode definir como os “limites” impostos pelos organizadores à participação dos diferentes movimentos. O artigo intitulado “Nós, os derrotados, somos mesmo invencíveis”, publicado na página 11 da edição número 15 (maio de 2001) aponta os aspectos decisivos da crítica *nuanceira* ao FSM:

“O Fórum Social Mundial iniciou um dia antes, e a marcha que lhe deu abertura teve a representatividade que o caracterizou. Mães da Plaza de Mayo, anarcopunks, ecologistas e voluntários militantes de ONGs diversas, sindicalistas e desempregados, estudantes e revoltados marcharam com suas bandeiras de diversas causas. (...)Contribuindo para a diversidade dos participantes do FSM, o nuances sacudiu o rainbow que pôde ser visto com frequência na TV Educativa, as vezes na Bandeirantes, raramente na Globo. (...)O nuances, juntamente com outros grupos e pessoas, se propôs a discutir qual o papel que o movimento organizado das homossexualidades tem a desempenhar dentro da esquerda que investe contra o avanço neoliberal, bem como qual espaço disponibilizado para tanto. No cenário político que se desenha, é de se perguntar se a bandeira da igualdade de direitos para todas as expressões da sexualidade é hasteada de fato, ou serve apenas para palanques eleitorais. E para políticos oportunistas que nada produzem, mas pegar carona nas conquistas do movimento social organizado. Se a asa esquerda busca mesmo a inclusão dos excluídos, a gente quer ver seu discurso adequado a práticas efetivas. Desde antes, durante a organização do FSM, o que mais se ouvia dos organizadores e políticos é que o Fórum seria um espaço para o movimento social, para os que se encontram às margens, para aqueles que não estão previstos. E no entanto, no decorrer do evento, ficou evidente que os excluídos só foram reconhecidos quando já assimilados pela esquerda, produtora do evento. Pensamos que muitos setores da esquerda só conseguem estabelecer uma relação com o movimento social na medida que o tem sob controle. Autoritarismo não é privilégio da direita. Aliás, a própria organização foi parte de uma estratégia de controle, em que a desinformação foi privilegiada. Seria mais fácil inscrever um delegado em Davos do que um militante do movimento social de Porto Alegre”.

As eleições de 2002 para a presidência da República representam mais uma oportunidade para o *Jornal do Nuances* exibir sua visão do que entende serem as contradições existentes entre o discurso e a prática da “esquerda”¹¹⁶. O candidato petista Luis Inácio da Silva disputava o cargo pela quarta vez com uma estratégia que, dentre

¹¹⁶ A reportagem intitulada “Desobediência civil: uma homenagem”, publicada na página 11 da edição número 21 (outubro de 2002) apresenta os termos da desconfiança *nuanceira* sobre as investidas dos candidatos sobre os homossexuais. O texto de abertura afirma que “o país vive mais um ano eleitoral e como todo mundo sabe, a bichice virou bandeira de campanha também! Já nos acostumamos a ouvir candidatos citando negros, mulheres, crianças, velhos e portadores de deficiência em seus discursos, pseudopreocupados com as ditas ‘minorias’. A palavra homossexual era, e ainda é para muitos, de difícil pronúncia principalmente em público. Agora, já superado essa mēda, acompanhamos muitos candidatos que têm a homossexualidade como bandeira de campanha. Alguns deles colocam os homossexuais em sua agenda, e para nós, do movimento guei organizado, pode ser bom. Mas temos que ficar atentos: por que demorou tanto para falar do tema sem causar pavor? Será que esses candidatos estão comprometidos mesmo ou simplesmente querem os votos dos homossexuais?”.

outros aspectos, contemplava o rompimento do leque político-ideológico de alianças para a “esquerda” que constituía nos pleitos passados e buscava novos apoios em setores políticos identificados como da “direita”. Esta revisão promovida pelo partido concretizou-se na aliança com o PL como meio de aliviar os receios dos setores conservadores da sociedade em relação à eleição de um candidato operário, da esquerda, para o cargo de presidente da República. No artigo intitulado “E aí, Lula?”, publicado na coluna Opinião (página 2) da edição número 19 (abril de 2002), Célio Golin afirma que

“A direção nacional do Partido dos Trabalhadores se convenceu que, sem ampliar o leque de alianças, o PT não tem condições de ganhar as eleições para Presidente. E aí mora o perigo. O PT sempre defendeu que as alianças não podem comprometer o projeto político construído em sua história, que foi construído por militantes, e não apenas pela cúpula do partido. As investidas de Lula para cima do Partido Liberal causou estranhamento em muitos militantes e em vários setores da sociedade, exatamente porque coloca em foco a questão de como ceder sem comprometer o projeto ‘socialista’. Sabemos que o projeto do PT já não é mais o mesmo. E essa mudança vem se dando desde antes de eventuais alianças com a extrema direita. A burocracia vem demonstrando que é um monstro muito maior do que discursos de militantes. Junta-se a isto o descomprometimento de alguns setores do partido, preocupados em conquistar mais poder, custe o que custar... Quem não reza a cartilha, é inimigo. **Para nós viadas, bichas, sapatas, travestis e demais, alianças assim nos deixam com muitas pulgas, piolhos, lagartixas atrás da orelha.** Sabemos que o PL é um partido que defende idéias adequadas à Idade Média; além de prometer a cura para homossexuais exorcizando os desesperados, diariamente nos colocam como algezes do mal, e por isto devemos ser perseguidos. O que pensar? Será que para a esquerda algumas questões são irrelevantes, ou são importantes apenas como legitimação de um projeto ‘democrático’? Ou será que esta aliança é somente reflexo de um desespero momentâneo, que não condiz com a realidade do partido? Mas possivelmente, Lula deve estar com medo de pagar um dos maiores micos da história política deste país, ante a iminência de perder por quatro vezes as eleições presidenciais. A direção do partido já não mede as conseqüências para chegar ao poder. Quando se trata de política, as alianças são parte do jogo, mas fica cada vez mais difícil entender o que está sendo proposto. Embora sejam várias as possibilidades de articulação no cenário político, esta opção pelo PL demonstra que o PT critica, mas quer mesmo um voto cego, voto alienado, que segue seu ‘líder’. Tudo o que a esquerda sempre condenou. Os fascistas sempre se utilizaram dos fundamentalismos para impor seus regimes. **A política brasileira se construiu a partir da Casa Grande, onde o senhor impunha as regras para o dominado, justificando que o chicote fazia-lhe bem. Se nem o PT consegue escapar dessa tradição sinistra, que opção resta para os oprimidos de hoje?** Este acordo revela muito mais do que a intenção de ganhar uma eleição, mas um processo de dominação que está enraizado dentro da política brasileira. Processo que a direita sempre se utilizou para manter seus privilégios, e que setores da esquerda, de forma disfarçada, acaba se utilizando como forma não menos perversa. Como ficam os milhares de homossexuais que, de bandeira em punho, defenderam o projeto político do PT? Será que o Lula vai nos exorcizar também?”.

As dificuldades *nuanceiras* para aceitar o distanciamento petista em relação aos ideais definidos na construção do partido adquirem dramaticidade no decorrer do ano de

2005 quando uma Comissão Parlamentar de Inquérito, no Congresso Nacional, expõe os vínculos e as práticas ilegais e/ou moralmente “comprometedoras” exercidas pela Executiva Nacional e membros do partido com cargos no primeiro escalão de governo. O editorial (página 2) da edição número 34 (agosto de 2005) reflete esta postura:

“O Jornal do nuances no. 34 vai às bancas num difícil momento para todo o Brasil: máscaras estão caindo, escancarou-se a corrupção e nem a esquerda foi capaz de provar-se diferente quando deixou de ser oposição. A construção da democracia e de um Estado mais justo deve ser um objetivo que supere as tendências e posições políticas entre esquerda ou direita. A ética é uma bandeira a ser desfraldada por todo brasileiro e brasileira, seja qual for seu partido político... Mas o Brasil mais uma vez mostra sua cara, e nossa surpresa não pode permitir soluções que consistem na indicação leviana de bodes expiatórios, algo que ocorre historicamente em momentos como esse. O movimento social deste país esteve nestes últimos anos construindo uma alternativa de poder junto à esquerda, onde as demandas sociais fossem contempladas. A decepção é geral e estamos descobrindo que o processo de aparelhamento do Estado permanece vigente, assim como a velha política dos amigos em primeiro lugar. Se a política brasileira sempre foi a da valorização do patrimonialismo, talvez seja essa a ocasião para que o verdadeiro movimento social deste país indique uma alternativa de poder onde as demandas sociais possam ser contempladas. Que a crise nos sirva para desmistificar antigos dogmas muito usados para justificar a tomada (ou manutenção) do poder”.

As dificuldades *nuanceiras* com a esquerda não se restringem ao PT ou às contradições emergentes nas práticas de quadros do partido em situações concretas de mandatos nos poderes legislativo ou executivo. As edições subseqüentes do Fórum Social Mundial representam oportunidades para a ocorrência de novos atritos nesta aliança. Os discursos presentes no jornal parecem indicar o interesse em afirmar uma atuação “rebelde” a quaisquer expectativas de um movimento homossexual “heterossexualizado” e palatável ao campo político e às suas regras tradicionais de prática política de resistência às “ideologias dominantes”. Exemplo desta estratégia pode ser percebida na chamada de capa “Fórum Social Mundial 2002 – Sem bichice não tem mundo melhor” e em reportagem com o mesmo título, publicada nas páginas centrais da edição número 19 (abril de 2002). O texto afirma que

“Como a bichice faz parte do Possível Mundo Melhor, os militantes do nuances se prepararam com esmero para a Marcha de Abertura do Fórum Social: edis e necas descomunais, de espuma, foram adaptados aos nossos bonés, e balançavam pra lá e pra cá. Imaginem a cara do povo, que assistia das calçadas! Já levamos baile na saída da sede do grupo, pois os camelôs e os taxistas gritavam um montão de impropérios. Mas estavam, no fundo, gostando um monte... As bandeiras arco íris ajudaram a chamar a atenção dos fotógrafos. Além disso, a atitude das bibas e sapatas, às vezes atracadas em beijos de cinema, concentravam os cliques das máquinas fotográficas dos participantes da caminhada. Só isso já seria uma goleada. O resto ficou por conta das faixas que as nuancetes portavam: ‘Rompa o silêncio’,

‘Silêncio=Morte’. **Importante mesmo foi que bichas, sapatas e travas estavam ali, participando da movimentação por uma sociedade na qual o quanto o cidadão tem no bolso não seja a medida de seu valor”.**

O título do artigo publicado na página 7 da edição número 23 (maio de 2003), “FSM 2003 – Sem viadagem outro mundo é impossível”, demonstra a insistência nuanceira na estratégia de forçar “as esquerdas” a aceitarem um movimento homossexual que não se deixa controlar e normalizar segundo as regras da heterossexualidade. Trata-se de uma avaliação da participação do movimento homossexual nesta mais recente edição do Fórum. O texto afirma que

“Como os desafios são muitos, o nuances defende que o contato direto e diário com todos os setores da sociedade, em especial com aqueles autodeclarados de esquerda, é fundamental. A mistura é saudável e é uma visibilidade que independe de mídia ou de interlocutores, ela é direta. E é uma experiência que a esquerda ainda homofóbica precisa vivenciar. **Nada é mais político e necessário do que bichas bafonas, travas abusadas e sapatas com atitude estarem lado a lado, em lugares de grande concentração, sejam quais forem ou onde se localizarem. E no fórum isso não pode ser diferente”.**

O compromisso com a transformação dos valores dominantes a partir das regras (ou dos métodos) da política orienta os *nuanceiros* para o agrupamento organizado e com objetivos políticos, constituindo-se como *movimento social homossexual*, para a formulação de uma *política homossexual* do grupo (estratégia, táticas e meios apropriados ao alcance de seus objetivos políticos e culturais) e para a composição de alianças. Por princípio, agrupamentos clássicos da esquerda tais como os sindicatos de trabalhadores, os partidos políticos voltados para a expressão dos interesses da classe operária e do campesinato e os chamados novos movimentos sociais (movimentos anti-racismo, ecológico e feminista) são vistos como aliados preferenciais. O artigo assinado por Célio Golin, cujo título é “O umbigo nos atrasa”, publicado na página 2 da edição número 5 (maio de 1998) reflete estas preocupações:

“Há muito se discute o papel dos movimentos sociais no processo de transformação para uma sociedade mais democrática. Acredito que ainda temos muito a caminhar nessa direção, não porque nossos inimigos são poderosos, mas porque não conseguimos superar nossos próprios limites. (...)Os movimentos devem romper com a lógica estabelecida de insistir na sua questão particular como a estratégia mais eficaz para garantir espaço político. Corremos o risco do auto-isolamento, o que, a meu ver, é um grande equívoco, pois legitima a exclusão e não oferece possibilidades de um diálogo que rompa com as diferenças que são ideológicas e não de essência. É uma atitude reacionária que nos limita e mostra o despreparo para assumirmo-nos enquanto sujeitos do processo. É muito mais fácil e cômodo ter o discurso e a prática da vitimização. *Nossas particularidades são importantes, mas quando dialogamos com outros grupos sociais, outras esferas de*

poder, temos que ter claro que estas devem estar inseridas em propostas que perpassem o coletivo de toda sociedade, para não correremos o risco do isolamento (grifos nossos). Quando lutamos simplesmente porque nos sentimos atingidos em nossa especificidade, é sinal de que ainda estamos com uma visão individualista, e isso é perigoso. É premente superar nossos limites e estabelecer uma relação política de igualdade com o conjunto da sociedade. Não precisamos nos proteger através de um discurso vitimizante e individualista: além de não transformar, reproduz a própria ideologia que nos domina. Pensar que nossa questão individual vai ser resolvida por si só, é um grande engodo. Quem faz isso ou é oportunista ou é equivocado. As características dos movimentos não podem se sobrepor à discussão política de uma proposta de sociedade para todos. (...)Devemos não só assumir cargos, mas posições; e disputar idéias, fazer política, dizer o que pensamos”.

Este texto chama a atenção, em primeiro lugar, para a centralidade concedida pelo grupo para o movimento social como sujeito político apropriado para a construção da sociedade democrática. No parágrafo de abertura assume o “papel dos movimentos sociais no processo de transformação para uma sociedade mais democrática” como seu objeto de interesse. E, em segundo lugar, aponta criticamente para as debilidades e os equívocos presentes na prática destes mesmos movimentos. A reflexão avança para o que o autor chama de “limites” presentes na estratégia dos movimentos e suas implicações para o fortalecimento dos ideais democráticos.

As páginas do *Jornal do Nuances* servem para a reiteração da tese política dos movimentos sociais como modalidade organizativa e política apropriada ao enfrentamento dos desafios políticos e sociais das sociedades contemporâneas e servem, ao mesmo tempo, para a crítica das estratégias e táticas efetivamente implementadas por suas lideranças. Na página 5 da edição número 35 (novembro de 2005) afirma-se que o “movimento social é o melhor caminho de transformar nossas indignações em conquistas”. Assim, o movimento social aparece como o veículo que apresenta o conceito de cidadania para os excluídos. Sua emergência e seu fortalecimento representam a sociedade civil construindo a democracia¹¹⁷.

O reconhecimento *nuanceiro* do papel dos movimentos sociais para o fortalecimento da democracia aparece no *Jornal do Nuances* através da quantidade

¹¹⁷ O conceito de *democracia* é central nas posições políticas e ideológicas sustentadas pelo *Jornal do Nuances*. No texto de abertura da reportagem intitulada “Sexo: prazer ou necessidade. Trabalhadores da noite, muito prazer!”, publicada nas páginas centrais da edição número 5 (maio de 1998), afirma-se que “democracia pressupõe respeitar as várias manifestações que os indivíduos proporcionam”. Num artigo intitulado “INSS: a decisão e seus reflexos”, publicado na página 2 da edição número 13 (julho de 2000), Célio Golin afirma que “democracia pressupõe um convívio em que as ‘diferenças’ não sejam motivo para a exclusão das pessoas”. E no editorial (página 2) da edição número 14 (janeiro de 2001), intitulado “A bixice do Lula”, afirma-se que “a democracia só poderá se consolidar na medida em que a sociedade atente a todas as questões que dizem respeito a vida dos seres humanos, sem exceções”.

significativa de páginas (notas e artigos) dedicadas ao tema. O jornal importa-se efetivamente com a questão. Os movimentos sociais constituem uma das vertentes temáticas de seu conteúdo. No entanto, o registro prevalente é a criticidade fundada no que o texto citado acima chama de “limites” político-ideológicos dos movimentos e os equívocos deles decorrentes. No editorial (página 2) da edição número 14 (janeiro de 2001) afirma-se que “por falta de um movimento social mais articulado e politizado, ficamos a mercê do que a ditadura da mídia impõe”.

O discurso do jornal ilustra as limitações (despolitização e desarticulação) favorecedoras da promoção de estratégias voltadas para “o próprio umbigo” apontando para o (a seu ver) equívoco da luta, desenvolvida por setores do movimento homossexual, pela criação de delegacias especializadas para atender homossexuais¹¹⁸.

No artigo intitulado “Não sabemos o que somos: por isso não sabemos o que queremos”, publicado na página 2 da edição número 11 (março de 2000), Célio Golin defende que

“Engajado no nuances há alguns anos, tenho percebido que de forma muito freqüente o movimento social, através de seus membros, ou seja, os que têm a intenção de disputar poder e através dele alterar o processo, produzem e reproduzem as ideologias mais elementares possíveis. (...)Acredito que as ideologias construídas estão introjetadas em todos, independente da posição social, tanto que convivemos com elas no próprio movimento homossexual brasileiro, só para citar como exemplo. Os discursos opressores estão em todos os extratos sociais. As vezes tenho a impressão de que os opressores não precisam fazer mais nada para continuarem explorando, pois os oprimidos fazem isto tão bem, reproduzindo seus discursos. (...)Outro fato que me incomoda é que uma parte do movimento pensa que suas especificidades são suficientes para esta disputa ideológica. Muitos afirmam e reafirmam suas características, que por falta de compreensão política, não se aceitam e refletem seus complexos de inferioridade e sua pouca auto-estima, característica presente em quase todas as classes sociais. Se não tivermos capacidade de entendermos o processo histórico de como a marginalização de determinados setores da sociedade foi construída, nossas ações e esforços se evaporam. Devemos trabalhar no sentido de questionar as ideologias que perpassam os discursos sociais independente de onde venham, mas sabendo onde se originaram. As partir daí construiremos outros referenciais, que permitam à sociedade ter outras possibilidades de ver seu processo. Se não fizermos isto, continuaremos legitimando as ideologias dominantes, e no máximo pediremos concessões, admitindo nossa condição de seres inferiores. Quando lutamos por direitos civis, temos que ter claro o que estamos querendo, temos que saber os limites destas conquistas. O movimento social insiste na vitimização, pois na realidade não se sente com legitimidade para disputar poder e acaba fazendo o jogo de quem o oprime. Devemos incorporar novos valores sociais, fazendo com que os mesmos ganhem espaço político junto a todas as esferas de

¹¹⁸ Esta crítica está presente na entrevista feita com o candidato a prefeito do município de Porto Alegre, Tarso Genro, publicada na página 3 da edição número 13 (julho de 2000). Em oposição a este ponto de vista, o pensamento *nuançeiro* defende a qualificação de todas delegacias para o *correto* atendimento de todos os cidadãos.

poder. Como acreditarmos que na realidade não somos seres inferiores e de como vamos colocar isto em uma prática social? Este é um grande desafio, que exige uma ação coletiva nos próprios movimentos sociais e também uma ação individual no dia a dia. O movimento social deve romper com a lógica paternalista tão bem incorporada em nosso país. A cesta básica ou cargos de confiança não é nada, pelo menos para quem honestamente quer mudar. Outra pergunta que me faço é de que se todos os discriminados de hoje realmente querem uma sociedade onde não haja excluídos. Pelo que vejo, com certeza não. A maioria dos discriminados envolvidos no movimento social por preconceito e limitação, não teórica é claro, tem uma concepção individualista de sociedade. Por isso, de forma consciente muitas vezes se aliam através de modelos e propostas políticas a setores extremamente conservadores. A pergunta na realidade que deve ser feita é: Afinal que tipo de sociedade realmente queremos? Esta pergunta mistura os atores sociais, e isto ao meu ver é fundamental para fazermos uma disputa ideológica, independente das posições sociais de seus atores”.

De conformidade com notas e artigos publicados em diferentes edições, a rejeição às mobilizações geradas a partir de demandas específicas (e, em conseqüência, sem quaisquer referências a bandeiras comuns aos demais movimentos em função de um projeto democrático abrangente – válido para todos) traduz-se nas práticas mesmas do grupo. Através destas notas e destes artigos é possível apreender a participação *nuanceira* em manifestações tais como o Fórum Social Mundial, a *Marcha dos Sem* e o *Grito dos Excluídos*. A nota citada abaixo, intitulada “Marcha dos Sem”, publicada na página 4 da edição número 17 (dezembro de 2001) reflete esta participação e o significado que o grupo lhe confere:

Numa sexta-feira, dia 26 de outubro, cabe-nos registrar a participação do nuances em mais um evento de cunho democrático, a Marcha dos Sem. A demonstração de repúdio à política excludente de governo neo-liberal, o crescente empobrecimento e perda de direitos trabalhistas dos brasileiros, a situação dos sem-terra, emprego, salário, faz com que nós, do movimento social, nos engajemos em protesto, pois acreditamos que é assim que se faz política: tirando os olhos do nosso umbigo. Nós compúnhamos o bloco dos sem-bofe (nosso permanente caso), e os arco íris continuam gerando curiosidade. Jornais e materiais gráficos foram distribuídos, fazendo dessa marcha um espaço tão plural quanto pode ser”.

Também no artigo intitulado “O Grito dos Excluídos 2004”, publicado na coluna Opinião (página 2) da edição número 30 (outubro de 2004), Célio Golin defende que

“O nuances mais do que qualquer coisa acredita que é nas ruas que vamos conquistar espaço e direitos. É nelas que vamos romper com a hipocrisia da sociedade. A exclusão que lésbicas, gueis e travestis sofrem nos mais variados espaços sociais, deve ser denunciada e enfrentada em conjunto com os que acreditam num novo projeto de sociedade que respeite a diversidade que existe na sociedade”.

E ainda no artigo intitulado “Nós, os derrotados, somos mesmo invencíveis”, publicado na página 11 da edição número 15 (maio de 2001), afirma-se que

“O Fórum Social Mundial iniciou um dia antes, e a marcha que lhe deu abertura teve a representatividade que o caracterizou. Mães da Plaza de Mayo, anarcopunks, ecologistas e voluntários militantes de ONGs diversas, sindicalistas e desempregados, estudantes e revoltados marcharam com suas bandeiras de diversas causas. Não que não tenha havido estranhamento frente à alteridade, mas foi o momento de abandonar o próprio umbigo e olhar o entorno, a hora de abraçar uma causa comum”.

De conformidade com notas publicadas em diferentes edições do jornal, estas são manifestações que permitem o Nuances expressar suas demandas específicas, mas também defender posições transversais em diferentes movimentos. Assim, para além das demandas específicas pelos direitos humanos dos homossexuais, os ativistas manifestam posições favoráveis ao orçamento participativo, contra o *american way of life* (inclusive aspectos da cultura homossexual norte-americana)¹¹⁹, contra o governo George W. Bush, e apresentam rejeição ao chamado “neo-liberalismo”, ao FMI, à ALCA, etc.

A recusa *nuanceira* a manter-se voltado para as questões específicas do movimento homossexual implica ainda a articulação com diferentes movimentos e interesses específicos. O critério para o estabelecimento de apoio e aliança a tais movimentos é o interesse em reverter as situações de exclusão política e social (marginalização) a que alguns grupos sociais estão submetidos e o enfrentamento do poder econômico e/ou político em favor do avanço da solidariedade, do respeito entre os diferentes e da democracia. Assim, encontramos uma reportagem nas páginas centrais da edição número 28 (maio de 2004) sobre o movimento dos moradores de rua de Porto Alegre e notas publicadas em diferentes edições sobre as manifestações do movimento sindical. A nota intitulada “Na rua com os bancários”, publicada na página 4 da edição número 28 (maio de 2004), ilustra essa postura:

O Sindicato dos Bancários de POA e a Confederação Brasileira dos Bancos organizaram em várias cidades brasileiras, no dia 05 de abril, o Dia Nacional de Luta pelo Emprego. Sob o lema ‘Responsabilidade Social se Faz com Empregos’, o nuances também foi à frente da sede do Unibanco, na zona norte, protestar pela

¹¹⁹ No editorial (página 2) da edição número 21 (outubro de 2002) afirma-se que “precisamos de governos que não compactuem com as idéias neo-liberais, não se submetam à ALCA, que não aprovelem a instalação de bases militares ‘alienígenas’ no nosso solo, como a de Alcântara no Maranhão, pretendida pelos EUA. Antes de qualquer viadagem, o nuances está comprometido com um país livre do imperialismo e da política terrorista dos Estados Unidos, que quer impor para o mundo uma fórmula falida de sociedade. *Não queremos um sorriso domesticado e em série como os deles*”.

queda das taxas de juros, redução das tarifas, ratificação da Convenção 158 da OIT, e contra as demissões dos trabalhadores e o abuso do sistema financeiro. A porta do banco foi trancada, não permitindo a entrada e saída de malotes e a polícia compareceu com a tropa de choque. O Unibanco, então, resolveu negociar e o protesto dos manifestantes seguiu até o fim. Embora tenha sido uma das que mais faturou em 2003, o Unibanco foi também a instituição financeira que mais demitiu trabalhadores. O sistema financeiro é o maior responsável pela concentração de renda em nosso país, não tem responsabilidade social e vive chantageando o Governo. Por outro lado, o Governo, que quando era oposição esbravejava contra o Mercado, até agora não mostrou nenhum tipo de enfrentamento contra esses sugadores”.

A crítica *nuanqueira* às limitações, à desarticulação e à despolitização dos movimentos sociais (características vistas como favorecedoras da permanência de práticas de auto-exclusão, vitimização e paternalismo, indícios da assimilação, pelos oprimidos, da ideologia dos opressores) é feita em nome de um *movimento social independente e autônomo* em relação aos partidos políticos e ao Estado¹²⁰.

Assim, pode-se entender que o pensamento *nuanqueiro* acredita no Estado e tem a convicção de que seu funcionamento é a garantia da regulação e do controle democrático sobre as diferenças, as divisões e os conflitos sociais. O Estado oferece a garantia de a “maioria” não abaterá as “minorias”, de que o “mais forte” não submeterá ou anulará o “mais fraco”. A chamada *sociedade civil* deve pressionar/contribuir para que o Estado seja democrático, laico, transparente, eficiente e desenvolva os instrumentos necessários para o rechaço de quaisquer tentativas de torná-lo refém de interesses privados. O Estado não deve agir de modo paternalista em relação aos grupos sociais vulneráveis em sua cidadania (marginalizados) e também não deve acatar os (ceder aos) apelos provenientes de setores dos movimentos sociais para a promoção de políticas públicas paternalistas. Enfim, o

¹²⁰ No editorial (página 2) da edição número 7 (sem data) afirma-se que “precisamos fortalecer o Estado, fazendo com que este também cumpra sua parte de agente implementador de políticas públicas capaz de se contrapor ao projeto de mercantilização do ser humano”. No artigo intitulado “INSS: a decisão e seus reflexos”, publicado na página 2 da edição número 13 (julho de 2000), Célio Golin afirma que “o Estado não pode ficar refém do preconceito social, mas assumir uma postura de combate à ignorância e reconhecer que os direitos devem ser universalizados, estendidos a todos os cidadãos”. No artigo intitulado “Nós, os derrotados, somos mesmo invencíveis”, publicado na página 11 da edição número 15 (maio de 2001), afirma-se que “De encontro à maré que coloca o Estado como desnecessário, e advoga – hipocritamente – a democracia do mercado, o Fórum Social Mundial de Porto Alegre reivindicou o papel fundamental que cabe ao Estado na construção de uma sociedade feliz, e que cabe justo a ele diminuir as distâncias produzidas pela desigual distribuição de rendas”. E na nota intitulada “Ministério da Justiça reúne militância homossexual”, publicada na página 11 da edição número 14 (janeiro de 2001) afirma-se que é preciso que “o Estado assuma efetivamente suas responsabilidades frente à vulnerabilidade dos homossexuais junto à sociedade brasileira, inclusive incentivando a autonomia desta parcela da população”.

discurso que está sendo examinado defende o Estado e reitera a noção do movimento social independente e autônomo.

Nestes termos, podemos entender o pensamento *nuanceiro* sobre o movimento homossexual. Em primeiro lugar, devemos reconhecer que este pensamento desenvolve-se vinculado à questão inicial, apresentada acima, a respeito da *sexualidade humana* e à perspectiva de superação da *clandestinidade das homossexualidades* para posturas que favoreçam sua visibilidade. No entanto, é necessário precisar o significado que o grupo Nuances atribui a este processo. No artigo intitulado “O impacto da Aids no imaginário dos gueis”, publicado na página 12 da edição número 22 (dezembro de 2002), Célio Golin afirma que

“Sair da clandestinidade e dar visibilidade às práticas homossexuais, é questionar a norma, e democratizar as relações de poder (grifos nossos). O movimento homossexual e feminista tem a responsabilidade de avançar nesta luta. Precisamos desconstruir discursos moralistas e manifestarmo-nos de forma particularmente veemente quando estes vêm dos próprios homossexuais. Devemos expor as contradições. A autonomia do corpo é requisito básico para vivência de uma sexualidade sem culpas, mas sim com prazer, segurança e qualidade de vida”.

Assim, a ambição *nuanceira* em relação às homossexualidades não se restringe meramente ao processo de “romper a clandestinidade” e conceder “visibilidade às práticas homossexuais”. É necessário ir além e promover a “desconstrução dos discursos moralistas”. O sentido deste acréscimo é *político e ético*, e reside na noção de que, sem a referida *desconstrução*, toda a visibilidade conquistada para as homossexualidades estaria sempre determinada pelo padrão de comportamento heterossexual dominante. Neste sentido, a sociedade mais ampla (e os próprios homossexuais) tenderia a manter uma visão de inferioridade em relação aos indivíduos homossexuais.

A posição *nuanceira* a respeito do movimento homossexual parte da noção de que, como político e ético que é, este acréscimo deve ser assumido pelo movimento mesmo. Assim, o pensamento *nuanceiro* a respeito do movimento homossexual é construído no sentido de definir seu papel político e moral nas sociedades contemporâneas. Todo juízo expresso no jornal a respeito do ativismo homossexual parece estar regido por este princípio.

Em síntese, para o *Jornal do Nuances*, pode-se entender por movimento homossexual um conjunto complexo e contraditório de organizações, práticas e métodos voltados para a promoção da visibilidade das homossexualidades como um processo que

deve contemplar ações voltadas para a desconstrução das práticas e dos discursos moralistas e normalizadores presentes na sociedade mais ampla e, inclusive, entre os próprios homossexuais. A posição *nuanceira* a respeito do movimento homossexual resultará sempre da crítica aos métodos e às práticas identificados como politicamente conservadores e da afirmação das alternativas identificadas como politicamente transformadoras.

Assim poderemos compreender a presença (sempre num registro crítico e/ou negativo) de termos tais como “homossexuais com posturas sociais vitimizantes”, “assimilação, pelos homossexuais, do padrão heterossexual como norma para reger sua conduta sexual”, “personalismo de lideranças do movimento homossexual”, etc., no discurso *nuanceiro* a respeito do movimento homossexual. E, por outro lado, a afirmação permanente da *independência* e da *autonomia* como princípios norteadores da prática coletiva transformadora das relações de poder constitutivas dos processos sociais.

Algumas frases extraídas de artigos publicados no jornal ajudam a avançar na compreensão das posições políticas e ideológicas do jornal a respeito do movimento homossexual. No artigo intitulado “Justiça federal defere ação encaminhada pelo Nuances”, publicado na página 10 da edição número 12 (abril de 2000), afirma-se que “é importante a organização política dos movimentos sociais na reivindicação de direitos relacionados à livre expressão das sexualidades”. No artigo intitulado “INSS: a decisão e seus reflexos”, publicado na página 2 da edição número 13 (julho de 2000), Célio Golin afirma que “muitas pessoas que nos procuram poderiam exercer seus direitos, mas não o fazem porque não se sentem preparadas para dar visibilidade a sua condição de homossexuais. Esta é uma questão de suma importância, pois nos remete a discutir melhores estratégias de ação junto à sociedade”. Na resposta a uma carta de leitor do interior do estado, interessado em saber os passos iniciais para organizar um grupo voltado para a luta política homossexual, publicada na página 2 da edição número 13 (julho de 2000) afirma-se que “um bom começo é reunir os conhecidos para promover discussões, leitura de textos e aquendar recrutas e entregadores de pizza que se arriscam a atender pedidos”. E na página 4 da edição número 14 (janeiro de 2001) afirma-se que o grupo em processo de fundação em Alvorada “já começou com um boletim informativo, o que é muito importante para divulgação de suas idéias”.

Tomadas em conjunto, estas colocações informam sobre a importância concedida à mobilização organizada e política das homossexualidades, sobre a força política e moral com que o “heterossexualismo hegemônico” consegue penetrar pelo tecido social e pela *alma* de cada indivíduo isolado (neutralizando qualquer atitude reativa) e sobre as práticas e os métodos que devem ser empregados para promover a contradição do “heterossexualismo” e favorecer o rompimento de seus alicerces, em direção a uma sociedade democrática.

No artigo intitulado “Conheça um pouco da organização política da bichice no mundo”, publicado na página 12 da edição número 13 (julho de 2000), afirma-se que “em 1966 o movimento começou a ter uma nova postura, se convencendo que deveria ir para as ruas. Entendeu que justificar a homossexualidade como ‘normal’ não era a melhor estratégia”. E acrescenta que

“O movimento se dividiu entre radicais e moderados, uns querendo lutar apenas por direitos civis e outros contestavam a sociedade como um todo. Nos dias de hoje este perfil ideológico se mantém em todo o mundo. No Brasil não é diferente, uns lutando para ser assimilados, querendo ser iguais aos héteros, e outros contestando a sociedade”.

O interesse desta citação consiste permitir perceber que, além de refletir sobre o papel político do movimento homossexual, a “ideologia heterossexual” e sua capacidade de controle sobre o comportamento dos indivíduos, e ainda sobre os métodos apropriados para a luta em favor dos direitos homossexuais, o *Jornal do Nuances* reflete ainda sobre a história desta luta. Chama a atenção o fato de que a visão *nuanceira* sobre o processo histórico de organização política dos homossexuais é marcada pela idéia de divisão. Neste sentido, a emergência de diferentes perspectivas de análise e ação e o embate permanente entre lideranças investidas de diferentes projetos de sociedade, na atualidade do movimento, tornam-se compreensíveis e aceitáveis.

Compreende-se, por exemplo, que, antes de serem decorrentes de elaborações puramente teóricas, formuladas com o devido distanciamento, as posições *nuanceiras* são formadas na prática política, no ativismo, na militância. Assim, é justamente através do inventário e do esclarecimento dessas diferenças que o jornal apresenta suas posições sobre o movimento homossexual. Este inventário e este esclarecimento são feitos através de editoriais, artigos, reportagens e notas publicados em todos os números do jornal.

No artigo intitulado “Bixas, travecas e sapatas nas eleições”, publicado na página 2 da edição número 14 (janeiro de 2001), comentando os resultados das eleições recém-ocorridas para prefeitos e vereadores, em que o candidato petista Tarso Genro (apoiado pelo Nuances) foi eleito prefeito do município de Porto Alegre, Célio Golin afirma que

“Como qualquer movimento social, o dos homossexuais brasileiros vem há algum tempo tentando ocupar espaço na sociedade. Sabemos que disputar eleições e ocupar cadeiras, seja no legislativo ou executivo, faz parte desta conquista de poder. O movimento guei tentou, nestas eleições, eleger vários vereadores em alguns estados do Brasil. Esta estratégia, a princípio, parece um avanço, mas refletindo um pouco sobre o fato ficamos com sérias dúvidas sobre este propósito. O movimento homossexual brasileiro, em sua estrutura organizacional e, principalmente, em sua discussão política, é muito pouco politizado. O que vem se comprovar com as candidaturas que estão por aí. A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) vem insistindo nesta estratégia, a de ocupar espaço não importando como. ***Não tenho nenhuma dúvida de que a via do poder através de cargos políticos é um grande avanço para qualquer setor da sociedade, e ainda mais para os homossexuais, por não terem visibilidade nestes espaços.*** Deixando de lado o oportunismo narcisista de alguns ‘líderes’ do movimento, precisamos refletir sobre alguns pontos. Um que me parece muito pertinente é o fato de que as principais lideranças do movimento concorreram por partidos políticos como PFL, PPB, PRN, partidos estes que nunca estiveram sensibilizados pela questão dos direitos humanos dos homossexuais, a não ser em épocas de eleições. Em suas ideologias defendem uma sociedade conservadora e excludente e vêem os homossexuais como ameaças a uma ‘boa sociedade’. Existe um argumento usado por alguns líderes gays, segundo o qual não interessa o partido, porque em todos existem pessoas conservadoras. Temos que ter claro que não estamos apoiando com nossas candidaturas pessoas, mas propostas ideológicas de setores da sociedade que estes partidos representam. Ideologias que dizem respeito a uma história de opressão e exclusão pela qual passamos e estamos vivendo. Legitimar estas ideologias com candidatos homossexuais que querem lutar contra isso, me parece uma grande contradição. Pergunto: quando houver um projeto na Câmara de vereadores sobre prostituição, por exemplo, como vai ficar o vereador(a) homossexual dentro de um partido conservador que sempre vota em propostas conservadoras e moralistas? E em questões de distribuição de renda, por exemplo, em que estes partidos fazem de tudo para manter privilégios? Como vai ficar o vereador(a) na hora de votar? Vai votar contra sua bancada ou vai se vender? Muitos ‘ingênuos’ acham que o fato de uma pessoa ser homossexual é atestado para ser progressista e estar comprometida em sua luta contra uma sociedade opressora. Ledo engano. ***A nossa orientação sexual não é fator determinante para a construção de nossas posturas morais e ideológicas, e principalmente nosso caráter.*** E são estes os fatores que vão delimitar nossa prática política, e não só o nosso tesão. Muitos espertalhões do movimento não querem discutir e aprofundar estes temas porque não interessa a eles, pois querem usar a causa e a desinformação para galgar poder. A questão central é que tipo de sociedade queremos e qual vai ser nosso papel nesse processo. Há um outro problema sério no movimento que é o fato de os homossexuais, por falta de interesse e incapacidade do movimento, acharem que a questão dos homossexuais é descolada das outras questões sociais em todos os níveis. Ficam voltados para seu próprio umbigo. Este problema do movimento é a preocupação principal que o nuances tem, pois sabemos que quando estivermos em espaços de poder devemos ter competência para não cairmos na vala comum. Entendemos que a participação em cargos eletivos deve ser uma consequência de nossa organização política. A ABGLT nunca teve a preocupação de organizar o movimento de forma a aprofundar os temas sociais nem a própria politização do movimento, mas sim em organizar eventos para se

promover, ocupando espaço na mídia de forma personalista e equivocada, de refém, se submetendo à voracidade da mesma, que está preocupada só com o ibope. Acabam criando uma noção equivocada sobre a discussão séria dos direitos dos homossexuais para o restante da sociedade. O movimento homossexual, apesar de ter mais de 60 grupos no país, não tem discussão sobre pontos de convergência para estabelecer uma disputa nos locais onde estes vereadores vão atuar, o que possivelmente vai fazer com que defendam em muitas vezes propostas antagônicas e até mesmo conservadoras. Isto não me parece um avanço. Nestas eleições, muitos políticos de vários partidos apoiaram tudo o que tem a ver com homossexuais, independente do que for. Ex.: contar a bichice no senso do IBGE. Eles nos vêem como coitadinhos que precisam de um protetor, querendo nos prender em seus tentáculos. Muitas bichas, sapatatas e travecas se deixam levar por qualquer messias, mesmo que este defenda propostas e projetos que tenham o Estado como controlador de nossas vidas”.

O editorial (página 2) da edição número 17 (dezembro de 2001), intitulado “Entre os coqueirais de Maceió”, afirma que

“Num hotel cinco estrelas de frente pro mar, bichas, sapatatas, travas e trans, ficaram por três dias tentando construir alguma coisa para o pretenso movimento homossexual brasileiro. O local escolhido foi a capital das Alagoas, Maceió. O X EBGLT (Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis) é o maior encontro do ‘movimento homossexual’ brasileiro. O espaço mais adequado para se discutir e construir estratégias políticas para disputa de poder na sociedade. Quando pensamos no movimento e constatamos que no Brasil tem mais de 80 grupos organizados, poderíamos imaginar que temos poder de mobilização e uma discussão no mínimo que tivesse rompido com as velhas formas de fazer política. O que vemos é o movimento, além de ter uma discussão política rasteira em relação à própria situação dos homossexuais, tem uma postura que ainda não rompeu com as mais arcaicas formas de se fazer política deste país. Passamos três dias olhando e falando do nosso umbigo. Não conseguimos discutir nossa situação social desconectada da aids e da visão de vítimas. A posição crítica do nuances, que rompe com esta lógica, vem já alguns anos incomodando muita gente e a cada encontro isto fica mais evidente. Quando questionamos a forma como fazem política, nos atacam (afinal o melhor da defesa é o ataque) e acusam de fazermos política, rotulando-nos como radicais, sem se quer levantarem questões em torno de nossos argumentos. Só para se ter uma idéia, o nuances não recebeu da organização do encontro nenhuma correspondência oficial. Fizemos as inscrições depois que foi rompido o prazo. Nos colocaram em uma mesa sem nos consultar. O encontro começou e terminou sem regimento interno, algo elementar em qualquer evento desta natureza. Poderíamos imaginar que foi ingenuidade ou desatenção. Será? Em algumas correspondências oficiais do encontro estava escrito ‘X Encontro Brasileiro de gays, lésbicas, travestis e transexuais que trabalham com AIDS’. Os grupos gueis deste país, com raras exceções, viraram ongs aids e refém dos financiamentos. Só discutem homossexualidade a partir da aids. Passamos três dias na cidade, muitos fazendo turismo mesmo. Isso porque a maioria dos participantes não tinha a menor compreensão do que estavam fazendo ali, pois são levados para levantarem os crachás como mandam os caciques. Durante todo o encontro a fala mais consistente e lógica foi a do Secretário de Segurança do Estado de Alagoas, Edmilson C. de Oliveira Miranda, uma pessoa que não faz parte do movimento, mas que em sua exposição demonstrou que para os homossexuais conquistarem espaço devem combinar várias ações simultâneas, pois são vários os desafios e entraves que a questão da homossexualidade coloca em cheque na nossa sociedade. Miranda falou que devemos travar duas lutas. Uma na própria organização do movimento e outra o desafio de conquistar espaço político, já que a homossexualidade é uma questão

marginal para a sociedade, e que a mesma ainda nos vê com desconfiança. A questão por si só é provocativa e desafiadora, e precisa encontrar espaço para convencimento de sua importância para o conjunto da sociedade. Quando percebemos que a fala lógica e consistente vem de fora da militância, não é difícil de constatar que estamos muito atrasados. Os militantes do movimento não conseguem se colocar de igual para igual, estão sempre com a preocupação de querer provar para os 'normais' que também somos normais. Uma preocupação que revela nossa baixo-estima e falta de discussão. Pra terminar, na plenária final foi tirado que o próximo encontro vai ser em Manaus, pois é, em Manaus. Nada contra a cidade, mas para um movimento como o nosso que tanto fala em visibilidade, será que era a melhor opção? As vitórias régias que nos aguardem!!! Célio Golin, uma nuanceira em Maceió”.

Considerados em conjunto, o artigo intitulado “O umbigo nos atrasa” (citado acima) e os textos citados nas páginas anteriores reúnem enunciados que favorecem a construção de uma síntese do pensamento *nuanceiro* sobre o movimento homossexual. O exame destes enunciados indicam que, para o *Jornal do Nuances*, o movimento homossexual é despolitizado, desarticulado, atua com base numa visão restrita às suas questões específicas e, assim, não tem (e não elabora) um projeto político abrangente e transformador para toda a sociedade, faz uma reflexão “rasteira” da questão das homossexualidades, toma a Aids e a diferença sexual como argumentos para construir um discurso vitimizante para a sociedade e o Estado e, com estes mesmos argumentos, promove uma interpelação paternalista do Estado, aceita e assimila uma visão heterossexualizada da homossexualidade como visão justificadora da existência dos homossexuais e, assim, reivindica a tolerância da sociedade, suas lideranças são personalistas e oportunistas, etc.

Frente a estas posturas, vemo-nos motivados a buscar respostas para a questão de por que o *Jornal do Nuances* assume tais posições? Este é o tema do próximo capítulo.

Capítulo V

O CONTEXTO DO *JORNAL DO NUANCES*

Entendemos que qualquer análise do *Jornal do Nuances* deve levar em conta o fato de que se trata de um jornal produzido por uma organização não-governamental (ONG) constitutiva do movimento homossexual brasileiro. Neste sentido, as diferentes visões (explicações) sobre um jornal com as características apresentadas pelo periódico que está sendo estudado, resultarão mais do modo como cada intérprete, segundo o modelo analítico que o inspira, localizará esta variável institucional (o peso explicativo emprestado a esta variável). Assim, enquanto produto de um contexto e de uma institucionalidade concretos e específicos, o *Jornal do Nuances* expressa, antes de tudo, a existência da “homossexualidade” e do “movimento homossexual”.

Ante a questão sobre o que seja a homossexualidade, Fry e MacRae (1985, pp. 07 e 10) afirmam que “a homossexualidade é uma infinita variação sobre um mesmo tema: o das relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo”, que “não há nenhuma verdade absoluta sobre o que é a homossexualidade” e que “as idéias e práticas a ela associadas são produzidas *historicamente* no interior de sociedades concretas e que são intimamente relacionadas com o todo destas sociedades”. Estes pressupostos “relativizantes”, estabelecidos segundo os métodos desenvolvidos no campo da Antropologia Social, servem para os autores justificarem sua rejeição às visões consagradas pela Medicina e pela Psicologia e adotarem o campo de estudo da cultura e da política como o mais apropriado ao exame desta questão. Nosso estudo é legatário desta perspectiva.

Em princípio, a emergência do movimento homossexual nas sociedades contemporâneas decorre das idéias e práticas sociais dominantes (moralmente reprovativas) em relação à homossexualidade¹²¹. Neste sentido, o movimento homossexual pode ser entendido como uma resposta política dos homossexuais a estas idéias e a estas práticas no interesse de promover sua anulação política e cultural e construir a emancipação (ou a cidadania) dos homossexuais. A oportunidade política e cultural do movimento homossexual pode ser apreendida ainda a partir do levantamento realizado pelo Instituto Datafolha entre homossexuais, bissexuais e transexuais presentes na 9ª. Parada Gay de São Paulo, ocorrida no final de maio de 2005. Os dados deste levantamento chamam a atenção para o fato de que 76% dos entrevistados concordam totalmente ou em parte com a frase “alguns homossexuais exageram nos trejeitos, o que alimenta o preconceito contra os gays”¹²².

¹²¹ Entre os ativistas do movimento homossexual, as idéias e as práticas sociais reprovativas em relação à homossexualidade são vistas como *preconceituosas* e tratadas em conjunto sob o conceito de **homofobia**.

¹²² A publicação, pelo jornal *Folha de São Paulo*, dos dados deste levantamento é acrescida com artigos interpretativos escritos por João Silvério Trevisan e de Sérgio Carrara. Segundo Trevisan, estes dados indicam que “uma grande parcela de homossexuais parece ter introjetado o preconceito social, culpando os homens efeminados pelo preconceito existente contra a população homossexual” e que “a rejeição à efeminação constatada pela pesquisa aponta para uma afirmação contra o estereótipo e uma garantia, perante a sociedade, de que o masculino não está sendo rompido. É preciso parecer genuinamente macho, como um mecanismo de defesa contra a ‘marca’ efeminada veiculada pelo preconceito”. E Carrara afirma que “é mais

Este dado sugere que, se a homofobia é um valor prevalente na sociedade mais ampla, ela também está internalizada entre os próprios homossexuais masculinos. E um dos efeitos desta internalização é o interesse, entre grande parte deles, em que a homossexualidade seja vivida com a supressão de quaisquer sinais aparentes de rompimento com o papel de gênero “masculino”. Tratar-se-ia de uma visão segundo a qual, em seu comportamento social, cada indivíduo “homossexual” não pode (ou não deve deixar de) apresentar uma coincidência necessária entre o seu “sexo biológico” e o “papel de gênero”. Neste sentido, todo rompimento a esta regra deve ser tomado como “anormal” e posto à *margem* das relações e dos processos sociais. Se estes indícios forem verdadeiros, estaremos diante da aceitação, por grande parte dos homossexuais masculinos, da noção de *normalidade* construída pelo (e para o) padrão heterossexual dominante.

Assim, o movimento homossexual tem como desafios combater a homofobia presente na sociedade mais ampla e também a homofobia presente entre os próprios sujeitos que mantêm relações afetivas e sexuais com pessoas do mesmo sexo. No que diz respeito às questões específicas desta pesquisa, pode-se argumentar que, enquanto expressão política e cultural do movimento homossexual, o *Jornal do Nuances* existe para, dentre outras questões, responder a estes desafios. Este pressuposto permite situar o movimento homossexual brasileiro como o *contexto imediato* que faz emergir aquele periódico e, ao mesmo tempo, sobre o qual o mesmo pretende influir.

Nosso objetivo não é fazer a reconstrução histórica deste movimento no Brasil e, mais especificamente, em Porto Alegre. Embora reconheçamos que esta tarefa ainda está por ser feita, esta não seria a ocasião para cumpri-la. Nosso interesse restringe-se a, a partir do que já foi produzido como testemunho de militantes, como documentos dos grupos ou como pesquisa/reflexão acadêmica sobre a organização e a mobilização política de homossexuais brasileiros, recuperar *aspectos desta organização e desta mobilização (sua dinâmica interna) que ajudem a elucidar o significado de nosso objeto de pesquisa*¹²³.

Nossa pesquisa bibliográfica e documental permite perceber que o movimento homossexual brasileiro pode ser definido a partir de quatro pontos de partida. Primeiro, como um movimento que amplia o conceito de *cultura de resistência*. Segundo, como um processo que tem início com grupos “alternativos”, “libertários” e “comunitaristas” e avança para a diversificação de formatos institucionais (ou modelos organizacionais) a partir da denominação genérica de “ONGs”. Terceiro, como um movimento que apresenta tendência hegemônica para se afastar dos estilos de militância “transgressivos” (característico

provável que estejamos frente a uma complicada resposta à discriminação, também presente em outras populações estigmatizadas. Nela, a rejeição da feminilidade reflete uma tentativa de desviar o preconceito que ameaça a todos, para um subgrupo ainda mais vulnerável, para quem as conhecidas acusações de ‘mulherzinha’ e ‘mariquinhas’ seriam adequadas e até aceitáveis. Recusa-se o estigma, mas, ao atribuí-lo ao ‘outro’, perpetuam-se os termos sobre os quais ele se constrói”. Cf. Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 19 de junho de 2005.

¹²³ As referências bibliográficas citadas nesta exposição deve orientar/remeter o(a) leitor(a) para as pesquisas e reflexões que tenham o movimento homossexual brasileiro ou algumas das organizações que o compõe como objeto de estudo.

das organizações de sua “primeira onda”) e vai se deixando “domesticar” pelas lógicas (e exigências) da esquerda ortodoxa, do mercado e/ou do Estado. E quarto, como um movimento marcado, desde o início, por divisões e disputas internas, configurando-se como um campo rico de tensões. No entanto, qualquer que seja a via adotada para o exame deste movimento, será necessário reconhecer as conseqüências que estas vicissitudes provocam nos processos de construção e reconstrução da identidade coletiva dos homossexuais.

a) O movimento homossexual brasileiro

O movimento homossexual brasileiro é uma das expressões políticas e culturais conformadoras da contemporaneidade brasileira. Portanto, um primeiro item a ser considerado para sua compreensão é a definição desta contemporaneidade. A dinâmica interna do movimento, as disputas entre lideranças por concepções diferentes de estratégias e propostas de atuação, os “rachas” dentro das organizações e a formação de novas organizações, bem como a diversidade de formatos institucionais nas organizações que se vem constituindo desde o final dos anos de 1970 até hoje, expressam tentativas do movimento de buscar/encontrar respostas para os desafios postos por essa contemporaneidade. Facchini (2005, p. 24) situa o contemporâneo brasileiro

“a partir de um recorte histórico que toma como marco o final do processo de ‘abertura’ e a ‘redemocratização’. Esse contexto (...) trouxe mudanças significativas nas possibilidades de relacionamento entre os movimentos sociais e o Estado – a abertura de canais de comunicação e/ou representação formal de interesses – bem como no posicionamento ‘antiautoritário’ que marcava a atuação e a organização interna, tanto dos movimentos chamados ‘alternativos’ quanto dos ‘populares’, influenciados pela Teologia da Libertação”.

Esta definição restringe o complexo processo de formação da “contemporaneidade brasileira” às relações entre o Estado e os movimentos sociais na transição para a democracia ocorrida a partir de meados da década de 1970 e durante a década de 1980. No entanto, será necessário reconhecer, dentro deste mesmo processo, a importância estratégica do bloco de forças políticas formado em função do objetivo geral (e comum a todos os agrupamentos políticos e ideológicos “de oposição ao regime” envolvidos) em favor da “abertura política” e da “redemocratização” da sociedade brasileira. Os principais componentes daquele bloco eram o MDB, os partidos de “esquerda” na clandestinidade, os sindicatos de trabalhadores, setores da imprensa e da igreja católica, organizações da sociedade civil tais como a ABI e OAB e os movimentos sociais e populares.

Dentre as inúmeras novidades políticas e/ou culturais desencadeadas pelo avanço da “abertura política”, podemos destacar a

visibilização das diferenças, em termos de horizonte ideológico e de projetos para a sociedade brasileira, entre as forças políticas da esquerda tradicional – historicamente engajada em processos políticos decorrentes da contradição entre *burguesia* e *proletariado* – e os chamados “movimentos de minorias” ou “novos movimentos sociais”. Estes termos referem-se aos movimentos negro, feminista, homossexual e ecológico. Este “caldeirão fervente” de processos e atores políticos (e as contradições entre seus projetos políticos) será determinante na conformação da “primeira onda” do movimento homossexual brasileiro, bem como nos rachas nela ocorridos. Para Facchini (2005, p. 20), o termo “movimento homossexual brasileiro” refere-se ao

“conjunto das associações e entidades, mais ou menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados à livre orientação sexual e/ou reunir, com finalidades não exclusivamente, mas necessariamente, políticas, indivíduos que se reconheçam a partir de quaisquer identidades sexuais tomadas como sujeito desse movimento”.

A autora descreve o seu surgimento no Brasil nos seguintes termos:

“O movimento homossexual surgiu, no Brasil, no final dos anos 1970, definindo seu projeto de politização da questão da homossexualidade em contraste com as alternativas presentes no ‘gueto’ e em algumas associações existentes no período anterior ao seu surgimento. Essas associações, apesar de reunirem homossexuais, possuíam uma atuação qualificada pelos militantes como ‘não-politizada’, por estar exclusivamente voltada para a ‘sociabilidade’ (2005, p. 88)”.

Embora reconheçamos a justeza da definição de Facchini (que destaca a existência de organizações mais ou menos institucionalizadas conformando o movimento homossexual), julgamos necessário precisar que a questão da institucionalização não é cabível para descrever os grupos (ou as organizações) pioneiras deste movimento. Na verdade, a “primeira onda” do movimento (final dos anos de 1970) dá-se pela ação coletiva de grupos que rechaçavam qualquer tipo de institucionalização. O grupo *Somos*, surgido em São Paulo, em 1978, é paradigmático em relação ao formato organizacional preponderante naquele momento. MacRae (1990) sugere que o estilo de militância mais comum praticado no interior do *Somos* seguia na contramão de padrões institucionalizantes. A decisão por coordenação rotativa como meio para evitar a cristalização de lideranças e criar um sentimento de “comunidade de iguais” pode ser interpretada como um exemplo desta postura. Mesmo Facchini reconhece que o ideário deste grupo permite descrevê-lo como “alternativo”, “libertário”, “antiautoritário” e “comunitarista”.

Tanto os textos provenientes da academia quanto os provenientes da militância refletem sobre o “racha” ocorrido no *Somos* a partir do conflito, dentro do grupo, entre

ativistas que defendiam a aliança com o movimento operário e as demais forças políticas em favor da redemocratização e ativistas “libertários” contrários a esta aliança e favoráveis à autonomia organizacional e política do movimento homossexual. Os textos de ativistas e/ou acadêmicos afirmam que, nas comemorações do Primeiro de Maio de 1980, enquanto alguns ativistas desfilaram em homenagem ao Dia Internacional dos Trabalhadores, outros preferiram organizar um piquenique.

Toda a dinâmica interna do Somos indica que, se por um lado havia unidade em relação a um projeto amplo de transformação das relações e dos processos sociais configuradores da ordem burguesa (e o movimento homossexual entraria com sua parcela de contribuição e sua especificidade de visão para a construção deste projeto), por outro havia divisão sobre a estratégia e as táticas do movimento necessárias ao avanço deste processo. Esquemáticamente, tinha-se um agrupamento de indivíduos com formação (e atuação) política nas organizações clandestinas da esquerda. Dentre estes, havia os setores favoráveis à associação do movimento homossexual à estratégia de transformação da sociedade brasileira sob o comando de um partido da esquerda tradicional, ou, por outro lado, setores críticos do “centralismo democrático” e do “machismo” cultivados por esta esquerda e decididos a virar-lhe as costas em nome do fortalecimento da identidade de um grupo social determinado.

Segundo Green (2000, p. 275),

“Aqueles que participaram na passeata argumentaram que a luta pelos direitos de gays e lésbicas e o movimento contra a ditadura militar estavam interrelacionados. Sem democracia, os objetivos das organizações gays e lésbicas dificilmente seriam alcançados. Os oponentes da participação do Somos no 1º de maio organizaram um piquenique no zoológico naquele dia, e se separaram do grupo algumas semanas depois, argumentando que a classe trabalhadora e os dirigentes sindicais eram homofóbicos e que Somos era controlado pela esquerda. Em vez de participar na política no dia internacional do trabalhador, eles insistiram que gays e lésbicas deveriam aproveitar esta festa com seus amigos como os milhares de trabalhadores que não protestaram contra a política da ditadura militar naquele dia”

Por outro lado, Trevisan (2002, p. 357) afirma que a participação de setores do Somos neste evento

“Significou o início da domesticação do nascente movimento homossexual brasileiro, cujo discurso de originalidade ainda incipiente começava a ser sufocado antes mesmo de florescer”.

Estas citações são ilustrativas da incompatibilidade entre as concepções de estratégias e propostas de atuação presentes no grupo. As conseqüências imediatas

desta divisão foram o “racha” no Somos, a permanência da fração *aliancista* (“trotskista”) agrupada sob esta mesma denominação e o afastamento e a formação da organização Outra Visão (em 1980) pela fração *autonomista*. No entanto, este não foi o único “racha” havido na organização. As lésbicas, a partir da crítica ao sexismo prevalente num grupo formado majoritariamente por homens, acabaram por reconhecer a necessidade de afastar-se e formar um novo agrupamento (o GALF – Grupo de Ação Lésbico-Feminista), também em 1980, que favorecesse a discussão e o encaminhamento de suas questões específicas.

Facchini argumenta que o surgimento do Triângulo Rosa (no Rio de Janeiro) e do Grupo Gay da Bahia (GGB), no início da década de 1980, faz aparecer, no movimento homossexual brasileiro, lideranças com formação e perfil político-ideológicos diferenciados em relação aos pioneiros e, portanto, fomentadoras de um *estilo de militância* e uma concepção de “política homossexual” igualmente diferenciados. A partir de MacRae (1990), a autora chama a atenção para o fato de que, enquanto as lideranças pioneiras privilegiavam reuniões de “grupos de identificação” para a “construção de uma comunidade de iguais” no interior do grupo, isto é, a construção de uma *identidade homossexual*, tanto Luiz Mott (na Bahia) quanto João Antonio Mascarenhas (no Rio de Janeiro) privilegiavam o pragmatismo e táticas de *ação direta* em favor da “causa gay”.

Facchini ainda aponta para o fato de que, enquanto as lideranças pioneiras se apoiavam em princípios tais como o *liberacionismo*, o *antiautoritarismo*, o *comunitarismo* e a recusa a quaisquer formas de institucionalização como valores “alternativos” aos padrões da cultura dominante (valores resultantes da “fusão” do marxismo e da contracultura cultivados em suas trajetórias anteriores ao ativismo homossexual), as novas lideranças afirmavam o interesse por organizações formalmente constituídas. Estas diferenças contribuem para tornar inteligível o empenho do GGB em favor da instalação de uma sede para a organização, do reconhecimento jurídico de ambos os grupos como organizações de homossexuais (mesmo este reconhecimento implicando o estabelecimento de formalidades tais como constituição de diretoria, definição de cargos, etc.), da articulação com as organizações internacionais (Triângulo Rosa), bem como a eleição de questões específicas tais como a violência contra os homossexuais, a garantia de seus direitos civis e uma campanha pela mudança do código de classificação de doenças do Inamps em relação à homossexualidade (GGB) como questões prioritárias.

Facchini sugere que a relevância concedida pelo GGB e pelo Triângulo Rosa a estas questões expressava a emergência de atualizações nos discursos e nas práticas do movimento em relação à conjuntura de liberdades democráticas que se espalhava na sociedade brasileira durante a década de 1980 e tornava superada a ênfase antiautoritária que havia marcado a ação do Somos na fase final da ditadura. As contradições que se iam formando no movimento homossexual brasileiro durante aquela década podem ser compreendidas ainda a partir das ambigüidades expressas entre os ativistas a respeito do que fosse a homossexualidade. Ainda a partir de MacRae, a autora recupera a polêmica entre posições sobre a homossexualidade como “essência” ou como “opção” e a “oscilação entre a defesa da legitimidade da homossexualidade e a apologia dos aspectos contestatórios de sua marginalidade”.

Este debate assume um caráter dramático a partir da emergência da epidemia de Aids no Brasil, em 1982. A partir deste momento, o tratamento político da homossexualidade pelos grupos constitutivos do movimento resultaria das leituras que seus ativistas faziam a respeito do impacto político e cultural (omissão, rejeição ou reconhecimento da necessidade de “respostas coletivas” para a prevenção ao vírus HIV, o controle da epidemia e o tratamento dos portadores de Aids) provocado por esta epidemia na sociedade mais ampla, no Estado e no próprio movimento homossexual. E este impacto ocorreu (ou foi marcado) pela associação, de caráter

negativo, entre a Aids e a homossexualidade¹²⁴. Esta problemática contribuiu para inscrever na agenda dos grupos, durante toda a década de 1980, a luta pela desvinculação da imagem da homossexualidade de seus aspectos “marginais”. A adoção desta agenda pelo movimento pode ser apreendida a partir das questões trazidas para os Encontros Brasileiros de Homossexuais ocorridos nesta década¹²⁵.

O inventário das deliberações extraídas nestes encontros permite perceber que o movimento estava deixando para trás as bandeiras de luta em favor da “rebeldia”, do “alternativo” e da transformação de toda a sociedade desde suas estruturas econômicas, políticas e culturais, típicas de grupos como o Somos, para abraçar questões “mais específicas” e pragmáticas relacionadas à saúde, ao aconselhamento e ainda à elaboração e avaliação de projetos. Em síntese, o movimento tendia a desfazer-se das bandeiras originais de luta que visavam transformações estruturais da sociedade, em nome da superação de “todas as formas de opressão”, a partir da perspectiva particular da homossexualidade, para deter-se apenas ao “particular da homossexualidade”¹²⁶.

A emergência da epidemia de Aids provocou outras alterações na dinâmica interna do movimento. Basicamente, estas alterações dizem respeito ao aparecimento e à consolidação das ONG’s voltadas para os direitos humanos e das ONG’s Aids (diversificando os formatos organizacionais, os estilos de militância, as concepções de “política homossexual” e as estratégias de atuação no interior do movimento) e também à redefinições nas relações entre o movimento e o Estado¹²⁷.

O cenário institucional e político-cultural que se vai formando a partir da “segunda onda” do movimento organizado vai além das estruturas referidas de ONGs voltadas para os direitos humanos e ONGs-Aids e abrange ainda grupos que são parte da estrutura interna de partidos políticos (e, portanto, são legalmente impedidos de disputar recursos financeiros junto às agências estatais), grupos “independentes” que abrigam apenas uma das identidades sexuais abrangidas pelo movimento, grupos mistos (que abrigam *gays*, lésbicas e travestis), grupos que recebem apoios de universidades, grupos mais voltados para a psicanálise, outros cujas reuniões baseiam-se em leituras da Bíblia e assumem configuração religiosa, outras (tal como a ONG Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, fundada em 1999) visam organizar, principalmente, a parada referida no nome da entidade e concretizar

¹²⁴ Por outro lado, Facchini (2005, p. 165) afirma que “do ponto de vista do movimento homossexual, foi muito importante em todo esse processo o fato de que a classificação de ‘grupos de risco’, que incluía homossexuais, profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis, há muito questionada por ser discriminatória, acabou se revertendo em justificativa da importância de traçar estratégias específicas para essas populações. Neste sentido, o uso da noção de ‘educação por pares’ possibilitou que grupos com dificuldades de obtenção de recursos passassem a ser financiados por agências de cooperação internacional e por organismos governamentais”.

¹²⁵ A partir das diferentes edições do *Boletim do Grupo Gay da Bahia*, Facchini levanta as seguintes deliberações estabelecidas nos encontros nacionais: lutas pela “despatologização” da homossexualidade, por uma legislação antidiscriminatória, pela legalização do “casamento gay”, por um tratamento positivo da homossexualidade na mídia, pela inclusão da educação sexual nos currículos escolares, pelo combate à violência contra os homossexuais, pela aproximação do movimento homossexual aos “movimentos populares” e ainda a questão da Aids (as campanhas nacionais de prevenção ao HIV e a participação dos grupos na luta contra a Aids), a necessidade de fortalecimento do movimento e a formação de um Conselho Brasileiro de Entidades Organizadas de Homossexuais.

¹²⁶ Refletindo sobre os desafios postos, para o movimento homossexual brasileiro, pela expansão e profissionalização do mercado voltado para o atendimento de necessidades específicas dos homossexuais nos anos 1990, Trevisan (2002, p. 376) afirma que “nesse contexto em que se misturam militância e mercado, é natural que a tônica da luta pelos direitos homossexuais tenha passado de uma contestação social mais abrangente para uma busca de maior integração social, ampliando os limites do gueto”.

¹²⁷ Em 1985 ocorre a fundação do Grupo de Apoio à Prevenção à Aids de São Paulo (o GAPA/SP), a primeira ONG Aids do Brasil (e que serviria de modelo para outras organizações em vários estados brasileiros, inclusive em Porto Alegre – RS, em 1989).

sua proposta de “visibilidade massiva”, outros mais voltados para estudos e pesquisas acadêmicas, outros que se voltam para os interesses de homossexuais negros, e outros ainda orientados especificamente para a militância política. Em síntese, temos um cenário marcado pela *diversificação de formatos institucionais e propostas de atuação*.

O processo de institucionalização dos grupos constitutivos do movimento homossexual brasileiro toma impulso nas décadas de 1980 e 1990. Este processo implica a transformação de grupos “alternativos” em organizações formalmente estruturadas para viabilizar a recepção de financiamentos do Estado e de organizações internacionais¹²⁸. Essa tendência de institucionalização pode ser explicada tanto por apresentar-se como alternativa para criar estruturas de trabalho e desenvolver sistematicamente programas sociais, como também pela justaposição de interesses do Estado, das organizações financiadoras internacionais e das ONGs em relação ao público-alvo daqueles programas. A prevenção e o combate ao vírus HIV favorece à formação de ONGs e à celebração de contratos de parceria nos termos apresentados acima¹²⁹. Neste sentido, é possível argumentar que a Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde passa a ser a principal fonte de recursos para o movimento homossexual e que as organizações passam a disputar entre si o acesso a estes recursos¹³⁰.

¹²⁸ Tecnicamente, a condição para que a organização possa receber estes financiamentos é a obtenção de registro em cartório de personalidade jurídica como sociedade civil sem fins lucrativos, de utilidade pública, de interesse público ou filantrópica. Qualquer que seja a personalidade jurídica assumida, as diferentes organizações assim classificadas costumam auto-referirem-se genericamente como organizações não-governamentais (ONG's).

¹²⁹ Facchini (2005, pp. 150/151) afirma que “no período em que realizei esta pesquisa, era comum que agências estatais procurassem fazer contatos e até estimular o fortalecimento de ONGs que atuam em determinadas áreas. Algumas agências chegavam a ter funcionários destacados especialmente para fazer a ‘interface com ONGs’. Por outro lado, é freqüente, no discurso de ONGs, a referência à relação com o Estado ou agências estatais como ‘parceria’. Parece fazer sentido pensar que as boas relações entre ONGs e Estado não se estendem igualmente a todas as ONGs de um mesmo campo, nem a todos os campos de atuação cobertos pelas iniciativas desse tipo de entidades. O termo ‘parceria’, comumente utilizado por ambas as partes para definir sua relação pressupõe que haja interesse e compromisso de ambos os lados. Isso significa, pelo menos em tese, que o Estado deve ter a área de atuação da ONG na agenda de suas políticas públicas, a ONG deve se propor adequadamente a colaborar, e ambos devem honrar os compromissos assumidos”.

¹³⁰ Segundo Trevisan (2002, pp. 173/174), nesta nova configuração do relacionamento entre as organizações do movimento e o Estado, “esses grupos tendem a se tornar braços do Ministério da Saúde e das respectivas Secretarias estaduais, que lhes repassam verbas para atuarem junto à comunidade homossexual. As conseqüências quanto à cooptação são óbvias. Um exemplo, aparentemente corriqueiro, dá a medida dessa garganta estreita: a política governamental decidiu definir homossexuais com a expressão politicamente correta ‘homens que fazem sexo com homens’. Ora, algo que pareceria tão inocente já traz em si uma clara interferência política: deixamos de ser *homens que trepam* ou *fodem com homens* (os grifos são do autor), para ficarmos menos perigosos e mais palatáveis. Instalou-se um quadro de contraposição: nosso desejo politicamente correto e pasteurizado *versus* nosso desejo selvagem, que ousa dizer seu verdadeiro nome. Essa mudança de linguagem se instaura, no contexto de cooptação, porque rola dinheiro razoável na jogada toda. E nosso desejo corre o risco de ser vendido, por trinta moedas, aos ditamos do Estado”.

As alterações na dinâmica interna do movimento e nas relações entre suas organizações e o Estado têm início a partir da luta, desenvolvida por vários grupos, para que o Estado (através do Ministério e das secretarias estaduais da Saúde) reagisse à condição de refém das posturas discriminatórias em relação aos homossexuais (provenientes, inclusive, da área da Infectologia)¹³¹ e apresentasse respostas concretas na forma de políticas públicas em favor da prevenção ao HIV e do tratamento de pacientes de Aids¹³².

A criação de um Conselho (ou Comissão) Brasileiro de Entidades Organizadas de Homossexuais (um projeto sobre o qual alguns setores do movimento já se empenhava desde o período da “primeira onda”) ganha força nos encontros nacionais da primeira metade da década de 1990. Sua gestação envolveu uma série de articulações entre lideranças e grupos que, ou se manifestavam contrários ao projeto, ou apresentavam visões excludentes a respeito dos modos “apropriados” para encaminhar sua feitura, ou ainda questionavam o formato – de comissão ou de associação – a ser concedido a esta entidade. Esta disputa resultou na fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABLGT) durante o VIII Encontro de Gays e Lésbicas, em janeiro de 1995, na cidade de Curitiba – PR.

Os acontecimentos relativos à preparação e à realização do IX EBGLT e do II EBGLT-Aids, em fevereiro de 1997, em São Paulo, são indicativos do grau de divisão e disputas internas presente no movimento nacional. Segundo Facchini (2005, p. 132),

“As acusações que tiveram lugar entre entidades e/ou militantes no IX EBGLT contrapunham: centralização/autoritarismo x democracia; desestímulo a um caráter politizado – visto como único sentido produtivo – do encontro (caráter não-deliberativo) x vício dos modos de decisão no movimento (‘vício do voto’);

¹³¹ Trevisan (2002, p. 438) relata que “nos idos de 1980, os jornais publicaram a opinião do então professor de infectologia da Faculdade de Medicina da USP, Dr. Ricardo Veronesi, segundo a qual, ‘em termos de saúde pública, o direito deles (os homossexuais) vai até o ponto de não interferir no direito dos outros. É claro que, manhosamente, não se explicitava quais seriam esses direitos: brandia-se a autoridade sanitária para propor um basta nos ‘direitos dos homossexuais’”.

¹³² Os resultados concretos da pressão exercida pelos grupos do movimento homossexual junto ao Estado foram a criação de um programa para diagnóstico, controle e tratamento da doença pela Secretaria de Saúde do estado de São Paulo, em 1983, e a criação do Programa Nacional de DST/Aids dentro da estrutura do Ministério da Saúde em 1988. Dentre as iniciativas previstas neste programa, consta a celebração de contratos de parcerias com ONGs para financiamento de congressos que pautassem a luta contra a epidemia e para projetos de intervenção nos ambientes freqüentados por homossexuais. Facchini (2005, p. 122) afirma que “a partir de 1995, os encontros [nacionais organizados pelos grupos do movimento] passam a contar com financiamentos de programas estatais de combate às DST/Aids e a ocorrer paralelamente aos encontros nacionais de ‘gays e lésbicas que trabalham com Aids’, rebatizados posteriormente de encontros de ‘gays, lésbicas e travestis que trabalham com Aids’”.

‘subordinação ao governo’ e aos financiamentos para trabalho com Aids x preservação da ‘autonomia’ frente a outros atores sociais; manipulação do financiamento do encontro em proveito da própria entidade x colocar o nome da entidade a serviço da organização do movimento e ter que responsabilizar-se por tudo; ‘trabalho efetivo’ x ‘papo furado’; caráter ‘terapêutico’ x caráter ‘político’; ‘machismo gay/misoginia gay’ x ‘androfobia lésbica’; promiscuidade e desrespeito pelo espaço físico e ambiente do evento por parte de *gays* x repressão à expressão individual por parte das lésbicas; ‘Aidstour’ (suposto ‘turismo’ realizado com recursos da Aids) x ‘ética’ no uso dos recursos; ‘conchavos/manipulações escusas’ x espaço físico de um grupo como espaço privado”.

Estas alterações tanto na diversificação do formato institucional quanto nas propostas de atuação ocorrem concomitantemente à ampliação da rede de relações sociais do movimento. Facchini indica que os ativistas, os grupos e o movimento não são um universo fechado em si mesmo, com um diálogo e uma articulação possíveis – interlocução – apenas entre seus próprios membros e unidades. Eles mantêm relações e articulam-se com forças econômicas e políticas externas ao universo das organizações homossexuais. Para a autora, as articulações com o Estado e o mercado têm sido decisivas – embora não exclusivas – para o movimento. Assim, qualquer descrição do movimento homossexual brasileiro deve reconhecer a relevância destes vínculos e articulações para sua dinâmica interna.

Conforme já indicamos, a tendência entre as organizações do movimento à buscar seu registro como ONGs pode ser interpretada como uma revisão da postura prevalente entre os “movimentos sociais” e os “movimentos populares” durante a ditadura militar de manter-se de “costas para o Estado”. Muitas das propostas de atuação das organizações do movimento, a partir da segunda metade dos anos de 1980, pressupõem a superação da visão do Estado como autoritário e impermeável aos interesses “populares” e à assimilação da idéia de “parceria” com o Estado como meio para a consecução de seus *objetivos imediatos*.

No Brasil, o chamado mercado GLS refere-se a um conjunto de iniciativas empresariais cuja diversificação compreende desde bares, boates, video-locadoras, cinemas de “pegação” e saunas até sítios na internet e publicações impressas (revistas e jornais) voltadas para o atendimento de necessidades de consumo de bens materiais e simbólicos relacionados aos interesses específicos dos grupos sociais a que se destinam. É comum entre estudiosos do universo homossexual, militantes e freqüentadores/usuários dos serviços disponibilizados por essas empresas usarem o termo “gueto” para referir aos

ambientes e às zonas das grandes cidades que concentram este tipo de empreendimento. Para além das lógicas divergentes que orientam suas práticas, os fatos de se voltarem para o mesmo público e encontrarem interesses comuns em relação a este mesmo público têm favorecido a que o movimento homossexual e o mercado GLS mantenham relações de parcerias. Facchini (2005, p. 156) afirma que

“Divulgar um grupo/organização, suas atividades, ou realizar projetos de intervenção na ‘comunidade’ são tarefas que exigem que se vá ao ‘gueto’ (...) ou anuncie em veículos de comunicação direcionados para ‘homossexuais’, mantidos pelos próprios grupos/organizações ou por agentes do mercado. (...) Por outro lado, donos de estabelecimentos ou empreendimentos voltados para esse público eram constantemente procurados para contribuir no suporte material a atividades dos grupos/organizações, e recusas eram rebatidas com argumentos como ‘somos nós que propiciamos seu lucro, é sua obrigação colaborar’. Era comum que revistas voltadas para esse segmento, que pode variar em sua definição – *gay*, GLS, *Mix*, etc. – reservassem espaço para a palavra de militantes e a divulgação das atividades do movimento”.

Muito da realização das paradas gays que ocorrem a cada ano em várias cidades brasileiras, por exemplo, resulta da articulação que se vêm estabelecendo entre as organizações do movimento homossexual, o Estado e o mercado.

b) O movimento homossexual em Porto Alegre

Para dar um tratamento ao contexto, em Porto Alegre, compatível à definição de movimento homossexual que vem orientando este capítulo, isto é, como um conjunto de organizações e atividades que vem “definindo seu projeto de politização da questão da homossexualidade em contraste com as alternativas presentes no ‘gueto’ e em algumas associações [exclusivamente voltadas para a ‘sociabilidade’] existentes no período anterior ao seu surgimento”, vale lembrar que a emergência do movimento homossexual na capital gaúcha aparece pela ruptura ao caráter “não politizado” de manifestações – individuais ou coletivas – que o precederam. Através de algumas reportagens, o próprio *Jornal do Nuances* tenta resgatar e fazer o registro destas manifestações. E, conforme visto no capítulo anterior, antes de tomá-las negativamente, o jornal reconhece (e as descreve pelo) seu caráter positivo de tornar visível um comportamento sexual “desviante” num ambiente sociocultural engajado na crença de que quaisquer atos de desvios da heterossexualidade deveriam ser legitimamente sufocados.

O jornal faz referência, por exemplo, aos almofadinhas dos anos 1920, aos festejos carnavalescos dos anos 1940 e 1950 em que as regras do comportamento sexual eram abrandadas, as travestis tornavam-se visíveis, furtivas rupturas com o padrão heterossexual era admitidas, e à Coligay, a torcida gay do Grêmio Foot-ball Porto-alegrense, na segunda metade da década de 1970. Dulesko (2004, p. 38ss.) qualifica a totalidade das manifestações homossexuais em Porto Alegre pelo termo genérico “expressões e manifestações homossexuais públicas em Porto Alegre”. E faz o exame destas manifestações a partir da distinção metodológica entre o que chama de “manifestações não-engajadas” e “manifestações engajadas”. *Nosso interesse é apresentar uma reconstrução da emergência das “manifestações homossexuais engajadas” na cidade de Porto Alegre, o aparecimento da organização Nuances neste processo e a dinâmica interna assumida pelo movimento a partir das relações que se vem estabelecendo entre esta e as demais organizações que se foram constituindo no cenário local.* Em síntese, nosso interesse é apresentar *alguns aspectos gerais da dinâmica interna do movimento homossexual em Porto Alegre.*

Dulesko (2004, p. 41) define o caso de José Carlos Dias de Oliveira (o Zezinho) como a primeira manifestação pública homossexual engajada em Porto Alegre. Numa reportagem publicada na edição número 21 (outubro de 2002), o *Jornal do Nuances* conta sua história e lhe presta uma homenagem¹³³. O jornal representa Zezinho como um militante do Partido de Trabalhadores cuja luta em favor da cidadania homossexual antecede ao processo de banalização com que esta questão passou a ser tratada pelos partidos e alguns dos candidatos a cargos públicos dos poderes executivo ou legislativo nas campanhas eleitorais subseqüentes. Enquanto estes banalizam a questão e a transformam em mero “discurso eleitoreiro e oportunista”, devendo, portanto, ser alvos da desconfiança pelo movimento organizado, Zezinho era um “pioneiro” e expressava um vínculo orgânico com as vivências cotidianas e demandas políticas dos homossexuais.

Zezinho representa a primeira tentativa de trazer para a esfera pública, em Porto Alegre, através de um partido político da “esquerda”, a questão da homossexualidade como

¹³³ Neste artigo, a autora Betânia Alfonsin conta que o Zezinho era um dos representantes da tendência *Democracia Socialista* do Partido dos Trabalhadores e candidatou-se a uma vaga de vereador, em Porto Alegre, nas eleições de 1982. Suas principais bandeiras de campanha eram: “Anistia pra Maria”, “Pedro ama João: e daí?” e “Terra para quem nela trabalha”. Zezinho faleceu em julho de 1991 (o mesmo ano de fundação do grupo Nuances), aos 32 anos de idade.

uma questão e um movimento políticos que, naquele momento, aparecia nos países de capitalismo avançado, associados às questões e movimentos políticos em decorrência de demandas específicas das mulheres, dos negros e dos ecologistas.

Não podemos esquecer que 1982 (o ano em que Zezinho se candidatou a vereador em Porto Alegre), foi o mesmo ano em que houve a notificação do primeiro caso de Aids na cidade de São Paulo. Trata-se de uma data que marca o início da epidemia no Brasil, sua forte incidência inicial entre os homossexuais (o que contribuiu para a emergência do discurso homofóbico sobre a Aids como “peste gay”) e, ao mesmo tempo, o desencadeamento de uma mobilização nacional, inclusive na forma de pressão junto ao Estado, por parte de várias organizações do movimento homossexual, como resposta coletiva e política à epidemia.

Dentre as inúmeras iniciativas nesse sentido, temos a fundação da ONG Aids Grupo de Apoio à Prevenção da Aids, de São Paulo, o GAPA/SP, em 1985. Conforme vimos acima, o GAPA/SP serviu de modelo para a fundação de organizações congêneres em diversos estados brasileiros, dentre estas a de Porto Alegre, conhecida como GAPA/RS, em abril de 1989¹³⁴. Segundo Galvão (1997, pp. 80/81), a capital gaúcha foi palco, em outubro deste mesmo ano, do II Encontro da Rede Brasileira de Solidariedade (ONGs/AIDS)¹³⁵. Nesse sentido, é possível sustentar a idéia de que, neste período, Porto Alegre estava articulada com as inquietações mundiais e nacionais relacionadas ao controle e à prevenção ao vírus HIV¹³⁶.

¹³⁴ Em seu sítio na internet, a organização afirma que “nasceu como resultado da indignação e da solidariedade de um grupo de pessoas diante da falta de cuidados, de respeito e de um sem-número de discriminações sofridos diariamente por vítimas da aids: eram os serviços de saúde que negavam atendimento ou o faziam deficitariamente, com os direitos mais elementares sendo negados, e a crueldade que se impunha aos pacientes”.

¹³⁵ Esta autora afirma que “documentos prévios preparados pela comissão organizadora do II Encontro foram submetidos e votados pelas entidades ao longo do evento. Como resultado mais concreto, a plenária formada pelas entidades presentes aprovou: um documento comum, chamado Carta de Princípios; um outro documento indicativo para a formação da rede, chamado Princípios Constitucionais; e o texto (proposto pelo Grupo Pela Vidda/RJ) da Declaração dos Direitos Fundamentais da Pessoa Portadora do Vírus da AIDS. Principalmente este último documento foi um marco ao colocar em cena os direitos da pessoa soropositiva”. Cf. GALVÃO, Jane., 1997, p. 81). Esta citação é ilustrativa do tratamento político (no sentido de que via o indivíduo portador do vírus HIV ou paciente de Aids como cidadão) concedido pelos participantes do Encontro aos temas tratados e aos encaminhamentos propostos.

¹³⁶ Em entrevista para esta pesquisa, um militante *nuançeiro* informou que “em 89, 90, teve um encontro no início das ONGs/Aids. Porque também, nessa época, a Aids estava aparecendo. E o Herbert Daniel veio pra Porto Alegre participar de um encontro aqui no centro de Porto Alegre”.

O Nuances é gerado em meio às inquietações locais em torno do debate e das iniciativas que vinham sendo travadas a respeito desta problemática. Dulesko (2004, pp. 42/43) argumenta que este grupo foi gerado a partir da visão, desenvolvida entre ativistas auto-identificados como homossexuais e ligados ao GAPA/RS, de que sua permanência junto a esta organização implicava seu endosso do imbricamento necessário entre homossexualidade e Aids. E estes mesmos ativistas pareciam acreditar que a condição para a ruptura deste endosso presumido seria seu afastamento daquela organização e a criação de um novo grupo com perfil institucional e político diferenciado¹³⁷.

Assim, estes ativistas pautavam-se pela idéia de formar um grupo de luta política em favor das homossexualidades sem que a questão da Aids entrasse como o motivo condutor. Neste sentido, podemos argumentar que a motivação original destes ativistas era formar uma nova organização que renunciasse à identidade institucional de ONG Aids e assumisse a configuração de grupo (e, posteriormente, de ONG) voltado para a *cidadania* e os *direitos humanos* dos homossexuais. A construção deste projeto era feita a partir da articulação dos ativistas locais com este perfil aos desenvolvimentos e às conquistas do movimento homossexual brasileiro¹³⁸.

Esta nova organização apareceu com o nome de Movimento Homossexual Gaúcho (MHG)¹³⁹. Os dados disponíveis (relatos feitos pelos próprios militantes) permitem perceber que sua geração foi obra de estudantes da UFGRS residentes na Casa de Estudantes Universitários (C. E. U.) e que as articulações iniciais ocorreram entre esta

¹³⁷ Dulesko chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento de percepções identitárias específicas dentro do GAPA/RS gerou não apenas o Nuances, mas também o Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP) e o Igualdade – Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul. O autor afirma que “os vários grupos que se formaram possuem, além de uma origem comum, características específicas que os unificam, uma delas é a exclusão social em função de práticas sexuais não-normativas, mas, mesmo assim, isto não impediu a formação de micro-grupos que se organizaram em torno de questões específicas, na tentativa de desvincularem-se do rótulo de ONGs Aids”. Cf. Dulesko (2004, p. 43).

¹³⁸ Em entrevista para esta pesquisa, um militante *nuanceiro* contou que “sabia que existiam grupos como o *Grupo Gay da Bahia* (GGB). Que eu, daí, depois de um encontro que houve em Recife, o 5º. Encontro Brasileiro de Homossexuais, em que eu peguei até uns materiais do GGB. Que eu sempre tive o maior respeito. E outros materiais. E eu fui percebendo que as pessoas se reuniam. Elas não ficavam sozinhas, no seu umbigo. Como, de certa forma, em 88/89, eu estava preocupado com a minha situação. Mas depois eu fui percebendo que as coisas eram muito amplas. Porque ali eu percebi que havia uma movimentação mais consolidada e interessante mesmo. E as outras pessoas foram se engajando”.

¹³⁹ Embora tenha surgido em 1991 como Movimento Homossexual Gaúcho, somente em 1993 o grupo conseguiu seu registro em cartório como sociedade civil sem fins lucrativos e adotou o nome com o qual hoje é conhecido. Em 1995 conseguiu instalar-se em sede própria.

residência e o GAPA/RS. A nota publicada na página 4 da edição número 36 (julho de 2006), intitulada “Nuances faz parte da história do C. E. U”, afirma que

“O resgate da história da Casa de Estudantes Universitários C. E. U. da UFRGS está virando livro. Integrantes fundadores do Nuances foram convidados a escrever um artigo contando a passagem pela casa, registrando a movimentação política da bichice que ali acontecia. Mas o maior motivo do convite é fazer o registro histórico do surgimento do nuances, ocorrido nos quartos da C. E. U. (...) Foi naquele ambiente de ferveção que, em 1991, foi plantada a semente do grupo por dois moradores da C. E. U. que tiveram a ousadia de fundarem um grupo guei em Porto Alegre”.

Esta citação permite perceber que o MHG foi o primeiro grupo organizado do movimento homossexual brasileiro no Rio Grande do Sul. Em entrevista, um dos seus coordenadores afirma que

“Fizemos uma reunião, tinha umas trinta pessoas e aí começamos a definir o perfil político [do grupo]. Eu e outras pessoas insistíamos bastante em não criar um grupo assistencialista, um grupo terapêutico. E essa era a demanda. As pessoas chegavam na reunião e contavam toda a vida delas, na outra a mesma história e na outra a mesma história, porque há uma demanda muito grande neste sentido. Então eu disse ‘Olha, se é para fazer isto, eu estou fora. Eu estou aqui para fazer um grupo político!’. Uma porque a questão principal é pela política e não pelo divã. O divã não resolve nada. Então começamos a estruturar o grupo e fomos vendo que existia esta questão dos direitos humanos que era muito forte. Como a questão da violência, a discriminação. E começamos a nos articular politicamente, com setores de esquerda, tentando fazer intervenções perante o Estado, com outras ONGs, outros movimentos sociais. (...) Então fomos definindo um perfil, uma forma de discussão elementar da nossa independência política, independente do Estado, independente do partido político”.

Estas definições iniciais contribuem para uma compreensão adequada do modelo de atuação política que o grupo iria adotar, bem como das posições políticas que assumiria dentro do movimento homossexual brasileiro¹⁴⁰. Num plano mais “legislativo”, uma ação emblemática desta atuação foi a apresentação de proposta, junto à Câmara dos Vereadores do Município de Porto Alegre, para alteração do artigo 150 da Lei Orgânica, em 1994. Esta

¹⁴⁰ O próprio Jornal do Nuances já pronunciou-se a respeito do “modo nuanceiro de fazer política”. Na reportagem intitulada “Pelotas/Caxias: gauchada guei!”, publicada nas páginas 10 e 11 da edição número 20 (agosto de 2002), o jornal analisa o Ato Público, promovido pelo Nuances na chamada “Esquina Democrática” de Porto Alegre, como parte das atividades de comemoração pelo “Dia Internacional do Orgulho Guei”. Na página 11, o jornal afirma que o Ato serviu para “denunciar a violência a que os homossexuais se vêem submetidos em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, particularmente quando se pensa em homicídios. Foi distribuído um manifesto dando conta das razões que nos levaram a fazer essa manifestação pública, com bandeiras arco-íris e faixas. É claro que levamos baile de alguns camelôs e taxistas, mas é a chance deles se vingarem, já que a gente dá em cima deles todos os dias”. E acrescenta que “essa intervenção do Nuances faz parte da maneira como a gente entende que a política deve ser feita: na rua, no corpo a corpo, trabalhando para que nossas questões fiquem visíveis. Não apenas isso, mas também é forma de garantir um canal de comunicação com a comunidade gaúcha, uma vez que consideramos fundamental mostrar o que pensamos sobre todos os assuntos afeitos a esta sociedade”..

alteração provocou a inclusão da “não discriminação por orientação sexual”, garantindo o direito de expressão da sexualidade em lugares públicos e privados da capital gaúcha. E num plano mais “político”, uma iniciativa exemplar da “política homossexual” *nuanqueira* deu-se em relação à fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), em 1995, durante o VIII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, em Curitiba¹⁴¹.

Basicamente, a atuação do Nuances vem se dando através do desenvolvimento de projetos e campanhas, manifestações de protesto e participação em mobilizações sociais, proposição de leis, publicação do *Jornal do Nuances*, de livros e de uma série de cartilhas, *folders*, relatórios de projetos, etc., além da organização anual da Parada Livre. Dentre os projetos, merecem destaque o *POA Noite homens*, o *Fortalecimento das ações preventivas* e o *Pegação Segura*, voltados para a prevenção ao HIV/Aids, e os projetos *Olhares – ação para visibilidade lésbica em Porto Alegre* e *Gurizada – saindo do armário e entrando em cena*¹⁴². Também, por iniciativa da Secretaria de Justiça e Segurança do Rio Grande do Sul, os ativistas *nuanqueiros* deram aulas sobre direitos humanos e homossexualidades para os novos agentes de segurança em formação das polícias militar e civil e também agentes penitenciários¹⁴³.

¹⁴¹ Segundo Facchini (2005, p. 126), “a Associação contou com a filiação de cerca de 80% dos grupos de gays, lésbicas e travestis presentes ao VIII EBGLT. No entanto, contou, também, desde o início, com a oposição e questionamento por parte de outros grupos. Uma carta do grupo Nuances (RS), datada de menos de um mês após a fundação da ABGLT, por exemplo, questionava o processo pelo qual havia sido criada uma associação, e não uma comissão, e o fato de que as finalidades presentes no estatuto permitissem que esta pudesse vir a se envolver diretamente em atividades de prevenção à Aids”.

¹⁴² Embora tenha surgido em 1991, apenas em 1995 o Nuances começa a trabalhar a partir de projetos financiados pelo governo federal através da Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde. O “Poa Noite Homens” foi o primeiro projeto desenvolvido pelo grupo a partir deste procedimento. Segundo Golin, este hiato entre a fundação e a recorrência ao Estado como instância repassadora de recursos para o desenvolvimento de projetos expressa a lógica orientadora da prática do grupo Nuances. Ele afirma que “no movimento gay funda-se hoje um grupo com três ou duas pessoas, geralmente dois namorados ou duas namoradas, e amanhã já querem ir para Brasília, já querem dinheiro. ‘Ah, porque nós fundamos, nós não temos sede, nós não temos nada, nós temos que trabalhar’. É um processo bem calcado numa lógica na qual o Estado acostudou as pessoas. Nós que fundamos o Nuances em 1991 só submetemos o primeiro projeto em 1995. De 1990 a 1995 nós ficamos discutindo, vendo o que queríamos e o que não queríamos. Brigando com um monte de gente, expulsando uns, afastando outros, dizendo ‘aqui não é o teu lugar’” (2004, p. 241).

¹⁴³ À título de prestação de contas das atividades do grupo nos anos de 1997 e 1998 como meio para sensibilizar “o leitor” e “a leitora” para ajudarem financeiramente o grupo, na página 3 da edição número 5 (sem data), o jornal informa que esteve presente em emissoras de rádio e televisão, fez palestras em universidades, fez entrega de preservativos, participou de debates e seminários, atendeu pesquisadores interessados na questão do homoerotismo, desenvolveu os projetos “Fortalecimento de ações preventivas” e “Poa noite homens”, etc.

As manifestações de protesto integram a estratégia *nuanceira* de “romper o silêncio” como procedimento político de reação ao preconceito social contra os homossexuais, as lésbicas e as travestis. Uma tática empregada nestas manifestações consiste em criar as condições para o seu aparecimento na mídia. Neste sentido, a divulgação através dos meios de comunicação de massa torna-se um dos critérios para avaliar o sucesso de cada protesto. As diferentes manifestações têm em comum a denúncia de discriminação e seus alvos têm sido *shopping centers*, jornalistas, neo-nazistas e também o INSS, a empresa multinacional *General Motors* e ainda o Vaticano.

A presença de ativistas *nuanceiros* em outras manifestações sociais de protesto está regida pelo princípio da rejeição à prática de “manter-se voltado para o próprio umbigo”, percebida e criticada pelo Nuances em outros grupos do movimento homossexual, e de articulação com outros movimentos sociais e populares em favor da unidade política dos “excluídos” em função de interesses comuns de curto e longo prazos. Esta decisão justifica a participação do grupo no Fórum Social Mundial, no Grito dos Excluídos, na Marcha dos Sem e nas manifestações políticas do Dia Internacional da Mulher e do Dia da Consciência Negra.

A atuação do Nuances no campo legislativo resultou na alteração do artigo 150 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, referido acima, e também na extensão, para homossexuais, lésbicas e travestis, de benefícios previdenciários já garantidos aos homossexuais. Em diferentes documentos publicados pelo grupo, o Nuances reconhece esta como “a maior conquista do movimento homossexual no Brasil”. Outra iniciativa neste sentido foi a proposição, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, de um conjunto de preceitos que resultou em lei que alterou a Constituição Estadual e dispõe sobre a promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade e preferência sexual¹⁴⁴.

Em regra, as publicações do Nuances integram as campanhas desenvolvidas dentro dos projetos que o grupo executa e cumprem funções específicas aos objetivos específicos de cada uma dessas campanhas. A cartilha “Rompa o Silêncio” com orientações de procedimentos para busca de apoio policial e jurídico em caso de discriminação e o “Relatório do Projeto POA Noite Homens” são ilustrativos daquela regra. No entanto, o

¹⁴⁴ Trata-se da Lei no. 11.872/2002.

Fórum Social Mundial em Porto Alegre e a Feira do Livro têm sido oportunidades para lançamentos dos livros publicados pelo grupo. Estas publicações têm privilegiado abordagens jurídicas e sócio-antropológicas a respeito das homossexualidades e do movimento homossexual. Este viés editorial contempla ainda a redação, pelo Nuances, do capítulo sobre direitos humanos no “Relatório Azul”, publicação anual da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

A realização da Parada Livre em Porto Alegre desde 1997 é mais uma das atividades contempladas na atuação *nuanceira*. As paradas gays vêm assumindo, no mundo inteiro, um caráter de *manifestação massiva de visibilidade pública das diferenças sexuais a partir das homossexualidades*. Isto advém dos fatos de serem organizadas pelas entidades do movimento para assumirem esta característica de visibilidade massiva e de serem o acontecimento promovido pelo movimento homossexual mais destacado pela mídia, mais notado pela sociedade mais ampla e, portanto, de maior interesse institucional e político, dentro e fora do movimento¹⁴⁵. Estes devem ser os motivos pelos quais as paradas se tornaram o principal evento gerador de disputas entre as diferentes entidades e, ao mesmo tempo, essas disputas apareçam com maior clareza para a sociedade mais ampla. Em Porto Alegre, a partir do ano de 2005, estas diferenças e disputas internas vêm provocando a realização de duas paradas anuais.

A reconstrução histórica da parada livre de Porto Alegre e da disputa institucional e política que gerou a realização de dois eventos anuais nos anos de 2005 e 2006 pode ser feita a partir de diferentes perspectivas. Para efeito de controle da argumentação, julgamos necessário deixar claro que tomaremos a versão apresentada pelo grupo Nuances como guia. Assim, mais uma vez, estaremos voltados para as posições políticas *nuanceiras* tal como aparecem publicadas nas páginas do *Jornal do Nuances*. Neste caso, nosso olhar volta-se para o tema “parada livre” como mais um dos temas *nuanceiros*. E, à medida em que se for fazendo necessário, apresentaremos dados sobre as instituições citadas e suas diferenças institucionais e políticas.

¹⁴⁵ Este “dentro e fora do movimento” refere-se às conexões que as entidades mantêm com o Estado, o mercado GLS e os partidos “de esquerda”, na “oposição” ou na “situação”, para o apoio na infra-estrutura e na organização das paradas, bem como ao capital político que este apoio costuma gerar para as instâncias apoiadoras.

c) As paradas do movimento homossexual em Porto Alegre

Dentre as diferentes atividades institucionais e políticas desenvolvidas pelo grupo Nuances, a Parada Livre é a que alcança maior visibilidade pública em Porto Alegre. Para que se compreenda o modo como o grupo representa esta manifestação, é necessário situá-la entre as demais atividades desenvolvidas e, ao mesmo tempo, situar este conjunto de atividades no contexto institucional e político do movimento homossexual brasileiro a partir dos anos de 1990.

As diferentes atividades (e o modelo de atuação política que elas implicam) são desenvolvidas por uma organização surgida para compor o movimento homossexual brasileiro e que, através desta atuação, reflete sobre as tendências que este movimento vem assumindo desde a década de 1990. Noutras palavras, o Nuances é uma organização que aparece para compor a “nova onda” do movimento, que reflete criticamente sobre o legado político e cultural dos grupos pioneiros e sobre as tendências políticas que as novas organizações estavam assumindo a partir daquela década. Por isso, para entender seu modo de atuação, suas atividades e, dentre estas, as paradas que vem realizando desde 1997, é necessário compreender os desafios que se apresentavam para o movimento naquele momento e o modo como as diferentes organizações vinham respondendo a aqueles desafios.

Conforme vimos acima, o período de 1990 é marcado pela consolidação do Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde e o aparecimento de várias entidades assumindo o modelo organizacional de ONGs/Aids. E vimos que as organizações do movimento vão deixando para trás as estratégias que vinculavam a luta contra o preconceito e pelos direitos dos homossexuais a projetos mais amplos de transformação estrutural da sociedade, para adotarem modos de atuação mais pragmáticos em favor da particularidade homossexual (“voltando-se para o próprio umbigo”, em conformidade com o discurso *nuanceiro*). E vimos também que estes redirecionamentos estratégicos são promovidos por entidades que vão trocando o modelo “alternativo”, “comunitarista”, “antiautoritário” e “liberacionista” de organização pelo modelo formal conhecido genericamente pelo termo ONG. Vale ainda reiterar as implicações destas mudanças em termos de empenho dos grupos pelo registro das entidades em cartório, pela conquista do

CNPJ, pela formalização e eleição de diretorias e, ainda, por sedes para as entidades. Este é, por exemplo, o ambiente institucional no qual ocorre a fundação da ABGLT, com a filiação da maioria das entidades e, conforme visto acima, com a rejeição de filiação pelo Nuances.

Um primeiro problema a ser reconhecido diz respeito ao nome dado à coisa pelas organizações que constituem o movimento homossexual e, em particular, pela organização Nuances. Alguns grupos chamam de *Gay Pride*, outros de *Parada Livre* e outros ainda de *Parada do Orgulho GLBT*. Talvez seja necessário admitir que estas diferentes denominações expressam mais do que a capacidade humana para encontrar palavras ou termos diferentes para denominar as mesmas coisas. Elas parecem mais resultar de necessidades que os grupos sentem de estabelecer (inclusive pela recorrência a termos específicos) um horizonte político em alternativa aos horizontes propostos pelo (e circulantes no) movimento homossexual. As primeiras referências à celebração em homenagem ao 28 de junho no *Jornal do Nuances* referem-se a este evento empregando alternadamente os termos *Gay Pride* e *Parada Livre*¹⁴⁶.

Embora o primeiro número do jornal (de janeiro de 1998) não traga nenhuma matéria (nota ou reportagem) sobre o assunto, sua capa já traz a parada GLBT como um tema e/ou uma prioridade para o grupo que o produz. Esta capa apresenta uma fotomontagem (não creditada) que mostra a imagem de uma parada a partir de um ponto de vista aéreo. Esta perspectiva permite visualizar os fatos de que os participantes carregam uma bandeira do arco-íris (o único elemento colorido numa foto em preto e branco) e que a rua está inteiramente ocupada pela população aglomerada para o evento. A composição sugere que o “colorido” da bandeira está avançando e ganhando espaço em meio ao “preto e branco” da realidade.

Outro problema a ser discutido é o do significado (a representação) que os homossexuais em geral e, em particular, os militantes e suas organizações atribuem à

¹⁴⁶ Na página 03 da edição número 04 (abril de 1998), o jornal informa que “em 28 de junho Porto Alegre terá o Gay Pride”. E, além de trazer o lema “28 de junho tem Gay Pride”, a edição número 05 (sem data), em sua página 02, publica a chamada: “Parada Livre – 28 de junho – domingo – no Brique da Redenção”, e em sua página 03 publica uma agenda para o mês de junho em que o jornal volta a se referir ao “gay pride”. Desde a capa até a reportagem das páginas centrais, intitulada “Gays com muito prazer”, voltada para a cobertura da parada em Porto Alegre e diferentes cidades do mundo, a edição número 06 (sem data) ainda emprega este termo. Na página 07 desta edição, o jornal refere-se ao “gay and lesbian pride gaúcho”. E na página 10 há um artigo editorial intitulado “Parada Livre vs Internet”. E, ainda, na capa da edição número 12 (abril de 2000) o jornal ainda refere ao “Gay Pride 2000”. Posteriormente, o jornal abandonará definitivamente esta denominação em favor da forma “parada livre”, assim como passará a grafar “guei” em vez de “gay”.

parada gay. No editorial (página 2) da edição número 8 (sem data), intitulado “Parada Livre 99 – um ato político”, o jornal afirma que

“O dia 28 de junho é uma data em que no mundo todo os homossexuais se mobilizam para dizer à sociedade que querem muito mais do que tolerância e aceitação. Quando pensamos que a sociedade ‘heterossexual’ deve nos aceitar ou nos tolerar, não temos a compreensão do fato de que direitos temos e de como devemos conquistá-los. Já estamos acostumados a ouvir estes termos quando se fala em direitos para as ditas ‘vítimas’ da sociedade. Quando estas palavras vêm da boca de paternalistas e autoritários de plantão, não nos causa nenhum espanto, mas quando ouvimos da boca dos próprios discriminados, o que é muito presente nos militantes do movimento homossexual deste país, isto nos causa muita estranheza. As pessoas não percebem que quando pedimos para sermos aceitos, nos colocamos como intrusos e num espaço que não nos pertenceria, e que já tem donos, e por isto devemos pedir e implorar espaço. Quando travamos este tipo de relação, já estamos aceitando a idéia de seres inferiores que já está implícito neste conceito. A palavra tolerância também nos incomoda, pois denota que algo está errado. A idéia que passa é de que está concedendo algo que só pertenceria com legitimidade a alguns. Devemos construir uma relação entre as pessoas onde se reconheça as diferenças construídas socialmente, superando as desigualdades. Manifestações como a Parada Livre tem como objetivo mostrar a diversidade que existe em nossa sociedade, buscando o que é fundamental para construirmos uma sociedade mais democrática. Respeito à diversidade”.

Essa citação chama a atenção para o caráter político que se pretende conceder à manifestação (o título já representa uma afirmação neste sentido) e de como o movimento avalia este caráter político. Mas, por outro lado, esclarece que, para diferentes organizações e/ou militantes, a parada representa a expressão de políticas diferenciadas. Abstraindo-se essas diferenças internas de visão, num primeiro momento, percebe-se que a parada é realizada para ser uma interpelação da sociedade pelos homossexuais enquanto grupo social organizado. E essa interpelação implica (ou pressupõe) uma visão desses homossexuais a respeito de si próprios, do modo como se julgam tratados pela sociedade e do modo como querem ser tratados.

Num segundo momento, numa dimensão mais concreta, nota-se que o Nuances atesta diferentes perspectivas nesse sentido¹⁴⁷ dentro do próprio movimento. E essas diferenças são demarcáveis a partir da recorrência, por algumas entidades, a propostas tais como ser *tolerado* e *aceito* pela sociedade (e pelo Estado) e ao interesse em pactuar com as posturas *paternalistas* e *autoritárias* que vêm sendo propostas pelo Estado e pela sociedade em relação aos homossexuais. E o Nuances faz uma crítica dessas propostas, das noções e

¹⁴⁷ Isto é, na visão que os homossexuais têm a respeito de si próprios, do modo como se julgam tratados pela sociedade e do modo como querem (e devem lutar) para ser tratados.

do pacto que elas envolvem, em favor de uma perspectiva diversa, fundada na noção de cidadania. Noutras palavras, com esse editorial, tratando da parada livre e do significado político contido em sua realização, o *Jornal do Nuances* afirma as divisões presentes no movimento. O grupo Nuances reconhece que a “totalidade” das entidades do movimento atribuem um sentido político à parada. Entretanto, reconhece igualmente que, entre as diferentes entidades, estes sentidos são diversos.

Para as organizações do movimento, a parada é o acontecimento que propõe a *visibilidade pública da homossexualidade* como alternativa às condições de *clandestinidade* e de *marginalidade* associadas de modo dominante (inclusive entre a maioria dos homossexuais) a respeito do homoerotismo e das pessoas que exercem esta prática sexual. Entretanto, a definição *nuanceira* sugere que a noção de visibilidade em si mesma é uma idéia vaga, carente de um conteúdo, de uma concretude. Neste sentido, percebe-se que *o grupo Nuances investe numa proposta concreta de visibilidade pública da homossexualidade*.

O grupo sempre se manifestará a respeito das visibilidades possíveis e da que efetivamente estará sempre propondo. Seu interesse volta-se contra quaisquer propostas de visibilização das homossexualidades reféns de necessidades tais como a tolerância e a aceitação sociais. Segundo o pensamento *nuanceiro*, estas propostas estariam sempre marcadas pela vergonha e/ou pela auto-rejeição (auto-exclusão) dos sujeitos interpeladores. Em contrapartida, o Nuances oferecerá a alternativa da visibilidade associada à noção de cidadania. Todos os recursos empregados pelo jornal (capas, chamadas de capas, títulos de matérias, fotos, os textos e a linguagem neles empregada) estarão voltados para a defesa dessa concepção de atitude homossexual pública. Numa matéria intitulada “Nuances em movimento”, publicada nas páginas centrais da edição número 15 (maio de 2001) o jornal faz uma “prestação de contas de suas atividades” e afirma que

“A Parada Livre 2001 está aí, arrebatando, e aquele papo de ‘viado só quer festa’ deve temperar algumas refeições feitas à frente da televisão... A gente, então, se apressa em afirmar: sim senhor, a gente quer festa, mas não só”. (...) [Stonewall] foi uma virada de mesa. A partir daí as bichas resolveram ficar brabas: elas cansaram de ser discretas!! (...) Então, desde 1996 (o nuances existe desde 91) a gente vem organizando a Parada Livre, um evento que é mais que guei, ele é um convite para as pessoas deixarem as convenções em casa e virem se divertir na rua, gritando, se quiserem, que são livrinhas da silva. E isso é muito político!! (...) As bichas gostam de circo, mas também querem sua fatia de bolo!”.

Um dos aspectos dessa citação é a referência à parada de Porto Alegre como tendo resultado de uma iniciativa do Nuances. Essa afirmação reflete a configuração da primeira fase do movimento homossexual local, na qual, até 1999, este grupo era a única organização existente e, portanto, abrigava todas as diferenças político-ideológicas que as citações acima sugerem existir no interior deste movimento. Este aspecto pode ainda apoiar a idéia de que, enquanto, segundo Facchini, a década de 1990 é caracterizada pela formação de inúmeras novas organizações no Brasil, o grupo Nuances atua isolado no Rio Grande do Sul¹⁴⁸.

Neste sentido, pelo caráter de manifestação para a visibilidade pública da homossexualidade que o movimento dá às paradas, uma reflexão sobre estes eventos pode ser entendida como uma reflexão sobre o tipo de visibilidade homossexual que interessa às diferentes entidades e o tipo de interpelação da sociedade e do Estado a respeito das homossexualidades que os homossexuais organizados pretendem efetivamente realizar. Esta parece ser a questão que marcará a divisão do movimento, segundo a versão presente nas páginas do *Jornal do Nuances*. O grupo e o jornal mobilizam múltiplas táticas para demarcar sua diferença em relação aos demais grupos do movimento a respeito desta questão.

Todo o empenho jornalístico *nuanceiro* a respeito da parada é, em primeiro lugar, voltado para a afirmação dessa diferença. Ou, em outros termos, para a afirmação da proposta de visibilidade homossexual de interesse do grupo. E, em segundo lugar, este empenho presta-se para a denúncia do que o grupo chama de “tentativa de pessoas e grupos” de tomar a parada para si e para seus interesses particulares. Embora se refira a interesses particulares voltados para o lucro financeiro privado pelas empresas do chamado “mercado GLS”, o empenho *nuanceiro* neste sentido presta-se, principalmente, para a denúncia do uso da parada, por diferentes organizações e militantes, para beneficiamento político-partidário¹⁴⁹.

¹⁴⁸ Na página 3 da edição número 8 (sem data) do *Jornal do Nuances* há uma nota registrando o surgimento da Associação de Travestis e Transexuais do RS – Igualdade e outra nota informando sobre a fundação do Núcleo 28 de Junho de Gays e Lésbicas do PT de Porto Alegre. A nota informativa sobre a fundação do núcleo petista é concluída com saudação de boas vindas.

¹⁴⁹ Embora esta descrição do movimento homossexual em Porto Alegre esteja destacando os aspectos “mais locais” das divisões e disputas entre as diferentes organizações do movimento como resultado da visibilidade massiva das homossexualidades que as paradas buscam promover, é preciso reconhecer que as diferenças que a ONG Nuances busca destacar a respeito de si mesma e de seu estilo de atuação não resultam de embates entre organizações no ambiente local da cidade de Porto Alegre ou do estado do Rio Grande do Sul. As posições assumidas por essa organização resultam de embates que abrangem todo o movimento homossexual e, em particular, suas vicissitudes como movimento homossexual brasileiro. Neste sentido, julgamos necessário esclarecer que a crítica político-institucional *nuanceira* elege o movimento nacional como referência e distingue as posições políticas defendidas pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis e por suas principais lideranças como alvos de investimento crítico. No artigo intitulado “Bixas,

Na cobertura da Parada Livre do ano 2000, o *Jornal do Nuances* já apresenta enunciados ilustrativos da rejeição ao padrão de visibilidade homossexual “envergonhado” e refém da carência por tolerância e aceitação pela sociedade e pelo Estado. No editorial (página 2) da edição número 13 (julho de 2000) afirma-se que “na Parada Livre que abalou Porto Alegre, os modelões arrasaram com a nossa cara, mas quem brilhou mesmo foi a ousadia das que abandonaram as calçadas e rodaram a baiana”. E nas páginas centrais, a descrição da visita de militantes *nuanceiros* ao Palácio Piratini, para entregar uma Carta Aberta ao governador do Estado, destaca que

“O Palácio Piratini já deve ter visto mais bichice em seus salões, mas a comitiva de 20 pessoas do nuances que foi até o Governador para entregar uma carta aberta, certamente não deixou por menos. Pela primeira vez bibas e bolachas entraram na sede do Governo gaúcho, fazendo então, história. Bandeiras rainbow tremulavam nas sacadas, entrevistas eram concedidas e todos apertaram a mão do Olívio. Lido o documento, saímos do palácio deixando para trás balões coloridos pelas escadas. E fizemos o mesmo trajeto de volta à sede do nuances, carregando as bandeiras e respondendo às propostas nada decentes dos bofes que brigavam entre si para nos aquiendar... A lôca!”.

Por outro lado, o editorial (página 2) da edição número 16 (agosto de 2001), intitulado “Bichas na rua: privatizar ou estatizar?”, ilustra a vertente de denúncia das tentativas de “roubar a parada” do controle que se vinha mantendo pelas “legítimas organizações do movimento”, para torná-la subordinada aos interesses do mercado ou de estratégias político-partidárias. O texto afirma que

“Um novo movimento de massas está surgindo dentro da cena política brasileira. As viadas, sapatas, travestis e companhia estão cada vez mais colocando a cara pra fora de casa, e com isso mostrando toda a bichice que têm no corpo. Basta ligar a tevê e dar uma olhada nas paradas gueis que estão reunindo milhares de pessoas nas grandes cidades brasileiras. Muita gente não contava com isso, e até os organizadores dos eventos estão surpresos com a grandiosidade crescente da

travecas e sapatas nas eleições”, publicado na coluna Opinião (página 2) da edição número 14 (janeiro de 2001), por exemplo, Célio Golin afirma que “como qualquer movimento social, o dos homossexuais brasileiros vem há algum tempo tentando ocupar espaço na sociedade. Sabemos que disputar eleições e ocupar cadeiras, seja no legislativo ou executivo, faz parte desta conquista de poder. O movimento guei tentou, nestas eleições, eleger vários vereadores em alguns estados do Brasil. Esta estratégia, a princípio, parece um avanço, mas refletindo um pouco sobre o fato ficamos com sérias dúvidas sobre este propósito. O movimento homossexual brasileiro, em sua estrutura organizacional e, principalmente, em sua discussão política, é muito pouco politizado. O que vem se comprovar com as candidaturas que estão por aí. A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABLGT) vem insistindo nesta estratégia, a de ocupar espaço não importando como. (...)Entendemos que a participação em cargos eletivos deve ser uma consequência de nossa organização política. A ABGLT nunca teve a preocupação de organizar o movimento de forma a aprofundar os temas sociais nem a própria politização do movimento, mas sim em organizar eventos para se promover, ocupando espaço na mídia de forma personalista e equivocada, de refém, se submetendo à voracidade da mesma, que está preocupada só com o ibope. Acabam criando uma noção equivocada sobre a discussão séria dos direitos dos homossexuais para o restante da sociedade”. Esta nota ajuda a entender que a postura do grupo Nuances contrária à afiliação à ABGLT no VIII EBGLT, de 1995, em Curitiba, conforme está registrado em nota acima, não era apenas pontual. Na verdade, a crítica *nuanceira* a aquela entidade é de ordem político-ideológica e diz respeito ao conjunto das suas posições e práticas políticas no movimento homossexual.

movimentação. E é claro que muito olho está crescendo junto! Interesses os mais diversos possíveis vêm sendo despertados, não só junto aos grupos gueis, lésbicos e de travestis – que foram precursores na organização – como também junto à iniciativa privada (que pensa no seu bolso) e junto ao Estado (este de olho nas urnas). O comprometimento dos organizadores e seus militantes com a lógica do lucro – pensam que é através do mercado que vamos avançar na conquista de direitos – acaba fortalecendo a discriminação entre homossexuais portadores de cartões de crédito e aqueles cuja maior preocupação é a sobrevivência diária. Na parada de São Paulo, a maior da América Latina, está acontecendo um processo em que se está mercantilizando a movimentação social. Os microfones dos carros oficiais e as faixas carregadas pelos participantes evidenciavam o consumo como redenção. E o fato de que o carro representante de grupo lésbicas tenha sido cobrado – como se fosse de uma empresa – é a confirmação do quanto excludente é a lógica da ‘democracia do mercado’. A polêmica que se seguiu foi suficiente para ser revertido o critério, abrindo-se ‘exceção’ para o grupo das lésbicas. Por aqui o problema é outro, mas não menos grave. O que estamos assistindo é a tentativa de alguns setores do Estado, leia-se da esquerda, de apropriarem-se da ‘Parada Livre’. Condiçãoam o dinheiro público à participação na sua programação, ou reivindicam legitimidade para, junto ao povo, organizar o Orgulho Guei. Evidentemente o ‘povo’ é controlado por esses setores políticos. **A Parada Livre é um evento que surgiu por iniciativa da sociedade civil, e só entidades da sociedade civil que têm atuação direta no movimento homossexual organizado têm legitimidade para interferir no evento.** Isto é no mínimo tão sério quanto a privatização do evento. Ou seja, uns querem privatizar, outros estatizar. O Estado não pode, com o argumento de querer ajudar, institucionalizar o movimento social. A iniciativa privada não pode, sob o argumento da democracia do mercado, adonar-se de um evento que pertence à movimentação popular. **O nuances tem bem claro que a Parada pode ser organizada com parcerias junto ao Estado e iniciativa privada. Elas, na verdade, são bem-vindas. Mas que estas parcerias não condicionem a autonomia do movimento”.**

Geradas como uma manifestação do movimento homossexual em homenagem à rebelião de homossexuais contra a polícia, num bar em Nova York, em 1969, as paradas vão se tornando uma manifestação de massas em diferentes países e, segundo a citação acima, no Brasil, vão se tornando objeto do interesse e de disputas pelo seu controle pelas organizações do movimento, pelo mercado e pelo Estado. A cobertura jornalística *nuanceira* a respeito da realização das paradas de Porto Alegre pode ser vista como uma crônica, na perspectiva do grupo Nuances, desta disputa. No artigo intitulado “Parada Livre 2002 – do armário para as ruas”, publicado na coluna Opinião, (página 2) da edição número 20 (agosto de 2002), Célio Golin avalia a importância e os “vários significados” desta manifestação. O autor afirma que

“Porto Alegre vivencia a Parada Livre desde 1997. Com o aumento da participação popular a cada ano, a cidade desperta para a cidadania de milhares de pessoas que tinham restrita a expressão de sua sexualidade aos guetos. O evento já ocupa um lugar de destaque no cenário político da capital, e a mobilização que ele proporciona traz vários significados. Para as várias pessoas que ali transitam por algumas horas é um momento de se mostrar, de se reconhecer, de externar suas fantasias construídas dentro de um imaginário social no qual todos estamos imersos.

Essas sexualidades que têm um sentido transgressor, lúdico, que brincam com o inusitado colocam em cheque a norma estabelecida. A Parada nada mais é que um momento onde o que temos de mais íntimo e importante se torna público: ali estamos nos colocando a partir do enfoque da nossa sexualidade. E através dela nos reconhecemos enquanto seres humanos. Por que é um momento político? A Parada Livre, diferente de outras manifestações, não tem uma reivindicação econômica ou trabalhista como as dos movimentos sindicais, nem tem o caráter específico de atos ecológicos ou estudantis. A Parada se mobiliza para questionar a sociedade em todos os níveis e esferas do poder, sejam de direita ou de esquerda, questionando a todos sobre a construção dos homossexuais como 'seres desviantes' feita pela própria História, através das relações de poder. A violência sofrida por esses cidadãos no dia-a-dia não é um acaso. O Nuances sabe disso e por isso se mobiliza. Ir para as ruas é, no mínimo, questionar essa realidade, o que por si só já é superpolítico. A visibilidade que a Parada proporciona ultrapassa o mero espetáculo mostrado pela festa e pelo desfile de bichas, sapatas, trans e travas, dréguas, senhoras e senhores, bofes, crianças, policiais e outras figuras que transitam pela Redenção no domingo do evento. O povo que sai de casa para ver aquela bichice toda acaba sendo obrigado a questionar suas convicções sobre tudo, sobre a vida. Os que participam diretamente têm sua auto-estima fortalecida, o que lhes dá maior autonomia em relação ao seu prazer, a sua vida. Muitos ficam na vontade e permanecem nas calçadas, mas é certo que muita coisa passa por suas cabeças. Para a população é um momento de reflexão, onde a regra de comportamento social é questionada. A Parada Livre, hoje, consegue ser um assunto em todos os ambientes, seja pelo inusitado, pelo irônico ou pelo respeito. Faz com que os mais variados tipos de pessoas falem e pensem sobre o assunto. É o cobrador de ônibus que reconhece a biba que mora no bairro indo para a passeata guei, são os policiais que estão em serviço, os programas de esporte que colocam o assunto na pauta, os trabalhadores que vêem seus colegas lá no meio da multidão, os bofes que vão assistir seus e suas amantes no desfile, discretamente. A vasta cobertura da mídia, que atinge milhares de lares, impõe que o fato não passe despercebido por ninguém. Tivemos uma semana de atividades com discussões mais pontuais em que houve espaço de discussão, um ato público na Esquina Democrática para denunciar a violência praticada contra os homossexuais, cinema, teatro e música, coisas que mobilizam e ocupam os mais variados espaços da cidade. Não só na capital, aliás, uma vez que Caxias do Sul e Pelotas, duas grandes cidades do interior gaúcho, ora tomam peito e organizam suas próprias paradas, rompendo com a clandestinidade. Tentar saber a dimensão que isso traz para nossa luta não é algo fácil, e nem deve ser prioridade, mas não podemos deixar de avaliar que, de forma política, há um acréscimo de força na nossa luta por uma sociedade mais democrática, onde o exercício da sexualidade desmascara a hipocrisia. Na realidade, nós homossexuais devemos refletir sobre esse medo superestimado que nos impede de gozar nossa sexualidade. Existe preconceito sim, mas já temos instrumentos, muitos jurídicos, capazes de detectá-lo e destruí-lo. Achamos, sinceramente, e apesar de tudo, que esse medo está mais no nosso imaginário do que na realidade do dia-a-dia. Alguns políticos que nunca estiveram comprometidos com os direitos dos homossexuais, de olho nos muitos votos daquela massa de gente, querem dar seus abanos e abraços. Embora não contentes com a frescura, acabam reféns da situação e se submetem a desfilar junto. Isso mostra que nossa estratégia está correta. Não é de uma hora para outra que se constrói um ambiente tão favorável à liberdade de expressão. E o nuances reconhece que esse movimento só terá sucesso se mantiver sua autonomia frente aos outros poderes constituídos, um desafio que estamos enfrentando hoje. Se por um lado a direita nos marginaliza com seu discurso de sermos ameaça à 'boa família', setores da esquerda não admitem um movimento social independente de si. Ao contrário do que sempre pregavam quando estavam na oposição, hoje se utilizam do Estado para controlar o movimento social organizado, buscando mantê-lo sob suas garras e manipulação. Negociam o que é de todos como se fizessem caridade para os 'discriminados', simples vítimas incapazes da

sociedade. Assim, eles é que garantiriam nossa cidadania. Chegam ao ponto de reivindicar pelo movimento social, invertendo os papéis ao assumir uma legitimidade que não têm. É claro que há muita gente que aceita o jogo, vendendo sua condição racial, de gênero e de viado. Mas a que preço? A Parada Livre de Porto Alegre e o espraiamento da frescura pelo interior do Estado é reflexo do espaço que o nuances conquistou fazendo política sempre, e não de forma oportunista, sempre com o maior cuidado em não partidizar a Parada Livre, para não destruí-la no que tem de mais valioso, que é sua capacidade de mobilização plural, representativa e independente. Por isso que é livre! Vamos continuar nosso trabalho diário, fazendo política de forma independente, construindo a Parada de 2003, que certamente será um sucesso. Só um trabalho contínuo e sério pode construir um movimento libertário. É no que acreditamos e investimos”.

Este texto indica que, para o grupo Nuances, a parada deve fazer com que as sexualidades que vivem restritas ao gueto (por seu caráter transgressor e pela rejeição e marginalidade sociais de que são alvo) venham a público e questionem todas as normas a respeito da sexualidade humana. Elas trazem a público uma questão normalmente relativa ao (e tratável no) espaço privado da vida de cada indivíduo: a sexualidade e os jogos de prazer e dominação (poder, controle) que a envolve. As paradas devem interpelar a sociedade (e inclusive os homossexuais que vivenciam seu prazer sexual na clandestinidade, os chamados “enrustidos”) sobre o que se pensa a respeito da sexualidade. Elas trazem a público um questionamento das regras sociais que definem o que é “normal” e o que é “anormal” nesta área da existência humana.

Esse deve ser, segundo o ponto de vista *nuanceiro*, o seu principal interesse: provocar a sociedade (e os homossexuais enrustidos) para que reflita sobre os padrões vigentes de comportamento sexual, para que “desnaturalize” as regras relativas a estes padrões e as perceba como resultado de uma construção histórica e para que se abra aos esforços sociais que vêm acontecendo em favor de transformações nas relações entre os seres humanos a partir das diferenças sexuais. Neste sentido, pode-se entender as paradas como uma arma na luta política por uma sociedade mais democrática.

A perspectiva *nuanceira* a respeito do significado político e cultural das paradas pode representar, ainda, um questionamento sobre o sentido de democracia. A citação acima sugere que a interpelação da sociedade que as paradas propõem implica a defesa de que a democracia avance para além do questionamento das relações de poder presentes nas estruturas formais e públicas da sociedade e alcance também as relações informais e privadas (afetivas e sexuais) de cada indivíduo no cotidiano. E, pelo número significativo de pessoas presentes, pelo modo “festivo”, “ousado” e “político” como essa participação é

estimulada e efetivamente vem se dando, e ainda pela brecha que estão conseguindo ocupar na mídia, elas estão se tornando uma arma de grande visibilidade e eficácia pública.

Em segundo lugar, o texto citado acima expõe a desconfiança *nuanceira* em relação aos políticos tradicionais e ao sentido de sua presença/participação nas paradas. O argumento desenvolvido sustenta a tese da desconfiança a partir do resgate da história desses políticos e do que essa história apresenta em termos de comprometimento com a luta pelos direitos dos homossexuais. Através deste procedimento, o grupo questiona a legitimidade dessa presença/participação e a trata como “oportunismo” e mera busca do voto dos homossexuais. O Nuances reconhece que a liberdade de expressão pública que as sexualidades “marginalizadas” estão conquistando/alcançando com as paradas representa um patrimônio das organizações “legítimas” do movimento. Portanto, a estratégia “correta” e o desafio posto para estas organizações é avançar a luta de modo “independente” e “autônomo”.

Na dinâmica interna do movimento homossexual em Porto Alegre, a emergência da necessidade de manutenção da “autonomia” e da “independência” (da luta pela garantia dessas qualidades), apontada pelo discurso jornalístico *nuanceiro* como questão desafiante para o destino do movimento, implica a denúncia e o enfrentamento das organizações vistas como “apoiadoras/estimuladoras dessa presença/participação” e, portanto, “atreladas” aos interesses e estratégias de partidos políticos da “esquerda” na oposição ou no governo. Neste sentido, o movimento homossexual pode ser interpretado como um campo social marcado por divisões e disputas internas entre diferentes organizações. A emergência do termo “Parada Livre” e dos discursos em favor da “autonomia” e da “independência” do movimento homossexual no *Jornal do Nuances* é indicativa do modo como os ativistas do grupo que o produz vêm aquelas disputas e respondem às suas exigências. A recorrência *nuanceira* a estes termos expressa a estratégia *nuanceira* para afirmar a divisão interna no movimento (“não somos organizações ideologicamente idênticas”, “pensamos e agimos politicamente de modo diverso” e “precisamos combater o pensamento e a prática umas das outras”) e para afirmar sua “diferença” política e ideológica em relação às demais entidades.

A cobertura da 7ª. Parada Livre, nas páginas centrais da edição número 24 (julho de 2003), traz alguns dados novos a respeito do aparecimento de novas entidades e de

mudanças na dinâmica interna do movimento homossexual em Porto Alegre. O texto afirma que

“Para não ficarmos apenas nos brilhos do glamour, representantes do nuances e dos *seis grupos* (os grifos são nossos) que participaram da organização da 7ª. Parada Livre subiram ao palco para darem seus recados, salientando a *importância de nos reunirmos* a cada ano em defesa de direitos de lésbicas e gueis, e na denúncia da discriminação homofóbica. A presença do Prefeito de Porto Alegre muito nos honrou, e seu discurso demonstra como nossa cidade saúda a liberdade de todos seus cidadãos e cidadãs, independentemente de suas diferenças. Lamentamos a ausência do Sr. Governador do Estado, cuja agenda deveria conter compromissos mais importantes... (...) Mas ficamos putos da cara com o enorme vazio que se viu formado, por breve espaço de tempo, na Avenida Osvaldo Aranha. A desculpa do *grupo responsável pelo carro* não justificou tal abuso, cujo carro alegórico bloqueou a passagem de milhares de pessoas que vinham atrás, e que estavam dispostas a formar uma só caminhada. Assim, a *Parada Livre aparentou dividir-se em duas, distintas*. Este tipo de golpe já é conhecido dentro da militância da esquerda. São os *oportunistas que colocam seus interesses acima do interesse coletivo*. Além disso, é emblemático que *esse grupo foi justamente o mais insistente em liberarmos microfones para uso no carro de som*. Não é a primeira vez que isso ocorre no movimento organizado, em específico o homossexual. Vejam, por exemplo, o caso de Belo Horizonte (MG), onde um partido político dividiu a parada da capital mineira e reduziu o evento a um palco para discursos e panfleteação partidária. O fato acontecido em Porto Alegre evidencia que aqui também há interesses escusos, que se escondem atrás de *grupos que, portanto, têm legitimidade duvidosa*. O nuances proibiu o uso de microfone nos carros e alerta que não vai deixar que o que aconteceu aqui e em outras paradas se repita. **Fica atento, eleitor...** Na reunião de avaliação da Parada Livre, realizada em 21 de julho, apenas dois grupos mandaram representantes. *O grupo que passou todo o processo defendendo seus interesses (e não da Parada)*, não veio buscar a prestação de contas e nem compareceu na reunião do dia 21. Fica claro que a máscara caiu. Ficou estabelecido na ata da mesma reunião de avaliação que qualquer tentativa de ser estabelecida articulação para a organização da Parada Livre 2004, somente terá legitimidade quando partir de iniciativa do nuances. Você, leitor e leitora que conhece nosso trabalho, certamente entenderá nossa indignação...”

Trata-se de um texto ao mesmo tempo “descritivo” e “interpretativo”. Seu aspecto mais “descritivo” chama a atenção, em primeiro lugar, para o aparecimento de novas organizações no movimento homossexual em Porto Alegre. Em segundo lugar, chama-se a atenção para as diferenças políticas e ideológicas que emergem da atuação dessas diferentes organizações e para o modo como o grupo Nuances vem avaliando estas diferenças. Frente a estas diferenças, o trabalho discursivo do grupo assumirá a direção da afirmação dessas diferenças. Seu aspecto mais “interpretativo” reforça o ponto de vista de que as diferenças que se apresentam são de natureza política e implicam em incompatibilidade recíproca. Neste embate, o texto jornalístico *nuanceiro* assume ainda um caráter de interpelação do “leitor” e da “leitora” vistos como sujeitos que, enquanto grupo social sobre o qual (ou em

meio ao qual) as entidades trabalham e buscam representar, devem julgar e fazer a escolha entre as entidades litigantes. Por isso, neste contexto, as noções de “legitimidade” e de “organização legítima do movimento” são tratadas com centralidade no discurso *nuanceiro*. A noção de “legitimidade” é evocada para servir de “guia” e “critério” para o “leitor” e a “leitora” avaliarem a “representatividade” das organizações.

Assim, a divisão e a disputa de poder entre as diferentes organizações passam a ser uma das características marcantes do novo estágio e da dinâmica interna do movimento homossexual em Porto Alegre. Conforme a citação que segue, extraída do editorial (página 2) da edição número 28 (maio de 2004), o referido confronto político tende a adquirir um caráter dramático. Este texto afirma que

“As ervas daninhas crescem no jardim, até que alguém pise em cima. Esse é um recado para aqueles e aquelas oportunistas de plantão que querem faturar em cima do nosso trabalho. Você, que sabe do nosso esforço na construção da Parada do Orgulho Guei/Lésbico/Trangênero de Porto Alegre, não imagina a pressão que se faz sobre o nuances (e isso significa a intervenção de alguns políticos e seus acólitos para absorver o movimento social)”.

E no editorial (página 2) da edição número 30 (outubro de 2004), o jornal afirma que

“Aproveitamos este espaço editorial para esclarecer a todas e todos que o nuances vem sendo atacado. É irresponsável a maneira como *alguns grupos* (grifos nossos) assinaram denúncia contra o nuances, endereçada ao Ministério Público Federal. Nela, acusaram o nuances de autoritário em relação ao processo de organização da Parada Livre. Queriam apropriar-se da Parada, sob o pretexto de que o financiamento à Parada Livre foi feito com dinheiro público, pelo Ministério da Saúde. Ora, houve uma concorrência pública e o nuances candidatou-se ao gerenciamento do projeto, cujas contas foram aprovadas ao final. A denúncia foi arquivada, por óbvio. No entanto, ela deixa claro que *esses grupos, quando dizem querer ‘construir’ um movimento conjunto, na verdade querem é tomar para si a Parada Livre para uso de seus caciques* (grifos nossos). É de mencionar que todos os grupos, inclusive os que assinaram a denúncia, foram convidados para todas as reuniões de organização das Paradas Livres 2003 e 2004. O nuances conquista seu espaço com trabalho legitimado no dia-a-dia (que vocês vêem nas ruas, nas entrevistas, nas discotecas e bares), e não através de *fóruns artificiais sustentados por uma burocracia administrativa*”.

Em abril de 2005, como resultado dos arranjos institucionais e políticos que se vinham desenvolvendo para a realização da 9ª. Parada Livre, o grupo lança o documento “Não ao golpe da parada livre”. Neste documento, o grupo reitera sua denúncia de que “o Estado [estava] tentando fazer às vezes de movimento social, num golpe para que certos setores do governo municipal se apropriassem da Parada Livre para seus fins político-partidários” e também a denúncia das “interferências e tentativas de aparelhamento do poder sobre o movimento social”. Neste documento, o grupo Nuances afirma que

“Com o surgimento de novos grupos no decorrer dos últimos tempos, o nuances, promovendo a democracia, sempre os convidou para discutir e participar da organização da Parada, em que pese que alguns deles fossem representantes de interesses e correntes partidárias e de políticos. (...) Em 2004, o dito Fórum LGBT da cidade – que aparece somente antes da Parada e é formado na sua grande maioria por grupos ligados a vereadoras e deputados, tenta tomar o evento com a justificativa de que – pasmem! – querem democratizar a participação! (...) Neste ano o nuances, com seu histórico de legitimidade chamou todos os grupos para reunião sobre a 9ª. Parada Livre. Os grupos do Fórum LGBT imediatamente marcaram outra reunião em que decidiram, de forma oportunista, por outro evento em outra data para substituir a Parada Livre por uma parada do orgulho LGBT, desrespeitando nove anos de história”.

Estas citações resumem os principais indicadores da visão do grupo Nuances sobre o surgimento de novas organizações para compor o movimento homossexual brasileiro em Porto Alegre e também do modo como o grupo vinha reagindo aos seus movimentos institucionais e políticos. Na internet, o sítio do Fórum LGBT restringe-se à *home-page* com a apresentação da logomarca e do endereço eletrônico da entidade, informação sobre local¹⁵⁰, datas e horários de reuniões previstas e apresentação dos nomes e dos endereços das *home-pages* das entidades afiliadas¹⁵¹. As entidades citadas são Contestação¹⁵², LEGAU - Lésbicas Gaúchas¹⁵³, Outra Visão¹⁵⁴, a Liga Brasileira de Lésbicas – Vivências¹⁵⁵, o Desobedeça GLBT¹⁵⁶ e o Somos – Comunicação, Saúde e Sexualidade.

Dentre os grupos referidos, o Somos – Comunicação, Saúde e Sexualidade parece ser o melhor estruturado do ponto de vista institucional e com um maior volume de atividades sistemáticas e contínuas. A visibilidade institucional e política deste grupo ocorre também pela publicação do jornal *Somos Notícia* desde dezembro de 2004¹⁵⁷. Dentre

¹⁵⁰ O local referido é a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

¹⁵¹ O sítio deste Fórum é www.forumlgbtpoa.cjb.net.

¹⁵² Embora conste na *home-page* do Fórum LGBT de Porto Alegre como afiliado, o grupo Contestação não tem uma página eletrônica própria na internet, não aparece na lista de entidades afiliadas à Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) e, ainda, não aparece em outros textos sobre este Fórum. Até onde nos foi possível investigar, esta entidade não tem endereço físico ou eletrônico. Assim, embora conste na página do Fórum como membro desta entidade, é possível que esteja desarticulada.

¹⁵³ Segundo o sítio da ABGLT, esta entidade está associada a aquela entidade desde 09/11/2003. O registro de associação na ABGLT traz o nome da pessoa responsável e o endereço com telefones fixo e celular e, ainda, e-mail. No entanto, não há um sítio que possibilite maiores informações sobre a mesma.

¹⁵⁴ Segundo o sítio da ABGLT, esta entidade está associada a aquela entidade desde 14/05/2004. O registro de associação traz o nome oficial da organização – Outra Visão Grupo GLBT –, o endereço físico com telefones fixo e celular e, ainda, o site www.outravisaong.hpg.com.br

¹⁵⁵ Esta é outra organização que, embora apareça no sítio do Fórum LGBT, parece estar desarticulada. Todas as informações referidas acima sobre o grupo Contestação são válidas para esta Liga.

¹⁵⁶ O grupo Desobedeça não consta no sítio da ABGLT como afiliado a esta entidade.

¹⁵⁷ Até novembro de 2006, o grupo Somos tinha lançado 7 edições de seu jornal. A sétima edição do *Somos Notícia* está datada de julho de 2006.

as entidades referidas como afiliadas ao Fórum LGBT de Porto Alegre, seu sítio é o que apresenta conteúdos mais variados na forma de textos e imagens (inclusive sobre a própria organização) e ainda *links* que permitem o acesso às instituições e conteúdos associados às atividades do grupo. No *link* intitulado “Quem somos”, o sítio informa que

O Somos - Comunicação Saúde e Sexualidade é uma organização da sociedade civil, de interesse público, fundada em 10 de dezembro de 2001 por um grupo de ativistas em direitos humanos, comunicadores e advogados.

O grupo tem por finalidade lutar pelos direitos humanos e vem estimulando e qualificando organizações não governamentais do estado do Rio Grande do Sul que se propõem a trabalhar com gays e outros homens que fazem sexo com homens, assim como com lésbicas, bissexuais e transgêneros.

O SOMOS também está ampliando as ações de prevenção de DST/HIV/aids no estado através de um projeto que pretende atingir Porto Alegre e sua região metropolitana. Ações de advocacy e campanhas de comunicação e prevenção de DST/HIV/aids que elevem a auto-estima desta população também estão entre seus objetivos.

O Somos também se propõe a trabalhar em rede e em parceria com outras ONGs e governos municipais e estadual e, por isso, também participa do fórum de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros de Porto Alegre, desde sua criação, além de ser filiado a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros – ABGLT, onde, atualmente, ocupa a diretoria da Região Sul do Brasil¹⁵⁸.

O texto intitulado “Paradas do Orgulho como força política”, assinado por Alexandre Böer¹⁵⁹ e disponível no sítio do grupo, é ilustrativo do significado que o grupo atribui a esta manifestação. O autor afirma que

“No Brasil temos hoje cerca de 18 milhões de homossexuais, se seguimos os cálculos do Relatório Kinsey, que indica que 10% da população é homossexual. E nós esperamos que os que não estão no armário e os que já saíram dele participem de, pelo menos um, dos 102 eventos que marcam o Dia do Orgulho GLBT em nosso país neste ano. As Paradas do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT) iniciaram em 28 de junho de 1970 em Nova York, no primeiro aniversário da Rebelião de Stonewall. Stonewall Inn é o nome do bar gay em Manhattan que sofria freqüentes batidas da polícia no final da década de 60. Em 28 de junho de 1969 os freqüentadores do bar se revoltaram e reagiram vigorosamente. A rebelião durou três dias e três noites. Em nosso país, as Paradas começaram nas principais capitais a partir da metade dos anos 90 e os mais antigos como eu estavam lá. Não demorou muito para se transformarem em um evento de massas. Agora, em 2006, a Parada de São Paulo conseguiu reunir 2, 5 milhões de pessoas nas ruas. *Em Porto Alegre, o Fórum LGBT de Porto Alegre também aguarda multidões para o próximo dia 6 de agosto, quando, pela segunda vez, organiza o evento com um coletivo de grupos de promoção e defesa dos Direitos Humanos desta população* (grifos nossos). “Identidade e respeito, já!” e “Por um Brasil sem Homofobia” são as palavras de ordem da capital gaúcha reafirmando que *as Paradas, além de sua alegria característica são, acima de tudo, um ato político de visibilidade massiva e de reivindicação de igualdade de direitos e de respeito*. Em São Paulo o lema foi

¹⁵⁸ Esta entidade está associada à ABGLT desde 07/12/2002. O registro de associação traz o nome da organização – Somos: Comunicação, Saúde e Sexualidade -, o nome da pessoa responsável, endereço e número de telefone fixo. E ainda traz o e-mail e o site www.somos.org.br

¹⁵⁹ O autor é apresentado como jornalista e diretor da ABGLT para a região sul.

“Homofobia é crime! Direitos Sexuais são Direitos Humanos”, e a reivindicação de que o projeto de Lei da Deputada Iara Bernardi (PT/SP) criminalize a homofobia seja aprovado foi o grande mote do evento. As outras paradas no país também estarão reivindicando leis que punam a discriminação contra GLBT nos estados e municípios. Na capital gaúcha, além da luta nacional, será promovida uma campanha para dar maior visibilidade ao artigo 150 que coíbe todo tipo de discriminação em Porto Alegre, inclusive a por orientação sexual. O Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde estará apoiando neste ano ações de prevenção de DST/Aids em 54 Paradas e a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura recebeu 84 propostas de projetos para financiamento da parte cultural das paradas e eventos. A Parada de Porto Alegre recebeu os dois apoios federais e, também, apoio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. (...)E assim *as Paradas vem se reproduzindo como um evento político, de reafirmação de direitos e luta pela cidadania GLBT. Desta forma os grupos vêm tentando aproximar parlamentares de diferentes partidos para uma luta comum, para que leis garantam os Direitos Humanos GLBT. Também tentam aproximar o Executivo e o Judiciário, pois precisamos de leis, de recursos, de ações afirmativas*”.

E no artigo intitulado “Em Porto Alegre, nem a chuva forte deixou de conter milhares de pessoas para participar da Parada do Orgulho GLBT no Parque da Redenção”, também disponível no sítio do grupo Somos, Alexandre Böer afirma que

“Porto Alegre acordou com uma chuva forte no domingo, 6 de agosto, e os *seis grupos que compõem o Fórum LGBT, que organiza a Parada do Orgulho GLBT* (grifos nossos), chegaram a pensar que ninguém sairia de casa com aquele mau tempo para participar das atividades no parque da Redenção. Engano. Nem o parque molhado, nem o tempo nublado foram motivos de espantar o público. No início da tarde a chuva deu uma trégua e ao final foi possível reunir cerca de 200 mil pessoas, segundo os organizadores, para participar do evento que teve como atração nacional o show do cantor Edson Cordeiro, que chegou direto de uma turnê da Alemanha. Artistas de circo, teatro e dança, além dos tradicionais artistas da noite portoalegrense animaram a concentração. A escola de samba Filhos da Candinha, campeã do grupo B deste ano com o tema “Nas cores do arco-íris um outro mundo é possível” e bandas locais compostas apenas por mulheres também encantou os presentes. Onze trios elétricos animaram o público no decorrer da *manifestação, que reivindicava um Brasil sem homofobia*, levaram os manifestantes no entorno de todo o parque. *Também manifestaram seu apoio à causa GLBT os representantes dos Ministérios da Cultura e da Prefeitura de Porto Alegre, além da desembargadora Maria Berenice Dias e dos grupos que compõem o Fórum.* “Foi um sucesso. As pessoas vieram para manifestar apoio à luta pelos Direitos Humanos de todos nós. *Fizemos uma festa, com muita alegria, mas não deixamos de dar um caráter de luta política.* Necessitamos garantir, por exemplo, a aprovação de uma Lei Federal que criminalize a homofobia, assim como o racismo”, finaliza Gustavo Bernardes, do grupo *SOMOS Comunicação Saúde e Sexualidade, que compõem o Fórum LGBT*”.

Os conteúdos presentes nestas citações podem ser interpretados como *indícios* da perspectiva a partir da qual o grupo Somos avalia a si mesmo, o movimento homossexual e

as paradas anuais promovidas pelas organizações deste movimento¹⁶⁰. O cruzamento das idéias contidas nestas citações com as idéias expressas pelo grupo Nuances em seu jornal sobre o movimento homossexual, as organizações locais e as paradas, apresentados até agora, permitem estabelecer algumas continuidades e descontinuidades entre estes discursos.

Talvez a continuidade mais visível (e, portanto, mais facilmente apreensível) entre os discursos estudados é a importância estratégica concedida pelas duas organizações à realização da parada. Em ambos os discursos verifica-se a afirmação de seu caráter de manifestação massiva e de meio através do qual os homossexuais rompem com a clandestinidade e o silêncio em torno desta prática sexual. As paradas são avaliadas positivamente pela visibilidade massiva das homossexualidades que proporciona e, ao mesmo tempo, pelo modo “festivo” e “lúdico” de trazer para o espaço público a reivindicação de direitos e respeito pelos indivíduos que, na esfera do erotismo, se relacionam com pessoas do mesmo sexo. As paradas são vistas como um canal de afirmação pública dos homossexuais como cidadãos. Em síntese, as organizações referidas descrevem este evento como uma “manifestação política”.

No entanto, em decorrência desta visibilidade massiva e das implicações institucionais e políticas (positivas) que ela deve supostamente trazer para as organizações e para o “público-alvo” de suas atividades, as organizações buscam afirmar os princípios e as posturas políticas gerais que norteiam suas práticas em relação às paradas. Estas afirmações de princípios e posturas políticas diferentes fazem supor que as paradas são eventos encaixados em (e servem a) processos, estratégias e objetivos políticos distintos. O nome concedido à *coisa* é um indício desta distinção. Se num primeiro momento, o texto *nuanceiro* transitou entre os termos “gay pride” e “parada livre”, num segundo momento, provavelmente como resultado da reflexão interna sobre os objetivos políticos e os desafios que se foram apresentando a partir de 1997 e, principalmente, da primeira metade da década de 2000, aquela organização optou pelo termo “parada livre”.

¹⁶⁰ O emprego do termo *indícios* nesta frase presta-se a reforçar a idéia de que esta visita aos textos produzidos pelos ativistas do grupo Somos não abrange um número de referências significativo e suficiente para permitir a formulação de juízos rigorosos a respeito do pensamento produzido a partir de sua perspectiva institucional e política.

Enquanto isso, desde a primeira ocasião em que vem a público, no inverno de 2005, a parada promovida pelo Fórum LGBT de Porto Alegre aparece com o nome de “Parada do Orgulho GLBT de Porto Alegre”. A eleição desta denominação pelo Fórum pode provocar o interesse pela comparação entre o adjetivo “livre” e o substantivo “orgulho” empregado com o sentido de qualificação da manifestação organizada. No entanto, é preciso reconhecer que o texto de Böer indica que, antes de pretender propor um termo original para, por qualquer motivo, denominar uma manifestação já conhecida e produzida em outros lugares e por outras organizações, a denominação “parada do orgulho” para designar a parada realizada pelo Somos em Porto Alegre segue o padrão já adotado em importantes paradas realizadas em outras cidades brasileiras. Neste caso, a parada da cidade de São Paulo serve como ilustração mais expressiva.

Outra questão tratável a partir da comparação entre as duas perspectivas em exame é a afirmação do vínculo institucional da ONG promotora da manifestação. Enquanto o Nuances trabalha com a reiteração da idéia de que é a organização agenciadora da primeira parada e que, pelo modo “efetivo”, “sistemático”, “contínuo”, “independente” e “autônomo” como desenvolve seu trabalho, tem legitimidade institucional e política para se manter a frente das paradas subseqüentes, o grupo Somos afirma a legitimidade do Fórum e suas afiliadas. Dentre outros aspectos, os textos de Böer sobre a Parada do Orgulho GLBT de Porto Alegre servem para reiterar a legitimidade política e institucional do Fórum e seu papel como protagonista na realização deste evento.

Outro aspecto ainda a ser considerado na comparação entre as perspectivas a partir das quais os grupos Nuances e Somos abordam as paradas GLBTs de Porto Alegre diz respeito à descrição (aos recursos de linguagem empregados para fazer a descrição) desta manifestação.

O texto publicado no *Jornal do Nuances* explora o tema da Parada Livre a partir de dois registros discursivos. Em um primeiro, sob a forma de artigo assinado por um ativista do grupo, o tom é mais propriamente reflexivo e/ou analítico. Através deste registro, argumenta-se em favor do caráter político (conforme a perspectiva *nuanceira*) da manifestação e faz-se a denúncia das tentativas de assimilação de sua potência político-eleitoral pelo partido ou pelo Estado. Neste sentido, o texto *nuanceiro* é produzido de modo a realçar a caracterização e o contraste entre estratégias e objetivos políticos vistos pelo

grupo como distintos e oponentes. Esta análise destaca os personagens envolvidos na produção das paradas, suas visões de mundo e suas práticas políticas.

O texto *nuanceiro* forma um jogo pelo qual se produz o contraste entre o “nós” (“legítimos”) e o “eles” (“oportunistas”). Trata-se, portanto, de uma abordagem fortemente beligerante na qual importa desnudar (desmascarar) o inimigo apontando-lhe a “verdadeira face”, denunciando seus “verdadeiros” objetivos e mostrando criticamente as estratégias que emprega para o alcance desses objetivos. Assim, aos tons reflexivo e analítico apontados acima, podemos acrescentar que esta abordagem é fortemente combativa.

Em um segundo registro, o jornal apresenta a parada a partir de uma abordagem mais propriamente descritiva. Na descrição *nuanceira* há uma profusão de adjetivos e gírias próprias do gueto homossexual que, se podem causar efeito de estranhamento aos “leitores” e “leitoras” ausentes deste gueto, fazem a afirmação positiva da “ousadia” como marca distintiva do grupo social ao qual se está referindo. Esta afirmação pode ser apreendida a partir do destaque concedido ao exibicionismo “desavergonhado” das travestis e às posturas hedonistas e de rejeição aos padrões dominantes do desejo sexual presentes no comportamento dos participantes. E pode ser apreendida, principalmente, pelo modo como são trabalhados os termos de gíria para se referir aos seios e às nádegas das travestis e também aos modos “sensuais” como estas exploram estas partes do corpo na festividade. Há sempre um possível sentido de interpelação das “bichas tímidas” que apenas observam a partir da calçada e de encorajamento e lisonja ao “desavergonhamento” das travestis e à transgressão presente no comportamento geral dos participantes.

A abordagem da Parada do Orgulho LGBT pelo Somos centra-se em aspectos diversos dos apontados em relação à abordagem *nuanceira*. Em primeiro lugar, trata-se de uma abordagem mais auto-centrada. Isto é, que define o cenário da parada como um acontecimento gerado a partir do Fórum GLBT de Porto Alegre. Na descrição do Somos, o Fórum é o principal personagem; é o motor cuja força promove a catálise que resulta na Parada. Esta escolha na descrição do evento pode ser percebida através da reiteração do nome do Fórum e da afirmação de seu papel como agente catalisador. Por outro lado, a descrição dos participantes não se dá de modo a apresentar os detalhes e a exuberância referidos acima. Os participantes são descritos como uma massa humana marcada pela diversidade própria aos indivíduos homossexuais e resumida na forma consagrada “GLBT”

e que responde e atende ao apelo do Fórum pela manifestação pública de sua cidadania. Assim, não há recorrência à gíria usada no gueto e à lisonja da sensualidade e da transgressão encorajadas pela parada.

O destaque concedido para a idéia da parada como uma iniciativa do Fórum GLBT de Porto Alegre contribui para que se ignore a existência do “eles” no sentido apontado acima, assim como para que se lhe qualifique de algum modo. As citações acima sugerem que mais importa ressaltar a existência do “nós” (no caso, o Fórum) e trazer para a arena pública a reivindicação de sua legitimidade institucional e política. O desconhecimento do “eles” (no caso, o grupo Nuances e seus parceiros) faz com que não haja referência às manifestações em homenagem ao 29 de junho promovidas desde 1997 e se reporte ao tema das paradas em Porto Alegre como um acontecimento havido apenas a partir de 2005 com a denominação Parada do Orgulho GLBT de Porto Alegre.

No *Jornal do Nuances*, a resposta às iniciativas do Fórum GLBT em Porto Alegre e das entidades com as quais mantém alianças no plano nacional é feita pela afirmação da distinção político-ideológica entre o “nós” e o “eles” nos termos apresentados até aqui e pela afirmação da “independência” e da “autonomia” que norteiam a prática do grupo Nuances. No documento intitulado “Nuances – trajetória de um grupo guei e lésbico em Porto Alegre”, publicado durante o Fórum Social Mundial de 2005, o grupo afirma que:

“Nossas posições políticas são claras e sem as amarras e os ranços político-partidários que têm domesticado as ações de muitos militantes de outros grupos e movimentos ditos ‘sociais’. Apesar dessa infeliz constatação, o **nuances** tem se legitimado através de uma larga coerência histórica, credibilidade e respeitabilidade alcançadas. Nossa **independência** e **autonomia** políticas se configuram em resultados invejáveis, que realçam Porto Alegre no Brasil e no Mundo!” (Apresentação, p. 4).

Acreditamos que estes são o processo e o cenário a partir dos quais é possível construir uma compreensão do significado mais específico do *Jornal do Nuances* numa perspectiva de rigor conceitual. Este é o nosso objetivo no capítulo seguinte.

CAPÍTULO VI

SILENCIAMENTO, ESTEREOTIPIZAÇÃO, NORMALIZAÇÃO. ALTERNATIVA: VISIBILIDADE TRANSGRESSORA

Um estudo sobre um jornal com as características do *Jornal do Nuances* permite um número considerável de questões para serem tomadas como ponto de partida. Uma questão a ser levada em conta, por exemplo, é o fato de que este não é um jornal “grande”, produzido a partir de uma estrutura organizativa complexa. Um jornal “maior”, mais ambicioso na disputa com os demais órgãos da mídia pela influência na (e/ou formação da) “opinião pública” (mesmo mantendo-se sob as exigências políticas e culturais do que Downing chama de “mídia radical alternativa” como, por exemplo, o *República*, de Portugal, ou o *Il Manifesto*, da Itália), tende a ter uma estrutura organizativa burocratizada e hierarquizada¹⁶¹. As organizações editoras daqueles jornais europeus mantinham departamentos administrativos (o diretor financeiro, os editores, etc.), redação e gráfica com funções claramente definidas. Segundo Downing (2002, p. 352), o *Il Manifesto* chegou a ter 160 profissionais envolvidos em sua produção e uma divisão de trabalho complexa.

Em relação a tais estruturas, pode-se dizer que o *Jornal do Nuances* é um jornal “pequeno”, “modesto” e “simples” em vários sentidos. A estrutura organizacional, o número de pessoas envolvidas, o processo de produção, a divisão do trabalho definida internamente para este processo de produção, os recursos materiais disponíveis, os métodos de produção e o perfil profissional dos seus editores dão a medida do contraste entre os referidos periódicos. Nesse sentido, para lançar mão de termos já amplamente incorporados ao léxico do senso comum, pode-se dizer que o *Jornal do Nuances* é um *jornalzinho*, um *jornaleco*. Quase insignificante, do ponto de vista do seu “tamanho” e da sua “importância relativa”.

No entanto, tal qual os jornais europeus referidos, pode ser definido como uma *mídia radical alternativa*. A variável cuja presença efetiva permite esta definição é a postura política e cultural que move seus fazedores, o processo de edição e o perfil editorial geral dos três jornais. No *Jornal do Nuances*, essa postura consiste no combate ao que os *nuanceiros* reconhecem como estratégias de *silenciamento*, *apagamento*, *estereotipização* ou ainda de *normalização* e *domesticação* que a mídia comercial e alguns setores do movimento homossexual promovem a respeito dos homossexuais. E, em contrapartida, na proposição da visibilidade transgressora para os homossexuais como meio de conquistar o respeito e a cidadania.

Seffner (2006, p. 30) chama a atenção para os “impasses políticos” que vêm sendo gerados em decorrência do crescimento da visibilidade de orientações sexuais dissociadas do padrão heterossexual. Um dos procedimentos geradores desses impasses são as tentativas provenientes de diferentes “agências da

¹⁶¹ Downing discute as experiências dos jornais *República* e *Il Manifesto* na terceira parte (dedicada aos estudos de caso) de sua obra. E, nestas discussões, chama a atenção para os aspectos das estruturas organizativas que produziram os referidos periódicos. Cf. DOWNING, John D. H., op. cit., 2002.

sociedade” no sentido de *normalizar* gays, lésbicas e travestis¹⁶². O autor lembra que aqueles *impasses* são gerados também no interior das próprias organizações do movimento homossexual e, em Porto Alegre, em afinidade (continuidade) com certas “particularidades gaúchas”, exprimem-se pela bipolaridade entre as principais organizações constitutivas deste movimento.

Com base neste argumento, acreditamos que o *Jornal do Nuances* representa uma tentativa do grupo Nuances de reagir a certos *impasses* gerados dentro do movimento homossexual brasileiro e local. Neste grupo, essa tentativa consiste basicamente na crítica e na rejeição da normalização/domesticação dos homossexuais que o Nuances vê como prevalentes nas políticas das entidades do movimento e na proposição da visibilidade transgressora como alternativa política “verdadeiramente transformadora” das relações de poder vigentes.

Assim, dadas as características gerais conferidas aos homossexuais na mídia e as características da mídia gay (conforme apresentado no capítulo II), dado o *Jornal do Nuances* como veículo para difusão da visão de mundo do grupo que o produz (conforme visto no capítulo III), dadas as posições efetivamente assumidas por este jornal (tal como visto no capítulo IV) e dado o contexto no qual o jornal aparece e sobre o qual pretende influir (conforme visto no capítulo V), podemos analisar este jornal como *um veículo de comunicação voltado para a proposição, por uma ong do movimento homossexual brasileiro, da visibilidade transgressora para os gays, as lésbicas, as travestis e as transsexuais, como alternativa ao silenciamento, à estereotipização, à normalização e à domesticação daqueles grupos sociais, promovidas pela mídia comercial e pelo movimento homossexual, como caminho apropriado para a consolidação de sua cidadania e para a transformação da sociedade*. Neste capítulo, nosso interesse é demonstrar que o *Jornal do Nuances* pode ser compreendido a partir desta perspectiva e, em segundo lugar, argumentar que essa abordagem implica uma problematização do conceito de *mídia radical alternativa* tal como proposto por Downing.

Nossa exposição será apresentada em duas partes. Em primeiro lugar, discutiremos a experiência do *Jornal do Nuances* a partir de sua origem institucional, da concepção de mídia que orienta sua produção, de seus objetivos políticos, de sua sustentabilidade financeira, de sua estrutura organizativa e seu processo de produção, e ainda das definições internas a respeito do conteúdo e/ou das posições político-ideológicas defendidas. Em seguida, a partir desta discussão, apresentaremos uma reflexão teórica sobre as implicações desta experiência para o conceito de *mídia radical alternativa*.

a) O *Jornal do Nuances* como veículo de intervenção política e cultural

O *Jornal do Nuances* surge num momento (o final dos anos de 1990) muito específico do movimento homossexual brasileiro e do grupo Nuances. Os desafios particulares daquele momento (ou a interpretação

¹⁶² Referindo-se às estratégias *normalizadoras* acionadas por essas agências, Seffner afirma que “a sociedade busca *normalizar* (grifos do autor) gays, lésbicas e travestis, insistindo na inclusão daqueles que são monogâmicos, daqueles que mantêm uniões estáveis, daqueles que revelam possuir boa condição econômica, enfim dos que se esforçam por parecer *normais* e são bem comportados. (...) Entre as lésbicas, a situação não é diferente, com o claro prestígio daquelas que são discretas, bem-sucedidas, decididas e empreendedoras sem perder a feminilidade”.

que a entidade fazia daqueles desafios) dão a conformação das *condições geradoras* deste jornal. Certamente, a emergência da epidemia da Aids no Brasil, nos anos de 1980, e os fatos de os homossexuais masculinos terem sido um grupo social fortemente atingido na fase inicial desta epidemia e de diferentes instituições (a mídia informativa hegemônica, por exemplo) terem favorecido a difusão do imaginário sobre esta doença como “peste gay” ou “câncer gay” foram decisivos para a revisão dos desafios do movimento homossexual brasileiro. E o grupo Nuances era uma das organizações que punha para si as tarefas da reflexão e do enfrentamento destes desafios.

Conforme visto no capítulo anterior, naquele período, as organizações do movimento homossexual brasileiro vinham assumindo perfis institucionais diferenciados em relação às organizações pioneiras e estavam redirecionando seus objetivos e práticas políticas. Enquanto as organizações da primeira fase assumiam um caráter “alternativo”, “antiautoritário”, “libertário”, “comunitarista” e visavam a superação da sociedade capitalista em última instância, as entidades dos anos de 1990 priorizavam sua institucionalização (inclusive com a instalação de sedes para as diferentes entidades) e restringiam suas bandeiras de luta à questões específicas dos homossexuais.

Assim, deve-se considerar que o período era marcado, por um lado, pela emergência da epidemia da Aids e das respostas coletivas em favor de seu controle/prevenção. Dentre as respostas mais significativas, pode-se destacar a formação das ONGs/Aids, sua pressão junto ao Estado em favor de políticas públicas para o controle da epidemia e o tratamento dos portadores do vírus HIV, a criação da Coordenação Nacional de HIV/Aids do Ministério da Saúde, a criação dos Projetos Aids I e II pelo Ministério e o estabelecimento de parcerias entre ONGs e Estado para o desenvolvimento de projetos de intervenção entre os então chamados “grupos de risco”¹⁶³.

O Nuances insere-se neste processo e, a partir de 1995, começa a desenvolver projetos de intervenção para a prevenção do HIV/Aids em Porto Alegre com recursos do Ministério da Saúde. O *Jornal do Nuances* emerge em 1998 na esteira destes projetos e, através das posições que sustenta, busca expressar a reflexão que o grupo que o produz vinha desenvolvendo sobre os desdobramentos institucionais e políticos do movimento homossexual brasileiro na década de 1990.

Na conjuntura em que o jornal surgiu, a entidade estava envolvida com o desenvolvimento dos projetos “Poa noite homens”, “Fortalecimento das ações preventivas” e “Pegação segura”¹⁶⁴. Tomados em conjunto, esses projetos voltavam-se para o estímulo à adoção de “práticas sexuais seguras” pelos homossexuais masculinos como meio para a redução dos índices de infecção pelo HIV entre os indivíduos identificados como tal e também para o reforço de sua visibilidade (para além dos limites do gueto, rompendo

¹⁶³ Para um detalhamento das respostas coletivas para o controle e a prevenção contra o HIV/Aids no Brasil, recomendamos a leitura de PARKER, Richard (org.). *Políticas, instituições e aids – enfrentando a epidemia no Brasil*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., ABIA, 1997

¹⁶⁴ No documento intitulado *Nuances: trajetória de um grupo guei e lésbico em Porto Alegre*, publicado pelo grupo em janeiro de 2005 para divulgação no Fórum Social Mundial, o grupo informa que o “Poa noite homens” durou entre os anos de 1995 e 2000, o “Fortalecimento das ações preventivas” teve início em 1998 e estava em andamento até aquela data e o “Pegação segura” tinha iniciado em 2000 e também ainda estava em andamento.

com a clandestinidade), auto-estima e direitos humanos. Um entendimento mais rigoroso do significado institucional e político do *Jornal do Nuances* requer a recuperação da visão *nuanceira* sobre aqueles projetos.

Num histórico do projeto “Poa noite homens”, publicado em um documento produzido pela entidade em 2003, afirma-se que

“O projeto ‘Poa Noite Homens’ surgiu em decorrência da participação de alguns militantes do nuances que faziam parte do Gapa/RS em 1994. O nuances estava em formação e os participantes tinham a idéia de que era preciso desenvolver algum trabalho direcionado aos gueis, em Porto Alegre. Naquele momento a epidemia de aids estava com uma incidência grande entre os homossexuais e Porto Alegre era uma das cidades com maior incidência de infecção do HIV junto a esta população. Isto motivou o grupo a participar de uma concorrência em nível nacional, com o incentivo principalmente de Adelmo Turra, então militante do Gapa/RS (2003, p. 8).

Sobre a estratégia adotada para o desenvolvimento do projeto, este documento informa que

“No início do projeto, o nuances não tinha uma inserção com os estabelecimentos gueis da cidade e isto motivou a elaboração de um diálogo com os proprietários, no sentido de apresentar os objetivos do trabalho a ser desenvolvido. Percebemos que a questão da AIDS causava resistência em alguns proprietários, bem como nos gueis freqüentadores destes lugares. O nuances não era muito conhecido, o que também fez-se desafiador. A clandestinidade dos gueis e dos próprios lugares era muito maior. Com o passar do tempo fomos mostrando que o trabalho era sério. As intervenções com preservativos e materiais instrucionais foram abrindo caminho e quebrando barreiras. (...)O projeto proporcionou que o nuances tenha uma credibilidade em estabelecer parcerias com muitas destas casas, sendo possível a confecção de materiais com apoio de seus proprietários (2003, p. 11)”.

E acrescenta que

“A proposta aproximou o grupo à população, fazendo com que a organização tivesse contato maior com a realidade e, por conseqüência, produzindo interação que a legitimasse a atingir seus objetivos e tornar o trabalho efetivo. Ganhando credibilidade, pois o grupo se fazia presente junto ao universo do projeto, provocou visibilidade em torno das homossexualidades e da própria atuação de um coletivo organizado que para muitos, no início, eram incômodas e que, com o passar do tempo, foram compondo o cenário das homossexualidades em Porto Alegre. O impacto sobre a população-alvo foi imediato, pois ela não estava acostumada com este tipo de intervenção e de interlocução. Para o nuances, isto se tornou fundamental, na medida em que era sabido que para ter sucesso no projeto e no trabalho do grupo seria necessário tal aproximação. Esta experiência trouxe uma valorização da auto-estima da população-alvo, que com o passar do tempo foi se aproximando cada vez mais do grupo. *O projeto ampliou-se no momento em que tomou caráter político, estendendo-se a outras esferas da sociedade. O maior ganho, certamente, foi a credibilidade que o projeto deu à organização, possibilitando que se estabelecessem outras parcerias e outros objetivos*” (2003, p. 7).

Os aspectos principais da reflexão interna sobre o sentido desta prática podem ser percebidos a partir da afirmação de que

“Durante este processo previu-se uma importante discussão e definição política das funções que o grupo iria assumir, durante os próximos anos. Afinal, seríamos uma ‘ONG AIDS’ ou uma ‘ONG que desenvolveria, junto a outras ações, atividades contra o HIV/Aids’? Esse questionamento proporcionou um amadurecimento ideológico frente aos desafios que se colocaram na atuação anterior do grupo, principalmente devido à imaturidade presente, em algumas entidades,

quando apenas fazem o papel que deveria ser exercido pelo Estado, perdendo, destarte, o potencial de transformação social; impedindo que o público alvo seja, na medida da execução das atividades, protagonista e responsável nas ações implementadas” (2003, p. 8).

A primeira deste conjunto de citações indica que alguns *nuanceiros* (editores do jornal) são egressos da experiência (prática) anterior no GAP/RS e têm (trazem) uma avaliação a respeito dos princípios ordenadores e dos métodos empregados neste tipo de atividade pelo Ministério da Saúde e por aquela entidade. Conforme os termos das citações seguintes, é possível apreender o teor político de sua avaliação. Na verdade, a emergência da Aids, sua letalidade e incidência *devastadora* sobre o público-alvo visado pelo grupo representou uma porta de entrada para o desenvolvimento de sua atuação externa e para se fazer “conhecido” entre os homossexuais e a sociedade mais ampla. Assim, para os *nuanceiros*, a Aids representou uma “infeliz”, “chocante”, “oportuna” e “imperdível” ocasião para o grupo fazer sua inserção social e alcançar seus objetivos (políticos) fundamentais.

A prevalência da perspectiva política na reflexão e na prática *nuanceiras* decorre da imagem que os ativistas do grupo desenvolvem sobre a entidade que constituem. Em entrevista para esta pesquisa, um dos coordenadores afirmou que

“Nós somos um grupo político. Não teria porque, pra nós do Nuances, as pessoas que estão aqui, estar fazendo militância do jeito que a gente faz... A gente gasta tantas horas por dia, sem ganhar muito. É porque nós acreditamos. Nós somos meio idealistas. Eu acho que a diferença do Nuances é que nós somos idealistas. Então, pra nós, essas questões de política têm um peso extremamente significativo. Então nós não perdemos a oportunidade de estar nos posicionando. Seja numa nota simples ou num editorial. Se pegar os editoriais, lá a gente fala umas bobagens, mas fala coisas políticas. E em alguns artigos. Então, pra nós, politicamente, é fundamental, é prioritário, a gente mexer com essa coisa toda que está aí. Essa relação política. Seja do movimento social. A relação com o Estado, com o partido. Nós achamos que essa é uma coisa fundamental pra nós. Nós não estamos numa ong simplesmente pra ser mais umas bichas *close*. Pra aparecer. Ou pra ter aquele poderzinho bobo. De estar aparecendo. Nós estamos numa ong para mexer com a moral da sociedade. Com a moral de todo mundo. Da direita, da esquerda, do centro. De tudo. Pra mexer. Pra provocar. Provocar o desequilíbrio. Para que as pessoas caiam a ficha. As bichas que se virem. Os héteros. Os homofóbicos também. A gente não está nem aí pra eles. Nem temos a preocupação de convencê-los de nada. Eles que continuem homofóbicos. Não é a nossa proposta. A questão é fazer um debate político sobre o que é democracia na sociedade, o que é direito do indivíduo, o que é direito do uso do corpo”.

Esta auto-definição como “grupo político” e os princípios que pautam a reflexão e a prática *nuanceiras* resultam em definições programáticas mais concretas. Sobre estas definições, nosso entrevistado afirmou que

“A gente defende, por exemplo, temas que ninguém defende. Nem as próprias pessoas que estão dentro do campo. Por exemplo, a prostituição. Nós defendemos a promiscuidade. A liberdade de trepar com quantos parceiros ele quiser por dia. Trepar com um, com dez, com vinte. Nós defendemos isso. Achamos que isso não é desvio de conduta. Ou a pessoa sem personalidade. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Nós defendemos esses temas. (...). O direito das travestis ficarem na batalha, dando o *close*. Essas coisas morais da sociedade. Então nós temos realmente uma questão de fundo que é política mesmo”.

E acrescentou que

“Nós questionamos a normalidade da família heterossexual. Nenhum outro grupo tem coragem. Porque são covardes. Porque querem ser assimilados. Nós questionamos a idéia da naturalidade da família heterossexual. Que não tem nada de natural. É tudo artificial. Uma invenção totalmente ridícula. Nós questionamos isso. E questionamos todos esses valores, essas coisas. Coisas que realmente mexem com essa moral. E, claro, isso nos isola politicamente. (...) Agora nós não queremos fazer militância pra passar por mais umas outras bichinhas quaisquer. Umas idiotas. Como muita gente passa. E acha que está sendo altamente revolucionária. Não é isso que a gente quer. Isso já está claro pra nós”.

Assim, é através das lentes da (dos valores inerentes à) política que o Nuances estabelece seus objetivos, traça suas estratégias, define os desafios específicos daquele momento e faz sua leitura das questões e dos meios apropriados para seu enfrentamento. As palavras e os termos utilizados no discurso *nuanceiro* expressam a definição da entidade sobre os desafios daquele período (segunda metade dos anos de 1990) e os objetivos (políticos) perseguidos no enfrentamento cotidiano daqueles desafios: tornar o grupo visível e conhecido, ganhar credibilidade, respeitabilidade, legitimidade para a entidade entre os gays, as lésbicas, os bissexuais, as transexuais e as travestis, e também entre os proprietários das casas do chamado “mercado GLS” de Porto Alegre e na sociedade mais ampla, aproximação à população-alvo, estímulo à adoção de posturas de protagonismo entre os GLBTTs na luta contra o preconceito e em favor de sua cidadania, estabelecimento de parcerias, levantar a auto-estima do público-alvo, etc.

Por fim, chama-se a atenção para o fato de que a oportunidade e a urgência da intervenção em favor de “práticas sexuais seguras” não deveria implicar a perda de vista da questão de fundo que movia o conjunto das atividades desenvolvidas pelo grupo. Esta questão dizia respeito à *identidade política* que alicerçaria as práticas dos ativistas e determinaria a diferença entre a entidade e as demais organizações do movimento. O discurso citado acima expressa a demanda interna pela formulação de uma identidade política claramente definida e traduzida em posições a respeito da sexualidade humana, das homossexualidades, dos processos sociais e das relações de poder que os constitui. Neste sentido, é possível reconhecer que o apelo mesmo em favor desta questão já indica a existência de inquietação interna neste sentido e de que o “valor político” seja o critério definidor daquela identidade. Esta inquietação expressava-se ainda através da resistência à atuação *nuanceira* como “braço do Estado”, ou como “substituição do Estado” – tal como vinha sendo feito “imaturamente” por outras organizações do movimento – e da idéia de submeter o ativismo cotidiano do grupo a um projeto de “transformação social”.

Uma das características dos projetos “Poa noite homens”, “Fortalecimento das ações preventivas” e “Pegação segura” era o desenvolvimento de campanhas e a produção/difusão de materiais gráficos relativos a seus apelos. No discurso *nuanceiro*, estes materiais gráficos seguiam na contramão do “discurso moralista” prevalente nas campanhas promovidas/veiculadas pelo Estado e por muitas organizações do movimento nos anos de 1990. Em oposição ao discurso fundado nas noções de “grupos de risco” e “comportamentos de risco” das campanhas oficiais, o Nuances optava pela idéia da “pegação segura”. Golin (2002, p. 159), um ativista do grupo, afirma que os grupos homossexuais “acabam compactuando com campanhas

conservadoras, como redução do número de parceiros e a monogamia como métodos de prevenção”. Na avaliação do projeto “Poa noite homens”, presente no documento publicado em 2003, afirma-se que

“Em que pese tais dificuldades [dificuldades detectadas ao longo da execução do projeto], pudemos diagnosticar que as respostas ambicionadas, bem como a continuidade dos futuros projetos, dependem fundamentalmente da diferenciação entre a linha ideológica e as estratégias de intervenções das campanhas oficiais. Note-se que estas ainda são fatalistas e imediatistas, promovendo insegurança e ansiedade nas pessoas, e impedindo que elas se definam pela adoção de práticas de sexo seguro. Exemplo das linhas adotadas pelas campanhas oficiais são as que remetem para a idéia de redução no número de parceiros (incentivo à monogamia); para a indução, no imaginário social, da associação da doença ao uso de preservativos; para a associação da morte com a AIDS; e para a associação da vergonha/medo do sexo (2003, p. 22).

Em contrapartida, a perspectiva *nuanqueira* funda-se na idéia de que

“É extremamente importante implementar ações preventivas diretas e claras, sem acuar a população alvo, sem constrangê-la, mas educando-a para uma postura de vida mais segura e responsável. Tais ações, com o tempo, revelar-se-ão como fonte de economia para os recursos públicos, pois certamente reduzirão substancialmente os gastos com os tratamentos para HIV/AIDS aplicados até o momento” (2003, p. 22).

No capítulo relativo às estratégias de intervenção, esclarece-se que

“Os materiais gráficos produzidos pelo projeto trazem informações técnicas, mas principalmente uma estética e informações que não estão diretamente ligadas à epidemia, mas sim à auto-estima das pessoas e aos seus direitos enquanto cidadãos” (2003, p. 11).

Outra preocupação interna deste período era com as questões da violência e da discriminação praticadas contra os gays, as lésbicas, as transexuais e as travestis. A visão *nuanqueira* sobre estas questões tinha por base a idéia de que as práticas de violência e discriminação comprometiam a auto-estima dos indivíduos identificados socialmente a partir destas categorias. Assim, fazia-se necessário um empenho em favor de sua reparação. No grupo, esta preocupação resultou no encaminhamento de uma campanha baseada na idéia de “rompa o silêncio” e na produção de uma cartilha com este título. Trata-se de um informativo sobre os direitos do cidadão, inclusive sobre o artigo 150 da lei orgânica do município de Porto Alegre, e de um guia sobre “como proceder” para encaminhar denúncia a partir de um levantamento de diferentes situações de violência e discriminação sofridas pelos indivíduos referidos acima.

A cartilha “Rompa o silêncio” foi lançada em 1998, o mesmo ano em que o *Jornal do Nuances* apareceu. Tomados em conjunto, o discurso *nuanqueiro* ilustrado nas citações acima, os projetos e as campanhas desenvolvidas com o emprego de materiais gráficos diversificados, o lançamento de uma cartilha voltada para o reforço da auto-estima da população GLBTT e a edição de um jornal para a difusão das posições políticas do grupo, podem ser vistos como indicadores do empenho *nuanqueiro* em construir a imagem do Nuances

na esfera pública local e nacional a partir da segunda metade dos anos de 1990.

O trabalho de prevenção ao HIV (a presença dos agentes de saúde pelo projeto “Poa noite homens” nas casas GLS para este fim) e as campanhas em favor da “pegação segura” foram os “carros abre-alas” para os acessos da cartilha “Rompa o silêncio” e do *Jornal do Nuances*. Em entrevista para esta pesquisa, um dos coordenadores da entidade afirmou que

“Desde 1991, a gente vinha fazendo algum tipo de comunicação com o público. Através de pequenos boletins, a gente sempre trazia alguma mensagem, alguma frase de efeito. Alguma idéia que representasse mais ou menos o que a gente queria politicamente. A partir de 1995, a gente começou a produzir materiais um pouco mais sofisticados e com mais conteúdo. A gente foi percebendo que também não era um veículo de comunicação mais consistente, mais periódico. Que traduzisse o que a gente estava pensando, o que a gente queria provocar na sociedade. E daí surgiu em 98, o jornal.”

Esta afirmação indica o papel estratégico conferido à comunicação dentro do grupo Nuances, a consciência das possibilidades e limitações comunicativas dos materiais gráficos e boletins produzidos para as campanhas e a necessidade de produzir uma veículo de comunicação com mais conteúdo e mais apropriado à reflexão política. Através do trabalho em favor da prevenção ao HIV/Aids, do acesso aberto através deste trabalho, o grupo fez o *Jornal do Nuances* chegar à sociedade e, com ele, o discurso *político* que *realmente* interessava.

Especificamente sobre o jornal, no documento de 2003 sobre o projeto “Poa noite homens”, afirma-se que

“Desde 1998 o nuances vem produzindo o periódico *Jornal do Nuances* e hoje, na sua vigésima quinta edição, o jornal alcançou o marco de 15.000 exemplares e se consolidou na cidade de Porto Alegre e no movimento homossexual do país como uma *mídia capaz de enfrentar a invisibilidade das homossexualidades* (grifos nossos). Ao apostar na transversalidade política e cultural que compõe fatos e reflexões sobre o lugar de gueis, lésbicas e travestis no cenário social brasileiro, lançando mão de uma linguagem própria, *o Jornal do Nuances constitui-se como importante estratégia de problematização dos direitos humanos acerca da livre expressão sexual*. Pelo grande alcance que possui e pela *sua argumentação estética e política*, o impacto deste veículo pode ser avaliado no instante em que vem funcionando como mais um *intercessor entre Sociedade Civil e Estado, ao educar para a cidadania, formando opinião e fomentando a participação social*” (2003, p. 8).

E acrescenta-se que

“Regularmente a presença dos agentes de saúde do projeto [‘Poa noite homens’] foi estabelecendo um diálogo com os proprietários e clientes [das casas do ‘mercado GLS’ local]. A presença dos materiais gráficos do projeto foi se tornando algo comum nos locais. Quando em 1998 começou-se a produzir o *Jornal do Nuances*, este contato se tornou mais efetivo e hoje já é comum nossa presença nestes locais” (2003, p. 11).

No item sobre o projeto “Fortalecimento das ações preventivas”, presente na revista “Nuances – trajetória de um grupo guei e lésbico em Porto Alegre”, de janeiro de 2005, afirma-se que

“Com mesmo financiamento do POA NOITE, [o referido projeto] visa trabalhar questões relacionadas aos direitos humanos, visibilidade, política e assuntos culturais visando um aumento da auto-estima da população guei para a adoção de práticas sexuais mais seguras. (...)O Jornal do Nuances é um veículo onde a entidade mantém um diálogo com a sociedade, colocando suas convicções políticas através dos mais variados assuntos de interesse social. Além disso, o jornal escreve a história da homossexualidade em Porto Alegre e Rio Grande do Sul, divulga a cultura guei e lésbica e das travestis, estimula uma socialização fora dos guetos gueis, e, entre outras informações, divulga a agenda e atividades do grupo” (2005, p. 4).

Estas citações informam que, pelo menos, duas questões eram decisivas para o grupo em relação ao *Jornal do Nuances*. Em primeiro lugar, fazia-se necessário avançar no projeto de “tornar o grupo conhecido”. Era necessário investir na visibilidade (do grupo e também de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais) e no reconhecimento social do grupo Nuances em termos de legitimidade e credibilidade. Em segundo lugar, era preciso consolidar no “imaginário social” a idéia de que o grupo não era mais uma ONG/Aids disputando os recursos do Estado através do apelo de projetos em favor da saúde de grupos sociais discriminados, aparecendo para a sociedade. Estes podem ser vistos como os desafios fundamentais que o grupo estava enfrentando no período de lançamento do jornal.

As citações indicam que o grupo concebia o jornal como um veículo para responder a *muitos e difíceis* desafios e para atender a múltiplas exigências. Nesse sentido, sua função era estratégica em relação aos objetivos políticos que vinham sendo definidos pelo grupo desde a sua fundação no início da década de 1990. O jornal foi concebido para inserir-se em (e cumprir) metas de curto e longo prazos. Nesta concepção, seu papel deveria ser o de um veículo para o estabelecimento de um diálogo político. Na verdade, múltiplos diálogos. O Nuances havia estabelecido seus objetivos institucionais e políticos, definido seus interlocutores preferidos e o veículo adequado para alcançá-los. Na segunda metade da década de 1990, havia que ganhar espaço no debate público como uma instituição com legitimidade e credibilidade, e estabelecer parcerias estratégicas. O jornal deveria ser o veículo para o alcance destas metas¹⁶⁵.

¹⁶⁵ A definição *nuanceira* do sentido estratégico conferido ao *Jornal do Nuances* pode ser percebida numa opinião expressa por um dos coordenadores do grupo em entrevista concedida para esta pesquisa. Referindo-

Os múltiplos diálogos *nuanceiros* advêm da eleição dos interlocutores fundamentais para os objetivos do grupo: os homossexuais (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais)¹⁶⁶, os proprietários das casas do mercado GLS (o gueto), a sociedade mais ampla (com destaque para as entidades sindicais e políticas democráticas e populares da chamada “sociedade civil organizada”) e o Estado¹⁶⁷. E a pauta de discussão proposta abrangia questões tais como a necessidade de enfrentar o preconceito contra as homossexualidades e sua invisibilidade, o rompimento com a clandestinidade do gueto e a busca da visibilidade pública, o reforço da auto-estima da população GLBTT, a problematização dos direitos humanos em favor da livre expressão sexual, a educação para a cidadania, etc. Para viabilizar este projeto, os editores elegeram a *argumentação estética e política* como um dos aspectos centrais da configuração do veículo em gestação.

Em última instância, o papel do *Jornal do Nuances* seria reforçar os projetos institucionais de tornar a entidade “conhecida”, de apresentar suas convicções políticas, de conquistar parcerias, de diluir qualquer imagem instalada e circulante no “imaginário social” a seu respeito como ONG/Aids e de promover a imagem do Nuances como “grupo político”. Dada essa base programática, e através de uma “linguagem própria”, o jornal seguiria destacando as posições político-ideológicas defendidas pelo grupo que o produz.

se ao desafio representado pela sustentação financeira do jornal, este informante afirmou que “a gente não tinha condições de produzir um jornal em 1998, em Porto Alegre. A gente não tinha anunciantes que mantivessem o jornal. Que fosse auto-sustentado. Aí não haveria possibilidade. E o jornal é financiado pelo Programa Nacional de DST/Aids. Esse jornal é feito através de um financiamento público. É ainda um grande desafio produzir o jornal por nós mesmos. Nós conseguimos produzir duas edições sem financiamento. Que nós reduzimos o número de páginas. Eram só oito páginas. E todo em preto e branco. (...) Sem os financiamentos seria muito difícil. Eu não saberia dizer. Porque a gente teria que ter passado por isso. A gente teria feito, com certeza. Mas em menor número de edições. E bem mais simples. Então, o financiamento é fundamental”.

¹⁶⁶ Em entrevista para esta pesquisa, um dos coordenadores do Nuances afirmou que “nós queremos atingir o máximo possível da sociedade. Porque entendemos que seria um equívoco político fazer um jornal só para os homossexuais, por exemplo. Porque essa questão [da homofobia, da discriminação contra homossexual] não é uma questão dos homossexuais. É uma questão da sociedade. (...) Tanto que ele é distribuído na sociedade. Não é só no gueto. E poderia fazer um jornal mais específico, só para o interesse dos gays. Mas eu acho que, politicamente, seria perder muito espaço. A gente nunca teve essa perspectiva de fazer um jornal só para os gays. Que é o que todos os grupos têm. ‘Pra nossa classe’, que é o que eles dizem. Essa bobagem toda. Nós temos a perspectiva de, a partir da perspectiva das homossexualidades, nos comunicar com toda a sociedade”

¹⁶⁷ Certamente, as organizações do movimento homossexual constituem mais um interlocutor do grupo Nuances através de seu jornal. No entanto, sua ausência neste mapa de interlocutores eleitos decorre do fato de que, naquele momento (segunda metade da década de 1990), o grupo estava se movendo em busca de parceiros e do estabelecimento de relações de parceria. Antes de voltar-se para o estabelecimento de parceria, a interlocução entre o grupo Nuances e as demais organizações do movimento homossexual, através do jornal, volta-se muito mais para a crítica *nuanqueira* do seu “conservadorismo” e, portanto, para demarcar as diferenças políticas e culturais entre o “nós” (o próprio grupo Nuances) e o “eles” (os grupos do movimento).

O destaque midiático *nuanceiro* ao ponto de vista político é um dos aspectos através do qual é possível contrastar o *Jornal do Nuances* em relação a outros veículos da mídia hegemônica informativa. Sobre este contraste, em entrevista para esta pesquisa, um dos coordenadores do grupo afirmou que

“É a maior falácia dizer que não existe censura na mídia brasileira. Todas elas são feitas de censura. Todas! Todos os jornais. Porque os editores dizem: “eu quero mais ou menos assim”, “eu quero isso, quero aquilo”, “isso eu dou mais atenção, isso eu dou menos atenção”. Isso é uma forma de censura. Essa coisa da imparcialidade da mídia, isso é um discurso mentiroso. Isso é uma palhaçada, uma bobageira. Nós assumimos isso. Nós temos muito claro o que queremos com o nosso jornal. A gente seleciona. Nosso jornal é parcial. Totalmente parcial. Como todos são. A *Folha*, a *Zero Hora*. Todos são parciais. Eles dizem: “Ah, a gente dá os dois lados da matéria!”. Mas não é isso que estou discutindo. A coisa é bem mais profunda. É uma pessoa (ou duas) que diz na *Folha de São Paulo*: “Essa matéria, duas páginas. Essa só uma. Essa a gente não bota nada”. Tudo censura! E isso acontece todos os dias, a toda a hora. E está acontecendo agora em todas as mídias do mundo inteiro. Então, é um discurso furado que existe em nossa sociedade. (...) Então o nosso jornal é um jornal parcial. A gente sabe quem a gente vai convidar. E mesmo que a pessoa escreva alguma coisa que a gente não concorde, não interessa. A gente convidou. Vai colocar, vai respeitar. Por uma questão de ética. E essa é uma questão. Agora o nosso jornal é um jornal parcial. E a gente sabe muito bem o que a gente quer”.

Esse destaque político favorece ainda o contraste entre o *Jornal do Nuances* e os demais veículos da chamada “mídia gay”. Ou, em particular, aos veículos deste segmento de mídia provenientes do mercado. Refletindo sobre os diferentes modelos de mídia gay disponibilizados pelo mercado editorial brasileiro e sobre os modelos com os quais o grupo não se identifica e, portanto, tende a rejeitar, um dos coordenadores do grupo contou que

“A gente acha que tem espaço para todas as mídias. Como na sociedade como um todo. Só imagens, só artigos. Isso e aquilo. Nós não poderíamos ser um jornal, uma mídia (pela perspectiva política do Nuances), como foi aquela revista *OK*, a *Sui Generis*. Tinha uma matéria lá, razoável, de interesse assim mais político. Mas, na realidade, o resto era só perucagem. Coisa mais da intimidade, do mercado, de consumo, do *close*, do modelo, do *ibope*. Pra nós, na nossa perspectiva política, não teria como. Nós não faríamos uma mídia dessa. Não tem como. (...) Não poderia ser uma mídia que trabalhasse só a futilidade”.

Por outro lado, conforme visto no terceiro capítulo, o *Lampião da Esquina*, o jornal carioca da “imprensa alternativa” voltado para o público homossexual na virada da década de 1970 para a de 1980, é a principal referência para a construção do *Jornal do Nuances*. Isso não quer dizer que os editores do periódico gaúcho não tenham uma reflexão crítica a respeito de seu referente. Pelo contrário, conforme um entrevistado da entidade esclarece na citação abaixo, as diferenças entre estes jornais existem e são consideradas na produção do jornal gaúcho.

“O *Lampião* não tinha uma comunicação de estar tão próximo da... Ele tocava as pessoas com toda a sua irreverência. Mas nós trazemos coisa mais do dia-a-dia. A denúncia do shopping, as lésbicas que apanharam e a gente foi lá e fez uma manifestação. Porque isso sensibiliza as pessoas também. Nós nos aproximamos mais da população, das pessoas homossexuais. A gente trabalha aquela coisa do dia-a-dia. O *Lampião* trazia textos enormes, crônicas muito interessantes. Mas crônica é crônica. Aquelas entrevistas eram ótimas e maravilhosas. Abusadas. Eu acho que nós não temos condições... Eles eram muito mais capazes e qualificados do que a gente pra fazer aquele tipo de jornalismo. Mas a diferença é que a gente se aproxima mais da sociedade como um todo. Ele tem essa perspectiva, né? E também essa preocupação de ser um pouco irreverente, na medida do possível. E eu acho que o nosso é mais formal do que o *Lampião*. No *Lampião*, as bichas eram loucas. No bom sentido”.

Em contraste às referidas experiências de revistas e do jornal, os editores *nuanceiros* buscam definir sua particularidade através da adoção de certos princípios e procedimentos tais como se verifica no trecho que segue da entrevista realizada para esta pesquisa.

“Nós teríamos que aliar. Tanto fazer alguma coisa que atraísse as pessoas, que as pessoas olhassem... Tanto é que a coluna *É UÓ* deu um grande debate no Nuances. Eu, por exemplo, era contra que fizesse aquela perucagem. No início. E as pessoas diziam: ‘Mas as pessoas vão olhar aquilo e vão olhar o resto do jornal. Daí vão olhar as matérias que interessam’. Ou seja: discutimos e achamos que tinha que ter aquela coluna social. E hoje eu estou convencido que tudo bem, foi correto a gente ter colocado a coluna social. Porque as pessoas vão ver aquilo e vão ver outras coisas também, realmente. Mas a perspectiva nossa é que o jornal teria que retratar o projeto político do Nuances (grifo nosso)”.

Esta citação expressa o desafio da invenção do projeto midiático (jornalístico) *nuanceiro*. E mostra como, pelo debate interno, avançava-se em direção a uma conciliação entre duas ordens discursivas vistas internamente como contraditórias. A fala do entrevistado permite perceber que a construção do perfil do jornal foi feita mediante o atendimento de exigências tais como aliar e dosar (misturar nas proporções *necessárias*) a “perucagem/futilidade” e a “política”. Esta era a condição para alcançar a recepção e favorecer a consecução dos objetivos para os quais o jornal estava sendo concebido. Deste modo, assim como o trabalho dos agentes de saúde na prevenção ao HIV/AIDS havia sido tomado como “carro abre-alas” para o trabalho político que lhe dava ancoragem, o discurso da “perucagem/futilidade” foi percebido como um tipo de discurso que, sendo atraente ao interesse imediato de uma parcela significativa de leitores e leitoras, levasse esse leitor (e essa leitora) ao discurso político que, de fato, importava.

Um exame do Expediente do *Jornal do Nuances*, publicado no canto inferior esquerdo da página 02, abaixo do Editorial, permite perceber a ocorrência de regularidades que informam sobre a estrutura organizativa e o processo de produção deste periódico.

Chama a atenção, por exemplo, a informação sobre as existências de um “coordenador do projeto” e de colaboradores. Normalmente, por “coordenador do projeto”, o jornal refere-se à pessoa que coordena todo o coletivo e, em consequência, todos os projetos desenvolvidos internamente. E a denominação “colaboradores” abrange desde os(as) ativistas contratados/assalariados e/ou voluntários nas atividades ordinárias *nuanceiras* até pessoas que colaboram com artigos, fotografias ou outras formas de contribuição para cada edição específica. Refletindo sobre as relações pessoais internas para a produção do jornal, um ativista entrevistado afirmou que

“Ele começa com o seguinte: a gente tem tantas edições num tempo determinado. Então, a gente mais ou menos se programa. Vai sair um [uma edição] daqui a um mês. Em um mês e meio sai o outro. E aí a gente começa, com o tempo, nos empurrando, aquela questão da pressão do tempo... Daí a gente começa a definir. Conversa aqui, conversa ali. As vezes as coisas são conversa informal. Nem tem reunião. As vezes, conversa aqui na sede. Vamos fazer isso, vamos fazer aquilo. Então, *é feito de uma forma bem amadora* (grifo nosso). E aí se define uma pauta principal. Um assunto. Ou dois. Tem coisas que é o próprio trabalho do Nuances... Na próxima edição já tem nota demais. Notas só de atividades que nós participamos. Palestras em universidades, debates, isso e aquilo... Ou seja: isso já é produzido naturalmente. Os projetos, relatórios de projetos. Mas sempre tem uma coisa nova. Uma entrevista com alguém. Uma matéria...”

Esta citação é indicativa de que o jornal é produzido sob um regime de auto-gestão e com grau elevado de informalidade. Segundo este entrevistado, quatro é o número de ativistas que se envolvem mais diretamente na produção do jornal. Assim, esta produção resulta do envolvimento de poucas pessoas e pela isenção de quaisquer burocracia e hierarquia entre estes participantes. E nenhum destes participantes tem formação acadêmica em jornalismo¹⁶⁸.

Certamente, a idéia de que a perspectiva do jornal deveria retratar o projeto político do grupo impõe a explicitação de uma síntese desse projeto. A citação abaixo permite

¹⁶⁸ Num primeiro momento, o Nuances contratou uma jornalista profissional. Sua atuação ocorreu até a edição número cinco. Segundo um militante entrevistado para esta pesquisa, o papel da jornalista foi assessorar o grupo nas noções e nos processos básicos de produção de um jornal e, assim, compensar a ausência de militantes com formação e experiência profissional na área. Nosso entrevistado afirmou que, a partir da contribuição desta jornalista, “algumas pessoas do Nuances foram se especializando em fazer entrevista, outras em tirar fotos, outras em fazer notas. Algumas pessoas têm mais facilidade com o Português e foram se dedicando mais às correções, às revisões. E esse processo foi se estabelecendo historicamente na medida do interesse das pessoas. Mas, com certeza, ele [o jornal] é produzido de uma forma bem... Eu não vou dizer irresponsável. Seria uma forma que não cabe. Ele não tem pessoas definidas pra fazer aquilo. Que seja como um jornal tradicional”. Este relato indica que, embora a gestação/produção do *Jornal do Nuances* e de seu perfil editorial tenha se dado a partir da consultoria de uma jornalista profissional, prevaleceu o protagonismo dos ativistas *nuanceiros* e as exigências próprias do campo do movimento homossexual.

depreender que este projeto diz respeito à crítica *nuanceira* da construção social do “sujeito homossexual” e, portanto, diz respeito à moral e à linguagem empregadas para esta construção. Segundo nosso informante, este projeto é

“*Mexer com a moral da sociedade* (grifos nossos). Que é por isso que eu falo da *questão da linguagem*. É evidente que nós começamos isso com a questão da linguagem. Porque a gente achou que politicamente a gente deveria ser um pouco provocativo também. *Ter uma perspectiva assim, não de ser assimilado, de ser acomodado*. De ser mais um meio de comunicação como um jornal de bairro ou de um sindicato. Que vai traduzir o que está querendo ali, as lutas. Mas também provocar a moral da sociedade. *Para provocar a moral da sociedade, a linguagem é fundamental*. No nosso entendimento, tu se comunicar através de palavras que até então eram menosprezadas dentro da sociedade. Como *bicha, viado*. E outros termos que a gente usa no jornal. Naquele debate da resignificação dos termos, das palavras. A gente pode estar se apropriando e travando uma relação de poder com os setores mais conservadores da sociedade. (...) Fazer a denúncia do que está acontecendo em relação à homofobia. (...) E também trazer assuntos de debates e notas que fosse modificando toda *aquela idéia construída em relação a esse sujeito homossexual*. Que é a idéia da perversão, a idéia da desconfiança, *a idéia dessa moral da normalidade da sociedade*. Ou seja: mostrando uma outra perspectiva. (...) Não a partir daquela idéia de se justificar pra sociedade. Que nós somos normais como os héteros. E *colocando numa perspectiva política de relações de poder*. De igual pra igual. *Provocando inclusive a normalidade da heterossexualidade*. (...) E *tirando os homossexuais da vitimização, né?* (...) Não vamos dizer “nós os discriminados”, “nós os injustiçados”, “nós que não temos direito disso”... Como fazem os outros jornais. E nós não. Nós queremos é provocar um debate em torno da questão. (...) Por isso eu acho que, *muitas vezes, ele [o jornal] provoca muito mais os homossexuais do que os heterossexuais*. (...) *Que muitos homossexuais não gostam. Não gostam porque usamos linguagem provocativa*. E porque também *nós discutimos a própria moral dos homossexuais. O moralismo, o conservadorismo*. (...) Se tu pegares o gay que hoje está mais em ascensão... É a questão da novela, a questão do gay classe média, do consumo, da estética... Eles não gostam muito. Porque *a gente fala bicha. E eles não gostam*. (...) *E a gente gosta mais da bicha bafona. Aquela coisa que provoca a moral. Que cria um mal-estar*. Por isso a gente bota o peito de uma travesti na capa do jornal. Na parada, a gente provoca situação da bicha de bunda de fora, de bunda pra cima. Por que *isso provoca a moral dos homossexuais conservadores e dos heterossexuais conservadores*. E isso, politicamente, para nós, é extremamente relevante”.

Dentre os inúmeros aspectos que podem ser levantados a partir do exame desta síntese do projeto político do Nuances (e de suas repercussões na feitura e nos conteúdos presentes no jornal), podemos chamar a atenção para a ausência de referências às questões da saúde e da prevenção ao HIV/Aids (que, vale recordar, foram os elementos centrais da atuação externa do grupo na segunda metade da década de 1990). Sobre esta ausência, nosso informante afirmou que

“O Programa Nacional, quando começou a trabalhar com a questão do hiv/aids e tal (da epidemia), chegou a uma conclusão que não poderia trabalhar a epidemia a partir só da idéia de saúde. “Ah, assim pega”, “assim não pega”, “se cuida”, “não faça isso”, “não faça aquilo”. E viam que tinha que trabalhar a questão da auto-estima, direitos humanos, toda a vulnerabilidade que atinge os homossexuais.

Nós, quando começamos a trabalhar, a gente já sabia disso. A vulnerabilidade dos homossexuais é muito pela própria invisibilidade e pela situação de marginalidade que se construiu. Através das relações de poder. Do discurso religioso, do discurso moral da sociedade, do discurso da ciência. É isso que a gente mexe. Mexia e mexe. E mexendo nisso, automaticamente deixa o sujeito muito mais autônomo. E com um poder de decisão sobre, ele tem muito mais autonomia. E isso é um desafio. (...) Então está dentro. Mas de forma muito disseminada. Muito fora. *Nós somos cobrados. Porque é um jornal financiado pela aids, mas que fala muito pouco de aids. E é verdade. Tem edições que não tem nem a palavra. A gente evita mesmo (grifos nossos). Eu vou te colocar de uma forma bem clara. Ah, a gente não vai fazer um jornal que vai ficar dizendo: “ah, se cuide”, “use camisinha”. Não é isso. Eu acho um desperdício. Utilizar um jornal pra ficar colocando isso. Mas às vezes a gente coloca matéria de saúde. Como a que foi pra capa do último jornal. É um cartaz de uma campanha de prevenção da aids. Que a gente está fazendo. Mas a gente achou que era uma idéia interessante. E colocamos ali. Mas não ficamos reféns dos financiamentos a partir dessa perspectiva de saúde”.*

Esta síntese do projeto político do grupo Nuances (e sua tradução nas capas, títulos, fotos, entrevistas, editoriais, reportagens, artigos e notas publicados no *Jornal do Nuances*) apresenta uma série de indicadores que confirmam a justeza da nossa hipótese de trabalho. Nossos grifos chamam a atenção para o fato de que um aspecto central do empenho midiático *nuanceiro* diz respeito à crítica que os ativistas do grupo mantêm em relação ao que reconhecem como posturas de *silenciamento* e *estereotipização* que grande parte dos veículos da mídia hegemônica promovem sobre as homossexualidades. Como também diz respeito às suas críticas ao que reconhecem como posturas de normalização/domesticação das homossexualidades expressas no estilo de militância (e, inclusive, no discurso) da maioria das lideranças e entidades do movimento homossexual brasileiro e ainda no *estilo de vida* de uma parcela significativa de indivíduos identificados como homossexuais.

Frente ao que é reconhecido internamente como procedimentos moralistas e conservadores, o grupo Nuances e o *Jornal do Nuances* tomam para si as tarefas de fazer a crítica daquelas estratégias, de chamar a atenção da sociedade para suas implicações morais e, principalmente, de denunciar o comprometimento da cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais que elas implicam. Em alternativa a tais estratégias, a alternativa *nuanceira* centra-se na proposição, para as homossexualidades, da *visibilidade transgressora*.

Esta proposição funda-se na idéia de que só a atitude transgressiva (o mal-estar que ela provoca) pode contribuir efetivamente para a crítica e para a revisão moral na sociedade e, em conseqüência, revolucionar as relações de poder existentes no presente. O

acolhimento da “bicha bafona” em detrimento do “gay classe média” presente no discurso *nuanceiro*, o interesse em “mexer com a moral da sociedade”, em provocar esta moral, sintetiza este pressuposto do pensamento e da prática do grupo. Todo o conjunto de posições político-ideológicas visto no capítulo IV pode ser compreendido como um *corpus* discursivo construído para fortalecer aquelas críticas morais e para promover a difusão daquela alternativa. À título de ilustração, e dito de modo esquemático, seria o confronto (ou impasse) político entre o “gay classe média” e a “bicha bafona” por uma ONG homossexual na cidade de Porto Alegre.

Segundo um ativista *nuanceiro*, essa postura “provocativa” assumida pelo grupo (e a decisão de tomar o jornal como um veículo para expressá-la) tem causado respostas de diferentes origens (inclusive político-institucionais) e de diferentes naturezas. Dentre as respostas “desfavoráveis” aos interesses do Nuances, este informante chama a atenção para as críticas apresentadas pelo que chama de “gay classe média” ou “bichas conservadoras”. Sobre estas críticas, ele afirma que

“As críticas das bichas, às vezes, são muito fúteis ou muito baratas. A gente não acredita. As imagens... Muito agressivo, por exemplo. Colocar que nós colocamos uma foto de uma parada. Que era uma bicha com os peitos de fora, abraçada com uma família, cheio de crianças junto. Foi uma foto que foi tirada naturalmente! As pessoas que tiraram a foto não se importaram. Mas as pessoas que viram se importaram. Então existe uma crítica que a gente exagera. Uma crítica meio de censura, dessa moral. Uma crítica um pouco moralista”.

No inventário das críticas, há ainda o discurso proveniente das organizações do movimento homossexual brasileiro, cujas lideranças são vistas como as “bichas reacionárias do movimento”. Segundo este mesmo informante, as críticas expressam

“Que nós usamos uma linguagem que não é adequada para um grupo gay. Pra gente conseguir espaço na sociedade. É uma linguagem equivocada. Que ao invés de aumentar nosso espaço, vai diminuir. Porque vai de encontro com os discursos mais conservadores. Porque eles acham que a gente tem que ter uma postura fina, politicamente correta. Então, isso é uma crítica política dos militantes. (...) De fazer aquela puxação de saco, botar sempre a foto do ministro, do secretário de saúde. A gente não faz mesmo. Não é porque a gente tem o financiamento público. O dinheiro é nosso. Essa é a resposta. As pessoas não sabem disso. Então, ela tem que ficar puxando o saco. Botando a fotinha disso, a fotinha daquilo. E usando aquela linguagem toda politicamente correta. Que eu acho pobre, desnecessária e fútil. Acho um lixo a linguagem politicamente correta. Tanto da mídia tradicional. Eu acho ridículo”.

Outra ordem de respostas “desfavoráveis” aos interesses do grupo diz respeito ao distanciamento institucional e político promovido por pessoas e/ou organizações, com o

conseqüente isolamento político do Nuances. Conforme a citação seguinte, para nosso informante, tem havido iniciativas de afastamento (tentativas de isolamento) e estas iniciativas estão diretamente associadas a uma reprovação moral e política da (ou uma atitude ambígua em relação à/ao) prática e do pensamento *nuanceiros*.

“A gente vê que muitas pessoas e setores da sociedade se afastaram um monte da gente. Literalmente se afastaram da gente. Essas relações de poder. Bah! Pessoas que apoiavam a gente se afastaram totalmente. Porque a gente não usa o jornal para manter aquela relação de troca de favor. O que é a regra da política brasileira. Então, quando essas pessoas viram que a gente não ia ser um braço desses setores, acabaram se afastando. E a gente perdeu totalmente o contato. E críticas porque o nosso jornal é financiado e tem anúncios comerciais. Que o nosso jornal só faz política da entidade. Essas críticas não faltam. Mas essas críticas são localizadas e são intencionais. A gente sabe de onde vêm, como vêm e por que vêm”.

Refletindo sobre as conseqüências deste processo para o movimento homossexual brasileiro, um dos coordenadores do grupo Nuances afirma que

“O movimento, por enquanto, não vai se isolar da mídia. Porque há vários movimentos. Nós (o Nuances) fazemos um movimento. Outros grupos fazem outro movimento. Movimento de assimilação. Movimento da bicha politicamente correta. Do caszinho gay que consegue se comportar na novela. Que não é bafão. Que não faz falcatrua. Que é politicamente assimilável pelo padrão heterossexual. Que se molda à idéia da família heterossexual. Então o movimento gay tem essa perspectiva. Não vai se isolar como um todo. Agora nós... Particularmente, a nossa discussão, ela pode, com certeza, a gente esta caindo num isolamento. A gente faz essa discussão seguidamente. Em relação até ao próprio movimento”.

Esta citação permite perceber que, para o grupo, o processo de isolamento e de marginalização referido não pode ser visto como proveniente da sociedade mais ampla em relação ao movimento homossexual e à população homossexual tomados em conjunto e de modo indiferenciado. Não se percebe, na avaliação *nuanceira* sobre este processo específico, uma atuação discriminatória proveniente da sociedade e que teria na mídia um de seus canais de expressão. Pelo contrário, o processo é desencadeado dentro do próprio movimento e tem o grupo Nuances como alvo preciso. Em resposta à ação discriminatória, nosso informante reconhece que

“O que acontece é o seguinte. O que muda a sociedade? Essa gente vai mudar alguma coisa? No nosso entendimento, nada! Vão ser mais umas bichas assimiladas. Que vão ser sempre cidadãos de segunda categoria. Que elas não se esqueçam disso. Elas jamais vão ser de primeira categoria. Porque elas vão ser sempre *bichas* nesta concepção conservadora, preconceituosa. E nós não queremos isso. Porque nós já sabemos que vamos ser cidadãos de segunda categoria. Bem antes de fazer o jornal. A gente tem noção disso”.

Este relato indica que a história do grupo Nuances e do *Jornal do Nuances* pode ser vista como um processo marcado por três momentos claramente demarcáveis. Num primeiro momento, tem-se a história da busca por reconhecimento social e por parcerias por um determinado grupo voltado para a defesa da “livre expressão sexual”. Num segundo momento, tem-se a história do uso de um periódico para a difusão de uma crítica política e moral da sociedade, dos GLBTTs e do movimento homossexual, fundada na rejeição, por este grupo, à proposição (pelos homossexuais e pelo movimento homossexual) e à aceitação (por alguns setores da sociedade mais ampla) de uma visibilidade homossexual assimilável ao padrão heterossexual. E, num terceiro momento, tem-se a história da perda de alguns parceiros conquistados e de um processo de *isolamento e marginalização* deste grupo dentro do movimento homossexual.

A busca de reconhecimento social e de parcerias pelo grupo Nuances foi feita a partir da orientação geral (do princípio) de promover a saída das homossexualidades da condição de clandestinidade, de atuar em favor de sua visibilidade pública numa perspectiva de *protagonismo* e de direito ao “uso do corpo” (perspectiva fundada na idéia de cidadania) e, ainda, a partir de uma estratégia que valorizava noções tais como “trabalho”, “seriedade”, “legitimidade”, “credibilidade”. E o processo de isolamento *nuanceiro* vem ocorrendo em virtude dos conflitos morais que aqueles princípios, levados à prática, têm provocado em organizações que, para o Nuances, apresentavam-se como “progressistas” e se revelaram “conservadoras”.

Este processo vem se configurando como um impasse político dentro do movimento homossexual brasileiro. Sua emergência parece ser decorrente do confronto crescente entre visões que se vêm mostrando opostas (contraditórias) sobre a construção social do *sujeito homossexual* e sobre a configuração de (o modelo de) visibilidade homossexual desejada ou requerida pelas diferentes organizações do movimento. O processo examinado pode ser percebido como decorrente da incompatibilidade moral e política entre uma proposta de visibilidade homossexual demandante de “aceitação” da população GLBTT pela sociedade “conservadora” e outra orientada para a alternativa da transgressão como meio para provocar “mal-estar” social e para forçar uma revisão das relações de poder vigentes. Nos termos dessa pesquisa, o cenário configurado expressa as emergências de divisões no movimento homossexual, do movimento como um campo de tensões e de

disputas e do *Jornal do Nuances* como uma peça forjada por um coletivo do movimento para uma intervenção política e cultural determinada.

b) O *Jornal do Nuances* como mídia radical alternativa

Antes de entrar na reflexão pretendida, julgamos necessário esclarecer que não temos a ambição (ou o objetivo) de propor o abandono do conceito de mídia radical alternativa ou mesmo de contribuir para o seu processo de desuso na pesquisa e na reflexão acadêmicas. Mesmo porque julgamos que dificilmente uma pesquisa qualificável como estudo de caso possa ter essa capacidade. Mais precisamente, nosso objetivo é confrontar o conceito com os dados empíricos coletados e descritos até aqui para chamar a atenção para certas dificuldades presentes em seus pressupostos e definição geral. Temos o interesse em problematizar o conceito a partir de evidências apresentadas naqueles dados. Assim, na contramão da proposição de seu abandono, nosso interesse centra-se em contribuir para o seu aprimoramento.

Todo o percurso de coleta e descrição de dados para esta pesquisa ocorreu tomando o conceito de mídia radical alternativa como fonte de inspiração. Em sua obra, Downing propõe uma definição geral desta modalidade de mídia e, em seguida, apresenta estudos de casos produzidos a partir desta definição. Para os nossos objetivos, importa destacar que, nesta definição, o autor chama a atenção para a historicidade mesma que vem ocorrendo com o conceito. Para Downing, as atividades combinadas de pesquisa e reflexão foram mostrando que as definições originais continham dificuldades metodológicas, comprometiam a apreensão do objeto empírico que almejava elucidar e, portanto, apresentavam a exigência de revisões. O principal aspecto da revisão implementada era a necessidade de rever o binarismo presente nas definições originais e propor uma nova definição capaz de alcançar a complexidade e o dinamismo presentes no referente empírico do conceito.

No nosso ponto de vista, o conceito de mídia radical alternativa contém inúmeras vantagens teórico-metodológicas. Em primeiro lugar, ele vai além da noção de imprensa popular e/ou alternativa, tradicionalmente empregada no meio acadêmico brasileiro (e também entre jornalistas “engajados”) como ferramenta analítica na abordagem dos meios de comunicação voltados para a expressão dos interesses políticos e culturais de grupos sociais, classes sociais ou parcelas da população que reivindicam direitos políticos, econômicos, sociais e culturais. A emergência da chamada *imprensa alternativa* e de diferentes modalidades de publicações para *consumo* entre as chamadas *classes populares* das favelas e periferias das grandes cidades brasileiras como armas de combate à ditadura militar e em favor da democratização nas décadas de 1970 e 1980, no Brasil, proporcionou uma ampla circulação deste conceito em pesquisas realizadas no ambiente acadêmico nacional. O conceito de mídia radical alternativa abrange esta noção de imprensa alternativa e/ou popular e ambiciona alcançar uma diversidade de manifestações culturais. Neste sentido, seu propósito é desvelar o significado (impacto) sociocultural de manifestações midiáticas produzidas

a partir de uma variedade de suportes técnicos e destinadas a contribuir em processos de transformação social, em favor dos interesses das forças sociais “progressistas”.

Em segundo lugar, pode-se destacar que ele chama a atenção para todo um conjunto de expressões midiáticas desconsiderado ou tratado como “questão menor” pelo que denominaremos como *teorias liberais do jornalismo*. Neste sentido, poderíamos dizer que estas teorias liberais e a teoria (e o conceito) de mídia radical alternativa compõem paradigmas diversos para a abordagem científica dos fenômenos da comunicação¹⁶⁹. Em virtude de seus pressupostos, as teorias liberais tendem a conceber um meio de comunicação como o *Jornal do Nuances* a partir da noção de *jornaleco*. Na medida em que as proposições mais gerais que fundamentam este campo de estudos definem o jornalismo profissional como o modelo orientador de práticas e de conceitos nesta área, sua visão sobre a modalidade de imprensa que está sendo examinada tende a ressaltar a pequenez, o amadorismo, os “defeitos”, as insuficiências e ainda a “parcialidade” – descompromisso com a *objetividade* e comprometimento político e cultural (engajamento) com grupos sociais determinados e seus valores específicos – deste tipo de jornais. As mídias alternativas (e militantes) são reconhecidas pelas *faltas* e pela *parcialidade* que apresentam. Neste sentido, quase toda experiência de mídia assim referida tende a ser tomada como “coisa que não é séria” e, portanto, desmerecedora de atenção.

Por outro lado, a teoria da mídia radical alternativa minimiza estes aspectos tomados como *faltas* pelas teorias liberais e ressalta as preocupações políticas e culturais que movem as práticas de seus fazedores, reconhece estes fazedores positivamente como militantes (e não como jornalistas *profissionais*), atribui legitimidade às experiências midiáticas produzidas a partir destes fazedores militantes e de seu horizonte político e cultural e, ainda, chama a atenção para sua força transformadora em contextos marcados por situações de desigualdade econômica, política, social e cultural. Em síntese, para a teoria da mídia radical alternativa, ao contrário do que pensam as teorias liberais do jornalismo, um jornal como o *Jornal do Nuances* é *coisa séria* e, portanto, merecedora de atenção e tratamento tanto como matéria política e cultural como também como objeto de pesquisa acadêmica.

Em terceiro lugar, o conceito de mídia radical alternativa chama a atenção para a importância do contexto no qual estas mídias surgem e sobre o qual elas pretendem exercer influência. Trata-se de uma sugestão metodológica significativa. Seu grande mérito consiste em orientar o estudo da mídia reconhecendo o *campo de força* no qual ela se insere – a partir do qual ela foi pensada e sobre o qual ela pretende interferir – como uma variável determinante. Na linguagem de Downing, o conjunto de processos e relações sociais que

¹⁶⁹ Por paradigma, estamos entendendo a formulação proposta por Thomas Khun e referida por Maria Immacolata Vassalo Lopes. Para seu exame, sugerimos a leitura de LOPES, Maria Immacolata Vassalo. *Pesquisa em comunicação – formulação de um modelo metodológico*, São Paulo, Loyola, 1990, pp. 29-59.

estamos chamando de campo de força aparece designado como *caldo fervente*¹⁷⁰. Acreditamos que ambas as designações incluem a visão de uma realidade marcada pelas divisões e/ou desigualdades sociais e, em contrapartida, pelas relações de poder travadas pelos indivíduos, grupos e classes sociais que as experimentam. De qualquer modo, a sugestão metodológica de Downing chama a atenção para o contexto no sentido referido acima e, dentro deste contexto, destaca a ação individual e a ação coletiva movidas pelos diferentes interesses sociais e culturais e, portanto, pela noção de hegemonia. Assim, *a mídia radical alternativa pode ser vista como um fenômeno sociocultural em meio a um campo de força com características socioculturais específicas*.

Em quarto lugar, Downing chama a atenção para a idéia de que uma compreensão rigorosa da mídia radical alternativa deve percebê-la em associação aos movimentos sociais¹⁷¹. Para o autor, em consonância com a questão anterior, a noção de *contexto* da mídia radical remete quase sempre para a emergência de *movimentos sociais* e para a necessidade que seus integrantes e lideranças manifestam de expressarem por si mesmos, através de veículos de comunicação criados para este fim, a visão de mundo e justificação da ação coletiva que promovem. Esta associação entre mídia radical e movimentos sociais pode ser percebida desde a definição referida acima do *caldo fervente* da sociedade como o *locus* gerador desta modalidade midiática. Assim, com este autor, somos levados a perceber que, através da recorrência aos movimentos sociais, a noção vaga de contexto adquire um grau superior de concretude e, portanto, um contorno empírico definido com maior precisão.

A densidade e as vantagens teórico-metodológicas contidas neste conceito, conforme descrito acima, foram aspectos decisivos para a nossa opção em tomá-lo como guia na abordagem de nosso objeto empírico. No entanto, a seqüência da pesquisa (a coleta e a descrição de dados) tem nos despertado para o levantamento de questões não desenvolvidas – ou não suficientemente desenvolvidas – na argumentação de Downing. Basicamente, a partir das indicações propostas por este autor, nosso trabalho de elucidação do *Jornal do Nuances* consistiu em percebê-lo em meio ao contexto imediato no qual se gerou a necessidade de sua emergência.

No que diz respeito especificamente ao objeto empírico da pesquisa, nosso exame preliminar sobre os textos midiáticos *nuanceiros* proporcionou a descoberta de que os fazedores do jornal o concebem como um *porta-voz* do grupo que o gerou e mantém. Esta descoberta levou-nos à verificação de que, no *Jornal do Nuances*, esta condição de porta-voz vem sendo realizada através da prevalência da emissão de posições políticas e ideológicas defendidas pelo grupo Nuances. A partir destas percepções iniciais, o esforço de elucidação desde meio de comunicação requereu um levantamento sistemático dos temas recorrentes nos editoriais, artigos, fotos, reportagens, notas, entrevistas, etc., presentes em suas páginas e das posições sustentadas a respeito destes temas.

¹⁷⁰ Cf. DOWNING, op. cit., 2002, p. 25.

¹⁷¹ Conforme visto no Capítulo I, as orientações metodológicas de Downing para o estudo da mídia radical alternativa apontam para vários outros conceitos e problemáticas como aspectos que contribuem para um exame rigoroso desta modalidade midiática.

A abordagem do contexto a partir do qual o jornal foi gerado e no qual pretende influir foi o passo seguinte da pesquisa. E, esta abordagem revelou o movimento homossexual brasileiro, suas vicissitudes e ambigüidades, os desafios postos para as organizações que o constituem e, ainda, a formação de ONGs como uma das principais respostas dos militantes a estes desafios. Esta investigação proporcionou ainda a percepção de que o coletivo Nuances também investiu em sua institucionalização como ONG e, através dos financiamentos públicos proporcionados por essa configuração institucional, concebeu e edita o *Jornal do Nuances*. A exploração deste *caldo fervente* e, mais especificamente, sua caracterização como movimento social oferece inúmeras pistas cujo exame ajudam a explicar o referido jornal. Dentre estas pistas, podemos destacar as vicissitudes de um movimento social que transita das organizações “alternativas”, “comunitaristas” e “libertárias” pioneiras, para a adoção, a partir da década de 1990, de modelos organizacionais mais institucionalizados, definidos a partir de procedimentos formalizantes e voltados para a obtenção de financiamentos do Estado.

Em síntese, este estudo assumiu o pressuposto de que, para compreender adequadamente a mídia radical alternativa, seria necessário levantar seus vínculos com os movimentos sociais e suas ambigüidades, explorar os textos presentes nos jornais publicados pelas organizações desses movimentos e as posições político-ideológicas presentes nestes textos. Este caminho favoreceu a descoberta da *trama social* que explica as condições a partir das quais a mídia radical expressa as ambigüidades presentes naqueles movimentos.

Esta investigação indica a correção dos pontos de vista de Downing sobre a associação entre movimentos sociais e mídia radical alternativa. As descobertas realizadas sobre o *Jornal do Nuances* e o campo de força no qual ele interage permitem a defesa da idéia de que a definição da mídia radical inclui a definição dos movimentos sociais¹⁷². No entanto, a partir destas mesmas descobertas, feitas a partir do método proposto por aquele autor para a investigação empírica sobre esta modalidade midiática, verifica-se que alguns aspectos desta associação não são suficientemente desenvolvidos. Neste sentido, pode-se dizer que algumas perguntas parecem não estar colocadas e também não estar respondidas na argumentação desenvolvida por Downing.

As questões que nos parecem mais relevantes podem ser expressas em conjunto. Por que uma organização isolada do movimento homossexual lança mão de um jornal? Por que esse jornal é produzido com um perfil editorial de *porta-voz* do grupo que o mantém e não de *fórum de debates* capaz de agregar num só veículo, as diferentes posições correntes no movimento homossexual a respeito da construção do *sujeito homossexual* e da *sociedade democrática*? Por que essa característica de *porta-voz* é assumida pela manifestação sistemática de críticas às posições políticas e ideológicas (e as práticas) assumidas pela maioria das organizações do movimento? Por que essa característica é exercida do modo contundente tal como visto através das citações de artigos, notas, reportagens e editoriais apresentados no Capítulo IV? Por que um

¹⁷² Chamamos a atenção para o fato de que, em conformidade com nossa argumentação apresentada no Capítulo I, a definição da mídia radical alternativa inclui ainda o tratamento teórico de vários outros conceitos e problemáticas.

agrupamento do movimento social lança mão de um jornal com este perfil de porta-voz? Por que a crítica ao movimento homossexual é um tema sempre renovado no discurso midiático *nuanceiro*? Por que esse veículo é reconhecido internamente como estratégico a ponto de o coletivo insistir em sua feitura mesmo sem o financiamento estatal que lhe torna viável? Por que os ativistas *nuanceiros* canalizam energia e tempo humanos para esta tarefa quando sabemos que as organizações do movimento são esvaziadas e têm sempre muitas atividades para serem desenvolvidas?

Por que grande parte do investimento crítico *nuanceiro* tem o próprio movimento (ou a maioria das organizações que o constituem, ou ainda o pensamento e a prática desenvolvidas pelas lideranças destas organizações) como alvo preferencial? Por que as posições sustentadas no jornal expressam o rechaço do grupo Nuances às posições defendidas pelas demais organizações do movimento e reiteram posições divergentes defendidas pelo próprio grupo? Por que o grupo Nuances usa o jornal para manifestar seu rechaço às posições reconhecidas internamente como prevalentes nas demais organizações do movimento homossexual brasileiro? Será que todas essas perguntas podem ser respondidas apenas como manifestações irrelevantes de um caso isolado? Ou elas expressam mais uma realidade freqüente no interior dos movimentos sociais?

Parece-nos que, tal como está efetivamente exposto por Downing, a teoria (e o conceito) da mídia radical alternativa não explora suficientemente este campo de questões e, em decorrência, não apresenta respostas satisfatórias para as perguntas apresentadas. Julgamos que, por esse motivo, nosso principal interesse deve ser apontar os aspectos menos explorados na teoria e levantar um conjunto de hipóteses capazes de orientar futuras investigações sobre a associação entre mídia radical alternativa e movimentos sociais.

Nosso argumento básico é que a mídia radical pode ser, também, uma das expressões das divisões, das tensões e das disputas internas presentes em cada movimento social concreto. A concepção de um veículo de comunicação por um coletivo do movimento social pode ter essas divisões e disputas internas no movimento (a necessidade de afirmá-las e marcar posição frente a elas) como uma de suas justificativas político-ideológico-culturais. Assim, se Downing chama a atenção – corretamente – para a associação entre mídia radical e movimentos sociais, não explora os modos diferenciados de como essa associação efetivamente ocorre. As diferentes possibilidades de associação entre as referidas *variáveis* estão presentes da argumentação desenvolvidas por aquele pesquisador. No entanto, há que *ressaltar* a questão da recorrência a um veículo de comunicação por uma organização do movimento para fazer a crítica das políticas hegemônicas desenvolvidas pelas demais organizações deste mesmo movimento.

Assim, julgamos necessário avançar o argumento proposto por Downing para, a partir deste avanço, interpretar/desvelar a complexidade do real. Quaisquer que sejam seus (de Downing) motivos para não *ressaltar* as questões envolvidas no emprego da mídia, por um coletivo do movimento, para fazer oposição às posições hegemônicas circulantes neste mesmo movimento, o fato é que, com tal lacuna, ele deixa de explorar outras possibilidades que esta associação efetivamente contém. E, assim, deixa-se em segundo plano a possibilidade de enfrentar e analisar (esclarecer) todo um conjunto de desafios que os fazedores desta modalidade midiática visam enfrentar através de seu emprego.

As questões que estamos apresentando para esta teoria nos ajudam a perceber que o grupo Nuances investe no jornal para, frente à crescente visibilidade pública alcançada pela população GLBTT, difundir na sociedade a demarcação que o grupo faz em relação à construção do *sujeito homossexual* pela mídia hegemônica, por parcelas significativas dos indivíduos identificados como homossexuais e pela maioria das organizações do movimento homossexual. O *Jornal do Nuances* serve, para dentre outras tarefas, afirmar que, enquanto aquelas instâncias (e aqueles indivíduos) se voltam para o *silenciamento* e/ou a *estereotipização*, ou para a *normalização/domesticação/assimilação* dos homossexuais, o grupo Nuances propõe a construção do *sujeito homossexual* pela via diversa da visibilidade transgressiva. Nesta linha de pensamento, e aceitando os termos e o raciocínio empregados por um ativista *nuanceiro* em entrevista para esta pesquisa, pode-se argumentar que este jornal serve para promover o *confronto político* entre o “*gay classe média*” e a “*bicha bafona*”. Certamente, serve para fazer a louvação desta em detrimento dos interesses daquele.

Conforme visto acima, além deste aspecto, a feitura do *Jornal do Nuances* estava ainda associada à construção da *imagem pública* da organização que o concebera. Neste sentido, o jornal deveria contribuir para reforçar a visibilidade pública da organização, reforçar sua credibilidade na sociedade mais ampla e, em particular, entre a população GLBTT, os empresários do chamado “mercado GLS”, as demais organizações do movimento e, por fim, para contribuir na luta interna de promover a imagem do Nuances como “grupo político”. O grupo Nuances surgiu num momento em que a maioria dos grupos assumiam uma direção política “conservadora”. Frente a este processo, o jornal deveria cumprir os papéis estratégicos de neutralizar qualquer visão pública do Nuances como ONG-Aids (posta para realizar tarefas consideradas internamente como de responsabilidade do Estado), demarcar sua crítica ao “conservadorismo” e ainda afirmar sua orientação política baseada no rechaço das vias de normalização/assimilação do *sujeito homossexual* na sociedade *heteronormativa*.

Num nível mais propriamente teórico, e tomando como referência a teoria da mídia radical alternativa, a necessidade *nuanceira* de utilizar o jornal para publicar esta demarcação entre vias diversas de construção da visibilidade e/ou do *sujeito homossexual* no interior do movimento homossexual, aponta para o fato de que, além de servir à expressão da unidade político-ideológica dos movimentos sociais no enfrentamento dos desafios que lhe fazem emergir na cena pública, a recorrência a meios de comunicação pelas diferentes organizações pode servir *também* para expressar as divisões e as disputas presentes no interior de cada movimento social concreto. Neste sentido, esta tese pode ser interpretada como um convite para o aprofundamento/adensamento das pesquisas e da reflexão teórica sobre a associação entre mídia radical alternativa e movimentos sociais. Este convite funda-se na idéia de que o aprofundamento seria um caminho fecundo para o alcance de uma compreensão mais rigorosa desta inquietante relação.

Em diferentes momentos de sua obra, Downing refere-se à necessidade que se auto-impôs de revisar as definições originais sobre o conceito de mídia radical. Nesta revisão, seus objetivos eram fugir do binarismo contido naquelas definições originais e recriá-las para que permitissem a apreensão da complexidade e das contradições envolvidas no processo de produção e nos discursos veiculados pela mídia radical alternativa. Assim, o conceito tem uma história. E essa é a história do trabalho intelectual de inventar

os meios (as ferramentas) analíticos necessários para a superação dos constrangimentos que a complexidade e as contradições presentes na realidade social punham para o conceito tal como fora originalmente formulado.

Para tanto, num primeiro momento, o autor evoca um conjunto de conceitos e problemáticas resultantes das contribuições de outros pensadores para apoiar seu projeto. No entanto, num segundo momento (em que apresenta estudos de caso inspirados por estas revisões), as referências, por exemplo, ao imediatismo de setores do *movimento popular revolucionário* português entre os anos de 1974 e 1975, às dificuldades para a articulação política das corporações de trabalhadores que não avançavam para além de uma consciência sindical e a conseqüente fragmentação do movimento, não contribuem para a argumentação incluir as questões de jornais criados por organizações do movimento e voltados para a crítica deste mesmo movimento. Certamente, na medida em que aquelas *dificuldades políticas* são referidas, a problemática das divisões internas nos movimentos sociais está presente no argumento de Downing. No entanto, reconhecemos que o caso do *Jornal do Nuances* determina sua referência num registro de maior relevância e centralidade.

Nosso ponto de vista é que estudos empíricos sobre veículos de comunicação criados por organizações de um movimento social concreto com o objetivo de fazer a crítica *política* das posições político-ideológicas hegemônicas neste mesmo movimento podem contribuir para o aperfeiçoamento e/ou fortalecimento do conceito de mídia radical alternativa e, assim, apoiar um projeto específico de compreensão do significado de um veículo de comunicação como o *Jornal do Nuances*. Este aperfeiçoamento/fortalecimento é alcançado quando se *ressalta* a idéia de que a mídia radical alternativa pode expressar tanto a unidade de um movimento social como também suas divisões, tensões e disputas internas. Se aquele jornal aparece como o *porta-voz* de um coletivo do movimento, pode-se argumentar que este movimento não é marcado pela *univocidade*. Neste sentido, a noção de mídia radical alternativa conterà (compreenderá) ambas as possibilidades.

Nosso interesse em *ressaltar* essa dupla possibilidade política da mídia radical alternativa funda-se na relação entre esta modalidade midiática e os movimentos sociais e no destaque que estamos concedendo à concretude destes movimentos, à percepção de suas ambigüidades, de suas contradições e, em conseqüência, de sua não *univocidade* interna. Se um movimento social pode ser distinguido como uma corrente contínua e linear de pessoas movida a partir de um sentimento e de uma vontade política e cultural monolítica, também pode ser distinguido como um campo de tensões e disputas internas. Os veículos de comunicação produzidos pelas organizações constitutivas dos movimentos sociais podem expressar ambas as alternativas. Assim, além servir à propagação dos pontos de vista gerais dos movimentos sociais (a denúncia e a crítica política e cultural das práticas do *opressor*, a definição das estratégias de reação pelos *oprimidos* e a crônica dos avanços de sua luta), a mídia radical alternativa serve também para propagar o ponto de vista (crítico) de um coletivo do movimento sobre o pensamento e a prática desenvolvidos por este mesmo movimento.

Nosso argumento é que a condição de possibilidade para a compreensão do *Jornal do Nuances* através do conceito de mídia radical alternativa e do método de investigação e análise que ele implica é o *ressalto* do duplo registro que se está destacando. Este *ressalto* abre caminho para localizar aquele jornal dentro de um movimento marcado pela divisão e pela disputa interna. Assim, entende-se que o jornal é concebido para refletir sobre estas diferenças e difundi-las entre as demais organizações do movimento homossexual, entre os demais movimentos sociais, entre a população GLBTT e a sociedade mais ampla. Num movimento social dividido e tensionado em decorrência da emergência de leituras diversas a respeito de sua base ideológica, o aparecimento de diferentes jornais como porta-vozes de diferentes organizações serve para viabilizar a difusão das diferentes *visões* e *vozes* que lhe dão substrato.

O *Jornal do Nuances* é um veículo para a difusão pública da reflexão e da luta política *nuanceiras* em favor da construção social do *sujeito homossexual* que o grupo que o produz julga correta. Neste sentido, ele representa uma das inúmeras manifestações da crescente visibilidade pública que as homossexualidades vêm alcançando nas sociedades contemporâneas. Este jornal expressa ainda uma das conseqüências dos impasses políticos que esta crescente visibilidade vem gerando no interior do movimento homossexual. Ele expressa a necessidade que uma ONG concreta apresenta de agir/interferir no processo concreto de disputas e tensões experimentado no movimento homossexual.

Um dos eixos da reflexão e da luta política *nuanceiras* (da construção do *sujeito homossexual* reclamado pelo grupo Nuances) é a denúncia da existência de *relações de poder* no campo da *esquerda*, entre os partidos políticos oficiais identificados socialmente como pertencentes a este campo, nos movimentos sociais “progressistas” e no movimento homossexual. A eleição *nuanceira* desta questão como um dos eixos discursivos do *Jornal do Nuances* é indicativa de que, para a política do grupo, as *relações de poder* presentes no campo da *esquerda*, nos movimentos sociais “progressistas” e no movimento homossexual não seriam de natureza diversa às presentes no campo da *direita*. Assim, o fato de advir dos “oprimidos” não pode implicar a minimização ou a atenuação de seu caráter nefasto. No jornal da ONG Nuances, esta questão abre *feridas* no amplo corpo político-ideológico norteador do combate pelas transformações políticas e sociais e agrava as tensões internas experimentadas em inúmeras frentes empenhadas neste combate.

Os movimentos sociais (e, em particular, o movimento homossexual brasileiro) aparecem como uma das frentes tomadas como alvo da reflexão e do combate *nuanceiros*. Conforme visto no Capítulo IV, em inúmeras oportunidades, o jornal aponta para a tendência a procurar (ou a aceitar) o atrelamento ao partido e/ou ao Estado e para a opção

por políticas de normalização e de aceitação da população GLBTT pela sociedade *heteronormativa* como estratégias defendidas pela maioria das organizações e das lideranças do movimento homossexual brasileiro. Golin (2002, p. 158), um ativista *nuanceiro*, afirma que “é uma bobagem acreditar que características sexuais, de gênero e raciais nos fazem solidários e lutando do mesmo lado contra a exclusão”. Assim, o jornal assume as tarefas de fazer a crítica das políticas prevalentes no movimento, de distinguir entre as políticas de acomodação/assimilação e as políticas de visibilidade transgressiva desenvolvidas pelas diferentes organizações e de qualificá-las como conservadoras e equivocadas ou, no segundo caso, como *verdadeiramente* includentes, neutralizadoras do preconceito e transformadoras do conjunto das relações de poder constitutivas da sociedade. Golin (2004, p. 233) afirma que

“Tentamos, desde o início do Nuances, além de ter uma prática política, ter uma reflexão a respeito dessa prática. Por que só o fato de distribuir camisinhas, por exemplo, não quer dizer que haja movimento. O movimento passa a se constituir quando se cria uma dinâmica política, na qual se está inserido, e a partir disso se começa a mexer com o que se faz com essa democracia, com todos esses espaços, com todas essas relações de poder. A gente fica pensando: o que a gente quer como um grupo, como uma ONG que se pretende trabalhar com os direitos humanos de gays, lésbicas, travestis, transexuais?”.

Esta citação é indicativa de que o grupo tenta construir sua configuração institucional e política através da *combinação* entre *uma prática determinada* e uma *reflexão sobre essa prática*. O grupo Nuances opera no plano da reflexão sobre sua prática e sobre as práticas exercidas pelas demais organizações dos diferentes movimentos sociais e também opera no plano da *reflexão sobre a reflexão*. Isto é, os ativistas buscam respostas para a questão de por que operar neste nível reflexivo. Neste sentido, o grupo tenta responder à questão do sentido mesmo da *reflexão* que almeja manter internamente. Golin (2004, p. 235) afirma que “a partir desse tipo de reflexão é que nós implementamos a nossa prática”.

Assim, no Nuances, a reflexão é vista como um dos aspectos da política do grupo. Trata-se de um meio através do qual se alcançam esclarecimento, distinção entre diferentes práticas e indicação do rumo a seguir. A reflexão *nuanceira* funciona como meio para compreender o preconceito, a exclusão (sua lógica, seus discursos, suas contradições

e vicissitudes, suas estratégias e as relações de poder que constitui) e os meios apropriados para o seu enfrentamento. Em síntese, a reflexão sobre a prática constitutiva do movimento é vista internamente como uma exigência e uma obrigação políticas e como uma condição para o avanço do processo e do amadurecimento político dos ativistas, das organizações e do movimento.

A reflexão *nuanceira* permite perceber que o conjunto das organizações do movimento são favoráveis à idéia de que a população GLBTT deixe a clandestinidade (permanência e sociabilidade restritas ao gueto como meio de defesa contra o preconceito e o estigma) e busquem a visibilidade pública para sua orientação sexual como meio para enfrentar e combater a exclusão e o preconceito. No entanto, os caminhos definidos pelas diferentes organizações para promover este enfrentamento apontam para direções e horizontes políticos diversos. Este parece ser um outro eixo da reflexão e do discurso midiático *nuanceiro*.

A recorrência a estes temas pelo Nuances é indicativa de que o grupo reconhece a existência de contradições e divisões no movimento, e valoriza o enfrentamento destas (e a reflexão sobre estas) contradições e divisões. Sua centralidade no discurso (e no discurso midiático) *nuanceiro* demonstra que este enfrentamento favorece a reflexão sobre o que se vem fazendo, como vem sendo feito, as escolhas dos grupos, os pressupostos que as orienta e suas implicações imediatas e de longo prazo para os homossexuais e os heterossexuais. E no Nuances, essa reflexão/visão de mundo pode ser expressa pela idéia de que é preciso promover a visibilidade transgressora da população GLBTT como alternativa às estratégias de *silenciamento, estereotipização, normalização e domesticação* que a mídia hegemônica e o próprio movimento homossexual propõem para esta população.

Julgamos oportuno esclarecer que, para o Nuances, a noção de visibilidade transgressiva não implica a adoção (ou a proposição) de práticas de desobediência civil, o descumprimento ou a violação das leis penais, etc., como programa (estratégia) político. Antes de compreender a adoção/proposição de práticas reconhecidas juridicamente como ilegais, a noção de visibilidade transgressiva proposta pelo grupo remete mais especificamente à valorização de pessoas, grupos sociais, práticas, linguagem, comportamentos e *estilos de vida* socialmente reconhecidos como marginais e/ou marginalizados/marginalizantes.

Quando se referem a si mesmos no feminino (“nós, as *nuanceiras*”), quando tratam o(a) leitor(a) indistintamente através do

substantivo feminino *amiga* (e assim desqualificam toda rigidez socialmente construída a respeito dos papéis de gênero), quando descrevem a população GLBTT recorrendo a termos como *viados* ou *viadas*, *bichas*, *bibas*, *travas*, *sapatas*, etc. (e assim ressignificam termos criados para identificar pejorativamente os indivíduos homossexuais), quando optam por grafar *guei* ao invés de *gay*, quando rejeitam os preceitos do *politicamente correto* e sua linguagem sisuda, quando elegem os garotos de programa, as travestis, as transexuais, as lésbicas, as prostitutas e a prostituição como pessoas e práticas marginalizadas, com a cidadania comprometida e que devem ter seus direitos civis reconhecidos e respeitados, quando debocham de sentimentos de culpa, pecado, crime e perversão que constituem o imaginário de parcelas significativas de homossexuais, quando valorizam positivamente o “close” da travesti durante a Parada Livre, quando valorizam as noções de “bichice”, “frescuragem” e “viadagem” como patrimônios da *cultura homossexual*, quando debocham das idéias de heterossexualidade, do casamento e da família *tradicional* como *fatos naturais*, quando fazem a crítica e a rejeição do chamado “casamento gay” como uma das bandeiras do movimento homossexual, quando elegem a Nêga Lú como a “musa do Nuances”, quando fazem a louvação da “bicha bafona” em detrimento do “gay classe média” e quando investem na auto-estima de indivíduos socialmente estigmatizados por sua orientação sexual diversa do padrão heterossexual, os ativistas do grupo estão recorrendo a vários símbolos da visibilidade transgressiva, estão valorizando estes símbolos e estão afirmando suas posições

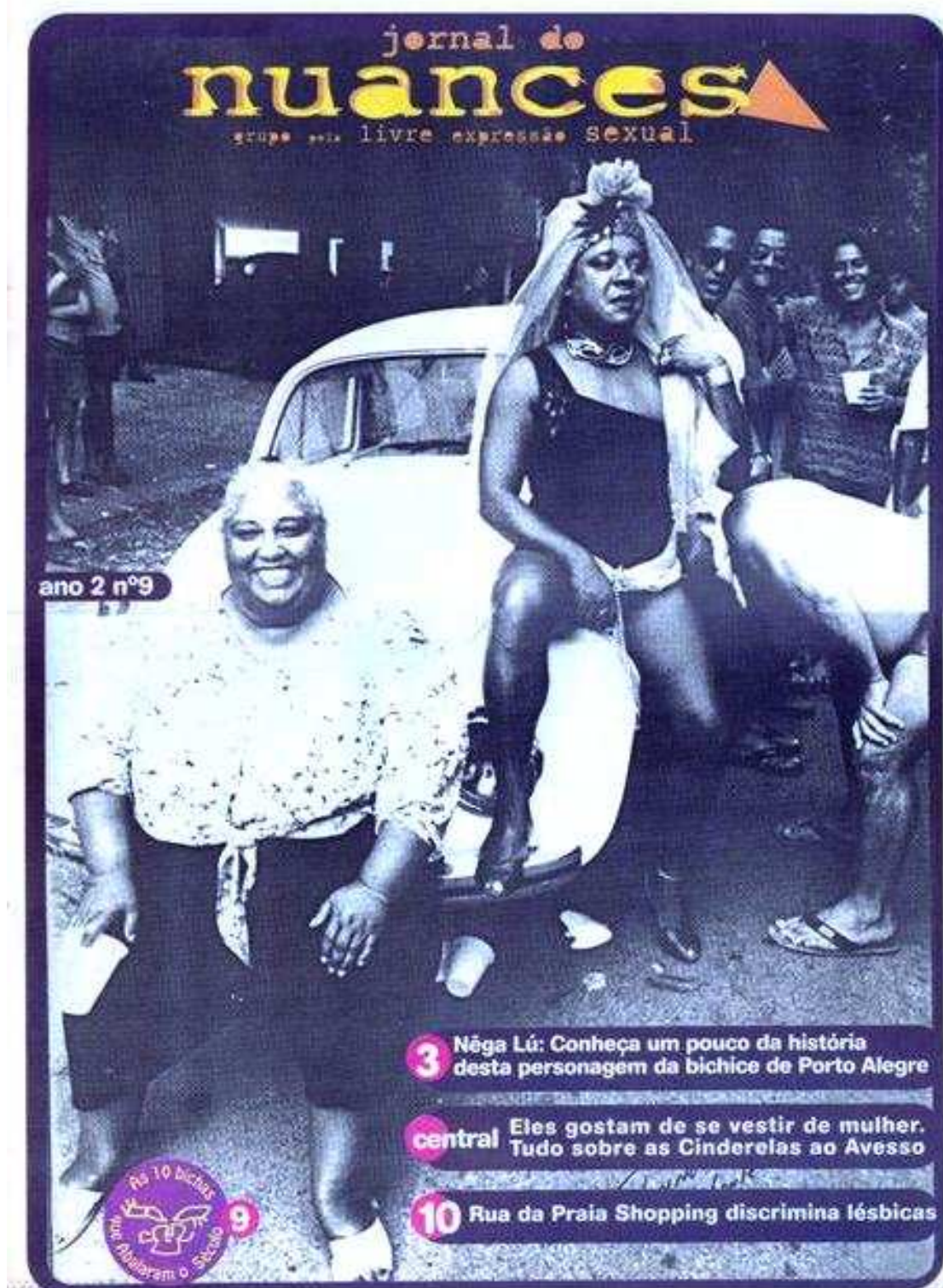


Fig 7 - A Nêga Lú (de véu), musa do *Jornal do Nuances*, na capa da edição número 9

frente às propostas circulantes de *silenciamento* ou *estereotipização* das homossexualidades e frente às propostas de visibilidade homossexual de modo normalizado, vitimizado, assimilado e domesticado.

Para o Nuances, por ser geradora/reforçadora de marginalização e exclusão sociais, a visibilidade homossexual transgressiva pode aparecer para a sociedade mais ampla como um espelho. O “mal-estar” gerado na *sociedade* pela crescente visibilidade destes indivíduos e de sua orientação sexual pode ser convertido e contribuir para que, através deles, ela (a *sociedade*) perceba a si mesma, sua hipocrisia, suas contradições e se sinta forçada a rever seus valores.

Um dos eixos do programa político *nuanceiro* consiste em lutar pela inclusão sem que os excluídos precisem se domesticar, anular sua diferença, sua identidade social e/ou cultural, para atender (ou ajustar-se) ao *gosto* de quem estaria “atendendo” ao seu “apelo” por inclusão. Se a exclusão social é justificada pelo comportamento *marginal* dos indivíduos excluídos, que sua inclusão não se dê em contrapartida ao apagamento destes aspectos de seu *estilo de vida*. O Nuances fala por (e a respeito de) indivíduos e comportamentos sexuais socialmente marginalizados, destaca positivamente a existência desses indivíduos e de seus comportamentos sexuais, encoraja seu *protagonismo* em favor do respeito e da cidadania e desafia a sociedade a rever seus valores e promover sua inclusão plena.

Golin (2002, p. 157) afirma que “é positivo explicitar estas contradições e desmitificar algumas coisas que muitos insistem em deixar mascaradas”. Esta citação aponta para outro aspecto do sentido da reflexão *nuanceira*. Seu principal valor como dado da pesquisa deve residir na indicação que, no grupo Nuances, não se toma a reflexão por si mesma. Pelo contrário, ela é uma arma no combate ao que é reconhecido internamente como visões conservadoras prevalentes no movimento homossexual.

Isso significa que a reflexão interna é apenas uma parte do projeto político *nuanceiro*. Para que tenha efeito político, para que alcance o nível de arma no combate às visões conservadoras sobre as homossexualidades, para que contribua efetivamente no combate ao preconceito, para a inclusão social da população GLBTT e para transformações *mais profundas* na estrutura da sociedade, é preciso propagar as sínteses do pensamento produzido pelo grupo entre as demais organizações do movimento homossexual, entre os

demais movimentos sociais, na população GLBTT e na sociedade mais ampla. O *Jornal do Nuances* é o meio concebido pelo grupo para este fim.

A partir desta base, o jornal deve contribuir para que o público reconheça o grupo e o identifique no campo dividido e tensionado do movimento homossexual brasileiro. Com base nessa perspectiva, pode-se argumentar que o jornal foi produzido para apoiar (orientar) o público no reconhecimento das diferentes posições políticas circulantes no interior do movimento. Como se trata de um campo constituído por tensões e disputas, parcelas significativas da energia do grupo são mobilizadas para promover a demarcação de suas diferenças em relação aos outros grupos, de seu ideário e de seu estilo de militância. O investimento *nuanceiro* na produção do jornal representa esta cota de energia desprendida em função destes interesses.

Quando o Nuances concebe o jornal e luta por sua manutenção, está chamando a atenção para a importância da reflexão como meio de conhecimento e como meio de combate no movimento social. Está chamando a atenção também para a importância estratégica de levar os resultados dessa reflexão ao público. O jornal, os recursos gráficos mobilizados, as capas, a linguagem, as entrevistas, a página que reproduz as matérias do jornal *Lampião da Esquina*, os termos, os títulos, os lemas, as ilustrações, as colunas, os textos (tanto os mais “informativos” quanto os mais “reflexivos”) e as fotografias e fотомontagens são recursos gráficos e jornalísticos que o grupo mobiliza para expressar (e difundir) essa reflexão.

Refletindo sobre o papel dos meios de comunicação no fortalecimento da política dos movimentos sociais, Golin (2004, p. 241) afirma que

“existe uma associação brasileira de gays, lésbicas e travestis, da qual nós não fizemos parte – e neste momento estou sendo totalmente suspeito, pois estou fazendo uma fala parcial, política, ideológica. Essa associação brasileira não tem um folheto, um *jornal de reflexão* (grifo meu), não propõe uma discussão com o conjunto mais amplo da sociedade, e faz um projeto de Aids. Quer dizer, isso é um equívoco. Uma associação brasileira não tem que fazer um projeto de Aids. O que tem a ver Aids com uma associação brasileira de gays, lésbicas e travestis?”.

Esta citação é indicativa do reconhecimento *nuanceiro* do papel estratégico que um jornal deve desempenhar nos movimentos sociais. Ela contribui para reforçar o argumento que vem sendo desenvolvido sobre a correção teórica e política da associação entre estes movimentos e a mídia radical alternativa. Importa, no entanto, destacar que o ativista citado chama a atenção para o caráter de *jornal de reflexão* que este veículo deve assumir e ainda

para o seu papel de *propor/trazer uma discussão para o conjunto da sociedade*. Em conformidade com este ponto de vista, pode-se argumentar que a *ausência* de jornais produzidos por organizações do movimento social é registrada no pensamento *nuanceiro* em termos de *falta*. Esta ausência pode ser caracterizada como *falta* em decorrência do pressuposto assumido pelo grupo de que um movimento social é construído a partir de uma visão de mundo. São as idéias que compõem esta visão de mundo que favorecem a agregação de indivíduos, fortalecem esta agregação e a fazem assumir o caráter de movimento social. E o jornal é visto como o meio apropriado para a propagação destas idéias.

Conclusões

A jornada de estudo, investigação empírica e reflexão teórica que pretendemos fazer nesta pesquisa teve como pontos de partida um exame dos trabalhos acadêmicos brasileiros sobre a chamada “mídia gay” e uma definição de um marco teórico de referência apropriado para a abordagem de um jornal – o *Jornal do Nuances* – produzido por uma ONG voltada para os direitos humanos dos homossexuais. No primeiro caso, vimos que este é um campo sobre o qual pouco se trabalhou no ambiente acadêmico. E também pouca tem sido a contribuição da área de estudos da comunicação. Nesta área específica de conhecimento, é possível perceber a frequência de estudos sobre as *representações* sobre as homossexualidades na mídia hegemônica. Porém, os meios de comunicação midiática feitos sobre, pela ou para a população GLBTT foram pouco explorados.

Os trabalhos encontrados são provenientes com maior frequência dos campos da História e da Antropologia. Na revisão empreendida, descobrimos que, nestas áreas, ora as pesquisas vêem esta modalidade midiática como inserida no campo de estudos mais amplo da *imprensa alternativa* brasileira da década de 1970, ora vêem como resultante da segmentação do mercado editorial de revistas. E, principalmente na primeira linha de estudos, percebe-se que as publicações voltadas para o público homossexual não constituem o objeto central dos estudos. Na verdade, os pesquisadores estão voltados para o exame de realidades mais amplas, tal como a *primeira onda* do movimento homossexual brasileiro e, nestas realidades – complexas –, os jornais e as revistas para o público GLBTT são vistos como parcelas de um objeto de estudo multifacetado.

No segundo caso, tivemos interesse em mobilizar a reflexão teórica marcada pela associação entre a comunicação e a cultura, pela crítica à comunicação midiática hegemônica e pelo interesse teórico e político em fortalecer a idéia de que “uma nova comunicação é possível e necessária”, como guia e fonte de inspiração para a abordagem do referido objeto. Porém, a partir da constatação de que este campo teórico apresenta muitas propostas metodológicas, e assume a configuração de um debate teórico e político, optamos por uma proposta proveniente dos *Estudos Culturais*. A partir desta opção, buscamos construir um quadro teórico que privilegiasse os microprocessos sociais e, nestes

microprocessos, chamasse a atenção para a dialética entre aspectos objetivos e subjetivos, como horizonte metodológico apropriado para a condução do meu estudo¹⁷³. Assim, seria possível compreender/interpretar o significado do referido jornal e da ação coletiva de indivíduos concretos – a produção deste jornal – a partir de sua visão crítica a respeito da realidade que efetivamente experimentavam (ou experimentam).

Estas escolhas resultaram nas eleições da teoria da *mídia radical alternativa* e no conceito de *identidades culturais* como ferramentas analíticas inspiradoras para a investigação empírica e para a interpretação do objeto de estudo. A partir de uma revisão sobre a construção do conceito de mídia radical pelo pesquisador John D. H. Downing, nosso principal objetivo teórico foi perceber/levantar as *surpresas* que um estudo sobre um jornal como o *Jornal do Nuances* – um estudo de caso, portanto – traziam para aquela construção conceitual.

O problema gerador desta pesquisa foi construído a partir da verificação de que, embora seja produzido por uma ONG constitutiva do movimento homossexual, o *Jornal do Nuances* se apresenta como *porta-voz* apenas dessa ONG, privilegia a difusão das posições políticas e ideológicas defendidas por seus ativistas e, dentre estas, destaca-se a crítica ao que é reconhecido internamente como posturas *conservadoras* prevalentes nos indivíduos homossexuais da chamada “classe média” e no pensamento e na prática da maioria das organizações do movimento homossexual brasileiro. Esta verificação emergiu a partir do confronto que esta postura apresentada pelo referido jornal aparenta estabelecer em relação a certas visões acadêmicas sobre a associação entre os movimentos sociais e as mídias produzidas pelas organizações que o constituem. Enquanto estas visões acadêmicas chamam a atenção para o papel daqueles meios como fortalecedores da política e das estratégias desenvolvidas pelos movimentos, a postura midiática *nuanceira* tende a

¹⁷³ Uma das fontes decisivas de reflexão metodológica para esta escolha foi o trabalho de Haguette. Refletindo sobre a oportunidade metodológica do emprego de técnicas qualitativas para a coleta de dados em pesquisas nas ciências sociais, a autora afirma que “as chamadas metodologias qualitativas na sociologia são exemplos de reação contra o paradigma estrutural, quase sempre associado a modelos quantitativos de análise, com algumas exceções, tais como o modelo marxista que, embora estrutural, se apóia com veemência nos dados históricos, específicos e únicos em sua qualidade reconstitutiva do passado. Há que considerar que esta reação não representa um repúdio cabal às macroanálises e, sim, o reconhecimento de que a sociedade é constituída de microprocessos que, em seu conjunto, configuram as estruturas maciças, aparentemente invariantes, atuando e conformando inexoravelmente a ação social individual. (...) *Não há dúvida que as estruturas existem e devem ser conhecidas, mas é a ação humana, a interação social, que constitui o motor da história*” (grifo nosso). Cf. HAGUETTE, Teresa Maria Frota (1995), pp. 19/20.

produzir um efeito contrário¹⁷⁴. Assim, julgamos pertinente interrogar este jornal e o sentido das características apontadas acima.

Iniciamos nossa trajetória investigativa a partir da formulação de duas hipóteses. A primeira era que o *Jornal do Nuances* é uma das expressões dos impasses políticos decorrentes da crescente visibilidade pública que a população GLBTT vem alcançando nas sociedades contemporâneas. Na visão *nuanceira*, esta crescente visibilidade vem sendo experimentada/expressa de modos *conservadores* pela mídia hegemônica, por parcelas significativas de indivíduos identificados como pertencentes à população GLBTT e pela maioria das organizações do movimento homossexual. Na mídia, as operações discursivas prevalentes têm sido em favor do *silenciamento* ou da *estereotipização* em torno daqueles indivíduos. Entre os homossexuais masculinos e femininos (orientados pelos valores cultivados pela *classe média*) e a maioria das entidades do movimento homossexual, as práticas e os discursos prevalentes expressam sua demanda por *aceitação* e *adequação* aos padrões da sociedade *heteronormativa*. Estas posturas são indicativas de que a maioria das organizações se pautam pela *normalização*, *domesticação* da população GLBTT. Assim, a emergência do *Jornal do Nuances* serviria para que, através da difusão de temas e posições políticas e ideológicas críticos ao referido *conservadorismo*, o grupo que o produz demarcasse sua diferença em relação a aquelas posturas. Em síntese, o *Jornal do Nuances* serve para difundir uma política homossexual (baseada na construção do *sujeito homossexual* a partir da noção de *visibilidade transgressiva*) pensada pelo grupo Nuances como *verdadeiramente* capaz de favorecer a *inclusão social* da população GLBTT, de garantir sua cidadania e de promover transformações significativas nas relações de poder constitutivas das sociedades contemporâneas. Seu sentido seria, portanto, fazer a louvação da “bicha bafona” em detrimento do “gay classe média”.

A segunda hipótese era que, embora as teorias sobre a associação entre os movimentos sociais e os meios de comunicação criados pelas organizações que o

¹⁷⁴ A referida descontinuidade entre a visão, produzida e/ou circulante no meio acadêmico, dos meios de comunicação produzidos pelas organizações dos movimentos sociais como veículos para o fortalecimento das políticas desenvolvidas no interior destes movimentos e a experiência do *Jornal do Nuances* pode ser percebida a partir do exame da teoria da mídia radical alternativa. Embora reconheça que “apesar da importância dos movimentos sociais, não devemos permitir que nossa definição de mídia radical alternativa fique excessivamente circunscrita a eles” e que “devemos ter cuidado para não reduzir tal mídia a esse modelo bastante efervescente”, Downing, o proponente desta teoria, sustenta que “os movimentos sociais, locais e globais (...) são o sangue que dá vida a essas mídias, e estas, por sua vez, são o oxigênio dos movimentos”. Cf. DOWNING, John D. H. (2002, pp. 66 e 492).

constituem (e fazemos referência, especialmente, à teoria da mídia radical alternativa), reflitam sobre as divisões, tensões e disputas internas nos movimentos, a experiência do *Jornal do Nuances* chama a atenção para a necessidade de tornar o conceito de mídia radical alternativa flexível o suficiente para permitir compreender que os meios servem para promover a agregação (e o fortalecimento) político-ideológica de cada movimento, mas também para ressaltar suas divisões, suas tensões e suas disputas internas.

Esta hipótese apóia-se nos reconhecimentos da *correção* da associação entre movimentos sociais e mídia radical alternativa e de que a definição desta modalidade midiática implica a definição daqueles movimentos. Esta hipótese apóia-se ainda no reconhecimento de que os estudos de casos apresentados por Downing expressam a emergência das divisões e disputas internas nos movimentos e a edição de meios de comunicação por entidades constitutivas destes movimentos para expressá-las. No entanto, nossa hipótese busca chamar a atenção para a necessidade de que o conceito de mídia radical permita o *ressalto* desta segunda possibilidade. Nosso argumento é que este *ressalto* favorece o desvelamento de experiências midiáticas como a do *Jornal do Nuances*.

Como meio para alcançar uma visão geral do cenário midiático mais amplo no qual o *Jornal do Nuances* se inseria e a partir do qual tentaria marcar sua distinção, definimos que o passo seguinte da pesquisa consistiria num exame sobre *o gay na mídia hegemônica* e sobre *a própria mídia gay brasileira*. Para tanto, recorreremos a contribuições provenientes dos meios acadêmico, militante GLBTT e profissional do jornalismo sobre estes dois aspectos. E descobrimos que, no primeiro caso, prevalece a visão de que, embora esteja havendo uma crescente referência ao universo da população GLBTT na mídia hegemônica, e a representação sobre esta população por essa mídia seja marcada pela ambigüidade, prevalecem as posturas (estratégia) do *silenciamento* e/ou da *estereotipização* preconceituosa. E, no segundo caso, descobrimos o desenvolvimento de um segmento de mídia que avançou desde experiências amadorísticas, voltadas para o registro das “*fofocas* de turmas”, passou por experiências associadas ao universo da *imprensa alternativa* brasileira da década de 1970, e vem alcançando os estágios mais recentes de publicações produzidas por ONGs, de outras bancadas pelo mercado GLS e de outras ainda produzidas segundo as regras do mercado e atualizadas em relação às suas exigências editoriais.

Em seguida, vimos que o *Jornal do Nuances* emerge pela iniciativa de ativistas de uma ONG voltada para os direitos humanos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, e também emerge a partir de uma crítica interna do cenário midiático a respeito das homossexualidades e dos meios de comunicação produzidos por/para a população identificada por aquelas designações, da adoção do jornal *Lampião da Esquina* como modelo e da assunção de seu jornal com a configuração de *porta-voz* da ONG que o concebeu e produz.

O capítulo seguinte resultou do esforço de, a partir desta perspectiva de *porta-voz*, levantar as posições políticas e ideológicas expressas no texto do *Jornal do Nuances*. E este levantamento permitiu perceber que, tomadas em conjunto, estas posições expressam o rechaço *nuanceiro* às estratégias de *silenciamento* e/ou *estereotipização* desenvolvidas pela mídia hegemônica a respeito da população GLBTT. Expressam também o rechaço do grupo às estratégias de *normalização*, *assimilação*, *domesticação* presentes em alguns setores da sociedade mais ampla e do Estado e aceitas por parcelas significativas de indivíduos que compõem aquela população e pela maioria das organizações do movimento homossexual brasileiro. E expressam ainda a proposição *nuanceira* da idéia de que somente a *visibilidade transgressiva* de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais pode verdadeiramente garantir o combate ao preconceito e a exclusão social que estes indivíduos sofrem, fortalecer sua cidadania e contribuir para operar transformações profundas nas relações de poder que marcam as sociedades contemporâneas.

Em seguida, vimos que estas posições foram (e vêm sendo) definidas a partir da visão crítica que o grupo Nuances começou a construir desde sua fundação, no início da década de 1990, a respeito do pensamento e das práticas prevalentes em parcelas significativas de indivíduos identificados como gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, na maioria das organizações do movimento homossexual brasileiro e entre suas principais lideranças. Na visão *nuanceira*, este pensamento e estas práticas nada mais significavam que o abandono, por estas organizações e suas lideranças, das bandeiras de luta capazes de *enfrentar* verdadeiramente o preconceito/estigma de que os homossexuais são alvo, e a adoção de caminhos de *adequação* dos indivíduos que compõem a população GLBTT aos valores e padrões de comportamento apropriados à reprodução da sociedade *heteronormativa*.

Assim, o *Jornal do Nuances* pode ser compreendido como uma das expressões dos impasses políticos decorrentes da crescente visibilidade da população GLBTT na sociedade mais ampla (e, por exemplo, na mídia hegemônica), e dos impasses políticos decorrentes desta visibilidade gerados no interior do próprio movimento homossexual. Neste sentido, podemos argumentar que o *Jornal do Nuances* é uma expressão das divisões, das tensões e das disputas internas presentes no movimento homossexual brasileiro. Estas divisões, tensões e disputas contribuem para conformar o jornal e para definir seu texto e as posições políticas e ideológicas que este texto expressa. O *Jornal do Nuances* é construído/concebido para expressar a visão *nuanceira* a respeito destas divisões, disputas e tensões e para apoiar/orientar o(a) leitor(a) na demarcação da distinção política e ideológica do grupo em relação às demais organizações que compõem aquele movimento social.

Os fazedores do *Jornal do Nuances* reconhecem a crescente visibilidade dos indivíduos pertencentes à população GLBTT na mídia hegemônica. No entanto, percebem também que a homofobia dominante (e internalizada no ambiente midiático) e a proveniência do mercado determinam os termos (ou as condições) a partir dos quais esta visibilidade pode ser tratada em jornais, revistas, televisão, etc. Eles percebem as ambigüidades, as contradições e os limites postos para a visibilidade deste grupo social naqueles meios. E, principalmente, deploram suas estratégias de *silenciamento* ou *normalização/domesticação* dos sujeitos não heterossexuais. A mídia valoriza o homossexual e a lésbica discretos e bem sucedidos. Segundo este ponto de vista, não seria possível (ou lógico ou racional ou realista) manter expectativas politicamente mais avançadas em relação à mídia como instituição capaz de contribuir significativamente na luta contra a exclusão social dos homossexuais.

Os fazedores do jornal deploram ainda as estratégias de *silenciamento* e *estereotipização* desenvolvidas pelos veículos de comunicação midiática voltados para o consumo massivo. Estas estratégias aparecem com maior frequência nos jornais sensacionalistas, no cinema e na televisão. Neste universo, a imagem prevalente sobre o homossexual remete para as idéias deste indivíduo como *perverso, marginal, anormal, doente, imoral*.

E os fazedores do *Jornal do Nuances* rejeitam ainda as revistas gays provenientes do mercado. Se não negam sua validade em absoluto – pois as tomam como uma de suas

parceiras, publicam artigos em suas páginas – também não deixam de reconhecer seus vínculos e compromissos com o mercado e sua lógica, e os limites que estes impõem aos seus projetos políticos explícitos ou implícitos. Para os ativistas *nuanceiros*, estes compromissos resultam em veículos cujo discurso se volta para o “gay classe média” e para o reforço de seu apelo por *aceitação/adequação* nas sociedades contemporâneas. Nestes projetos editoriais, antes de *cidadão*, o leitor é um *consumidor*. Ou sua cidadania está condicionada ao seu *poder de consumo*. Neste sentido, os discursos tendem a privilegiar o gay branco, da *classe média*, jovem, de olhos claros e corpo malhado como receptor (leitor) ideal. E estes discursos estarão sempre apoiados no (ou voltados para o fortalecimento de valores tais como o) hedonismo e no individualismo¹⁷⁵.

Estas ressalvas *nuanceiras* sobre a oferta discursiva midiática sobre (ou para) os homossexuais implicaram na deliberação interna da propagação no espaço público de um discurso alternativo e propositor de confronto cultural e político. E o *Jornal do Nuances* foi concebido para ser o veículo desta propagação. Em síntese, nas deliberações internas, o jornal deveria chegar ao público com a mensagem da louvação à “bicha bafona” em detrimento do “gay classe média”. Esta tipologia subtende o *conservadorismo* político e cultural do “gay da classe média” e o *potencial transgressor e transformador* das relações de poder constitutivas da sociedade mais ampla contido nas posturas públicas da “bicha bafona”. E, dentre as inúmeras táticas discursivas levadas a efeito pelo jornal e voltadas para a propagação desta mensagem, pode-se tomar a eleição da Nêga Lú como a *musa* do Nuances e do *Jornal do Nuances* como um preceito básico.

Em vista da concepção do *Jornal do Nuances* com estes atributos, queremos argumentar que o conceito de mídia radical alternativa e os métodos de investigação e análise a ele associados mostram-se fecundos e inspiradores para sua abordagem e para o levantamento/desvelamento de aspectos significativos de seu processo de produção. No entanto, o exame atento e crítico sobre o referido jornal permitiu perceber que, tal como

¹⁷⁵ A título de ilustração de como as posturas de *aceitação/adequação* dos homossexuais e das lésbicas não representam um valor universal para a população GLBTT, ou para as lideranças do movimento homossexual, lembramos que, em artigo publicado na revista *GMagazine*, o ativista da “primeira onda” do movimento homossexual brasileiro, João Silvério Trevisan, afirma que “há hoje um grande número de homossexuais masculinos e femininos ansiando integrar-se à cultura existente e ao mercado, sem fazer qualquer tipo de ressalva e, menos ainda, pensar em transformação social. Buscam apenas um lugar ao sol, e seu objetivo máximo é a aceitação da sua sexualidade. Lutar contra a corrente não faz parte do seu cardápio político, pois para essa gente a única injustiça da sociedade é não lhes dar espaço”. Cf. TREVISAN, João Silvério. “PT: saia do armário antes que seja tarde”. In: Revista *GMagazine*, ano 5, julho, 2002, edição 58, p. 20.

proposto pelo pesquisador John D. H. Downing, este conceito deveria mostrar-se flexível o suficiente para abranger/conter as múltiplas possibilidades da associação entre mídia radical alternativa e movimentos sociais.

Certamente a argumentação de Downing alcança inúmeros aspectos da relação entre aquela modalidade midiática e os movimentos sociais. Neste sentido, é necessário reconhecer que sua argumentação contém (e traz) o registro da complexidade, das ambigüidades e contradições que permeiam o desenvolvimento dos movimentos sociais. E, em decorrência deste registro, reconhece suas implicações para a produção de mídias associadas aos seus processos e desenvolvimentos. No entanto, queremos chamar a atenção para o fato de que a experiência do *Jornal do Nuances* coloca a questão das divisões, tensões e disputas internas no movimento homossexual num nível tal de centralidade e dramaticidade política e cultural que provoca *agitação/perturbação* nas definições até então apresentadas sobre o referido conceito. Noutras palavras, se nos estudos de casos apresentados por Downing sobre a mídia radical, as ambigüidades e contradições entre esta modalidade midiática e os movimentos que as inspiram está presente, a experiência do *Jornal do Nuances* faz ver a necessidade de tornar essa presença (dimensão) ainda mais relevante.

Assim, no nosso ponto de vista, o reforço (ou o *ressalto*) desta problemática na análise do que Downing chama de “vasto e movediço terreno das culturas de oposição e da mídia radical” proporcionará uma contribuição para o fortalecimento do conceito de mídia radical e para a ampliação de sua já efetiva capacidade para elucidação de muitas das significativas e inquietantes experiências de emprego de meios de comunicação como veículos fomentadores de contra-hegemonia e como “armas” no combate, em favor dos interesses dos grupos sociais que, nas contradições constitutivas das sociedades contemporâneas, experimentam situação de exclusão social e têm sua cidadania comprometida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*, Recife, Massangana, São Paulo, Cortez, 1999.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de & CEBALLOS. Trilhas urbanas, armadilhas humanas: a construção de territórios de prazer e de dor na vivência da homossexualidade masculina no Nordeste brasileiro dos anos 1970 e 1980. In SANTOS, Rick & GARCIA, Wilton. *A escrita de Adé: perspectivas teóricas dos estudos gays e lésbic@s no Brasil*, São Paulo, Xamã, NCC/SUNY, 2002.

ALMEIDA NETO, Luiz Mello. Um olhar sobre a violência contra homossexuais no Brasil. In *Gênero – Cadernos do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEC*, Niterói, v. 4, n. 1, 2º. semestre 2003, pp. 33-46.

ANGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*, São Paulo, Summus, 1995.

ANTUNES, Camila. A força do arco-íris. *Revista Veja*, 25 de junho 2003, pp. 73-81.

ARRUDA, Roldão. *Dias de ira: uma história verídica de assassinatos autorizados*, São Paulo, Globo, 2001.

Bandeira Bilionária In: *Revista Pequenas empresas grandes negócios*, Ano XII, n. 134, março de 2000, pp. 35-37.

BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba*, Brasília (DF), UNB, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*, Belo Horizonte, Autêntica, 2000, pp. 151-172.

Cadê os anunciantes da *Veja*? Eles têm medo do quê? In: *Revista GMagazine*, São Paulo, Fractal Edições, n. 67, abril/2003, p. 4 (Editorial).

CAMACHO, Marcelo. Quem mostra vende, In: *Revista Veja*, 19 de abril, 2000, pp. 102-103.

CRUZ, Angélica Santa e VIEIRA, João Luiz. Homossexualismo – assumir faz a diferença. *Revista Época*, ano II, n. 70, 20 set. 1999, p. 44-51.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*, Bauru-SP, EDUSC, 2002.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*, Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

DOWNING, John D. H. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*, São Paulo, SENAC, 2002.

DULESKO, Darlei de Andrade. *Os caminhos de uma organização na construção de uma identidade homossexual em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. *Cartografias dos estudos culturais – uma versão latino-americana*, Belo Horizonte (MG), Autêntica, 2001.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Os estudos culturais In: HOHFELDT, Antonio, MARTINO, Luiz C. e FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). *Teorias da comunicação – conceitos, escolas e tendências*, Petrópolis (RJ), Vozes, 2001, pp. 151-170.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*, Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

FARRELL, Amy Erdman. *A Ms. Magazine e a promessa do feminismo popular*, São Paulo, Barracuda, 2004.

FAUSTO NETO, Antonio. *Comunicação e mídia impressa: estudos sobre a aids*, São Paulo, Hacker, 1999.

FRY, Peter. História da imprensa baiana. In: *Lampião*, n. 4, Rio de Janeiro, Esquina Editora, agosto de 1978, p. 4.

GALVÃO, Jane. As respostas das organizações não-governamentais brasileiras frente à epidemia de HIV/AIDS. In PARKER, Richard (org.). *Políticas, instituições e AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed./ABIA, 1977, pp. 69-108.

GLASS, Verena. Eu quero o meu direito de ser anormal: entrevista com João Silvério Trevisan. *Revista Caros Amigos*, ano IV, n. 43, out. 2000, p. 30-36.

Gênero e raça, em revista: debate com os editores da revista *Raça Brasil* In. *Cadernos Pagu*, (6-7) 1996: 241-296.

GOLDMANN, Lucien. O método em ciências humanas In: *Ciências humanas e filosofia – que é a sociologia*, São Paulo, Difel, 4^a. ed., 1974, pp. 27-70.

GOLIN, Célio. Aonde não queremos chegar: uma reflexão sobre nossas práticas políticas. In GOLIN, Célio e WEILER, Luis Gustavo (orgs.). *Homossexualidades, cultura e política*, Porto Alegre (RS), Sulina, 2002, pp. 155-163.

GOLIN, Célio. Orientação sexual e os novos sujeitos de direitos. In FONSECA, Cláudia, TERTO Jr., Veriano e ALVES, Caleb Farias. *Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares*, Porto Alegre (RS), UFRGS, 2004, pp. 233-243.

GREEN, James. *Além do carnaval – a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*, São Paulo, UNESP, 2000.

GREEN, James N. e POLITO, Ronald. *Frescos Trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*, Rio de Janeiro, José Olympio, 2006.

GWERCAMAN, Sérgio. Sim. *Revista Super Interessante*, Julho de 2004, pp. 47-53.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*, Petrópolis, (RJ), Vozes, 1995.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*, Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*, Petrópolis (RJ), Vozes, 2000, pp. 103-133.

HOWES, Robert. Imprensa gay na Inglaterra e no Brasil. In LOPES, Denílson et al (orgs.) *Imagem & diversidade sexual – estudos da homocultura*, São Paulo, Nojosa Edições, 2004, pp. 288-292.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, estudos culturais? In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O que é, afinal, estudos culturais?* Belo Horizonte (MG), Autêntica, 2000, pp. 07-131.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru (SP), EDUSC, 2001.

KFOURI, Assef. Ok, nós somos gay, In: *Revista Imprensa*, ano X, n. 116, maio 97, pp. 18-22.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários – nos tempos da imprensa alternativa*, São Paulo, Scritta, 1991.

LOPES, Denílson. Estudos gays: panorâmica e proposta. In *Lugar Comum*, n. 13-14, p. 122.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. *Pesquisa em comunicação – formulação de um modelo metodológico*, São Paulo, Loyola, 1990.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer*, Belo Horizonte (MG), Autêntica, 2004.

MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: EULALIO, Alexandre. *Caminhos cruzados: linguagem, antropologia e ciências naturais*, São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 99-111.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade – identidade sexual e política no Brasil da ‘abertura’*, Campinas (SP), UNICAMP, 1990.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Dênis de. (org.) *Por uma outra comunicação – mídia, mundialização cultural e poder*, Rio de Janeiro, Record, 2003, pp. 57-86.

MATTELART, Armand e NEVEU, Érik. *Introdução aos estudos culturais*, São Paulo, Parábola, 2004.

MÍCOLIS, Leila. “Snob”, “Le Femme”... Os bons tempos da imprensa gay. In: *Lampião*, N. 28, Rio de Janeiro, Esquina Editora, setembro de 1980, pp. 6-7.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas – a segmentação da cultura no século XX*, São Paulo, Olho D’Água, 2001.

MONTEIRO, Marko S. *Masculinidade em revista: um estudo da **Vip Exame**, **Sui Generis** e **Homens***. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MONTEIRO, Marko S. O homoerotismo nas revistas **Sui Generis** e **Homens**. In SANTOS, Rick e GARCIA, Wilton (orgs). *A escrita de Adé: perspectivas teóricas dos estudos gays e lésbic@s no Brasil*, São Paulo, Xamã, NCC/SUNY, 2002.

MONTENEGRO, Thereza. *O que é ong?*, São Paulo, Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos).

MORAES, Dênis (org.). *Por uma outra comunicação – mídia, mundialização cultural e poder*, Rio de Janeiro, Record, 2003.

MOTT, Luiz. *Crônicas de um gay assumido*, Rio de Janeiro, Record, 2003.

MUNERATO, Elice e CAMPELLO, Myriam. Convite aos homossexuais (Entrevista com Winston Leyland). In: *Revista Isto é*, N. 39, 21 de setembro de 1977, pp. 60-61.

NATANSOHN, L. Graciela. Feminismo, estudos culturais e comunicação In: *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, Vol. V, n. 2, dezembro de 2003, pp. 53-65.

NAVARRO-SWAIN, Tania. *O que é lesbianismo*, São Paulo, Brasiliense, 2000, Coleção Primeiros Passos, 313.

NELSON, Cary, TREICHLER, Paula e GROSSBERG, Lawrence. Estudos culturais – uma introdução In. SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Alienígenas na sala de aula*, Petrópolis, Vozes, 1995, pp. 07-38.

NUNAN, Adriana. *Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo*, Rio de Janeiro, Caravansarai, 2003.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*, São Paulo, Brasiliense, 1994.

OUTSUKA, Lenita. Assassinato moral. In: *Revista Imprensa*, São Paulo, Feeling Editorial, ano X, número 110, 1996.

PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. *Caros amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil*, São Paulo, Annablume, 2004.

PINHEIRO, Daniela. Pai, eu sou gay. *Revista Veja*, 16 fev. 2000, p. 104-111.

READING, Anna. Selling sexuality in the lesbian and gay press. In: STOCKS, Jane e READING, Anna. *The media in Britain: current debates and developments*, Londres, MacMilan Press, 1999, 265-272.

RODRIGUES, Jorge Luis Caê. Somewhere over the rainbow – o primeiro Lampião é aceso. In LOPES, Denilson et al (orgs.) *Imagem e diversidade sexual- estudos da homocultura*, São Paulo, Nojosa Edições, 2004, pp. 281-287.

Saindo do Gueto. In: *Lampião*, N. 0, Rio de Janeiro, Esquina Editora, abril de 1978, p. 2.

SANTAELLA, Lucia. *Comunicação e pesquisa – projetos para mestrado e doutorado*, São Paulo, Hacker, 2001.

SEFFNER, Fernando. Visibilidade e atravessamento de fronteiras. In: *Arquipélago – revista de livros e idéias*, Porto Alegre (RS), IEL/CORAG, outubro de 2006, número 7, pp. 28-30.

SILVA, Cláudio Roberto da. *Reinventando o sonho – história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho – uma teoria da comunicação linear e em rede*, Petrópolis (RJ), Vozes, 2002.

SPENCER, Colin. *Homossexualidade: uma história*, Rio de Janeiro, Record, 1999.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*, São Leopoldo (RS), UNISINOS, 2001.

TRAQUINA, Nelson. A problemática AIDS: acontecimentos, notícias e ‘estórias’ In: *O estudo do jornalismo no século XX*, São Leopoldo (RS), UNISINOS, 2001, pp. 127-168.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo – volume I – porque as notícias são como são*, Florianópolis, Insular, 2004.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso – a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*, Rio de Janeiro, Record, 5^a. ed. revista e ampliada, 2002.

TREVISAN, João Silvério. A voz do desejo: entre a autonomia e a cooptação. In GOLIN, Célio e WEILER, Luis Gustavo. *Homossexualidades, cultura e política*, Porto Alegre, Sulina, 2002, pp. 164-205.

WARNIER, Jean-Pierre. *A mundialização da cultura*. Bauru (SP), EDUSP, 2000.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, Petrópolis (RJ), Vozes, 2000, pp. 7-72.

Um Gay power à brasileira. In: Revista *Veja*, n. 468, 24 de agosto de 1977, pp. 66-70.

Documentos produzidos pelo grupo Nuances:

Para esta pesquisa, além da consulta à coleção do *Jornal do Nuances*, examinamos os seguintes documentos:

“Rompa o silêncio – os direitos sexuais são humanos”, Porto Alegre (RS), Nuances – grupo pela livre expressão sexual, 1998.

“Poa Noite Homens – projeto de intervenção em DSTs/HIV/AIDS dirigido a homens que fazem sexo com homens”, Porto Alegre (RS), Nuances – grupo pela livre expressão sexual, 2003.

“9^a. Parada Livre 2005”, Boletim Nuanceira, Porto Alegre (RS), Nuances – grupo pela livre expressão sexual, abril de 2005.

“Nuances – trajetória de um grupo guei e lésbico em Porto Alegre”, Porto Alegre (RS), Nuances – grupo pela livre expressão sexual, janeiro de 2005.